

## IRISNETE SANTOS DE MELO



### **PALAVRAS NOS LÁBIOS, ARMAS NAS MÃOS:**

Narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX.

Recife  
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IRISNETE SANTOS DE MELO

### **PALAVRAS NOS LÁBIOS, ARMAS NAS MÃOS**

Narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Recife  
2010

**Melo, Irisnete Santos de**

**Palavras nos lábios, armas nas mãos : narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX / Irisnete Santos de. -- Recife: O Autor, 2010.**

**208 folhas, il., fig., mapa**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.**

**Inclui bibliografia.**

**1. História. 2. Narrativas. Sertão – Espaço. Sertanejos - Maranhão. I. Título.**

**981.34**

**981**

**CDU (2. ed.)  
CDD (22. ed.)**

**BCFCH2010/113**

**UFPE**

## IRISNETE SANTOS DE MELO

PALAVRAS NOS LÁBIOS E ARMAS NAS MÃOS: Narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

**Prof (a) Dr<sup>a</sup> Regina Beatriz Guimarães neto** (orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

---

**Prof(a) Dr<sup>a</sup> Regina Helena Martins Faria**  
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

---

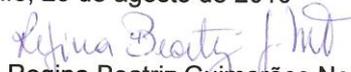
**Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro**  
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE



### ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA IRISNETE SANTOS DE MELO

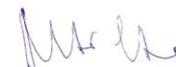
Às 9h30min. do dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Irisnete Santos de Melo** intitulada "**PALAVRAS NOS LÁBIOS, ARMAS NAS MÃOS: Narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Regina Beatriz Guimarães Neto (orientadora), Antonio Torres Montenegro e Regina Helena Martins de Faria. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 25 de agosto de 2010

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto

  
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Regina Helena Martins de Faria

  
Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

  
Sandra Regina Albuquerque

*Para o Francisco que partiu, deixando metros e metros de saudades e uma leve sensação de abismo, e para o que chegou, lembrando que há sempre um novo começo.*

## AGRADECIMENTOS

Nesse percurso que foi uma viagem de conhecimento, de esquecimento e de recomeço me pego rabiscando trajetos e rememorando encontros. Em vários momentos no decorrer dessa escritura invoquei as incursões de criança, que hoje para mim se apresentam como passagens de tempo que se assemelham ao cinema de Werner Herzog, marcada pelas longínquas viagens de barco pelos rios Carú e Pindaré com meu pai pilotando o “segundo vencedor” e minha mãe fabulando histórias de índios e de seres fabulosos. Das horas dilatadas nessas travessias em busca de um (re)começo trago na face as marcas desse tempo ido, de quando aprendi a amar em silêncio cada ponto de pouso, cada movimento do barco e cada gesto de mãe, de pai, de irmão e de avô que fui inscrevendo como família.

Agradeço de todo coração a minha pequena grande família que me ajudou a encontrar um lugar no mundo: a minha mãe Olímpia, meu bem mais precioso, aos meus irmãos Israel e Ismael por serem meu porto seguro, ao meu tio-avô, Francisco Conceição (*in memoriam*) que partiu quando eu também partia nos deixando a tarefa de conviver e aprender com o vazio de sua ausência, as minhas cunhadas Kátia, pelo incentivo e pela torcida; e Alexandra, que me deu um lar no Recife e se tornou uma irmã, e aos meus sobrinhos Arthur, Letícia e o *mon petit prince* Francisco Raoni que nasceu juntamente com esse trabalho e encheu nossas vidas de alegria.

Sorrisos de gratidão aos diferentes encontros que nasceram e se estenderam ao longo dessa itinerância:

A minha orientadora Regina Beatriz Guimarães Neto que embarcou comigo nessa travessia pelas veredas de um território estranho, agradeço pela orientação, pelo voto de confiança e pelas palavras de carinho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE pelo rico aprendizado, em especial aos professores Antonio Montenegro e Jorge Siqueira, leitores atentos da primeira versão desse texto; e a Antonio Paulo Rezende, por falar das dores da alma.

Aos professores da Universidade Federal do Maranhão, sobretudo Regina Helena Faria, que participou desse projeto de pesquisa e generosamente aceitou participar de mais essa etapa; e Manoel de Jesus Barros pelas preciosas dicas de pesquisa e pela atenção que sempre me dedicou.

A amiga Antônia de Castro Andrade, que voltou a cruzar meu caminho depois de uma longa ausência e que foi crucial nesse doloroso processo de escrita, agradeço por sua paciência e por suportar meus constantes humores e temores.

As grandes amigas de rara sensibilidade que encontrei no Recife: Lydiane Araújo que com suas serpentinas de carnaval tornou o Recife e minha vida mais colorida; Viviane Antunes, essa doce pernambucana com quem entabulei incontáveis conversas sobre a vida e sobre a academia entre leituras, compras e incontáveis xícaras de café; e Patrícia Alcântara, uma dessas pessoas encantadoras de que fala o Orkut (lembra?), obrigada por me apresentar a Macondo Cearense e seus macondenses.

A Rogério França, parceiro das caminhadas e dos desvios.

A Paulo Roberto Câmara e D. Juju pela acolhida cheia de conforto e de carinho quando eu estava em trânsito.

Aos amigos que estiveram por perto nos tempos difíceis e nas longas esperas agradeço por compreenderem minhas ausências e meus constantes desatinos: a Patrícia Araújo, pela amizade que só cresce e pelo companheirismo nos momentos mais controversos; a Helem Lopes, á deriva na vida e nas águas do delta do Parnaíba; a Bruno Azevedo, pela sólida irmandade; a Renildo Carneiro por ter cozinhado pra mim e muitas vezes ter enxugado minhas lágrimas; a Anavaléria Vieira, pela torcida; a Leide Ana Caldas, pelos bilhetinhos esquecidos na minha mochila; a Josiana Maria, sempre pronta pra ajudar; a Walber da Hora, sempre pronto pro tumulto; a Asley, que tanto estimo; a Carlos Henrique Guimarães, pelo gosto pelo bizarro; a Flávio Reis; Cleides Amorim; a Josiana Cantanhede, e a turma 98.1, que o tempo não separa (Vânia, Rita, Rodrigo, Cláudia, Jack, Ózeas, Euza e Ana Júlia).

A Taciana, por ter gentilmente ciceroneado essa maranhense perdida.

Aos amigos que no decorrer do mestrado me ajudaram a tecer linhas de fuga: Robson, esse personagem dos filmes de Tim Burton, Lela, sempre *fechosa*, Jairo, que atravessou o portal de Guarabira e sumiu, e Ana Cristina Brandim, pela leveza e pela sensibilidade.

Aos funcionários da Secretaria da PPGH por facilitarem minha vida no mestrado: Flávio, Sandra, João e Carmem.

Aos amigos da linha de Cultura e Memória pelas risadas, forrós e lanches estendidos nos intervalos das aulas: Dimas, Emanuelle, Hugo, Mateus, João Carlos e Daniel.

A amiga Sônia Barros que torce muito por mim.

Agradeço também aos inúmeros transeuntes das ruas, shoppings, teatros e cinemas do Recife que dividiram comigo raros instantâneos de gozo e de melancolia.

A todos vocês gostaria de dizer que estou caminhando pra luz!

*Deixe me ir  
Preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Quero assistir ao sol nascer  
Ver as águas dos rios correr  
Ouvir os pássaros cantar  
Eu quero nascer, quero viver  
Deixe me ir  
Preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Se alguém por mim perguntar  
Diga que eu só vou voltar  
Depois que me encontrar.  
(Cartola, Preciso me encontrar)*

## RESUMO

A proposta deste estudo é fazer uma leitura da metáfora espacial sertão, enquanto parte constitutiva do território do Estado do Maranhão. De modo que vale lançar o olhar para um reticulado de discursos e representações que no começo do século XX o construíram através de um arquivo de imagens, de textos e de gestos. Para isso, utiliza-se como *corpus documental* as narrativas produzidas pela imprensa, pela literatura, e pela história oficial. O objetivo é tentar examinar como essas narrativas conferem sentido, significado e sensibilidade para a representação espacial sertão. No intuito de compreender como essas leituras ajudaram a construir e difundir dizibilidades e visibilidades sobre essa espacialidade atenta-se para o universo das práticas sociais, culturais e políticas que atuam na produção do lugar-sertão.

Palavras-chave: narrativas, sertão, espaço

## ABSTRACT

The purpose of this study over the Sertão's space metaphor as part of Maranhão state. It is worth laying eyes on a set of speeches and representations that built the idea of Sertão on early XXth century, trough images, texts and gestures. For that the *corpus documental* used are the views produced by the press, literature and official history. The objective is attempting to examine how these views produce sense, meaning and sensibility for the Sertão's spatial representation. The r

esearch emphasizes social, cultural and political practices that acted on the production of this Sertão-place, in an attempt to understand how these read outs have helped on building and broadcasting perspectives about this space.

Keywords: storytelling, sertão, space

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Localização geográfica do Maranhão do Sul.....	15
Figura 02. Vilas e rotas comerciais sobre influência da navegação fluvial entre 1884 a 1829.....	101
Figura 03 – Detalhe do capítulo “O circo de Cavalinhos”.....	110
Figura 04 - Mapa hidrográfico.....	114
Figura 05 - Tipo de vapores da navegação fluvial.....	121
Figura 06 - Porto de Caxias.....	122

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	12
<b>1. INTRODUÇÃO: Do lado de lá.....</b>	<b>15</b>
<b>2. SER-TÃO TEXTO: TRAÇANDO NARRATIVAS SOBRE O SERTÃO.....</b>	<b>28</b>
2.1 – O espaço geográfico sertão.....	37
2.2 - O território de Pastos Bons.....	43
2.3 - A natureza do sertão e a geografia sentimental de Carlota Carvalho.....	56
2.4 - “Decifra-me ou devoro-te”: o sertão como enigma no pensamento de Dunshee de Abranches.....	69
<b>3. SER-TÃO LÍQUIDO: TRAVESSIAS, ROTAS E PASSAGENS PELO SERTÃO DO MARANHÃO NO COMEÇO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>86</b>
3.1 – “Os caminhos que andam” .....	90
3.2 - No entorno dos espelhos d’água: cidades e práticas culturais.....	104
3.3 - Rios e vapores tecem a imagética do sertão.....	112
3.4 - Indo... Vindo... Regressando... Seguindo rumo ao sertão: trajetórias, devires e encon(fron)tro.....	123
<b>4. SER-TÃO À REVELIA: PAISAGENS DE GUERRA E PERSONAGENS DE CARNE E DE SANGUE POR ENTRE OS INTERSTÍCIOS DOS SERTÕES.....</b>	<b>136</b>
4.1 Paisagens onde o rifle é a suprema lei .....	150
4.2 Heróis dos rifles e dos punhais .....	161
4.3 Os que são estranhos.....	173
4.4 Os que bebem, matam e vigiam.....	186
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>198</b>
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	200



Figura 1- Localização geográfica do sul do Estado do Maranhão.

Fonte: <http://maranhaodosul.blogspot.com/>

## 1. INTRODUÇÃO – Do lado de Lá

Aventura estranha e extenuante essa de errar pelo sertão. Não se entra e nem se sai desse território configurado como “outro”, numa visão etnocêntrica e colonialista. Conforme Guimarães Rosa<sup>1</sup>, “só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro”, deixando-se seduzir pelo trânsito de cores, de gestos, de sons, de ruídos, de vozes e de grafias que o atravessam e o constituem. De sorte que quem procura deslindar o sertão dá volteios no tempo, sofre crispações de desejo e percorre paisagens em fuga. O viajante que teima em mapear seus itinerários perde-se em meio às trilhas, que por não se fixarem estão sempre a produzir desvios que embaçam sua visão e desorientam seus sentidos. Entretanto, é preciso arriscar-se

---

<sup>1</sup>ROSA, 1956 apud BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance da formação do Brasil*. São Paulo: Duas cidades, Ed. 34, 2004, p.320.

nesse jogo de claro-escuro e se tornar um pouco aprendiz na leitura dos signos que se enlaçam sempre a produzir novos agenciamentos e novos significados.

Principiante nessa arte de narrar e de errar, foi com o coração aos saltos e sob o peso da angústia de quem se perde que me lancei nessa viagem de busca pelos confins de uma parte do Maranhão nomeada de sertão. Cegamente seduzida pela claridade dos cenários que representam os lugares marcados pela inclemência do sol e pelo som dos passos dos personagens pisando a terra gretada - como sugere um feixe de produções ficcionais, documentais e acadêmicas que se tornaram matéria-prima para a configuração de estigmas, de signos e de mitos que homogeneízam a categoria sertão em torno da imagem da seca - vaguei por paisagens constituídas por regimes de enunciados que naturalizavam essa referência espacial pelo prisma de uma geografia da miséria e da aridez do clima e dos sujeitos.

Não encontrando nesse labirinto do outro as redes de sentido que simbolizam o entendimento sobre o sertão em sua feição mais caricata, “a nordestina”, pus-me a juntar os estilhaços de caminhos, de histórias, de encontros, de narrativas e de acontecimentos que foram insurgindo no transcorrer dessa travessia, para ir urdindo a trama de um espaço que para mim se configura por sua natureza polissêmica, mutante e migrante.

Com efeito, nesse jogo de montagem de peças, o espaço que foi se delineando nesse texto não segue um mapeamento fixo e estável, não tem princípio e nem fim. Ele é efeito discursivo que não cessa de se modificar com o tempo. E, por conta disso, vai adquirindo distintos contornos e diferentes paisagens, que aqui se insinuam pelo desafio de serem lidos.

Sondar a zona turbulenta sob a qual se ancoravam os discursos que permitem instituir o sertão na história do Maranhão exige que se removam as variadas camadas que revestem o jogo das relações de força sob as quais esse espaço é praticado. Nesse sentido, o espaço geográfico sertão cede lugar a uma cartografia verbal que escapa das tentativas de subjugação e de nomeação, pois está sempre a operar clivagens, a permitir e desmanchar novas inscrições, a inventar territorialidades plurais, múltiplos lugares e novos itinerários.

No entanto, esse palco sob o qual me desloco, a parte sul do Maranhão, se inscreve na contemporaneidade numa problemática bem mais ampla, é objeto de disputa entre os grupos com autoridade de nomear, que pretendem fazer desse território um Estado independente. Note-se a fala do escritor Livaldo Fregona sobre a necessidade de criação do Maranhão do Sul: "Quarenta e nove municípios, 145.293 km<sup>2</sup>, muitos rios, terras férteis em profusão, lugares turísticos singulares, desejo do povo da região em escolher o próprio

destino e caminhar com as próprias pernas... A divisão territorial do Maranhão não foge à regra: é apenas uma questão de tempo.”<sup>2</sup> O projeto de construção desse novo membro da Federação Brasileira remete a uma longa problemática existente nesse território desde o período colonial: a da existência de uma separação geográfica, econômica e cultural entre norte e sul. De tal modo que se conservam na imaginação social maranhense uma teia de enunciados e de representações que se repetem, variam e reiteram a ideia de dois territórios que não dialogam nem se entendem, permanecendo estranhos um ao outro.

Nesse âmbito, os discursos que articulam a identidade espacial da parte sul do Estado, historicamente e economicamente constituída pela ocupação dos fazendeiros de gado (de Pernambuco e da Bahia) no século XVIII, acionam falas carregadas de ressentimento e de mágoa ao argumentarem que essa porção do Maranhão permaneceu isolada e abandonada pelos poderes constituídos. Em linhas gerais, residem aí as justificativas da crescente mobilização política, em vigor desde as últimas décadas do século XX, com o propósito de reconfigurar o mapa simbólico e político do Maranhão. Todavia, por trás dessas práticas e discursos encena-se um campo de batalha entre os grupos que concorrem pela conquista de espaço político no cenário nacional.

Convém esclarecer que a área sul desse Estado representa em termos administrativos, geográficos e culturais o chamado sertão maranhense, embora tenha observado no decorrer desta pesquisa que essa metáfora espacial tenha caído em desuso a partir da segunda metade do século XX, e em vez do termo sertão, essa área passou a ser nomeada de “sul do Maranhão”. Ao examinarmos as narrativas jornalísticas, literárias e oficiais elaboradas entre os séculos XVIII e as primeiras décadas do século XX, verifica-se que o significante sertão aparecia presente nos regimes de enunciados que classificavam, nomeavam e formalizavam esse território. Mas nos tempos atuais, o significante sertão sobrevive nos discursos e nas práticas que instituem a realidade como amplo espectro de significações negativas, como denominação para hábitos e paisagens que simbolizam um mundo arcaico e primitivo, como os lugares distantes dos centros urbanos; enquanto “sul do Maranhão” se afirmou na imaginação social como lugar simbólico que representa a identidade regional.

---

<sup>2</sup> Natural do Espírito Santo, Livaldo Fregona se fixou no Maranhão na década de 1980, mais especificamente na cidade de Imperatriz, onde se consagrou como autor de romances e contos. O texto mencionado acima faz parte de uma miscelânea de textos reunidos no blog da Academia Imperatrizense de Letras. Ver <http://maranhaodosul.blogspot.com/>

Apesar do que foi dito, devo esclarecer que não é objeto desta investigação operar com essas divisões entre norte e sul do Maranhão, tentando retomar uma problemática que tenta pensar as configurações espaciais através de visões dicotômicas (sertão/litoral, campo/cidade, arcaico/moderno) nem tampouco examinar os discursos e práticas regidos pelos regimes de poder que pautam o projeto de criação do Maranhão do Sul, embora isso não possa ser ignorado, já que a forma como se alicerçam as identidades sociais seja também perpassada pelos diferentes modos de ver e dizer o mundo social. Porém, trata-se de colocar no centro desse trabalho o interesse pelas diferentes leituras desse espaço, procurando problematizar o sertão como efeito discursivo. Nesse sentido, as trilhas abertas por Roger Chartier através da História Cultural são de grande valia por permitirem examinar como uma determinada realidade social é “construída, pensada e dada a ler”.<sup>3</sup>

Desse modo, as noções de *representação* e de *apropriação*, estão aqui imbricadas, tal como elabora Chartier, ao definir as representações como “esquemas de classificação incorporados sob a forma de categorias mentais por cada grupo”<sup>4</sup>, ou seja, como classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social, como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Levam-se em consideração as formulações de Chartier na potencialidade que seu conceito de representação tem de valorizar o modo como os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo e à ação classificatória dos indivíduos, bem como de perceber que o estudo do trabalho de classificação implica na própria análise dos conflitos sociais. Já a noção de *apropriação* remete a ação criadora, a uma “história social dos usos e interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”.<sup>5</sup>

Nessa medida, procuro atentar como foi sendo tramado um campo de imagens, de discursos e de práticas que passaram a representar essa parte específica do Estado do Maranhão como sertão. Sabe-se que essa categoria espacial foi exaustivamente mobilizada e ressignificada para pensar a cultura brasileira. Todavia, no decorrer deste trabalho ela parecia não adquirir sentido quando se tratava de pensar uma parte específica do Maranhão. Aqui se coloca o desafio de tentar oferecer uma possibilidade de leitura do polissêmico campo imagético-discursivo que configurou sentidos e significados no intuito de instituir o sertão maranhense. Para isso, sigo uma periodização bastante fluida, tratando-se da análise

---

<sup>3</sup>CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre as práticas e as representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>4</sup> Ibid., p.17 e 18.

<sup>5</sup> Id. A beira da falésia. A história entre certezas e incertezas. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, p. 68.

de discursos e de representações que foram constantemente apropriados e (re)atualizados pelas narrativas orais e escritas, como se observa na própria recorrência do termo sertão<sup>6</sup>. O critério no dimensionamento temporal da pesquisa acompanha o direcionamento fornecido pela documentação. Dessa forma, tanto posso me reportar para as últimas décadas do século XIX, como posso me ater nos anos iniciais do século XX, já que utilizo uma massa documental que atravessa essas duas periodicidades.

A existência de um crescente mercado editorial nas décadas iniciais do século XX engendrou a emergência de uma série de jornais e revistas, publicados ou em circulação pelo território do Maranhão. Em virtude da grande abrangência de periódicos publicados nesse espaço de tempo, procurei focalizar esta pesquisa nos jornais produzidos em algumas cidades situadas na parte sul desse recorte espacial, estabelecendo como critérios de seleção tanto a periodicidade dos jornais quanto sua circulação. Dentre os jornais selecionados destaco: *O Norte* de Barra do Corda; *O Tocantins*, de Carolina; *Jornal do Comércio*, de Caxias; *Gazeta de Picos* e *Correio de Picos* da cidade de Picos (atualmente Colinas).

Ao lançar mão dos registros da imprensa, relatos saltam das páginas dos jornais, criando um território perpassado por tensões, por zonas de conflito e por enfrentamentos dissolvidos no cotidiano de alguns núcleos urbanos e áreas circunvizinhas. Com base no exame dessas folhas tenta-se compreender os efeitos de poder que os discursos propagados na imprensa produzem, pois os relatos se configuram na forma de lugares sociais, nos quais se faz necessário apreender as disputas e entrelaçamentos entre um diagrama de forças, presentes nos modos de apropriação e de produção dos espaços sociais.

Assim sendo, procuro lançar o olhar sobre as várias formas de ver e dizer o sertão, deixando entrever múltiplas territorialidades, paisagens e práticas que ao serem ressemantizadas pelo campo narrativo agem como índices de definição do tempo e do espaço. Ao estabelecer um enfoque narrativo na tessitura desse território, privilegio não somente as narrativas jornalísticas, mas também as literárias e as oficiais, tais como relatórios, memórias, mensagens, roteiros de viagens e mapas, considerando-se que elas são produtoras de sentidos, de sensibilidades, de identidades e de significações. Essas narrativas fabricam o sertão como um gigantesco caleidoscópio, de vozes, de memórias, de texturas e de práticas que gravitam em imensas zonas de fuga, instituindo diferentes lugares e leituras de mundo.

---

<sup>6</sup> ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões. Bauru- SP: EDUSC, 2000, p.18 e 19.

Em se tratando dos registros da imprensa acredito que eles nos levam a refletir sobre as narrativas de espaço, no que toca ao *ato de dizer*, aos modos como os relatos dos jornais desenham espaços e produzem marcas temporais. Visto que os relatos se constituem como práticas de espaço, as narrativas jornalísticas, bem como as literárias, ao situarem as formas de atuação e de apropriação do mundo pelos atores sociais, tornam-se reveladoras de *táticas*, de usos e de criação dos espaços. Nesse sentido, o pensamento de Michel de Certeau também norteará este trabalho, ao provocar reflexões sobre a forma como agem os relatos orais e escritos ao se constituírem em práticas de espaços, já que os relatos podem ser lidos como operações narrativas, “percursos de espaço”, à medida que demarcam lugares, elaboram cartografias, autorizam práticas, possibilitando-nos incursionar por outras configurações sociais.<sup>7</sup>

Os registros da imprensa, apesar de sofrerem a intervenção de outros sujeitos (editores, redatores, gráficos e anunciantes), atuam como relatos de espaço, dando pistas sobre práticas culturais, estratégias de lutas, vivências periféricas, práticas de lazer, normas de convivência e atitudes sociais. Isto porque agem na produção do mundo social. Tratando-se de lugares praticados por seus usuários, os espaços são frutos dos relatos destas práticas, uma vez que operam na elaboração de representações, de imagens e de percursos.

Entretanto, não são somente os relatos da imprensa que me chamaram a atenção, mas também os produzidos pela literatura, pois as narrativas literárias fornecem um rico campo de análise da imagética do sertão. De tal modo que elas são examinadas “como produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade”<sup>8</sup>. Elas implicam na construção do real, enquanto produtoras de sistemas de significação e criadoras de sentidos que instituem esse real. Logo, a produção literária do período (romances e contos) ao apontar para um universo de espectadores privilegiados do social deve ser vista como fonte crucial para a construção do discurso histórico.

Para além das fontes já citadas, não posso deixar de mencionar a importância das narrativas oficiais para este trabalho (historiadores locais e memorialistas), sobretudo em decorrência da incipiente historiografia do Maranhão sobre essa temática. Os relatos considerados oficiais aparecem como referências históricas, seja por recortarem eventos, seja por selecionarem personagens, seja por instituírem lugares e fatos localizados no tempo/espaço. Entendo que o discurso oficial ao produzir representações sobre o lugar-

---

<sup>7</sup> DE CERTEAU, Michael. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 199.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN: Massagana; São Paulo: Cortês, 1999, p.30.

sertão, em geral o alicerçando sob o discurso de singularidades que balizam a memória, a história e a tradição, deve ser perscrutado como marcos fundadores da história dessa parte do Maranhão, visto que essas narrativas, à medida que foram repetidas e reapropriadas por outras narrativas, foram atualizando a simbólica desse território.

Porém, para atingirmos os objetivos aqui propostos são necessários alguns procedimentos de análise e precauções metodológicas. O primeiro refere-se ao uso de uma abordagem micro-histórica. A escolha dessa prática de pesquisa se justifica por duas razões: por me possibilitar reduzir a escala de observação desse recorte espacial entendido como o sertão, já que parte da proposta desta pesquisa centra-se na análise de fragmentos de relatos dos jornais, com o fim de esboçar estratégias individuais e coletivas engendradas em tensões cotidianas enquanto práticas de espaço. E segundo, porque levo em consideração que a micro-história tem trazido contribuições de relevo para a produção do conhecimento histórico, especialmente pelo fato dessa escolha metodológica não rejeitar a análise macro da sociedade e por permitir a recuperação de práticas sociais e culturais mais complexas. A historiadora Regina B. Guimarães Neto afirma que esse tipo de método tem o efeito de agregar “às investigações um grande número de fatores, acontecimentos, situações vivenciadas, desafios e enfrentamentos,” e, além disso, nos aproxima dos fragmentos de relatos escritos, sendo reveladores das ações humanas.<sup>9</sup>

Um segundo deslocamento dado a esta pesquisa envolve a utilização dos registros da imprensa escrita. Levando-se em conta que os relatos da imprensa estão no centro deste estudo, devido tanto à riqueza de informações sobre esse espaço simbólico quanto por considerar os discursos produzidos nas matérias de jornais como um exercício de dominação, construtor de sentidos e de significados inseridos nas representações e discursos que elaboram. Investigar as narrativas de espaço presentes nos relatos da imprensa exige atenção e metodologias distintas. Em primeiro lugar, trata-se de submeter esse tipo de fonte documental a uma história da leitura, conforme se dedica Roger Chartier, ao considerar os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e de seus suportes, ou seja, coloca-se como necessária a historicização das fontes, estando atento para “as condições técnicas vigentes”<sup>10</sup>; cabendo investigar as especificidades da imprensa, através de suas regras de produção. Portanto, busco levar em consideração o universo de circulação das notícias, do

---

<sup>9</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaço e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, p. 154/155.

<sup>10</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.132.

suporte sobre o qual são tecidas as notícias, das hierarquias na seleção de temas e disposição das matérias, da linha editorial do jornal, do vínculo com os anunciantes, do mercado em que está inserido, da concorrência com outros jornais, etc.

Além da materialidade dos impressos, tento me fazer vigilante aos regimes de enunciados elaborados pela imprensa acerca desse espaço, pois segundo Foucault, a classificação e a delimitação de recortes espaciais são produtos de relações de poder, exercidas e multiplicadas pelos sujeitos, e a fabricação destes espaços se configura em campo de disputa pelo poder.<sup>11</sup> Isso me impele a esboçar um segundo direcionamento, pautado na problematização da noção de “discurso”. Discurso é aqui entendido como *acontecimento*, na esteira do pensamento de Foucault, para quem essa noção “não é da ordem dos corpos” nem é visto como imaterial, mas como algo que se efetiva na materialidade, na relação, ou seja, que se produz “como efeito, de e em dispersão material.” Trata-se de tomar o discurso como *acontecimento*, tendo em vista seu “conjunto”, composto pelo jogo de noções envolvendo regularidades, causalidades, descontinuidades, dependências e transformações. De tal modo que só é possível a crítica ao discurso por meio da análise do contexto que lhe dá sentido.<sup>12</sup> Por conseguinte, é importante problematizar nomeações, classificações e identidades, elaboradas para definir a paisagem em questão, já que se trata de pensar o espaço como uma rede de códigos culturais e sociais que aí se elaboram e se desenvolvem.

O terceiro procedimento metodológico centra-se na análise do espaço como fruto das maneiras de fazer, de criar e de lutar dos atores sociais. É bom frisar que o espaço sertão também emerge como resultado das ações de indivíduos e grupos (experiências de enfrentamento, encontros, disputas políticas). Nessa medida, cabe atentar para as *táticas* que os *consumidores* empregam para alterar, reinventar e subverter culturalmente a vida cotidiana e os espaços.

Com base no que foi dito, os relatos (jornalísticos, literários e oficiais) adquirem grande importância neste percurso, pois permitem uma percepção mais aguda dos deslocamentos espaciais e, por conseguinte, dos deslocamentos temporais. É através deles que incursionamos por estradas onde é possível se defrontar com trajetórias de personagens anônimos, que brincam com a simbólica dos lugares, inaugurando e reorganizando territórios e códigos sociais. Quando escolhi optar pela escriturística desses relatos no seu

---

<sup>11</sup>FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979, p.153-165.

<sup>12</sup> Id. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Forense Universitária, 2003b, p.56-57.

papel de “sintaxe espacial”, admiti também uma recusa por um tipo de produção do conhecimento histórico que produz crispações sobre a vida cotidiana em favor dos grandes acontecimentos. Daí a necessidade de deslocar o olhar para a mobilidade desse território, visando atentar para as experiências que emergem das práticas sociais, de tal modo que seus efeitos se prolonguem e estilhacem o cristal do isolamento e do abandono tão enunciado pelos discursos instituídos.

Espero que o leitor, de quem almejo benevolência, lance seu olhar para os pequenos instantâneos de tempo e de espaço que se pulverizam como fogos-fátuos, promovendo maneiras de ler o lugar-sertão como algo em construção e em constante errância. Significa dizer que o leitor irá encontrar vestígios de histórias de homens e mulheres em frequente trânsito, mesmo que isso signifique que eles não saiam dos lugares, como sinaliza Deleuze ao falar dos desterritorializados. Nesse sentido, aproximo a objetiva das experiências vivenciadas em meio aos caminhos (da exploração da borracha, do diamante, do caucho, do sal, dos rios), quase sempre tragadas pelos signos das tragédias e dos encontros; mas também das errâncias sem direção definida, imprimindo uma dinâmica na criação e na vivência dos núcleos urbanos, a exemplo das práticas itinerantes de indivíduos e de grupos que se revezavam pelas áreas que recobrem o extenso interior do país (tropeiros, ciganos, migrantes, artistas, médicos, fotógrafos e caucheiros). Pois o fato é que essas experiências pautadas no pesar, no penar e no recomeço estão sempre a criar e recriar outros territórios.

Destarte, pensar nas possibilidades de leitura dessa espacialidade implica na composição de um imenso painel de questões que visem problematizar classificações naturalizadas, articular discursos identitários produtores de significados que lhe delineiam e lhe distinguem, assim como apreender estratégias e lutas cotidianas que os usuários desses espaços empregam para sobreviver, reelaborar e subverter os códigos vigentes. A tentativa aqui era de engendrar uma imagem do chamado sertão maranhense como uma espécie de *Cinemascope*, onde fosse possível colocar em único enquadramento uma grande quantidade de elementos que por sua vez engendrassem uma ideia de que nada está fixo, mas em constante permuta, em choque, em confronto. Com esse intuito, meu relato encontra-se dividido nos seguintes capítulos:

*Ser-Tão texto: traçando narrativas sobre o sertão maranhense*, neste capítulo o ponto de partida é a própria categoria sertão. Trata-se de averiguar o campo semântico no qual essa metáfora espacial foi dada a ler. Tal direcionamento permite traçar um rápido esboço das apropriações da categoria sertão pela intelectualidade para pensar a cultura

brasileira. De modo que tento situar como o sertão do Maranhão projetou-se como texto através de uma série de produções narrativas. Para isso faço um breve vôo sobre alguns estudos que focaram suas análises nesse recorte espacial. Contudo me detenho mais demoradamente sobre dois textos, que considero fundantes de uma ideia de sertão: *O Sertão*, de Carlota Carvalho e *A Esfinge do Grajaú*, de Dunshee de Abranches.

Tento compreender como essas duas narrativas, que serviram de base para outras narrativas, procuraram representar o sertão como cartografia e paisagem social, de forma que contraponho a visão “de dentro” de Carlota Carvalho (que nasceu e viveu nesse território) e a visão “de fora” de Dunshee de Abranches (que era natural de São Luís e foi enviado em 1888 para Grajaú para assumir o cargo de Procurador Municipal). Devo destacar que essas duas escrituras acionam imagens e discursos que colocam em cena um território perpassado pelo signo do esquecimento, visto que nos discursos que o instituem torna-se reinante o argumento de que esse recorte sócio-espacial foi mantido à margem do mapa simbólico e político do Maranhão, precisando ser inscrito no discurso oficial. De modo que essas narrativas elaboram um arquivo de textos e de representações que serão aqui melhor explorados: marcos que podem ser vistos como fundadores da história do território (1823-Adesão do Maranhão a Independência do Brasil; 1838/1841 - A Balaiada), lugares simbólicos (o sertão de Pastos Bons como terra da promessa) e figuras narrativas (a saga dos pioneiros bandeirantes, etc).

No segundo, *Ser-Tão líquido: travessias, rotas e passagens pelo sertão do Maranhão no começo do século XX*, a proposta inicial era fazer o mapeamento das principais formas de penetração nesse território, privilegiando os itinerários fluviais a fim de delinear o mapa do chamado sertão do Maranhão. No entanto, a escrita foi caminhando para o modo como os rios foram se constituindo em peças-chave na produção discursiva desse corpo social, à medida que a geografia fluvial assumia papel de relevo no conjunto das narrativas aqui analisadas. Os registros da imprensa tecem um cenário tergiversado pelos discursos do isolamento e do abandono, em que pese às dificuldades de transporte e de comunicação terem se constituído em verdadeiros obstáculos à integração do *sertão* ao *litoral*. Contudo, pode-se notar através dos inúmeros signos que saltitam nos relatos dos jornais que esse território representava um lugar de passagem para os grupos sociais que seguiam em direção aos centros aglutinadores da borracha no sul do Pará e em busca das áreas de mineração no Goiás e no Mato Grosso. De forma que os rios além de terem possibilitado o surgimento de um traçado urbano em torno das rotas fluviais, ainda eram

ponto de atração e de mediação da relação entre sedentários e nômades. Cabe frisar que por conta desse lugar de “quintessência do sertão”, esses territórios líquidos são aqui examinados tanto como cenários para um reticulado de práticas sociais quanto protagonistas das histórias que organizam e que fabulam um mapa de sentidos responsáveis pela criação do mundo do sertão.

Através das narrativas da imprensa e da literatura tento flagrar instantâneos, práticas culturais e discursos urdidos no espaço das cidades surgidas no entorno dos rios, tencionando mostrar um mosaico de lugares e de práticas reveladoras de sentidos sobre o cotidiano do chamado sertão. Os caminhos líquidos aparecem como uma das mais ricas representações culturais alicerçadas nos relatos que produzem o dito sertão maranhense, o que me leva a atentar para a intersticialidade desse território, permitindo traçar uma cartografia fluida, em constante dispersão, uma vez que os limites de definição são estrategicamente burlados pelos usuários destes espaços, ao contrário de um mapeamento que pretende fixar limites e operar demarcações.

No terceiro e último capítulo, *Ser-Tão à revelia: paisagens de guerra e personagens de carne e sangue por entre os interstícios dos sertões*, o interesse se volta para a forma como a violência se tornou um vetor constituinte desse mundo social. Tento projetar luz sobre os diferentes modos como a imprensa apropriou-se do discurso da violência para forjar essa metáfora espacial, de sorte que é possível averiguar como se instituíram alguns periódicos em circulação por algumas cidades (Picos, Barra do Corda, Grajaú, Carolina e Caxias). Não se pode deixar de assinalar que esses jornais foram marcantes na produção de relatos sobre o cotidiano, sobretudo das cidades que pontilhavam esse espaço. Mesmo que servissem aos interesses de proprietários rurais e políticos locais, trazendo em seus discursos a proposta de retratar “às coisas do sertão” - ainda assim, eles funcionavam como vitrine para os anseios, reclames e estratégias de personagens anônimos, que esboçavam suas travessias e deixavam impressos vivências marginais. Para isso é dado enfoque ao papel das cartas publicadas nesses periódicos.

Tendo em vista que as matérias de jornais são engendradas num campo de poder que hierarquiza e seleciona determinadas matérias, sinalizando para ângulos de observação variados, as práticas de poder que transparecem nesses registros cruzam-se, fazem-se e desfazem-se, assim como estabelecem limites e regras. De tal modo que, nesses jornais colocava-se em cena uma série de interesses sociais de grupos em combate pelo poder de apropriação dos espaços e dos sujeitos. Tratando-se de uma espacialidade marcada por

tensões e conflitos, é válido apontar o papel que a violência física e simbólica assume nas práticas de apropriação dos espaços por homens e mulheres que à sua maneira elaboraram a configuração de uma cartografia flutuante e porosa. Deste modo, é importante dar atenção às narrativas de espaço, destacando as práticas sociais e culturais vivenciadas nessas territorialidades, para isso focalizo os diferentes enfrentamentos ocorridos em algumas localidades, arrabaldes e nas divisas com outros Estados (Pará e Goiás). Neste capítulo, desenha-se uma cartografia das práticas da violência a partir do discurso da imprensa, deixando entrever que o espaço sertão emerge como um imenso campo de batalha. Baseio-me no argumento de que a violência, bem como as imagens do isolamento e do abandono, apresentaram-se como vetores constitutivos do instituído sertão maranhense, desvelando um espaço em disputa, que faz refletir sobre as estratégias individuais e coletivas, as experiências cotidianas, que inscritas em uma polissêmica rede de lugares, autenticam práticas de espaço e produzem um aporte de memórias sobre o universo do sertão.

\*\*\*

Devo assinalar que a hesitação em partir em uma viagem por um espaço que se afigurava imenso me fez recuar diante de alguns obstáculos: em virtude da amplitude do território definido como sertão, descartei algumas localidades que se formaram na fronteira com o Estado do Piauí tendo o rio Parnaíba como cenário; não cheguei a fazer uma problematização mais aprofundada sobre os jornais aqui citados, o que com certeza teria enriquecido minha análise, sobretudo pela ausência de fontes documentais e bibliográficas que permitissem suprir algumas lacunas. Ademais, o fato de esses jornais encontrarem-se incompletos dificultou uma melhor compreensão de seus papéis nessa sociedade. A ausência de produções acadêmicas que trouxessem abordagens sobre essa parte do Maranhão também se configurou em obstáculo quase intransponível, especialmente quando se trata de criar cenários mais consistentes sobre as cidades que pontilham esse trabalho, especialmente na primeira metade do século XX, o que me fez sair tateando em busca de indícios que remetessem a locais seguros para que pudesse fincar pouso. Mas devo esclarecer que em virtude da escassez do tempo e de outras intempéries que ocasionaram paradas durante a pesquisa, deixei de fora um levantamento e análise mais ampla das produções literárias do período, bem como a utilização de fontes orais e a pesquisa nos acervos localizados nas cidades que se constituem em teatro para as histórias que procuro recriar.

Não sendo poucos os percalços, sofrimentos e tragédias que marcam a *via crucis* de um pesquisador, sobretudo quando o alvo de interesse é o entendimento sobre a categoria Maranhão e os locais de pesquisa se centram no próprio Estado. Aproveito aqui para reforçar minha indignação frente à inércia e a bu(r)rocratização dos poderes instituídos responsáveis pelas instituições de guarda da memória e da história no Estado do Maranhão, que tem mantido fechado (a bem mais de um ano) a Biblioteca Municipal Benedito Leite, onde se encontra armazenada a maior parte do acervo de jornais, revistas e outros impressos referentes à história desse Estado, e onde eu (e tantos outros pesquisadores) extraí a maior parte das fontes documentais que sustentam este trabalho. Este fato veio abruptamente interromper a transcrição de documentos-chave que se encontravam micro-filmados, como o jornal *O Norte* (a folha de maior circulação e longevidade dentre as fontes utilizadas) sem mencionar o desaparecimento e a falta de restauro de outros documentos que teriam contribuído sobremaneira para o enriquecimento dessa narrativa.

Com tantos percalços nessa viagem tive de modificar inúmeras vezes os direcionamentos previstos, o que implicou tantos outros desdobramentos para o meu entendimento sobre o chamado sertão maranhense. Tais mudanças de direção também ocasionaram uma lista de escolhas que me fizeram passar ao largo de qualquer expectativa de encontrar um destino seguro, confortável e conclusivo. Significa dizer que tomei a própria viagem como destino, de modo que almejo que os efeitos dessa errância prolonguem-se na montagem e desmontagem de uma cartografia nervosa que dê conta da pulsão e do movimento desse percurso leitor.

## 2-Ser-Tão texto: traçando narrativas sobre o sertão do Maranhão

“[...] astúcias que tem certas coisas passadas de [...] se  
remexerem dos lugares”  
(Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas)

Aventurar-se numa viagem pelo sertão guarda um encontro com o acaso e exige de quem se arrisca por esse “lugar por excelência do se perder e do errar”<sup>13</sup> lances de coragem e mirada poética. Por abrirem fendas que fazem de nós intérpretes em busca dos sentidos dos signos que cintilam ao longo dos itinerários, os encontros têm o poder de movimentar o pensamento, induzindo o exercício criativo. Ao procurarmos nomes que insiram sentido a um espaço que é “*movimentante todo-tempo*”<sup>14</sup> em uma rápida referência a Guimarães Rosa, que, ao falar de um sertão-mundo, constrói a imagética de um lugar cujas cartografias se definem e se desfazem continuamente, é recomendado atentarmos para os labirintos e as lacunas que se rebelam ao longo desse percurso-leitor.

Todavia, antes de se iniciar nessa travessia pelas veredas dos sertões, convém considerar os conselhos de Paul Éluard e André Breton: “Não leias. Olha as figuras brancas desenhadas pelos intervalos separando as palavras de várias linhas e inspira-te nelas.”<sup>15</sup> Essa advertência, sugerida na proposta do método surrealista, reforça o imperativo de que se deva romper com os lugares estabelecidos e naturalizados e de que a leitura constitua-se em atividade criadora. Trazer essa reflexão para o campo das representações espaciais implica a compreensão de dois deslocamentos indicados por Michael de Certeau<sup>16</sup>: primeiro, que se olhe o espaço para além das fixações estabelecidas pelos sistemas geográficos e pelos regimes de enunciados que o formalizam e o normalizam; segundo, que se desloque o ângulo de observação para as ausências, as discontinuidades e as interrupções flagradas no *continuum* espacial.

Salienta De Certeau que os espaços não devem ser lidos através das “totalizações imaginárias do olhar”, mas sim, por meio do embaralhamento dos “usos” e “operações” que os praticantes fazem desses espaços, dando vida às suas transgressões cotidianas, pois estes

---

<sup>13</sup> BOLLE, op. cit., p.65.

<sup>14</sup> ROSA, ROSA, Guimarães. Grande sertão: veredas. 12. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 391.

<sup>15</sup> REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. O desacontencimento e as escrituras do eu: as coisas e as gentes. Recife-PE, 2008; p.04 (texto não publicado)

<sup>16</sup> DE CERTEAU, op. cit.

com a poética de seus passos singularizam uma “maneira de estar no mundo”<sup>17</sup>. Ao chamar atenção para essa possibilidade de singularizar e ao mesmo tempo de pluralizar os espaços, De Certeau introduz lances de movimento e de ação na análise das representações espaciais, o que, de algum modo, reitera o pensamento de Éluard e Breton, tendo em vista que em ambos é reinante a ideia de uma experiência criadora que os sujeitos e suas narrativas empregam na produção de textualidades.

A leitura das figuras brancas ou dos entre-lugares que se situam em meio às palavras mantém semelhanças com a leitura de Michael de Certeau da imagem das “‘árvores de gestos’ em movimento” de Renner de Maria Rilke<sup>18</sup>, pois nelas as representações espaciais são expressas pelo seu movimento, pelo seu caráter fugidio, de modo que espaços e lugares projetam-se em permanente errância.

Saturada de significados, a palavra sertão é aqui analisada em sentido polissêmico, à medida que essa representação extrapola os limites que a instituem como fronteira espacial, a ponto de se ampliar como dimensão social, política, econômica e cultural. Intimamente ligada à história do Brasil, essa referência espacial é uma das que mais se identifica e a mais frequentemente mobilizada para pensar a cultura brasileira.<sup>19</sup> O arsenal de signos, de imagens e de textos que a palavra sertão carrega em torno de si, além de revelar sua forte recorrência na imaginação acerca do território nacional, denota o quanto esse significante foi fartamente perscrutado e nomeado por uma multiplicidade de saberes (históricos, geográficos, sociológicos e literários).

O certo é que a categoria sertão confere sentido a uma série de práticas culturais, modos de ser e de agir, territorialidades, paisagens e lugares, tendo em vista que ela foi aglutinando enunciados e imagens que, simultaneamente, se dilataram e se metamorfosearam em um sem-número de significações, justificando sua consagração em uma das construções históricas mais polissêmicas e mutáveis da imagética espacial do país.

Em se tratando de sua natureza mutante, múltipla e móvel, o termo sertão foge às tentativas de esquadramento e de fixação, escapando do horizonte de expectativas das cartografias convencionais e, mais ainda, das tentativas de interpretações exegéticas de suas

---

<sup>17</sup> Ibid., p.176-181.

<sup>18</sup> Conforme Michael de Certeau (op. cit., p. 182), essa imagem serve para ilustrar as alterações feitas no espaço pelos agentes sociais, por meio das figuras ambulatórias ao confeccionarem um “relato bricolado com elementos tirados de lugares-comuns”. Para ele, essas figuras estilísticas são como “as árvores de gestos que se movimentam por toda parte. Suas florestas caminham pelas ruas. Transformam a cena, mas não podem ser fixadas pela imagem em um lugar.”

<sup>19</sup> AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995, p. 151.

imagens. Nesse sentido, devemos esgarçar os muitos fios que tecem a trama das narrativas que o instituem, tornando-se primordial o rompimento com perspectivas de análise apoiadas em leituras que veem o espaço como algo naturalizado, imutável e perene. Os discursos que trazem uma ideia naturalizada de espaço são fortemente encontrados em visões que desconsideram ou desconhecem o fato de que a própria natureza é provida de historicidade, negando-se a conceber que os recortes espaciais sejam atravessados por múltiplas temporalidades.<sup>20</sup>

Em virtude de sua dimensão temporal, as espacialidades devem ser analisadas como criação histórica, como resultado das estratégias de diferentes atores sociais, uma vez reelaboradas em diferentes frentes de contato, de combate e de enfrentamento. Em referência ao tema do espaço, Michael Foucault assinala que as sociedades contemporâneas vivem a primazia do espaço sobre o tempo, tanto que conceitos como o de simultaneidade, virtualidade, ciberespaço, justaposição e dispersão têm ganhado cada vez mais força nas áreas de conhecimento.<sup>21</sup> Para Foucault, nós nos relacionamos com o espaço por meio da ordem da relação, mas nomeadamente “sob a forma de relações de posicionamento”, que se definem pelas relações de vizinhança entre pontos, formando redes, organogramas, séries, etc. Essa afirmação remete a uma noção de espaço visto não como algo estático, mas sim, dotado de mobilidade, pois ao mesmo tempo em que ele é instituído nas relações humanas, ele também as engendra e as significa. É o que se nota nas noções de território, de fronteira, de região e de lugar.

Pensar o sertão como espaço relacional, conforme sugere a leitura de Foucault, é entendê-lo como palco de luta, no qual diferentes relações de forças se chocam pelo poder de fabricação dos recortes espaciais. A classificação, a formalização e a delimitação de categorias espaciais são produtos de relações de poder, exercidas e multiplicadas pelos sujeitos. Por conseguinte, o conceito de sertão esconde um combate silencioso, no qual os grupos sociais concorrem pelo poder de demarcação e fixação das identidades espaciais, e

---

<sup>20</sup> ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz, Nas fronteiras da discórdia: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p.33-66.

<sup>21</sup>Foucault defende que vivemos uma época em que se verifica a supremacia do espaço sobre o tempo, “estamos em um momento em que o mundo experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama.” Para ele, o espaço é o que realmente inquieta a sociedade contemporânea; já o tempo só emerge “como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço”. Com esse argumento, Foucault visa combater uma ideia de espaço naturalizado, imerso num contínuo temporal, chamando atenção para o fato de o espaço ser dotado de historicidade, de modo que tempo e espaço não se dissociam, mas, pelo contrário, eles se entrecruzam. FOUCAULT, Michael. “Outros espaços”. In. Ditos e escritos V. III. Estética: literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 411-422.

para isso, erigem símbolos, ícones, emblemas e marcos. Em face dessa arena de luta, as noções de região, de território, de nação e de lugar surgem inseridas, no que Foucault chama de “administração do saber”, já que são operacionalizadas nas “relações de poder que passam pelo saber”, ou seja, a produção de fronteiras, de identidades espaciais e dos grupos é construída no campo das relações simbólicas de força.<sup>22</sup>

É o que aponta uma larga produção historiográfica que visou tatear as várias terminologias e sentidos atribuídos ao significante sertão no transcorrer do tempo. Walnice Nogueira Galvão, ao falar da utilização do vocábulo sertão, frisa que desde sua inserção no Brasil pelos portugueses, durante o processo de colonização, essa palavra já trazia em seu bojo uma complexidade de significados utilizados tanto na África quanto em Portugal, seu sentido se distanciava da imagem de deserto e de aridez e mantinha uma equivalência com a noção de “interior”, de “distante da costa”, de forma que essa referência espacial podia representar até mesmo áreas formadas por florestas, desde que fossem “afastadas do mar”, daí ter sido associada a “mato” ou “mato distante da costa”, como faziam uso na África Portuguesa.<sup>23</sup>

Em seu turno, Janaina Amado, ao reforçar as marcas do processo colonizador no uso do termo sertão no Brasil, diz que as expressões “interior” e “distante da costa” se cristalizaram na imagética social brasileira carregadas de sentidos negativos, seja como sinal da ausência da Igreja e do Estado, seja como signo da barbárie, seja como território do desconhecido. Amado argumenta que a palavra sertão tanto serviu para nomear um espaço longínquo, desabitado e desconhecido, adquirindo força por meio de uma carga simbólica que lhe imputava a ideia de perigo, quanto também “adquiriu uma significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, à localização onde se encontrava o enunciante ao emitir conceito”. Nesse sentido, a noção que se tem de sertão é relativa à posição ocupada por aquele que a enuncia.<sup>24</sup>

Essa última observação salienta que essa representação espacial se constituiu no “lugar por excelência da alteridade,” como se o sertão só se projetasse na dependência de um lugar de enunciação, na função de representante daquilo sobre o que se fala. Nesse contexto, o lugar-sertão também passa a servir de referencial para afirmar a própria identidade litorânea, ao ponto dos dois discursos, ainda que opostos, se complementarem, necessitando um do outro para se constituir. No dizer de Amado, sertão e litoral interpenetram-se, a

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, 1979, op. cit., p.153-165.

<sup>23</sup> GALVÃO, 2000, apud BOLLE, op. cit, p.48.

<sup>24</sup> AMADO, op.cit., p.151-159.

exemplo de um jogo de espelhos, já que “uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida.”<sup>25</sup>

A brincadeira com os espelhos introduz uma reflexão sobre a natureza fronteiriça da relação entre sertão/litoral, visto que o discurso fronteiriço se emoldura em um espaço de abertura, onde, mesmo sendo claros os limites que separam as duas representações espaciais, é flagrante que há no espaço de fronteira um movimento que induz ao atravessamento, à contiguidade, ao encontro entre os dois polos, já que a imagem fronteiriça permite o embaralhamento do “eu” com o “outro”.

Assim, a categoria fronteiriça sertão tornou-se imagem obrigatória nas narrativas vinculadas à questão da identidade nacional, servindo de indicativo às matrizes de pensamento que a partir das últimas décadas do século XIX, se lançaram na tentativa de construção da nacionalidade. Trafegando nos limites que separam e aproximam sertão/litoral, uma extensa produção acadêmica e literária se agarrou a essa dicotomia como via segura para pensar o Brasil. Nessa medida, diversas construções simbólicas passaram a representar o sertão por meio de lugares de poder nos quais a polaridade entre litoral/sertão serviu de mote para a instituição de analogias a pares como civilização/barbárie, moderno/arcaico, cidade/campo e letrado/iletrado. É o que vislumbra um conjunto de estudos acadêmicos voltados para as análises das sociedades rurais, a exemplo de Cândido<sup>26</sup>, Queiróz<sup>27</sup> e Franco<sup>28</sup>. Essas produções tornaram-se leituras-guia no que tange à compreensão do debate que movimentou as pesquisas sociológicas das décadas de 1960/70, em que assuntos como as sociedades rústicas, o messianismo, o isolamento, as contradições entre rural e urbano e a violência constituíram-se em temáticas recorrentes.

Com efeito, as matrizes dualistas de interpretação da sociedade brasileira, ao assumirem grande força simbólica nas produções narrativas entre os fins do século XIX e quase todo o século XX, parecem ter agenciado um dos mais fortes dilemas do pensamento social brasileiro. Nísia Trindade Lima, percorrendo os inúmeros lugares que serviram de abrigo à categoria sertão (interior) dentro da imaginação social do país, afirma que os contrastes entre litoral e interior estão ancorados em um grande continuísmo histórico, em

---

<sup>25</sup> Ibid., p.150.

<sup>26</sup> CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria duas cidades, 1971.

<sup>27</sup> QUEIRÓZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa e Ômega, 1965; O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil: Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

<sup>28</sup> FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

que pese os caminhos da modernidade no país e o lugar assumido pela intelectualidade na construção da nação.<sup>29</sup>

Com base nessa assertiva, essa autora reitera que a projeção do intelectual como “exilado” ou “desterrado em sua própria terra”, expressão de Sérgio Buarque de Holanda por ela citada, esteve presente no discurso de grande parte da intelectualidade brasileira. Nísia Trindade Lima retoma o debate em torno da questão nacional, problematizando o modo como as teses que contrapunham sertão/litoral estiveram intensamente vinculadas à identidade brasileira. Para isso, ela trilha o universo teórico que impulsionou as viagens e expedições científicas pelo interior do país, visando ao saneamento, à delimitação de fronteiras e à incorporação dos sertões, até a institucionalização das ciências sociais no Brasil, a partir de 1930. Ademais, essas teses foram marcantes na construção e na afirmação de um lugar simbólico para essa representação sócio-espacial, tanto por meio de uma visão negativa que lhe consagra pelo signo do arcaico, do selvagem, do rural, em detrimento do litoral, visto como civilizado, urbano e moderno quanto através de uma visão que o idealiza, ao lhe legar o lugar de repositório da autêntica nacionalidade.<sup>30</sup>

Se considerarmos essas duas vias interpretativas, verificaremos que, de um modo ou de outro, os projetos que deram visibilidade ao sertão o instituíam como o lugar do “outro”. Logo, ele é o sujeito/objeto sobre “o que se fala”, tornando-se alvo de nomeações, demarcações e decodificações. Nesses termos, a ampla literatura que se ocupou da produção social dessa espacialidade em todo o século XX, constituiu-o como o lugar do desejo, da pureza, da tradição, do provável entendimento da nação, sem, contudo, fugir ao dualismo como veio interpretativo.

Não obstante, podemos notar que em alguns cenários dessa procura, a indefinida delimitação espacial configurou-se em uma das principais marcas dessa representação geográfico/social, uma vez que incorpora distintos significados. Por conseguinte, a palavra sertão se alargou para um reticulado de sentidos, podendo representar o lugar do semiárido, da caatinga, do cerrado, do interior, do vazio, do deserto, da “civilização do couro”, do sobrenatural, da oralidade, da ausência de lei, da inclemência do sol, da seca, dos coronéis, das longas distâncias, do arcaico, da fome, da religiosidade popular, da violência, dentre tantas outras representações que, no decurso do tempo histórico, assumiram diferentes cargas de valor simbólico.

---

<sup>29</sup> LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM, 2003, p. 207-210.

<sup>30</sup> LIMA, 2003, *passim*.

O certo é que as narrativas (literárias, historiográficas, sociográficas, geográficas, orais, visuais, musicais) desenham o sertão com densidade estética e metafórica. Nelas, a construção da paisagem escapa ao domínio da geografia, adquirindo contornos e texturas que lhe dão um sentido político, simbólico, cultural, afetivo e estético. Assim, o espaço que emerge das produções narrativas nos impele a um jogo de montagem, cujas peças armazenam figuras, lugares-comuns, inscrições secretas, signos verbais, caligramas, intertextos, fragmentos de tempo e de espaço, que distribuídos no tabuleiro abrigam latências, devires e inflexões. E acaba promovendo nos praticantes a desorientação dos sentidos, já que a cada lance realizado há sempre novos desdobramentos que implicam novos desafios.

Ora, tal como um moto contínuo, essa referência espacial se equilibra no seu próprio eixo, esquivando-se das redes de captura que tentam lhe imprimir formas, falas, textos, iconografias e musicalidade. Lugar de diversidade étnica/cultural e da alteridade, o sertão deve ser analisado como uma categoria migrante, mutante e polissêmica, pois sob ele reina o indizível, o impossível e o improvável. Seus territórios<sup>31</sup>, seus lugares, suas paisagens são tramadas no conflito, bem como os próprios habitantes desses lugares.

Desse modo, volto a frisar que uma análise dos múltiplos lugares simbólicos ocupados pelo referente sertão só se torna viável se o tomarmos como produção social. Para isso, é necessário recuperar dizibilidades, lugares de produção, relações de força que atuam no palco de suas elaborações representacionais. O sertão é fruto do investimento de práticas sociais e discursivas e de diferentes configurações de poder, responsáveis pela nomeação e pela demarcação do que seja o sertão e o sertanejo.

Assim sendo, sertão pode ser considerado umas das expressões mais correntes na delimitação de algumas áreas do vasto território brasileiro. De acordo com Janaína Amado, a categoria sertão se “materializou de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial.”<sup>32</sup> Logo, tendo por base seus múltiplos significados no imaginário espacial do país, é de meu interesse lançar luz sobre a produção de discursividades que atribuíram o nome sertão a uma zona específica do Maranhão.

---

<sup>31</sup>Entendo o território como uma noção que amalgama tanto uma dimensão simbólica e cultural, em que o território é visto como produto da apropriação dos grupos sociais, quanto uma dimensão política em que está em disputa à apropriação e ordenação como estratégia de dominação e disciplinarização dos sujeitos. Ver HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói-RJ: EDUFF, 1997, p.41-42.

<sup>32</sup>AMADO, op.cit., p.145.

Tratando-se de um espaço praticamente ignorado pelas pesquisas acadêmicas, a área nomeada de sertão maranhense tem emergido no debate político contemporâneo ligado aos interesses de segmentos do Estado do Maranhão com uma nova roupagem, como alvo das preocupações sobre os destinos de fronteira do Maranhão no que tange ao projeto de criação do Maranhão do Sul.<sup>33</sup>

O discurso da criação desse novo Estado da Federação, o Maranhão do Sul, revela uma postura que deriva do entendimento de que o sudoeste desse território foi (e ainda é) mantido à margem do mapa oficial e simbólico do Estado, posicionamento que remonta uma ideia de separação histórica existente entre o sul e o norte do Maranhão, de dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais. Seguindo linhas de argumento que apontam para a posição de marginalizados da geografia e da história do Maranhão, os articuladores e defensores desse projeto político fazem do tema do isolamento e do abandono dos sertões o carro-chefe de suas campanhas em prol da instituição do novo recorte espacial. Ancorados na certeza de que aí se constituiu um tipo distinto de sujeito e de ordem social, no que toca as suas diferenças geográficas e culturais, suas práticas sociais e econômicas, tem sido de grande valia para a afirmação desse lugar no mapa do país a abertura das fronteiras agrícolas a partir das décadas de 1970 e, mais acentuadamente, de 1980.

Essa abertura econômica é justificada pelo discurso oficial como consequência da construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, à medida que esses dois acontecimentos atuam como marcos de uma nova fase de progresso nessa parte do Maranhão, através da marcha de gaúchos, de mineiros, de goianos e de paulistas em direção às áreas do interior do país. O avanço da agricultura moderna nesse período (agroindústria da soja) serviu para que se suplantasse a imagem do sertão, como espaço rude, pela imagem do cerrado, como fronteira agrícola, de tal modo que áreas vistas pelo signo do atraso como o sudoeste maranhense e o sertão piauiense passaram a atrair a intenção de grandes investidores,

---

<sup>33</sup> No projeto de criação do Maranhão do Sul, fixou-se uma área de quase 150.000 Km<sup>2</sup> enquanto os limites físicos do novo estado, englobando 49 municípios, dentre os quais a cidade de Imperatriz reina como a provável capital. Em termos de dimensões territoriais, o Maranhão do Sul corresponderia ao quinto maior estado nordestino. Os defensores de tal projeto sustentam-se no art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, que versa sobre a produção de estudos sobre o território brasileiro e sobre a proposição de projetos de criação de novas unidades territoriais. Com base nisso, sustentam seus criadores que desde o final da década de 1980, grupos políticos, lideranças locais e a sociedade civil organizada têm mobilizado campanhas e comissões em torno do desmembramento do Maranhão, ao ponto de em 2006 ter sido aprovado o plebiscito de consulta populacional sobre a criação do novo Estado, ver FERREIRA, Wilton Alves. Maranhão do Sul. O Estado da Integração Nacional. Imperatriz - MA: Ética, 2007, p. 32-39.

chegando a se inserir no chamado “novo Nordeste”, em que pese à condição imputada a esses lugares de “celeiro do mundo”.<sup>34</sup>

Mas o que pretendo destacar é que, no transcorrer do tempo, as disputas por espaço político e geográfico convergiram para a produção de um projeto mais ousado e organizado, tendo em vista que os grupos dotados de autoridade política e econômica passaram a concentrar seus interesses na busca pela autonomia política e administrativa do território. Dessa forma, o desmembramento do Estado do Maranhão em dois remete a antecedentes históricos que se sustentavam numa divisão social e cultural, representação recorrente nesse território, bem como reforça a ideia de que o movimento de reterritorialização do espaço engendra um campo de disputas por espaço político e econômico, servindo aos interesses de grupos específicos.

Nesse cenário, de batalha pelas identidades espaciais e pela redefinição das fronteiras, engendra-se uma série de agenciamentos no afã de condensar uma ideia de unidade cultural, que sirva de baliza para definir a identidade sul maranhense. Cabe destacar que, no decurso deste estudo, observei que o termo sertão, antes empregado como símbolo aglutinador da identidade desse recorte espacial, foi sendo paulatinamente substituído nas décadas posteriores aos limites temporais fixados neste trabalho (possivelmente na segunda metade do século XX) pelo nome sul do Maranhão. Essa mudança parece apontar para as estratégias de poder de grupos políticos em defesa dos privilégios ameaçados. Esses grupos ao operarem esse desvio nas terminologias que configuram a identidade espacial têm em vista a ideia de que a representação espacial sertão traz em seu bojo os signos que maculam a imagem de um território que está em busca de sua afirmação, por intermédio de uma identidade regional.

Talvez isso explique o fato de a palavra sertão ter sobrevivido nesse mundo social como sinônimo das áreas distantes dos centros urbanos e despovoadas, cujas práticas culturais vistas como arcaicas e modos de vida que remetem à uma ideia de tradição se fazem presentes. Ainda que na documentação relacionada, especialmente nas fontes jornalísticas (nas notas que comunicam as chegadas, partidas e despedidas), associe-se recorrentemente sertão aos lugares mais distantes e afastados das áreas mais dinâmicas desse território, como mostra o trecho seguinte: “Depois de alguns dias entre nós [*em Carolina*],

---

<sup>34</sup> MORAIS, Maria Dionede de Carvalho. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2000, p. 78.

volveu ao sertão o Capitão Manoel Gama acompanhado de seu filho Isaias Gama.”<sup>35</sup> Nessa nota, a expressão sertão mantém equivalências com o sentido mais usualmente utilizado na atualidade, principalmente para denominar os arrabaldes, as zonas de matas, ou os chamados “centros”<sup>36</sup> de uma parte do Maranhão em que os códigos sociais parecem imersos num *continuum* temporal.

Diante das inúmeras facetas que esse termo carrega e do forte valor simbólico que ele representa, pretendo observar alguns dos sentidos e significados incorporados à palavra sertão como categoria cultural e espacial responsável pela nomeação de uma área específica do Maranhão. A expressão sertão maranhense aparece estampada numa vasta produção textual: relatos de viajantes, relatórios oficiais, documentos oficiais, registros da imprensa escrita, literatura, na obra de memorialistas e na história oficial. Essas diferentes narrativas tecem lugares, produzem saberes que colorem, deformam e reconfiguram espaços. Como diz Regina Beatriz Guimarães Neto, na esteira do pensamento de Paul Ricouer: “as narrativas, como obra de imaginação criativa, são estudadas segundo as representações do passado que efetuam, trazendo as marcas das experiências temporais que assinalam o desenvolvimento das ações humanas no tempo histórico.”<sup>37</sup>

Desse modo, vale aqui investigar como o instituído sertão maranhense fulgura num intricado de narrativas que nas décadas iniciais do século XX, fabricaram-lhe sentidos, ou melhor, trata-se pensar na forma como esse referente espacial foi paulatinamente sendo projetado como um território distinto do restante do Estado do Maranhão, em que pese suas dimensões geográficas, históricas, políticas e culturais.

## 2.1 O espaço geográfico sertão

“Mas estaria palmarmente iludido quem quisesse atribuir a tão vasta região uma uniformidade que seria puramente fictícia”, diz Raimundo Lopes em *Uma região tropical*<sup>38</sup>

<sup>35</sup>O Tocantins, 10/06/1915, Ano III, p.03, grifei.

<sup>36</sup>Termo empregado no interior do Maranhão para definir as regiões mais atrasadas e distantes dos núcleos urbanos, lugares com baixa densidade populacional em que seus habitantes normalmente vivem da prática da agricultura de subsistência e da pequena criação de animais.

<sup>37</sup>GUIMARÃES NETO, 2008, op.cit., p. 159.

<sup>38</sup>LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970, p.115. O maranhense Raimundo Lopes até 1925 desenvolveu uma sólida carreira em São Luís, tanto pela produção em diversos periódicos quanto no magistério (professor das disciplinas de História e Geografia do Brasil do Liceu Maranhense). Destaca-se também sua atuação nas áreas de História, Geografia e Etnografia. Em 1916 ele lança *O Torrão Maranhense*, que foi reeditado em 1970 por iniciativa da antiga SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão) com o título *Uma região tropical*. Essa obra, na qual ele prega a defesa de um

(1916), referindo-se à extensa lista de diferenças geográficas e culturais que configuram o recorte espacial Maranhão. Nesse livro, Lopes faz jus ao seu pioneirismo frente aos estudos que apontam esse Estado como parte integrante do chamado “Meio-Norte”, terminologia que recebe por se constituir numa área de transição entre duas regiões tropicais: a Amazônia e o sertão nordestino. Para esse autor, a complexa dinâmica da paisagem maranhense caracterizou-se em traço peculiar desse território, destacando-se a indefinição do meio físico marcado por contínuas combinações de climas, relevos e vegetações, “entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, [...] entre a mata e o sertão, sob o ponto de vista da flora”.<sup>39</sup>

Ao voltar-se para os estudos sobre a geografia do Estado do Maranhão, Lopes se incumbiu da tarefa de suprir as imensas lacunas deixadas pelos poucos registros a respeito desse campo de saber em se tratando dessa parte do país. Coloca-se no cerne de suas análises a ideia de que o Maranhão era uma das áreas mais ignoradas do cenário nacional, daí a necessidade de trazer a público um estudo voltado para as condições geográficas, a fim de entender a complexa realidade desse território. Em virtude disso, Lopes apropria-se das correntes de pensamento em voga no Brasil no começo do século XX, especialmente no discurso antropogeográfico ou biogeográfico, inspirado no determinismo alemão de Humbolt e Ratzel do final do século XIX. Com base nos postulados teóricos ditados pelo Positivismo e pelo cientificismo, *Uma Região Tropical* teria introduzido os fundamentos do ideário moderno nas análises geográficas, tendo como meta superar “a rotina antiga baseada na repetição de pomposos conceitos científicos e sociais sem raízes bastantes na observação ou no raciocínio”.<sup>40</sup> Sua maior contribuição parece se situar na forma como sobrepôs a geografia humana em detrimento da geografia física, ao operar com o discurso de que o meio natural explicava as organizações sociais e a constituição dos sujeitos.

A noção de *região* também se constitui em outra inovação em seu discurso. Esse conceito é utilizado para explicar o modo como subdivide o recorte espacial Maranhão através de cinco grandes zonas mesológicas: os campos da baixada, o Maranhão oriental, a

---

Maranhão “renovado” que, segundo ele só se concretizaria pela total integração das “partes” ao “todo”, consagrou-se tanto pelo modo como se apropriou das correntes teóricas da época e com isso inovou as análises sobre a geografia do Maranhão quanto pela prodigalidade de seu estudo, já que escreveu esse livro aos 17 anos de idade. Após 1925, Raimundo Lopes passa a residir no Rio de Janeiro, dando prosseguimento a carreira como cientista e indo se inserir no Museu Nacional na equipe de Roquete-Pinto, ver MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006, p. 161-163.

<sup>39</sup> LOPES, op. cit, p.175.

<sup>40</sup> Ibid., p.04.

mata virgem, o baixo sertão e o alto sertão. Segundo Raimundo Lopes, essa classificação se amparava na natureza particular desse recorte espacial, de modo que a ênfase insidia nas diferenças do meio físico (clima, relevo, vegetação) e na formação física e psicológica do tipo humano. Mas o que deve ser observado nessa divisão desse território em *regiões* é como esse autor dimensionou e instituiu seu entendimento sobre a parte dita sertão. Ora, segundo esse autor, essa faixa do Maranhão estava associada às áreas localizadas à maior distância do mar. E como tal, a distribuía nas seguintes zonas: o baixo sertão e o alto sertão.<sup>41</sup>

Na primeira subdivisão, ele aponta o estágio de transição físico-geográfico, “da planície para as terras altas” e o desenvolvimento de dois modelos de atividades econômicas: a agrícola (principalmente o algodão) e a pastoril (a criação de gado). Para Lopes, no “baixo sertão” teria se desenhado um traçado urbano formado no entorno ou sob influência das vias fluviais, sobretudo dos rios Mearim e Itapecuru. Nessa zona destaca as cidades de Grajaú, Barra do Corda, Caxias, Codó, Pedreiras e Picos (atual Colinas). Além disso, diz que o “baixo sertão” ou “sertão agrícola” representou uma zona de passagem, principalmente pelas facilidades de comunicação e de transporte introduzidas pela navegação fluvial, apesar das dificuldades de acesso, devido à densidade das matas e dos campos foi por aí que se deu “a transmissão das gentes e dos produtos do alto sertão”. Lopes acredita que isso teria contribuído para que essa área se tornasse o espaço de mediação entre as ditas “áreas de baixada” (próximas ao litoral) e o alto sertão (distante e isolado).<sup>42</sup> Convém lembrar que na década de 1910, período em que esse escrito foi publicado, algumas cidades circunscritas nessa zona se apresentavam como importantes entrepostos comerciais, sedes políticas das áreas mais ao sul do Maranhão, ao norte de Goiás, e ao sul do Pará e do Araguaia.

Na segunda zona, nomeada de “alto sertão” Raimundo Lopes a inscreve pelo signo da aridez através de um somatório de imagens que reforçam a existência de um espaço rude e hostil, onde imperava no mundo da natureza a formação de chapadas e serras e uma variedade de campos, caatingas e, sobretudo, cerrado. E em termos humanos, sublinha-se uma rede de relações sociais na qual teria sido marcante “o nomadismo desenvolvido, o patriarcalismo, muitas vezes extremado até o ódio visceral de família, e ainda o excesso

---

<sup>41</sup> Ibid., p.168-170.

<sup>42</sup> A região de baixada compreende a faixa de campos alagadiços e de lagos situados nas proximidades do litoral. Conforme Raimundo Lopes, profundo conhecedor dessa zona, a baixada maranhense se estende em torno do Golfo Maranhense, “formando vastos campos aluviais, salpintados de lagos”, e “quando não tocam o litoral, breve é a fita arbustiva que dele os separa” (LOPES, op.cit., p. 120-121).

individualista”.<sup>43</sup> Esse recorte aparece demarcado pelos limites das atuais cidades de Balsas, Imperatriz, Carolina, Porto Franco, Riachão, etc. Nesse mapeamento feito por Lopes sobressai-se um espaço telúrico que, mesmo não sendo desfigurado pelo “cataclisma das secas”, se forjou como lugar do atraso e da incivilidade. O “alto sertão” também é representado como uma “sociedade seminômade e primitiva” que, isolada pelas barreiras geográficas e pelas dificuldades de comunicação, formou-se entregue ao nomadismo e a prática pastoril. Logo, aí se teria tramado uma ordem social ainda mais rústica que a anterior (“baixo sertão”), haja vista sua dependência da atividade pastoril e da exploração da borracha no sul do Pará. Isso revela a existência de uma acentuada rede comercial dessa parte do Maranhão com outros Estados, sobretudo com o Pará, bem como de um trânsito escasso de mercadorias entre *sertão* e litoral. Para Raimundo Lopes esses fatores foram responsáveis pela definição de um modo de vida basicamente rural, cuja “choça isolada do baiano [*nome atribuído aos moradores da região*] é o tipo elementar; pouso encontrado entre léguas de estradas despovoadas, posto perdido no mato ou num desvão de savana”.<sup>44</sup>

Em face desse mapeamento físico e humano do território definido como sertão do Maranhão, nota-se um discurso muito difundido que perpassa toda sua análise: de que esse espaço representava um grande obstáculo para o progresso e o desenvolvimento do Maranhão. Nesse sentido seu texto associa sertão a “espaço problema”, seja quando descreve o chamado “baixo sertão” (apesar de mencionar que a potencialidade agrícola e a relativa comunicabilidade com o litoral são pontos positivos nessa zona), pois aí o ambiente natural desponta como impedimento a uma possível integração territorial (a exemplo da imagem do “deserto florido”); seja quando fala do “alto sertão”, cuja análise torna-se ainda mais crítica e descrente, já que para ele a desertificação do espaço e a constituição de um modelo primitivo de sociedade tornam-se obstáculos suficientes para o crescimento desse território. Assim, ao sinalizar essa parte do Estado como entrave para sua modernização e crescimento econômico, Lopes salienta a necessidade de construção de um “Maranhão renovado”:

[...] Ousamos idealizar a situação futura de um Maranhão renovado, quando o centro da população se afastar mais para o interior, quando chegar à cultura racional, ampla e intensiva da terra, e se estabelecer um contato mais efetivo entre os diversos tipos regionais disciplinados e desenvolvidos. Então florescerá a nossa cultura material e mental, mas coesa, mais forte e mais brilhante [...] Levado no desenrolar dos trilhos e das linhas fluviais, o impulso dos núcleos das terras baixas atrairá as energias esquecidas dos sertões vastos; dar-se-á o entrelaçamento desses

---

<sup>43</sup> Ibid, p. 174.

<sup>44</sup> Ibid., p. 174-176, grifei.

dois mundos, e o nosso grupo histórico contribuirá assim para a obra grandiosa da unificação real e definitiva do país.<sup>45</sup>

É aí que parece residir o tema nuclear de seu estudo, uma vez que sugere, como saída para o estado de decadência reinante em que se encontrava o Maranhão, um projeto de integração e de intercâmbio entre suas várias regiões, o que chama de *geografia do todo*, em se tratando da incorporação das distintas realidades locais.<sup>46</sup> Por seu turno, o sertão, em sua diversidade e rudeza, se inscrevia em um horizonte de espera pelos signos do progresso que chegariam por meio do “desenrolar dos trilhos e das linhas fluviais”.<sup>47</sup>

O projeto de uma geografia regional, alicerçado no pensamento de Raimundo Lopes, contribuiu para que o tema da inserção da modernidade nessa parte do Maranhão adquirisse força, principalmente na imprensa. De forma que os jornais locais são ricos em matérias que clamavam por projetos modernizadores capazes de autorizar a integração do território e de pôr fim às longas distâncias que separavam o sul e o norte desse Estado (como a navegação fluvial, a construção de estradas de ferro e a instalação de linhas telegráficas). Ademais, esse autor representava a paisagem e o homem do chamado sertão pelo prisma da mutabilidade tanto em relação à ordem da natureza quanto em função das relações sociais.

Há uma indefinição de sentidos e de limites sobre o chamado sertão maranhense. Conforme Luis Alberto Ferreira, o termo sertão costumava ser utilizado para nomear todo o interior da província do Maranhão, “tudo aquilo que não é litoral ou a região em torno do golfão maranhense, denominado Baixada”.<sup>48</sup> Contudo, esse autor aponta a seguinte divisão: o Alto Sertão ou região de Pastos Bons, que foi marcado pela ocupação baiana no século XVIII e pela expansão da pecuária; e o Médio sertão, que foi caracterizado pela lavoura do algodão e pela pecuária. Nessa classificação, Caxias concentrava-se no médio sertão e Barra do Corda e Grajáú na transição entre o médio e o alto sertão.

Mas o fato é que avulta na memória oficial um modelo de classificação que demarca e institui sertão como o território mais ao sul do Maranhão. Dentro desse limite espacial, insurge uma visão que agrega a ideia de sertão aos espaços delineados pelos itinerários do gado, ou seja, as áreas onde foi marcante a atividade pastoril extensiva. Em termos de espaço geográfico, esse sobre esse recorte que irei me ater ao longo deste estudo,

---

<sup>45</sup> Ibid., p.197

<sup>46</sup> MARTINS, op. cit., p. 70-71.

<sup>47</sup> LOPES, op.cit., p. 197.

<sup>48</sup> FERREIRA, Luis Alberto. Sertão e as idéias republicanas no Maranhão (1888-1889). In. COELHO; Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos e tal. Meandros da História: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UMAMAZ, 2005, p.334.

sendo que neste capítulo me proponho a investigar algumas produções discursivas que ao tentarem moldar esse espaço, confeccionaram um *corpus* social no qual a ideia de sertão aparece sob o peso de uma distinção social, cultural, geográfica, econômica e política em relação ao restante da geografia simbólica desse Estado.

Volto a frisar que as representações espaciais são aqui examinadas como fruto do investimento de práticas e discursos, uma vez que se elaboram enunciados responsáveis pela invenção de figuras sociais que estão diretamente envolvidas na construção das identidades espaciais. No caso do sertão maranhense, ao notar a emergência de uma cartografia simbólica inscrita através de um somatório de imagens, de textos, de figuras e de falas, torna-se apropriado analisar as infinitas combinações de saber e de poder que atravessam o corpo social edificando-se monumentos, marcos, emblemas e significados que adquirem o efeito de verdade. Conforme salienta Foucault, saber e poder não podem ser dissociados, pois são os mecanismos de poder que “tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.”<sup>49</sup>

Assim, nos cabe pensá-lo a partir de suas múltiplas dimensões simbólicas e culturais, desafiando as redes de poder que configuram um cenário marcado por disputas, confrontos e negociações. Trata-se de retratar o sertão como um gigantesco caleidoscópio, agenciador de falas, de memórias, de textos, de leituras, de vozes que gravitam em linhas de fuga, e como tal estão em constante permutação e transitoriedade. Isso nos permite refletir sobre o *ethos* cultural que rege práticas culturais, representações e discursos que dão forma a essa espacialidade.

Importa salientar que esta pesquisa não tem a intenção de dar conta do vasto campo imagético-discursivo responsável pela instituição dessa representação espacial; menos ainda, que aponte para uma tentativa de recuperar suas “origens”, a fim de preservar as narrativas míticas que dão sustentáculo a uma determinada configuração de sentidos. Aqui, se esboçam apenas algumas linhas de direcionamentos voltadas para a problematização das fronteiras e das identidades espaciais, com o intuito de suscitar a emergência de novas pesquisas que possibilitem pensar a categoria Maranhão a partir de novos ângulos, para além de uma única referência espacial, São Luís. Para isso, deve-se lançar luz sobre diferentes cartografias e campos de enfrentamento que compõem esse território, de sorte que se necessita do exame

---

<sup>49</sup> FOUCAULT, Michael. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos), p.229.

das discursividades e práticas culturais que servem de baliza para o próprio entendimento sobre essa porção do Maranhão.

No esforço de situar esse recorte espacial como produção social torna-se crucial recuperar significados e inflexões que resultantes das práticas sociais, culturais e políticas agem em sua construção. Trata-se de tentar entender as redes de sentidos que ressignificam essa representação sócio-espacial. Para isso, exige-se certa movimentação no tempo, em direção aos momentos de constituição de determinados dizeres e saberes sobre o chamado sertão maranhense.

Para discorrer sobre as possibilidades de leitura do sertão, coloca-se como imperativo a composição de um painel de questões que coloquem em xeque classificações naturalizadas e que permitam a articulação de discursos e representações que instituam dizibilidades e visibilidades sobre esse território. Além disso, devem-se apreender as estratégias e lutas cotidianas que os usuários desses espaços empregaram para sobreviver, reelaborar e subverter os códigos vigentes, haja vista a categoria sertão não ser aqui pensada como algo estático, mas como um dinâmico campo de disputa. É nesse sentido que também cabe refletir sobre as diferentes maneiras que esses agentes se apropriaram desse espaço.

Com base nisso busco observar neste capítulo o modo como alguns regimes de enunciados instituam esse território. Por questões metodológicas selecionei algumas narrativas produzidas pelo discurso oficial, tendo em vista que se consagraram como textos referenciais para a historiografia local. Para isso, optei por uma rápida apresentação dos textos e de seus autores, já que o objetivo principal é pontuar algumas das imagens mais recorrentes ao se tentar definir o sertão do Maranhão e de mostrar como elas foram sendo repetidas e ressignificadas pelo discurso oficial. Os escritos que analisarei no decorrer deste capítulo são aqui vistos como narrativas-chaves na criação desse universo simbólico, de modo que o fio que conduzirá meu olhar sustenta-se na tentativa de perscrutar as particularidades, singularizações e distinções que delineiam e atravessam o entendimento sobre essa espacialidade.

## **2.2- O território de Pastos Bons**

Ao se edificar como categoria sócio-espacial por volta do século XVIII, a parte sul do Maranhão emerge na historiografia como um território que foi delineado na trilha aberta pelo gado. Se seguirmos as inscrições deixadas pelo rastro da boiada, observaremos o

surgimento do território de Pastos Bons, lugar simbólico que serviu de suporte para a ocupação desse espaço pelos não índios. As narrativas responsáveis pela fabricação dessa espacialidade acionam um acervo de imagens e símbolos que compõem uma poética do sertão, cuja mística em torno do gado e a heroicização dos pioneiros atuam como peças de montagem dessa engrenagem social.

Antes, é preciso retroceder um pouco no tempo, em busca de um dos mais consagrados relatos produzidos sobre a ocupação e a colonização do definido sertão de Pastos Bons. Trata-se da produção memorialística do major português Francisco de Paula Ribeiro. Através de várias incursões pelo sul da Capitania do Maranhão a serviço da coroa portuguesa, Francisco de Paula Ribeiro agiu diretamente na configuração da imagética desse espaço. Conforme sinaliza Manoel Barros Martins, esse militar “esteve envolvido no processo de fundação de muitas das povoações do centro-sul do Maranhão, de abertura de estradas para facilitar o contato entre o sertão e o litoral.”<sup>50</sup> Além disso, seus registros fornecem uma descrição pormenorizada dessa áreas, “de modo a identificar-lhe as potencialidades e indicar as possibilidades de aproveitamento racional de suas riquezas”.<sup>51</sup>

Dentre as várias missões chefiadas por Francisco de Paula Ribeiro, uma das mais significativas foi à demarcação dos limites do Maranhão com a capitania de Goiás em 1815.<sup>52</sup> Nesse sentido, cabe ressaltar que ao cabo das inúmeras viagens e comissões militares pelo chamado sertão de Pastos Bons, esse militar legou uma variada gama de informações, sobretudo relatos, memórias e um mapa desse território. São escritos que, no geral, discorrem sobre a vida pastoril, os aspectos físicos, os caminhos e as povoações e os grupos indígenas.

Ao longo dos quase vinte anos que viveu nessa parte do Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro fez uma espécie de mapeamento desse espaço. Daí sua produção memorialística ser vista pela historiografia do Maranhão como uma das mais relevantes para o conhecimento desse território durante o período colonial. Em *Descrição do Território de*

---

<sup>50</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses. São Paulo: Siciliano, 2002, p.10.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> O militar português Francisco de Paula Ribeiro foi três vezes encarregado de guarnecer e governar o território de Pastos Bons, aí permaneceu durante 18 anos quando foi assassinado em 1823, ao combater em nome da coroa portuguesa contra os grupos independentistas no interior da província. Em 1815 atuou no cumprimento da missão de demarcar os limites meridionais entre Maranhão e Goiás, mas exatamente para por fim as disputas entre essas duas áreas pelo território a esquerda do rio Tocantins, que correspondia ao povoado de São Pedro de Alcântara (atual cidade de Carolina), que devido à ausência de fiscalização por parte da província do Maranhão, foi anexado pelo Goiás. A expedição a fim de negociar os limites entre os dois territórios e a viagem de São Luis até São Pedro de Alcântara durou 91 dias, sendo registradas em seu *Roteiro da viagem da Capitania do Maranhão e da de Goiás*, de 1815 (RIBEIRO, op. cit., ).

*Pastos Bons nos sertões do Maranhão*, de 1819, esse autor faz uma exposição minuciosa desse espaço, dando ênfase aos aspectos físicos, econômicos e sociais, de forma a contribuir para o campo da geografia, da história e da etnologia. Em seus relatos, a paisagem natural emerge com força, como se nota na narração dos motivos que teriam justificado a escolha do nome desse território: “[...] excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todos este distrito o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutridores, seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo a sua nunca interrompida verdura”.<sup>53</sup>

Para Francisco de Paula Ribeiro esse território vai se distinguir das demais áreas desse Estado desde sua ocupação pelos não índios, onde a expansão da pecuária e a luta do homem contra a natureza selvagem vão constituir um mundo social distinto do que se formou na área mais ao norte desse território. Nessa perspectiva, Pastos Bons emerge nos registros desse militar em contraposição ao norte do Maranhão. Para isso, ele frisa que as grandes distâncias geográficas e culturais que separavam esses dois espaços se converteram em obstáculos à expansão pastoril, de modo que propõe a divisão da capitania em duas: “considera-se ela dividida em duas partes, cujas distâncias podem pela sua respectiva carta observar-se, e que muito poderiam formar duas comarcas, uma sul, do norte a outra”.<sup>54</sup>

Com efeito, as várias narrativas que trazem em seu bojo um discurso relativo às “origens” de Pastos Bons fazem vibrar falas que encetam a criação de um universo fabular e idílico, marcado pela imagem de “terrenos excessivamente pródigos na sua vegetação”. Assim, edifica-se a imagem do sertão como natureza selvagem e como espaço a ser civilizado pela ação dos vaqueiros baianos e pernambucanos que da margem esquerda do Parnaíba até as margens do Tocantins foram chegando e instalando fazendas de gado no decorrer de todo o século XVIII, estendendo-se até a zona tocantina, nos limites com o norte de Goiás e o sul do Pará, no início do século XIX.

A saga de homens vindos da Bahia e de Pernambuco até essa parte do Maranhão nutre os relatos que articulam a história da ocupação pelos não índios. O tom de várias narrativas alicerça o discurso do pioneirismo de personagens que foram guiados pelo desejo de aventura e pela esperança de encontrar campos propícios para a criação extensiva do gado, o que os fez cruzarem várias partes do Nordeste, partindo do vale do São Francisco e percorrendo o Ceará e o Piauí até atingir o sul do Maranhão.

---

<sup>53</sup>FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons. A base geográfica e humana do Sul do Maranhão. Imperatriz- MA: Ética, 2007, p. 147.

<sup>54</sup> Ibid., p.143.

De acordo com Carlota Carvalho em *O Sertão*, de 1924, Pastos Bons constitui-se nas memórias discursivas tanto como uma “expressão geográfica, uma dominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente e uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor”, quanto significava o nome dado à primeira vila fundada no novo território em 1821. De forma que ao ser forjado no discurso instituído como marco referencial do novo território, a vila de Pastos Bons fulgura como “lugar-símbolo” da ocupação e da conquista, visto que agrupou as funções de sede oficial do governo colonial, de sede militar e de cabeça de comarca.<sup>55</sup> Essa autora relata o momento da chegada desses bandeirantes no Maranhão:

Transpondo o Parnaíba pra situar fazendas de criação de gados, os ocupantes, extasiados, vendo o esplendor e a exuberância da plaga, nominaram-na os *pastos bons*.

Sobretudo, encantava-os a beleza dos campos, a suavidade do clima, a superabundância de nascentes de água corrente e perenes, e a grande quantidade de frutas naturais do país, saborosas como o bacuri, nutritivas como o pequi e a bacaba.<sup>56</sup>

Mais do que um lugar e uma expressão que serviu de baliza para sua invenção, Pastos Bons irrompe nos relatos, que organizam e narram a história dos começos da ocupação pelos baianos e pernambucanos, sob o signo do fantástico. Para isso, é importante que se articule o modo como os acontecimentos foram relatados, considerando-se que as construções narrativas produzem um efeito de verdade ao impulsionarem e servirem de referência para outras narrativas.<sup>57</sup> Carlota Carvalho engendra a imagem de Pastos Bons pelo discurso do paraíso sonhado e pelo mito de uma “terra da promessa”, pois elabora representações nas quais o espaço é dado a ler pelo signo de uma natureza prodigiosa, pelas riquezas e oportunidades, pela a fertilidade do solo e à abundância de rios.

Em diversas passagens de seu texto, essa autora atualiza a narrativa de Francisco de Paula Ribeiro, ao reiterar o lugar de herói dos bandeirantes que atravessaram de ponta a ponta o núcleo central do país e determinaram modos de viver e leituras de mundo como sendo típicos do sertão. Sendo assim, fixa-se nas maneiras em que se forja a identidade espacial uma visão bastante decantada, de que o sertão se constituiu a guisa da “civilização do couro” ou “época do couro,” como definiu Capistrano de Abreu.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> CARVALHO, Carlota. *O Sertão*. Subsídios para a história e geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000, p. 70-71.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p.69.

<sup>57</sup> GUMARÃES NETO, Cidades da mineração. Memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2006, p. 34-35.

<sup>58</sup> ABREU, Capistrano de. Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

Em *Capítulos da História Colonial* Capistrano de Abreu<sup>59</sup> projeta luz sobre o “povoamento do sertão” que, segundo ele se constituiu “numa corrente mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”.<sup>60</sup> Na busca pela descoberta e valorização de um país “mais sertanejo que litorâneo”, esse autor evoca as *estradas* que conduziram os bandeirantes do São Francisco em direção aos lugares mais recônditos da nação. Nesse livro, ele persegue a saga desses personagens, deixando entrever o percurso, as rotas, as intempéries e os costumes que marcaram a história das frentes pastoris ao tecerem um Brasil pastoril, cuja criação de gado extensiva foi o principal produto das negociações, o elemento ordenador e o modelo dominante da ocupação do território.<sup>61</sup> Segundo Capistrano de Abreu, em torno da empresa pastoril foram se formando “novas passagens e novos caminhos” que delinearão outro modelo social e outro tipo de sujeito. Em imagem bastante difundida sobre o cotidiano dos que vivenciaram a “época do couro”, ele aponta a importância que o couro teve para os primeiros agrupamentos humanos:

[...] Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material o aterro era

---

<sup>59</sup> Diferentes trabalhos na historiografia brasileira legaram interpretações substanciais para a compreensão da característica errante dos grupos que constituíram o território nacional. Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro escrevendo no começo do século XX e o segundo na década de 1930, traçaram percursos que merecem ser citados pela notoriedade dada em seus estudos ao aspecto móvel dos caminhos e dos caminhantes que traçaram a cartografia desse território. Ambos ao perscrutarem a formação da nação se voltaram para o período colonial, a fim de buscar “as raízes”, as bases de entendimento da identidade cultural, política e social do Brasil. No afã de reescrever a História do Brasil diferente do que havia sido feito por A. Varnhagen em *A História Geral*, Capistrano de Abreu se lançou na escritura de os *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*, apontando novos direcionamentos nos estudos históricos sobre o período colonial e sobre o entendimento da nação. Nesses ensaios, “a conquista e o povoamento” das áreas entre o São Francisco e o Parnaíba são apontados como os fatos mais notáveis na história do Brasil colonial, para ele aí estaria “o nó de nossa história” (ABREU, op. cit., p. 28-30). Deve-se levar em conta a valorização e a contribuição dos estudos de Capistrano de Abreu sobre o mundo pastoril e a vida sertaneja no processo de formação social brasileira, pois até a metade do século XIX a pecuária era visto como um elemento secundário no período colonial pela historiografia nacional. Já Sergio Buarque de Holanda, embora deixe de fora o Nordeste que assentado na grande propriedade patriarcal, seu entendimento sobre a dimensão territorial do Brasil (dando destaque para o “sul através dos “pioneiros paulistas) está assentado numa ideia de movimento, a exemplo das monções, do aventureiro, a mobilidade do paulista, os caminhos e fronteiras, etc. Nele, o movimento é mais importante na construção do território brasileiro do que os assentamentos, como se nota nesse trecho de *Caminhos e Fronteiras*: “essa mobilidade tendia a repelir o vigor lento e laborioso, a prudente e minuciosa aplicação com os outros povos mais assentados buscam seus elementos de subsistência”, ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). Um historiador nas fronteiras. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p.132.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>61</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.95-107.

levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam em seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz.<sup>62</sup>

Nos discursos que instituem o recorte espacial sertão “os caminhos do gado” adquirem forte carga de significado. E no caso do Maranhão se alinhava a trama desses discursos algumas particularidades que parecem afirmar um sentido de singularidade ao processo de ocupação desse território, quer pela ideia de que a frente pastoril ocorreu tardiamente em comparação com a área litorânea, quer pela afirmação de que ao contrário dos Estados que investiram em técnicas de modernização para a criação do gado, em Pastos Bons teria se dado o inverso: a pecuária teria se mantido nos moldes tradicionais.<sup>63</sup> Esses dois aspectos, consagrados pela historiografia oficial como matrizes que diferenciam a experiência do gado no Maranhão, assemelham-se aos mesmos mitos fundantes, empregados na constituição de outras áreas como os territórios mais ao sul do Piauí, uma vez que, nesse último, o determinismo geográfico, o imperativo da origem e a vocação criadora alicerçam a ideia de destino pastoril do território. Ou seja, tanto no Maranhão como no Piauí a *mística do boi* e a heroicização do vaqueiro são apontados como elementos ordenadores do mundo do sertão.<sup>64</sup>

Guiado por esse vetor, a historiografia voltada para a temática em questão dedicou lugar de relevo à presença pastoril na construção dos chamados sertões maranhenses. Ao ser instituído como núcleo da “civilização do couro”, o território de Pastos Bons passa a ser forjado pelo discurso de que a rudeza e a coragem dos vaqueiros baianos e pernambucanos teriam ocasionado o preenchimento de um espaço visto como vazio e selvagem, ademais, revela linhas interpretativas nas quais o dito sertão passa a ser gestado como fronteira em movimento, tendo em vista o alargamento das fronteiras impulsionado pelos deslocamentos que partiram da costa para o interior.<sup>65</sup>

Todavia, convém esclarecer que a escassez de análises historiográficas que tragam novas abordagens sobre essa espacialidade me impele a empregar a historiografia produzida pelas obras de historiadores locais como elemento crucial neste trabalho. Para isso, ela está aqui situada a meio caminho entre o documento e a bibliografia, já que considero que os discursos oficiais articulam representações que compõem a imagética desse espaço social, mesmo que pese a exaltação do território, da família, das origens e da tradição.

---

<sup>62</sup> ABREU, op.cit., p. 133.

<sup>63</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado. Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

<sup>64</sup> MORAIS, op.cit., p.193.

<sup>65</sup> Ibid., p.19.

Eloy Coelho Neto, em *História do sul do Maranhão: terra- vida- homens e acontecimentos* (1979) através do uso de fontes testemunhais e de registros oficiais ressalta o papel das origens no intuito de escrever a história do sul do Maranhão. Para isto, ele envereda pela trama do que considera os eventos fundantes da história desse território, produzindo uma narrativa de cunho episódico e factual, na qual se destaca um esforço de exaltação das famílias, da descendência e do território. Nessa obra (incentivada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão), já se constatava uma tentativa de afirmação da identidade espacial, como diz esse autor, ao justificar os motivos que o conduziram na escrita desse texto: “sou e continuo a ser aquele homem sertanejo, autêntico na origem e nos costumes, desejando guardar a melhor tradição dos nossos antepassados e procurando transmiti-la aos nossos descendentes”.<sup>66</sup>

O espaço que surge do discurso de Eloy Coelho Neto se encontra amalgamado a uma variedade de construções míticas, pelas quais se configura o esboço de criação de um universo de heróis e de desbravadores que romperam distâncias e intempéries para fundar as primeiras vilas que cobrem essa porção do Maranhão; das famílias que lutaram em meio às adversidades do lugar; e dos inúmeros enfrentamentos travados, a fim de promover o desenvolvimento econômico, político e cultural desse território. É o que se verifica na forma como ele ressalta o papel dos pioneiros na conquista desse espaço:

Os conquistadores do sertão maranhense eram povoadores audazes e aventureiros que transpuseram pontos desconhecidos. Quase todos eram brasileiros, baianos, pernambucanos e paulistas, principalmente. Não foi gente criminosa ou degredada, nem reveladora de caráter perverso que pudesse envergonhar a sua descendência. [...] Predominava o mestiço mameluco, caldeado de sangue e arestado de sol, o elemento cariboca, tipo característico do barraqueiro do São Francisco e do nordestino ajagunçado, mescla a que nem os fidalgos da Casa da Torre escapariam.<sup>67</sup>

A passagem mostra a produção de um lugar de enunciação, no qual se elege o movimento de ocupação dos bandeirantes como elemento balizar para a construção desse passado. Em sua escrita, apreende-se o gesto fundador dos baianos, pernambucanos e paulistas na criação do território de Pastos Bons, de tal modo que aí teria se formado um tipo distinto de sujeito, marcado pela bravura e pelo destemor dos colonizadores, “gente indômita, valente e corajosa, sem receio as distâncias e sem temor ao perigo”. Sua narrativa corrobora a máxima euclidiana que vê o sertanejo como um forte e o sertão como um espaço do futuro, ao defender que nessa parte do Maranhão forjou-se uma sociedade pura, formada

<sup>66</sup>COELHO NETO, Eloy. *História do sul do Maranhão. Terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979, p. 11.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p.24.

pela fusão das raças e pelo espírito audaz dos povoadores, de tal modo que gestou “um novo tipo de gente”, o vaqueiro, sujeito que “se fez forte, esperto e resignado” diante da dureza da paisagem.

Para Eloy Coelho Neto, os aventureiros de aquém São Francisco vieram fundar a civilização do gado. Valendo-se desse referencial sua fala reitera, atualiza e autoriza a atuação dos não índios no processo de ocupação do território, deixando de fora dessa ação o emprego da violência e a participação dos grupos indígenas.<sup>68</sup>

Nessa medida, convém frisar que contíguo à heroicização do desbravador, soma-se a ideia de um destino pastoril, no qual o gado aparece como item determinante na constituição desse tecido social. Assim, as narrativas que remontam os começos de Pastos Bons elucidam e organizam uma determinada história e geografia para esse território. Estudo fundamental para a compreensão da formação dessa parte do Maranhão *Caminhos do gado. Conquista e ocupação do sul do Maranhão*, da historiadora Socorro Cabral (1992), aparece como um alento nas pesquisas que tomaram essa temática como objeto de estudo. Fruto de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, em 1990, esse livro se insere na larga produção teórica e metodológica das décadas de 1980-1990, cujas análises sócio-econômicas sobressaíam-se sobre as demais pesquisas acadêmicas. São indiscutíveis os méritos dessa obra, principalmente no que tange ao seu pioneirismo nas análises sobre a porção mais ao sul do Maranhão, tendo em vista que a autora apóia-se em uma rica e extensa documentação para remontar a conquista e a ocupação do território de Pastos Bons pelos não índios, deixando uma vasta contribuição para as pesquisas sobre o período colonial.

Todavia, nesse escrito também se flagra a atualização de regimes de enunciados que alicerçam o entendimento do sertão pela imagem da *civilização do couro*. Ao partir do pressuposto de que o conhecimento histórico sobre o espaço mais ao sul do Maranhão reina sob o signo do silêncio, a historiadora Socorro Cabral propõe a lançar luz sobre esse recorte espacial. Para isso, defende que em virtude desse silenciamento pela historiografia local o sertão foi mantido a parte das tentativas de elaboração da identidade espacial e cultural do Maranhão, de forma que seu livro traz em seu bojo o propósito de questionar uma historiografia que toma um lugar específico (São Luís) como referente para nomear esse território, a medida que obscurece os contrastes decorrentes das diferentes frentes de ocupação desse espaço e de suas diversidades culturais.

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 18-20.

No intuito de tentar recuperar as raízes históricas da colonização do sul do Estado por meio da penetração dos vaqueiros e criadores de gado a partir de 1730, essa autora pauta-se numa análise dual, visto que vai contrapondo as duas frentes de ocupação. Nesse sentido, destaca à frente litorânea que teve como marca a égide e o controle do Estado Português, a participação da Igreja e a economia agroexportadora; e a frentes pastoris baiana e pernambucana que adentrou os territórios mais afastados do litoral do Maranhão de modo lento e violento, sob iniciativa privada e sem o apoio da Igreja, sustentando-se na criação expansiva do gado. Para essa autora, essas duas frentes proporcionaram a cisão entre as áreas norte e sul desse Estado, o que teria impulsionado as constantes tensões e conflitos que pulularam ao longo do seu processo de integração. Isso significa dizer que a bipartição entre litoral e sertão convergiu para que se engendrassem nos dois extremos desse território diferentes experiências econômicas e políticas e relações sociais e práticas culturais distintas.<sup>69</sup>

Vale assinalar que ainda que essa autora mire combater as narrativas que homogeneizam uma ideia de Maranhão ao eclipsarem a constituição e diferenciação da parte sertaneja, ela desliza por cima do fio de uma navalha ao sugerir a existência de um lugar-sertão ancorado em singularidades, pois sua análise também propõe um tipo de olhar que restringe o espaço sertão ao discurso da “civilização do couro”. Em outras palavras, o sertão de Socorro Cabral gestado no processo de colonização assenta-se na produção pastoril, o que teria determinado uma sociedade distinta das demais áreas do Estado do Maranhão, já que nesse território teria se estabelecido um estilo de vida singular e, ao mesmo tempo teria dado origem a “uma cultura homogênea típica em todo o vasto sertão de Pastos Bons” que perpassou o Império e adentrou o período republicano.<sup>70</sup>

Nesse texto segue-se o argumento de que a pecuária foi, durante a fase de colonização, uma “atividade dominante e com características próprias”, determinando “não só a organização produtiva, mas a forma de povoamento e de ocupação do território”. Daí, Socorro Cabral dar ênfase na vida em torno das fazendas de gado (moradias improvisadas, composta de “currais para o gado e a casa coberta de palha para o vaqueiro”), vistas como basilares para a “unidade fundamental do povoamento”, de modo que esboça um modelo de sociedade pautado na diferença, na rusticidade e na auto-suficiência.<sup>71</sup> Logo, através de relações sociais que gravitavam no universo das fazendas, foram se ajustando práticas

---

<sup>69</sup> CABRAL, op. cit., p. 60-64.

<sup>70</sup> Ibid., p.166.

<sup>71</sup> Ibid., p.144-148.

culturais que plasmaram esse universo simbólico e revelaram experiências urdidas em modos de vida simples, na qual o tempo da lida com o gado atuava como substituto para o tempo do relógio, na qual valores como honra e hospitalidade foram firmemente venerados, na qual se mantinha o respeito pela palavra, e na qual o apego a terra e a tradição se conservaram como traços marcantes. Ademais, Socorro Cabral sustenta que o modelo pastoril não foi determinante somente para a construção histórica desse território, mas permaneceu teria se preservado na contemporaneidade através de algumas práticas culturais e comportamentos sociais que trazem imbricados uma herança das tristes e bucólicas vivências nos campos pastoris.

No entanto, o que se verifica nos relatos de literatos, de memorialistas e da imprensa é a produção de um espaço atravessado por contrastes e por contradições, de maneira que a imagem de uma “vida singular”, homoganeamente ajustada às maneiras de habitar nesse mundo simbólico, merece ser mais bem problematizada, uma vez que as simplificações e generalizações pouco adequadas alicerçam discursos identitários que fomentam um olhar regionalista sobre o território, em que pese o binômio isolamento/abandono e a dicotomia litoral/sertão. Devo reiterar que o empenho na afirmação de um lugar na historiografia brasileira para essa porção do Maranhão, Socorro Cabral acabou ocultando os contrastes, as frinchas, as contradições e as tensões responsáveis pela configuração de uma diversidade de cartografias espaciais dentro da territorialidade sertão, o que possivelmente se explica pelo lugar no qual se insere a produção de seu estudo em que pese à primazia dos aspectos sociais e econômicos nas análises históricas.

Com efeito, as incursões pela historiografia parecem lançar as bases para a edificação de um espaço predestinado à criação do gado, em que a representação cultural *Pastos Bons* serve de metáfora à grandeza e à riqueza do território, onde a simbiose entre homem e natureza, as grandes distâncias, o isolamento e os atributos da terra são mobilizados na confecção de um lugar simbólico que escapa ao controle do Estado, tendo em vista que parece reproduzir uma ordem própria.

Desse modo, constata-se que a escassa produção historiográfica que privilegiou esse referente espacial, ao ir atualizando a trama da constituição histórica dessa parte do Maranhão produziu agenciamentos que sustentam a ideia de um destino pastoril. Entretanto, se lançarmos o olhar para a luta em torno do poder de elaboração dos recortes geográficos, nos quais está em disputa a mobilização de formas, de imagens e de representações empregadas na confecção do passado, é notório que as imagens engendradas convergem

para o agenciamento de práticas sociais que são atuantes na demarcação de fronteiras, assumindo sentidos diversos no jogo de constituição/afirmação de identidades. Pois, como nos lembra Pierre Bourdieu (2000), as lutas de classificação (nas quais está em disputa a definição da identidade regional ou étnica) “são lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos”.<sup>72</sup> Ademais, não posso deixar de mencionar que na constituição das identidades sociais a dominação simbólica não se faz de forma arbitrária, mas passa pelo reconhecimento do dominado, pois como diz Bourdieu o “ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia”.<sup>73</sup>

Por conseguinte, abre-se a perspectiva de mirar o diagrama de forças que compõem o mapa dessa representação espacial, embaralhando as identidades fixadas na memória oficial e estilizando as narrativas que naturalizam o espaço através dos “mitos de origem”, da memória e da tradição do lugar. Nesse sentido, a referência espacial sertão deve ser pensada na sua complexidade e polissemia, em virtude dos inúmeros cruzamentos culturais e étnicos e das táticas de seus usuários, ao reinventarem espaços, subverterem modelos estabelecidos e ressignificarem a relação tempo/espaço.

No esforço de compreensão dessa problemática, chamo atenção neste primeiro momento para o modo como o sertão foi gestado nos discursos de alguns letrados. Para isso, tomo duas obras como narrativas centrais na produção do nomeado sertão do Maranhão: *O Sertão* de Carlota Carvalho (1924) e, *A Esfinge do Grajaú*, de Dunshee de Abranches (1940). Essas duas narrativas, ao tomarem essa metáfora espacial como objeto de análise apontam indícios e texturas que permitem um efeito de aproximação com a cartografia desse território, já que elas lhe imprimem sentidos e significados variados. No que tange ao tempo e ao lugar em que esses textos foram produzidos, ou melhor, no que se refere ao lugar de enunciação e ao tempo da escrita verifica-se que a entidade sertão projeta-se por meio de vetores em movimento, tendo em vista que ele foi assumindo novos lugares e incorporando novos sentidos.

É bom lembrar que a descrição das trajetórias individuais desses letrados não é um dos objetivos deste trabalho, ainda que algumas características da vida desses autores

---

<sup>72</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>73</sup> Ibid., p.113-115.

tenham sido incorporadas ao texto, à medida que são consideradas relevantes na construção e análise dessas obras. Dito isso, um primeiro aspecto a ser observado é que Carlota Carvalho e Dunshee de Abranches tiveram suas trajetórias individuais e intelectuais formadas em diferentes partes do mesmo território: ela nasceu e viveu praticamente toda a vida no interior do Maranhão e ele em São Luís e no Rio de Janeiro, além de ter pertencido a uma das mais tradicionais e ilustradas famílias da capital do Maranhão. Isso me fez optar pelo diálogo entre uma “fala sertaneja” e outra “fala litorânea”, mesmo que perceba a circularidade de ideias entre uma e outra. Além disso, há um traço marcante nos dois textos, reforçando meus critérios de seleção em relação a essas produções, que é o fato desses dois livros terem sido publicados e/ou escritos no Rio de Janeiro<sup>74</sup>, revelando toda uma tradição cultural que fez do Rio de Janeiro um palco aglutinador das produções intelectuais desde o início das campanhas abolicionistas até a década de 1920, com continuidade nas décadas posteriores.

As frequentes inovações no campo da técnica, com destaque para o papel da imprensa nesse período, converteram a Capital Federal no lugar de desejo para diferentes grupos de intelectuais. No caso do Maranhão é bastante conhecida a trajetória que letrados como Arthur Azevedo, Aluizio Azevedo e Coelho Neto percorreram nesse centro cultural do país.<sup>75</sup> Todavia, é bom chamar a atenção para o fato de que, apesar de inúmeros intelectuais locais terem ido abrigar-se em outras partes do cenário nacional em busca de reconhecimento intelectual, observa-se que entre os fins do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, a cena local vivenciou uma época de relativa efervescência cultural, haja vista o surgimento de uma série de periódicos e de editores espalhados nesse Estado tanto de caráter privado quanto público. Nesse contexto, a imprensa tornou-se veículo

---

<sup>74</sup>A *Esfinge do Grajaú* é considerada a última obra desse intelectual maranhense. Escrita num curto espaço de sete meses, na cidade de Petrópolis-RJ, local aonde veio a falecer sete meses depois de terminada a obra (março de 1941). Este livro só foi publicado em 1959, no Rio de Janeiro, pela Editora Jornal do Brasil, e reeditado em 1993, na coleção Documentos Maranhenses da qual fazem parte outras de suas publicações. *O Sertão*, de Carlota Carvalho, também foi publicado no Rio de Janeiro, no ano de 1924, mas sobre os detalhes de sua produção pouco se sabe, ao ponto de reinarem algumas dúvidas no que tange à própria autoria do livro, mas com relação à diversidade do material e de datas mencionadas ao longo do texto pode-se supor que ele foi escrito no decorrer de vários anos.

<sup>75</sup> Para a historiografia local a fase que vai da década de sessenta até a década de noventa do século XIX ficou conhecida pela atuação da segunda geração de intelectuais maranhenses (sendo a primeira formada pelo Grupo Maranhense que teria atuado no período áureo do ciclo algodoeiro/rizícola) que contribuíram para a cidade de São Luís fosse alcançada com o título de “Atenas Brasileira”. Ao que parece a mobilidade constituiu-se numa característica marcante dessa geração, sendo que parte desses letrados migrou para o Recife, a Bahia e, sobretudo, para o Rio de Janeiro, a fim de se consagrarem nas carreiras políticas, acadêmicas, literárias e culturais do centro sul do país. Nessa geração destacaram-se nomes como Graça Aranha, Catulo da Paixão Cearense, Nina Rodrigues, Teófilo Dias, etc (MARTINS, op. cit., p.96-99).

privilegiado para que a elite intelectual promulgasse suas ideias e produções, de modo que o jornalismo estabeleceu-se como um ofício de trabalho para a maioria desses intelectuais.<sup>76</sup>

Mas como mencionei anteriormente, as duas narrativas que servem de baliza neste trabalho, ao procurarem auscultar as entranhas do *sertão* inventaram e mobilizaram ideias/imagens que se tornaram verdadeiros arquétipos na construção desse território. Com efeito, esses relatos recriaram o passado através da narração. O que me leva a sublinhar essa capacidade criadora, de recortar, de deslocar, de atualizar e de inserir sentidos que induzem a criação de sentidos para o mundo do sertão. Desse modo, torna-se imperativo focalizar as recorrentes costuras e apropriações que esses letrados fizeram em seus relatos, pois, ao construírem um campo de visibilidades e de dizibilidades definidoras desse espaço social, suas escrituras aparecem mescladas e alinhadas a um reticulado de significados, extraídos de um arquivo de textos e representações já dadas. Destarte, vale considerar o modo como esses autores se apropriaram de outras representações, ao tentarem imprimir suas demarcações sobre esse território.

*O Sertão e A Esfinge do Grajáú*, cada uma a seu tempo, produziram e são produtos de uma tentativa de definição geográfica e cultural desse referente espacial. A primeira obra insinua-se pela proposta de uma “fala sertaneja”, de “dentro do sertão”, já que Carlota Carvalho inscreve essa paisagem simbólica pelo prisma de quem conhece por nascimento e por vivência seus itinerários, seus contornos e seus episódios. Diferente dela, Dunshee de Abranches destila um olhar estrangeiro sobre o meio físico, a história e os habitantes desse território, já que busca nos estilhaços da memória juntar os cacos de um espaço fraturado pelos jogos de poder e incorporá-lo ao mapa simbólico da nação. Isso leva a crer que esses dois textos são expressivos na delimitação do que se entende por sertão maranhense. Ademais, eles criam e articulam um rico painel de imagens, textualidades, memórias e discursos, no qual o sertão fulgura como personagem principal. O forte conteúdo simbólico de suas narrativas produz um lugar social que aglutina as diversificadas fronteiras físicas, culturais e imaginárias que representam essa parte do Brasil.

Em tais narrativas são flagrantes as redes de poder que cortam o social e que atravessam as configurações espaciais, pois as escrituras que se impuseram a função de nomear essa espacialidade traçam um mapa de sentidos que deve ser examinado historicamente como fruto das relações de poder. Como afirma Foucault, “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 165-169.

produção da verdade”.<sup>77</sup> De tal forma que o efeito de verdade que essas narrativas produzem contribuem para uma naturalização do espaço.

Assim, procuro me deslocar por cenários, veredas, zonas de tensão, lugares de enunciação, de desejo e de encontros urdidos no campo da narrativa. As narrativas são produtoras de realidade, ao tecerem um mundo no qual uma multiplicidade de temporalidades, de personagens, de paisagens, de símbolos e de eventos se embaralha assumindo o efeito de real.

### **2.3– A natureza do sertão e a geografia sentimental de Carlota Carvalho.**

“Senti perder a esperança de tornar a ver os campos em que assentam serras tão altaneiras e deslizam rios e interroguei a mim mesma: O que há no mundo tão bom e belo entre o Parnaíba e o Araguaia?”.<sup>78</sup> Indaga Carlota Carvalho no momento que deixava os territórios mais ao sul do Maranhão, no ano de 1919, a bordo do paquete *Acre* em direção ao Rio de Janeiro.

Tomada pelo sentimento de tristeza e de espera que assombra aqueles que partem, vai ser com os olhos lassos de quem “sonha com o retorno a casa”<sup>79</sup> que ela publicará em 1924 *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*, cuja redescoberta recente pelos meios acadêmicos levaram-na a público através de duas reedições (2000 e 2006). Conforme a historiadora Socorro Cabral, esse livro tem importância crucial para a historiografia do Maranhão, porque veio preencher um vazio bibliográfico de mais de 70 anos sem que nada fosse publicado sobre essa parte do Maranhão.<sup>80</sup>

Apesar das movimentações em torno desse escrito, são muitas as dúvidas e lacunas que ainda pairam sobre essa obra e sua autoria. A insuficiência de informações dificulta um exame mais detalhado, no que tange a sua produção, publicação e circulação, uma vez que os poucos vestígios a que tive acesso foram fornecidos pela própria autora na nota

<sup>77</sup> FOUCAULT, 1999, op. cit., p. 28-29.

<sup>78</sup> CARVALHO, op.cit., p. 259.

<sup>79</sup> Em *A poética do espaço*, G. Bachelard (1996) se propõe a analisar o fenômeno da imaginação poética através das imagens do espaço da intimidade. Para isso, ele elege a poética da casa para mostrar que a “imaginação aumenta os valores da realidade”. Conforme esse autor, o espaço pode ser um meio de chegar a uma fenomenologia da imaginação, já que “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades”. Para Bachelard, “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” e é a imaginação produz espaços afetivos, pois o ser abrigado “vive a casa em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos”, ver BACHELARD, Gasthon. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 19-26.

<sup>80</sup> CABRAL, op. cit., p.40.

introdutória do livro. Em uma passagem do texto, Carlota Carvalho relata que por conta de vários problemas de saúde esse livro não chegou a ser publicado em 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Destaca ainda que foi graças a um grupo de intelectuais cariocas, que ela adquiriu espaço no meio literário da época e que “o maço de papel escrito” chegou a ser publicado dois anos depois:

E abandonado ficaria se o doutor Manoel Nogueira da Silva, bibliotecário da Associação de Imprensa, e Irineu Veloso, tesoureiro da mesma, não entendessem, depois de ler, que o trabalho deveria ser aproveitado, visto conter “fatos importantes da história do Brasil inda não conhecidos ou suficientemente esclarecidos e informações geográficas e geológicas necessárias para a organização de um mapa que seja a verdade.

Cogitou-se da vulgarização e o ilustre doutor Raul Perdeneiras, digno presidente da dita Associação, foi de parecer que meu trabalho fosse publicado no “Jornal do Brasil”, que circulando em todo o país, levaria o conhecimento a todos os municípios.<sup>81</sup>

Sobre essa sertanista ainda são mais escassas as informações, a não ser os poucos indícios biográficos que ela própria foi deixando como pistas ao longo de sua narrativa, de forma que se sabe que Carlota Carvalho era descendente de uma família de baianos, na qual seu avô paterno, José Joaquim de Carvalho, é apontado como “um homem culto e probo” (aspecto que as memórias de Dunshee de Abranches reforçam) que teve importante atuação nas lutas emancipatórias que pulularam pelo interior do Maranhão em 1820 e que foi pioneiro ao fundar uma escola nesse território para educar seus filhos. Sobre seu pai, Miguel Olímpio de Carvalho, fala que era um homem letrado e empreendedor<sup>82</sup>. Além desses, menciona rapidamente a existência de um de seus irmãos, Emigídio de Carvalho, que, como ela, exerceu o magistério nas ilhas Bailique no Amazonas. Mas o mais intrigante na descrição da sua genealogia é que ela deixa de citar a existência de seu irmão Parsondas de Carvalho que ficou conhecido por sua vasta produção intelectual em jornais e por sua circulação em vários centros culturais, esse aspecto reitera as fortes suspeitas que reinam sobre a autoria de *O Sertão*<sup>83</sup> Espécie de compêndio histórico-geográfico do Maranhão e de

<sup>81</sup> CARVALHO, op. cit., p.55 e 56.

<sup>82</sup> O pai de Carlota Carvalho, Miguel Olímpio de Carvalho, teria pertencido ao meio intelectual da cidade de Grajaú, ao grupo literário, “roda dos amigos” do qual fizeram parte os mais importantes letrados da região. Além disso, ela confere relevo a sua atuação na abertura da estrada de integração que ligava o alto sertão ao atual município de Monção (ponto estratégico para o sertão, por servir para o transporte da boiada até São Luís) em 1865, e deste, seguindo pelo rio Pindaré, mantinha-se maior proximidade com a capital maranhense, ver DINO, Sálvio. Parsondas de Carvalho. Um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz - MA: Ética, 2007, p.52-55.

<sup>83</sup> Mesmo com as duas reedições de *O Sertão* (2000 e 2006), ainda impera uma escassez de registros escritos sobre a vida e a obra de sua autora. Em decorrência dos inúmeros silêncios e lacunas presentes nas fontes escritas são cogitadas algumas especulações sobre a verdadeira autoria de *O Sertão*, a mais corrente encontra-se na proposta de biografia de Parsondas de Carvalho (irmão de Carlota), elaborada por Sálvio Dino (2007). Ao arriscar a hipótese de que *O Sertão* teria sido verdadeiramente escrito por Parsondas de Carvalho, o autor

canto em louvor à terra natal, essa obra parece ser fruto do desejo de legar para a posteridade o conhecimento, adquirido através da experiência, da história e da geografia dessa área mais ao sul do Estado. Na pretensão de quem fala “de dentro” do sertão seu relato almeja instituir esse referente sócio-espacial nas malhas do discurso oficial. De tal modo que ela apresenta um mapeamento no qual a definição dos limites, a descrição dos acontecimentos históricos e dos aspectos fisiográficos, humanos e sociais são enunciados como definidores do sertão maranhense. Logo, não é de se estranhar que essa escritura desponte com força nos estudos acadêmicos que tomaram essa representação espacial como tema, principalmente na história oficial que consagrou esse livro como obra-síntese da história desse território.

Cabe notar que no decorrer do tempo o discurso instituído ficou encarregando de atualizar o legado dessa obra para o entendimento desse espaço, de modo que vale destacar o valor de monumento que alguns autores lhe atribuíram: “Nos meus tempos de ginásio, quando se falava em *O Sertão*, era como se falasse de um monstro sagrado. Só existia na estante ou no baú de poucos. Com sua edição esgotada, quem o possuía o guardava como se fosse um diamante raro e cobiçado”.<sup>84</sup>

Tratando-se de um texto fundante, é válido questionar qual a ideia de sertão que perpassa o texto de Carlota Carvalho, ou melhor, quais são os agenciamentos que ela opera ao tecer a urdidura de um discurso que tenciona ser “de dentro” do sertão?

O lugar gestado por essa escritora traz a natureza prodigiosa do espaço geográfico do sul do Estado no centro de seu trabalho, pois é através do ambiente natural que ela vai dando cor ao elemento humano, às estratégias de luta e à devoção ao meio físico. Nessa medida, a natureza assume importância substantiva na sua narrativa, já que ela deixa entrever que a ação humana sobre o espaço físico ocorreu em conformidade com uma natureza privilegiada que seduziu, acolheu e possibilitou a ação dos bandeirantes.

Vale ressaltar que a paixão pela terra e o significado que o mundo natural adquire em sua escritura aparecem refletidos na forma como sua narrativa se estrutura: na primeira unidade nomeada de “O Sertão”, destaca as descrições físico-geográficas da paisagem, os mitos fundantes da história desse território, um retorno às origens da fundação das primeiras

---

inventaria uma série de fontes escritas e orais que testemunham que alguns indícios deixados no livro, o estilo do autor, incoerências de dados e, sobretudo, o seu comprovado e elevado nível intelectual – a que serve de baliza uma larga produção jornalística - em detrimento de Carlota Carvalho, “considerada semi-analfabeta ou de poucas letras”. Ainda que a contribuição de Dino seja de grande valia para a historiografia local, ao anexar documentos importantes para a história dos sertões, sua argumentação não chega a ser convincente, tendo em vista que ele se perde em elucubrações acerca das origens familiares e pessoais de Parsondas de Carvalho e sobre as suspeitas de sua relação amorosa com sua irmã Carlota Carvalho (CABRAL, op. cit., p.41).

<sup>84</sup> DINO, op. cit., p. 47-48.

configurações urbanas, os detalhes do cotidiano e do universo cultural, adentrando o século XX, e os aspectos econômicos da sociedade pastoril. Na segunda unidade, intitulada “Descrições locais e história”, a autora envereda por uma diversidade de espaços, lugares que compõem a zona tocantina e a foz do Amazonas, dando especial valor simbólico ao rio Tocantins e sua importância, bem como as outras áreas que tinham trânsito com essa parte do Estado, e a viagem pelo Amazonas para assumir o cargo de professora no final do século XIX. Na terceira e última seção do livro ela relata sua viagem do Maranhão para o Rio de Janeiro, dando ênfase nos eventos históricos e em detalhes da paisagem dos territórios por onde passou a bordo do vapor “Acre” em 1919.

Por uma questão metodológica, optei pelo exame somente da primeira unidade, pois, como denuncia o próprio título (“O sertão”), acredito que nessa passagem de seu texto a autora institua seu entendimento sobre esse recorte sócio-espacial.

A representação da natureza parece funcionar como fio condutor de sua visão sobre o sertão. Vetor decisivo para as representações da nacionalidade brasileira, a natureza foi tema corrente nas narrativas vinculadas à compreensão da questão nacional, a exemplo da vasta literatura de naturalistas e de viajantes europeus que percorreram o país no decurso do século XIX. Os relatos de viagens foram nevrálgicos para a fixação de imagens-guia na compreensão que os brasileiros produziram de si e da nação. A tradição romântica brasileira também legou forte carga simbólica ao meio natural, de modo que a exaltação da natureza e a heroização do índio se constituíram em peças-chave para a afirmação do orgulho nacional.

Também é importante destacar o papel da chamada “geração de 1870” que alterou a visão que se tinha sobre a natureza ao pensá-la como uma barreira para a modernização do Brasil. Entre as décadas de 1870 a 1920, um grupo de intelectuais investido de um discurso modernizador reuniu forças para combater os males que conspiravam a modernização do país, ou seja, tudo que representasse atraso. Para isso, propagaram os princípios abolicionistas e republicanos e moveram batalhas no afã de suplantar os ranços da tradição romântica. Embutidos da crença na ciência e no progresso essa geração fez da tentativa de superação da herança colonial e de tudo o que lembrava o passado os pilares que alicerçou a complexa rede discursiva que se caracterizou como introdutora do pensamento moderno brasileiro. O certo é que nas produções intelectuais desse período, o ambiente natural passa a se configurar em uma imensa problemática para a formação do território nacional e sua inserção na modernidade, a exemplo dos sertões do país, cujo predomínio da natureza e de

imensas áreas desérticas se apresentava como obstáculos para a construção e afirmação do Estado Nacional. Esse ideário foi o sustentáculo para os inúmeros projetos, expedições, missões e campanhas que percorreram o vasto interior do território nacional, visando introduzir nesses espaços a dinâmica do mundo moderno.<sup>85</sup>

Entretanto, deve-se notar que o discurso desses intelectuais (engenheiros, médicos, literatos, etc.) foi perpassado pela ambiguidade, uma vez que, mesmo seguindo os postulados cientificistas em voga no período, eles não se desligaram de um sentimento romântico com relação à natureza, refletindo as próprias contradições e tensões presentes na política de modernização, em que pese às representações do moderno que reuniam na mesma esfera o mundo da técnica e o apego as tradições. Como diz Luciana Murrari, esses atores sociais oscilaram entre “um futurismo progressista e uma certa nostalgia que partia em busca da poesia da ancestralidade, uma poética da tradição, dos espaços arruinados pelo tempo ou dominados pela barbárie pré-moderna.”<sup>86</sup>

Com efeito, a ideia de natureza desenvolvida, na obra de Carlota Carvalho, aparece vinculada a muitos dos pressupostos cientificistas de parte dessa geração, especialmente no que tange à ambivalência e à instabilidade de seus discursos. Torna-se patente a mediação entre uma visão romântica, por onde se insinua uma geografia imaginada, na qual o ambiente natural projeta-se de forma edênica; e um discurso naturalista presente na valorização da natureza, do meio e da raça. Nessa perspectiva, é desse tom laudatório pulverizado na paisagem física e na ação do homem sobre o espaço agreste dessa espacialidade que essa autora vai extrair a matéria-prima para *O Sertão*. Note-se na primeira secção do livro (que fala dos episódios e personagens mais relevantes para a história e a formação do território) que a natureza insurge como personagem-central. É em torno da natureza que o sertão vai adquirindo contornos mais nítidos por meio da descrição dos elementos mesológicos e geológicos da paisagem, através das imagens das serras e chapadas que juntas construía um corredor de isolamento, através de sua imensa hidrografia formada por rios, riachos e igarapés que sangravam a terra e tracejavam sua silhueta.

Seu relato também deixa escapar afiadas críticas às descrições geográficas aos desenhos cartográficos que servem de referente para o conhecimento dessa parte do Brasil. De acordo com essa autora, os agentes responsáveis por esse tipo de mapeamento

---

<sup>85</sup>Cf. LIMA, 2003.

<sup>86</sup> MURARI, Luciana. Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 30.

incorreram em inúmeros erros por falta de um contato direto com a paisagem. Como bem ressalta Nísia Trindade Lima, entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a ideia que se tinha do território brasileiro era totalmente incerta, uma vez que “não se dispunha de uma carta definida, os acidentes geográficos eram desconhecidos e muitas vezes representados cartograficamente de forma equivocada”, sem falar nas questões entre as fronteiras que ainda não tinham sido solucionadas, o que, de certa maneira, estimulou as expedições com objetivos demarcatórios e de mapeamento do interior do território brasileiro.<sup>87</sup>

Carlota Carvalho aponta alguns enganos presentes nesses desenhos, a exemplo do modo como se representou uma cordilheira no lugar onde existia uma serra: “nesta região não há nem pode haver cordilheira. É pura fantasia o que se vê em mapas que são cópias das cópias de orografia imaginada”.<sup>88</sup> Daí o fato dela defender que seu relato fazia um retrato verdadeiro da paisagem, tendo em vista a primazia do seu “olhar de sertaneja” sobre a paisagem, de quem vivenciou e experimentou na prática os muitos caminhos, trilhas, veredas, atalhos e obstáculos impostos pela geografia dessa espacialidade.

A paisagem arquitetada surge pela mediação entre suas vivências e interações com o meio físico e com sua gente e suas apropriações dos princípios cientificistas da época. Mas, afinal, como Carlota Carvalho concebe o sertão maranhense? No dizer dessa escritora, o sertão estende-se para muito além do que demarcam as instituições fiscais e administrativas: “o sertão é o sul do Maranhão e o norte de Goiás, vasta região em que mal se percebe a divisão político-administrativa [...]”.<sup>89</sup> Em sua fala o sertão não se enquadra numa área restrita aos limites territoriais do Estado do Maranhão, o que de algum modo retoma a problemática das fronteiras que foram recorrentes ao longo do período colonial, em que pese os combates travados entre o Estado de Goiás (parte que corresponde ao atual estado de Tocantins), o Piauí e o Pará<sup>90</sup>.

Levando-se em conta que a fronteira é um espaço intersticial de incorporação e mediação, em que coisas e sujeitos se mesclam e se interpenetram,<sup>91</sup> é bom salientar que o lugar sertão se insere em um campo de problematização das fronteiras físicas e culturais, a

---

<sup>87</sup> CARVALHO, op. cit, p. 63.

<sup>88</sup> Ibid., p.65.

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> Ver AMARAL, José Ribeiro do. Limites do Maranhão com o Piauy ou a questão da Tutoya. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919 e RIBEIRO, op. cit.

<sup>91</sup> MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p.149.

ponto de se lançar o olhar para a acentuada circulação de sujeitos e produtos por entre as linhas-limites que demarcam essas representações espaciais.

Outro aspecto que corrobora a visão de Carvalho sobre a definição de sertão como área que recobre o norte de Goiás, parece provir de suas vivências e itinerâncias por núcleos urbanos, como Imperatriz, Grajaú, Riachão, Barra do Corda e Carolina. Essas cidades, por se localizarem na zona tocantina, funcionavam como lugar de passagem para outras configurações espaciais no Araguaia, no Amazonas e no Pará, sendo conseqüentemente pontos estratégicos para as relações comerciais entre a zona maranhense e a goiana.

Com efeito, o sertão de Carlota Carvalho projeta-se como uma faixa de transição e de passagem, delimitando uma referência espacial extremamente fluida, cuja circulação de sujeitos nas fronteiras com o Pará, norte de Goiás e Piauí foram bastante flexíveis. De tal maneira que o homem desse território foi se formando diante do contato com sujeitos vindos de diferentes partes do Nordeste, sobretudo cearenses, baianos e pernambucanos.

Ao arquitetar uma espacialidade que se alarga para além das delimitações administrativas e que é privilegiado por sua riqueza natural, *O Sertão* traz algo de singular frente às narrativas do período, pois aí também se localiza um tipo de leitura sobre esse referente espacial que contestava a visão de Euclides da Cunha. Apesar de *Os Sertões* ter sido um grande referencial para Carlota Carvalho - como sinalizam as várias semelhanças flagradas entre os dois livros, em termos de título, de estilo e de estrutura narrativa - essa autora interroga e rebate o modo como Euclides reduziu os extensos e variados sertões do país a uma única área, uma “nesga do Nordeste”, marcada pela seca e pela inclemência da terra. Para isso afirma que mesmo as caatingas dos sertões maranhenses “não tem semelhança com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia”. Para ela, o que se desenhava na imensa paisagem que caracterizava o núcleo central do Brasil são outros sertões: “abundante de perenes mananciais, regado por grandes rios e ornado por extensas florestas”.<sup>92</sup>

Movida pela necessidade de demarcar e de dar visibilidade ao denominado sertão do Maranhão, Carlota Carvalho lançou mão de fontes escritas (relatos de viajantes, memórias escritas, documentos oficiais e historiografia local) e de fontes memorialísticas. Os relatos orais, ao serem colhidos e ressemantizadas das memórias individuais e familiares, são apontadas como testemunhos verdadeiros, “por serem dados no íntimo da família, despreziosa quase confidencialmente e sem preocupação em favorecer ou hostilizar

---

<sup>92</sup> CARVALHO, op.cit., p.96.

alguém”.<sup>93</sup> Com base nos dados inventariados, ela elabora uma narrativa factual e episódica da história do sertão, por vezes enfadonha, com o intento de que sua escrita conduza o leitor pelo universo da luta do homem pelo domínio da natureza selvagem, dando passagem a uma galeria de heróis e de grandes acontecimentos.

Em face da exaltação do ambiente natural a ocupação dessa área do Maranhão pela frente de vaqueiros é inscrita no seu relato como um ato de violência contra a própria natureza. Em contrapartida, os grupos indígenas ganham espaço no texto como sendo parte da própria natureza, emergindo quais portadores de um modelo de comportamento que, por “influência do meio”, alegorizam a benevolência natural do espaço através de uma “índole prazenteira”, como se observa no fragmento a seguir:

Nos vastos territórios de belezas e fertilidades indizíveis, do qual demos sucinta informação, habitavam nações autóctones, diferentes em tipos étnicos e em idiomas, mas todas de índole prazenteira, folgazã muito hospitaleira e cuja alacridade e mencionada pela tradição como prova de humanidade infantil e descuidada existência.

[...] Horrorosa é a conquista.

Para “limpar” aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água de batismo, nem ser possível que descendessem dos míticos Adão e Noé, os comandantes Manoel de José de Assumpção e seus auxiliares, Elias de Barros e outros fizeram horrorosas matanças nos Mamecrans, Poremecrans, Xavantes e Caracatagês, tratando paz e atacando-os de surpresa com superioridade de armas e de número, surpreendendo-os descuidados, guerreando-os como aliados de uma nação contra outra e em seguida aniquilando os aliados da véspera.<sup>94</sup>

Nessa passagem, e em muitas outras que se seguem, Carlota Carvalho propõe que se reflita sobre o encontro com diferentes temporalidades e relações sociais. No decorrer do texto, ela aponta para o lado trágico da fronteira, em virtude da série de traições cometidas pelos colonizadores ao recompensarem o auxílio recebido pelos grupos indígenas com uma estratégia de extermínio em massa. O lado brutal da exploração do território pelos não índios aparece nas investidas de poder, concedidas pelo governo do Maranhão a homens como o cearense Elias de Barros, fugitivo que se homiziou em Pastos Bons, após ter cometido um homicídio na cidade de Caxias, “seus serviços foram aproveitados para bater os selvagens”.<sup>95</sup>

Nesse sentido, a conquista dessa porção do Maranhão também se constitui num ato “execrável”, que para ela foi reflexo da educação colonial portuguesa. De modo que a penetração no território teria ocorrido de modo cruel atentando contra a própria natureza,

---

<sup>93</sup> Ibid., p.112.

<sup>94</sup> Ibid., p.76-78.

<sup>95</sup> Ibid.

“tripudiavam sobre as leis da natureza como sobre todos os sentimentos de dignidade, lealdade e filantropia”; e contra a moral cristã, “invocavam o nome de Jesus Cristo, como se esse mártir da perversidade humana que só quis sobre a terra a fraternidade dos homens, paz e amor, pudesse ser conivente em monstruosidades”.<sup>96</sup>

Ao voltar-se para o passado colonial para pensar nas origens do abandono que ficou legado esse recorte espacial, Carvalho vai tecer duras críticas à natureza aventureira e exploratória dos portugueses. E aponta essa herança “nefasta” como fator responsável pela ação, bárbara e devastadora do meio físico, promovida pelos bandeirantes: “as bandeiras são crimes, páginas negras da história do Brasil”.<sup>97</sup> As referências à colonização portuguesa aparecem transfiguradas numa crítica ao catolicismo português, à medida que, no decorrer de todo o texto, ela vai apontando para as ambiguidades do processo de conquista, acenando inclusive para uma possibilidade de diferença caso esse território tivesse sido colonizado por holandeses.

Empenhada em narrar a ação humana sobre os cerrados maranhenses, a escritora esboça um quadro do duelo pelo domínio da natureza:

Nos vastos campos, na extensão imensa que vai da mata às cabeceiras do Grajaú, do Mearim e do Farinha, os holandeses criariam gados suficientes para produzirem manteiga e queijo em quantidade que só esta terra abastecesse o mundo.

Faltos de instrução literária, sem noções da física, da botânica, biologia e fisiologia vegetal, os colonizadores e a população deles originada não conservaram as boas e abundantes pastagens naturais.

Com a maior indiferença o fazendeiro vê nascerem, crescerem, aumentarem os arbustos nocivos e a macambira, substituindo o capim bom das vargens.

O viajante que, passando, admirou a pastagem, voltando ao mesmo lugar alguns anos depois encontrará um carrasco cerrado onde se escondem cobras e proliferam carrapatos.

O fazendeiro nada fez para conservar a pastagem.<sup>98</sup>

E mostra que o movimento expansionista que partiu da vila de Pastos Bons, por incentivo do governo do Maranhão, e chegou até a zona tocantina no início do século XIX, foi resultado da ação de dez pioneiros que foram de ponta a ponta riscando o mapa desse território através do monopólio da violência contra os grupos indígenas. Foi sob o signo da violência que se riscou os primeiros esboços de vilas, com destaque para a vila da Chapada (mais tarde nomeada de Grajaú), que é registrada na memória oficial como ponto fulcral nessa fase da conquista.

---

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> Ibid., p.78.

<sup>98</sup> Ibid., p.154.

Levando-se em consideração que Carvalho viveu parte significativa na vila de Grajaú, é de se notar o valor de marco que essa cidade adquire no seu escrito, ao se construir como ponto estratégico dessas áreas que se encontram mais distante da capital com o litoral através da navegação fluvial. Com esse propósito ressalta a travessia pioneira de Antonio Francisco dos Reis pelo rio Grajaú, em 1811, até São Luís, com o auxílio da mão-de-obra indígena. Para ela esse gesto fundador simbolizou a possibilidade de contato entre essas duas metades do Maranhão, além do mais esse ato também assinalou a possibilidade navegação pelo rio Grajaú. Conforme Carlota Carvalho, essa viagem-marco revelou a “existência de um mundo novo além da impérvia mata,” e inaugurou outro roteiro de penetração para além do já existente, de Pastos Bons até Caxias por via terrestre, e desta última até São Luís pelo rio Itapecuru.<sup>99</sup>

Logo, Grajaú projeta-se no relato dessa autora como lugar-símbolo no sertão, visto que sua posição privilegiada tanto funcionou como porta de entrada para migrantes quanto se constituiu palco de disputa entre os mais diferentes atores sociais no afã de exercer a dominação simbólica e econômica sobre essa zona moveram uma verdadeira “cruzada” contra os grupos indígenas existentes na época, transformando esse cenário numa arena de luta pelo controle dos não índios. Nesse sentido, a expedição de Antonio Francisco dos Reis deixa desvelar a descoberta de um mundo novo, e ao mesmo tempo, alicerça a construção do mito fundante dessa cidade nos anos posteriores, ao se firmar no imaginário social como importante centro político, econômico e cultural dessa porção do território brasileiro.

Apesar de *O Sertão* ter sido publicado em 1924, não se tem como fixar uma data para sua elaboração, embora sua autora deixe transparecer que essa escritura foi o resultado de um lento processo de escrita e de um longo inventário de suas experiências e de suas leituras. Através desse somatório de experiências nota-se a produção de uma cartografia afetiva, na qual pequenos detalhes rabiscam e colorem sua geografia sentimental do sertão, como os caminhos, as trilhas e as picadas na mata, “transposto o Baixão, que se alarga até perto da cidade, a estrada galga a escarpa e monta a chapada do bosque, campo em que cresceram bacuris, pequis, faveiras [...]”; o traçado urbano, “edificadas as duas margens do pequeno rio, a cidade dilata suas ruas pelas escarpas depois de ter ocupado extensões ribeirinhas e de ter coberto os vistosos edifícios a cumiada plana de uma colina”; os quintais com seus frutos regionais, “as casas aparecem, tendo, nos fundos, os verdes dos laranjais,

---

<sup>99</sup> Ibid., p.80-81.

abacatais, juçarais e bananais”.<sup>100</sup> Nessas passagens a simbiose entre homem e natureza parece atestar a singularidade desse lugar

Para além do mapeamento geográfico, geológico e hidrográfico, sua narrativa ainda procura dizer do homem do sertão, de seu cotidiano, de suas práticas e de suas histórias, no afã de projetar luz sobre enredos perdidos na solidão das matas e das chapadas. Segundo essa autora, talvez “por serem fatos do Brasil do Norte” esses enredos permaneceram desconhecidos e estranhos à realidade brasileira, de forma que o texto de Carlota Carvalho apresenta-se como um convite para que o leitor a siga pelas entranhas dessa parte do país, situada “entre o Parnaíba e o Araguaia”, a fim de percorrer um recanto natural no qual aflora “muito ensinamento moral de uma mesma lei que rege o destino da humanidade”.<sup>101</sup>

Ao tentar instituir o lugar sertão na história da nação, Carlota Carvalho aciona dois episódios substanciais para a produção de uma “memória do sertão”: a adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1823) e a Balaiada (1838-1841). Essa sertanista foi umas das primeiras a conferir importância simbólica e cultural para esses dois acontecimentos na construção da história desse território. Vale salientar que parte significativa de seu relato se ocupa da descrição desses dois eventos, tendo em vista que testemunha indireta desses acontecimentos que teriam sido colhidos nos “recessos do lar”, das memórias de seus familiares que atuaram diretamente nesses eventos: “eu ouvi colóquios de meu pai, tias e tios desenvolvendo recordações da guerra da independência e do fato a ela ligados por elos morais até a revolta dos *Bem-te-vis* de 1839-1841”.<sup>102</sup>

O episódio consagrado pela historiografia como à Adesão do Maranhão à Independência do Brasil desponta como algo singular no conjunto dos fatos que narram a História do Brasil, já que a Capitania do Maranhão permaneceu separada do restante do território brasileiro até 1823 quando tardiamente aderiu ao movimento emancipatório. Entretanto, essa fase, ainda pouco perscrutada pela historiografia local, é marcada por intensas lutas que pulularam no interior do Maranhão e do Piauí. Consagradas como marco fundante da história dos sertões, as lutas que culminaram com o evento de 1823 são relatadas por Carlota Carvalho como as raízes históricas do estado de abandono e rebeldia que singularizaram essa porção do país, ao afirmar que dessa área teria partido a vanguarda do movimento independentista. Ademais, atualiza representações como a de um sentimento

---

<sup>100</sup> Ibid., p.97-98.

<sup>101</sup> Ibid., p. 98.

<sup>102</sup> Ibid., p.113.

patriótico de amor a terra, à tradição e à memória que constituía os habitantes do chamado sertão maranhense.

Uma das peculiaridades de sua análise encontra-se na acentuada dimensão histórica dada aos desterrados de outras províncias, que no decorrer do século XIX se refugiaram no interior do Maranhão quando fugiam de perseguições políticas. Para ela, esses proscritos, com “melhor cultura intelectual” e “mais conscientes, mais altruístas e mais amigos da liberdade”, chegaram nesse espaço imbuídos de princípios liberais, exercendo forte influência sobre a elite local ao congregarem em torno de si sentimentos de rebeldia e de patriotismo: “entusiasmos patrióticos quebraram o sossego bucólico dos campos e o nativismo dominou as consciências e inspirou um movimento generalizado e todas as classes sociais ricos pobres, e até escravos participaram do mesmo sentimento”.<sup>103</sup> O contato com os ideais liberais e com a experiência política e militar desses sujeitos teria ascendido antigos ressentimentos que, conseqüentemente explodiram em latência no decurso dos inúmeros conflitos presentes nesse período. Para Matias Assunção a emancipação política do país concorreu para a redistribuição do poder político e administrativo entre as elites locais e regionais, sendo que o monopólio do poder regional manteve-se no domínio das elites da capital e do baixo Itapecuru - zona que, em termos de posição geográfica, tinha mais acesso à capital – excluindo do poder regional os grupos sertanejos. Destarte, os movimentos que eclodiram pelo interior do Estado do Maranhão podem ser vistos como reflexos das lutas das “elites sertanejas” pela quebra do monopólio do poder regional.<sup>104</sup> Tal fato suscita a ideia de que a esquelha do mito de uma sociedade patriota latejava um campo de disputas por áreas de influência, cujo destaque recaía sobre os grupos mais dotados de bens simbólicos que estavam ciosos pela participação na redistribuição do poder político.

Calcada no mito da singularidade do sertão, frente a um exacerbado sentimento de nacionalidade, Carlota Carvalho exaspera a atuação dos independentistas na luta pela defesa da nação, eclipsando toda uma rede de interesses particulares que se digladiaram pelo monopólio do poder de divisão desse mundo social. A versão do episódio de 1823 que cintila em seu relato recupera os ecos de revoltas liberais, como a Revolução Constitucionalista do Porto e a Confederação do Equador (1824), no sentido de instituir a singularidade do movimento. O isolamento e o abandono são vetores importantes na confecção desses eventos, já que esse espaço projetava-se em lugar por excelência para os

---

<sup>103</sup> Ibid., p.108.

<sup>104</sup> ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-18827. In ISTVÁN, Jancsó (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005, p.353-355.

proscritos, devido às condições geográficas e políticas que permitiam o isolamento e à ausência de redes de vigilância.<sup>105</sup>

Na esteira do movimento de 1823, há um reticulado de textos e imagens que se aglutinam ao tentar forjar a identidade espacial desse território. É o que se nota nos discurso que monumentalizam à revolta da Balaiada (1838-1941). No relato de Carlota Carvalho, esse evento surge como consequência de ressentimentos anteriores e das perseguições movidas pelo Partido Conservador contra os Liberais no Maranhão. Sem querer especificar mais detalhadamente sua visão desse fato, quero chamar atenção para a edificação desse marco de 1838-1841 como evento-chave na histórica do sertão maranhense. No que tange às narrativas em torno da Balaiada, alguns estudiosos, apesar de não aprofundarem seus argumentos, conferem importância ao olhar de Carlota Carvalho sobre esse acontecimento, ao apontarem a ideia de que ela traz uma visão diferente do partido dos *Bem-te-vis*, contestando uma tendência do discurso oficial da época, o qual descrevia os rebeldes como uma “horda de facínoras apenas preocupados em enriquecer à custa da fortuna dos fazendeiros e comerciantes de derramar sangue inocente”.<sup>106</sup>

Em *O Sertão*, nota-se a especial atenção que a autora legou a participação da aristocracia pastoril que, prejudicada pelo fortalecimento do poder regional e pelos abusos dos conservadores durante o período regencial, pegou em armas e arregimentou forças em defesa de causas como o recrutamento forçado, a revogação das leis que criavam o cargo de prefeitos e da restituição do cargo de juiz de paz, função na qual muitos chefes locais afirmaram seu poder de mando.<sup>107</sup>

Não sendo de meu interesse me alongar na análise desses acontecimentos, o que quero frisar é que esses eventos, ao se constituírem em marcos fundantes da história desse recorte espacial, concorrem para a fabricação do sertão como um repositório da autêntica nacionalidade e do sertanejo como autêntico patriota. Esses marcos, de 1823 e 1838-1841, à proporção que se atualizaram em outras narrativas consagram-se como tendências explicativas dos modos de pensar e de agir, das leituras de mundo, dos costumes e das tradições de luta dos praticantes desse mundo social.

Enfim, devo reiterar que o espaço delineado no discurso de Carlota Carvalho (ao representar uma dada maneira de ver e dizer o lugar) se configura como um território ainda

<sup>105</sup> CARVALHO, op. cit., p. 110-112.

<sup>106</sup> ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. A guerra dos *Bem-te-vis*. A Balaiada na memória oral. 2ed. São Luís: Edufma, 2008, p.27/31-32.

<sup>107</sup> CABRAL, op.cit., p.188.

de limites indefinidos, mas que prenunciava a identidade que pretendia preservar, pois nela é possível sentir o impulso encetado em favor da valorização da tradição.

#### 2.4 -“Decifra-me ou devoro-te”: o sertão como enigma

João Dunshee de Abranches Moura integrou um grupo de intelectuais que teve papel de destaque nos órgãos da imprensa maranhense e nacional, e em sua larga produção textual o Maranhão foi temática central.<sup>108</sup> Em conformidade com o debate de sua época, esse letrado se firmou sob a influência da efervescência de ideias que caracterizaram a chamada “geração de 1870”, quando a crença no papel da ciência e o clima de instabilidade vivenciado durante a fase de transição do Império para a República impeliram um grupo de intelectuais de diferentes áreas a combater as estruturas vistas como arcaicas e obscuras que alicerçaram o regime imperial, de modo que essa geração fez da defesa da Abolição, do Liberalismo e da República sua bandeira de luta.

Segundo Nicolau Sevcenko, os grupos letrados que agiram nessa cena literária “tendiam a considerarem-se não só como agentes dessa corrente transformadora, mas como a própria condição precípua do seu desencadeamento e realização,” e, no esforço de atingirem seus propósitos missionários, empreenderam uma verdadeira busca pela realidade do país, operando deslocamentos que revelaram a própria “situação de crise em que viviam”.<sup>109</sup> Uma vez “perdidos em seu próprio presente, esses homens vasculhavam-no em

---

<sup>108</sup> João Dunshee de Abranches Moura nasceu em São Luís do Maranhão (1867- 1941) fez carreira como romancista, jornalista, advogado e político, inserindo-se na galeria de letrados maranhenses que fizeram fama através dos textos publicados na imprensa local. Na imprensa escrita, ele adquiriu grande notoriedade, após ter trilhado carreira como jornalista nos principais órgãos da imprensa maranhense e nacional. Deixou grande produção intelectual, entre livros, memórias e artigos. Grande parte de sua produção textual teve como temática o Maranhão. É quase um imperativo em seus escritos a formulação de discursos que tentavam pensar essa referência espacial pelo prisma de regimes de enunciados que instituíam um conjunto de representações e práticas culturais que definiam essa espacialidade a partir de um lugar, a cidade de São Luís. Nesses escritos o tema da decadência material do Maranhão e o mito da Atenas Brasileira constituiu-se em um campo fértil de análises, como se verifica na leitura de *Transformação do trabalho* (1888). Nessa memória apresentada à Associação Comercial do Maranhão Abranches apontava uma saída para o fim da escravidão através da substituição do trabalho escravo pelo livre. O tema da decadência material tem sido fartamente perscrutado pela historiografia maranhense, lembrando que esse discurso da decadência remete a ideia produzida na primeira metade do século XIX, de que esse território teria vivenciado no século XVIII, uma *época de ouro* em decorrência da atuação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e que, após essa fase faústica, ter-se-ia seguido um período de decadência que perdura até os dias atuais. Nessa medida, o discurso da decadência material passou a ser um vetor importante para nomear, definir e problematizar essa categoria espacial, sendo atualizado por diversas narrativas que se propunham explicar ou encontrar saídas para essa ideia de perda reinante (MARTINS, op. cit.).

<sup>109</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999, p.80.

busca de indícios de futuro.” Entretanto, com o advento da República, a experiência de perda sentida por esses homens em crise se somou a uma traumática lista de desilusões.<sup>110</sup>

É no compasso de espera da nova ordem republicana e no desejo de transformar a realidade em que vive, que o jovem Dunshee de Abranches vai empreender sua viagem até os “distantes sertões do Maranhão”. A experiência que o lança nessas paragens mais afastadas de São Luís, em agosto de 1888, parece lhe ter consentido direcionar o olhar para o “interior” da província, desviando seu ângulo de visão que antes estava centrado na sociedade litorânea e a partir de então passou a explorar novos horizontes de expectativas.

É o que se verifica na obra *A Esfinge do Grajaú*, escrita em 1940 e publicada em 1959 pela Editora Jornal do Brasil no Rio de Janeiro. De caráter memorialístico, esse livro representa a terceira parte de uma trilogia de memórias iniciadas com a publicação do romance histórico *A Setembrada* (1933), uma mistura de memórias com romance histórico sobre o movimento antilusitano ocorrido no Maranhão a chamada Revolução Liberal de 1831; *O Cativoiro* (1938), que reúne suas memórias de adolescência e fortes denúncias da escravidão nesse Estado.

*A Esfinge do Grajaú* é considerada a última obra de sua vasta produção textual, pois como diz Jomar Moraes no texto que introduz a segunda edição, essa escritura, provavelmente, não passou por uma revisão final de Dunshee de Abranches já que ele faleceu em 1941, poucos meses depois da finalização desse livro. Com base nas experiências que cercaram sua vivência na cidade de Barra do Corda e Grajaú, após ter sido nomeado para o cargo de Promotor Municipal da Comarca de Barra do Corda em 1888, esse autor vai compor um rico quadro do cotidiano nas pequenas vilas que pontilhavam essa porção do Maranhão. Nesse livro, é importante observar como ele vai dar relevo à forma como se procurava instituir discursos e imagens que fossem representativos do legado histórico e cultural fornecido pelos habitantes desse território. Para isso, foram traços marcantes desse período as lutas simbólicas em torno da divisão do mundo social e o monopólio da violência pelos grupos com autoridade de nomear.

Cabe mencionar que essa missão oficial foi cercada de intensa polêmica na imprensa de São Luís, tendo em vista que Dunshee de Abranches foi empossado como promotor antes de completar vinte anos – quando ainda cursava a Faculdade de Direito no

---

<sup>110</sup> Ibid., p.85-86.

Rio de Janeiro – pelo Presidente de Província do Maranhão José Moreira Alves da Silva<sup>111</sup>. De acordo com Abranches, sua nomeação se justificou pelos fortes laços de amizade que mantinha com esse político que através de um ato de confiança na sua capacidade intelectual tentou dar um impulso na sua carreira política, como relata nessa passagem de suas memórias:

Aceitara sem refletir um instante uma delicadíssima e perigosa missão do poder superior da Província. Era uma cartada que ia jogar sobre o futuro, na frase sensata de meu pai, que conhecia a fundo as minhas aspirações de moço ambicioso de glórias e de nomeada. E, de fato, naquela hora, não pensava nos riscos que poderia correr a minha vida: o que me empolgava o ânimo era o desejo ardente e cego de sair vitorioso da empresa honrosa que me fora confiada e prestar um serviço real e relevante a minha terra natal!<sup>112</sup>

Como não pretendo reconstruir a trajetória intelectual de Dunshee de Abranches, é bom examinar o modo como ele se apropriou do espaço-sertão e dos discursos que o forjaram para lhe dar uma feição particular. Não obstante, deva-se mencionar que partes significativas do seu testemunho apresentam um meticuloso exercício de construção de sua “auto-imagem”. Note-se a forma como ele se projeta a partir da figura do “intelectual missionário”,<sup>113</sup> dando ênfase à imagem do jornalista polêmico e combativo que investido do poder de decifração de uma espacialidade vista à luz das representações do medo e da selvageria, tinha como missão: levar o “ramo de oliveira” até as “regiões ensangüentadas do Grajaú”.<sup>114</sup> Dessa forma, as tentativas de auto-representação e o sentido teleológico de sua narrativa se configuram como elementos-chaves no trabalho de seleção e organização de sua memória. De tal de modo que revelam os diferentes significados empregados na construção de sua trajetória intelectual, política e pessoal.

*A Esfinge do Grajaú* centra-se num recorte temporal que se estende das comemorações pela abolição da escravatura em 1888, em São Luís, até a Proclamação da República em 1889 – quando Abranches retorna ao Rio de Janeiro para concluir o curso superior após se dizer desiludido com o regime político que se instaura no Brasil. Conforme o movimento de sua memória sua fixação no Rio de Janeiro no final do século XIX instaura um tempo de mudanças que foram decisivas na sua carreira intelectual e política, de sorte que ele reforça essa ideia em várias passagens de seu texto ao rememorar que foi a partir

<sup>111</sup> O pernambucano José Moreira Alves da Silva foi o último presidente de província no Maranhão, governando essa província durante a fase de transição do Império pra República (1888-1889).

<sup>112</sup> ABRANCHES, Dunshee de. *A esfinge do Grajaú*. São Luís: ALUMAR, 1993, p.62.

<sup>113</sup> A expressão “intelectual missionário” foi fartamente utilizada na historiografia brasileira, no que tange aos escritos que versam sobre o papel da intelectualidade brasileira entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, como porta-voz dos rumos da nação (SEVCENKO, op. cit., 1999).

<sup>114</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 60.

dessa escolha que ele passou a trilhar uma ascendente carreira na política e na imprensa.<sup>115</sup> Mas o fato é que no espaço de tempo que separa esses dois eventos, esse memorialista vai lançar luz sob a fermentação das campanhas republicanas em algumas cidades do Maranhão (dando ênfase à criação dos Clubes Republicanos e a fundação do jornal *O Norte* em 1888) e sob as tensões e choques ocorridos no interior dessa sociedade nesse período de transição para o regime republicano.

A jornada desse recém-nomeado Procurador Municipal até os “confins do sertão” trazia o ensejo de fazer um inventário detalhado, “imparcial” e sigiloso dos motivos e questões por trás das querelas políticas na cidade de Grajaú, especialmente os conflitos entre liberais e conservadores que fermentaram intensas lutas e antigos rancores nesse território. Os conturbados embates entre grupos rivais pelo controle do poder local converteram Grajaú – um dos grandes empórios comerciais dessa parte do Maranhão – em arena de batalha entre famílias e partidos políticos rivais, a ponto de dividir esse espaço urbano em duas frentes de combate: a parte baixa da cidade era controlada pelos conservadores e a parte alta pelos liberais.<sup>116</sup>

Abranches ressalta que o cenário de guerra que se transformou essa cidade constituiu um verdadeiro problema para a administração provincial, de modo que ela passou a ser alcunhada de “A Esfinge” pelo presidente de província, em se tratando dos “enigmas” que cercaram os eventos aí ocorridos, e reitera que coube a ele, “que era filho da terra”,

---

<sup>115</sup>Abranches deixa entrever, em suas memórias, que retornou para o Rio de Janeiro em 1890, completamente desiludido com o novo regime e disposto a abandonar a carreira na imprensa e na política, o que o levou a seguir os rumos do magistério por algum tempo. Mas em pouco tempo “volta a ser de novo o jornalista [...] empolgado pelas lutas da imprensa desde os doze anos de idade”, o que o leva a trilhar nas décadas seguintes uma extensa e produtiva carreira na imprensa, atuando na editoração de órgãos da imprensa nacional como: *Jornal do Brasil*, *O País* e *O Dia*. De 1910-1913, ele presidiu a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), sendo o autor dos primeiros projetos da Escola de Jornalismo. Além do jornalismo, ele ainda seguiu extensa carreira na vida política.

<sup>116</sup>Conforme Luis Alberto Ferreira, os últimos decênios do oitocentos foram marcados por conflitos envolvendo liberais e conservadores que se confrontaram no interior da província do Maranhão. Nesse contexto, Grajaú foi uma das áreas “mais tensas do sertão” em decorrência das disputas por poder político entre as famílias Costa (Partido Conservador) e Barros e Leda (Partido Liberal). Como diz esse autor, em 1886 acentuou-se a violência em cidades como Pastos Bons, Mirador e Grajaú, pois como a “presença do Estado se dava pela via do partido então no poder. Assim, eram frequentes as ‘derrubadas’ para derrubar o grupo situacionista anterior e instalar um novo ‘batalhão’ de protegidos, pagando os compromissos assumidos por ocasião das eleições (clientelismo e nepotismo) que referendavam os novos donos do poder, bem como as reações daqueles que perderam suas regalias. Quando em 1888 Dunshee de Abranches é enviado para Grajaú para assumir o cargo de promotor, às constantes lutas entre esses dois partidos já tinham transformado essa cidade em arena de luta, o que muito contribuiu para que a parte entendida como sertão desse Estado passasse a ser vista e nomeada, sobretudo pela imprensa da capital, como “terra de ninguém, ou melhor, era de quem estava mais próximo do governo ou mais bem armado – o grande proprietário rural fazendo a vez de agente estatal” FERREIRA, L.A., op.cit., p.340-341.

enfrentar e decifrar os enigmas desse monstro fabuloso, antes que ele devorasse toda a administração imperial.<sup>117</sup>

Pode-se intuir que foram dois os caminhos trilhados por esse letrado: o primeiro se refere à viagem de 1888, ao lhe remeter uma experiência de autoconhecimento e de contato com essas áreas mais afastadas da capital do Estado, em que pese sua pouca idade e sua inexperiência na prática jurídica. O segundo implica no exercício de criação narrativa, mais especificamente no movimento de conversão dos fluxos e lapsos da memória em um texto que linearmente ordena o passado. Ora, duas temporalidades se encontram no curso de sua narrativa: uma que se insere no lugar de produção do seu relato – haja vista o relativo clima de incertezas quanto aos rumos da nação após 1930, engendrado pelo amplo debate em torno do projeto político varguista que pressupunha a elaboração e a valorização do homem e da nação brasileira; e outra que se encerra no ato da experiência vivida por esse narrador, ou seja, o turbulento período que morou em Grajáú e Barra do Corda, em se tratando das incertezas que perpassaram a fase de transição do Império para a República. Na mediação entre essas diferentes temporalidades, *A Esfinge do Grajáú* traz indícios de tempos e de espaços ressignificados nas travessias da memória, cujas transformações produzidas no tempo que separa os acontecimentos passados e o presente da narrativa criam lacunas e revelam silêncios nos quais cintilam as adaptações feitas no tecido da rememoração.

Com efeito, deve-se levar em conta que no trajeto de construção da narrativa os lugares não fixos da memória são atualizados no presente e, ademais, o caráter seletivo da memória certamente torna improvável que no ato de recordar histórias vivenciadas há mais de cinquenta anos, os acontecimentos insurjam plenos de sentidos, conclusivos, ordenados e carregados de detalhes como no instante vivido; e, menos ainda, que se atribua os mesmos significados à experiência vivida. Assim, a escritura memorialística deve ser pensada como uma recriação subjetiva que age em conformidade com o universo social e cultural, no qual aquele que rememora se encontra inserido, daí serem frequentes manobras, desvios, remendos e silêncios.<sup>118</sup>

Ao que parece, data do começo do século XX o surgimento do gênero memorialístico no Brasil, por se tornar uma forte tendência entre a intelectualidade brasileira, sendo inclusive um estilo utilizado por consagrados escritores, como Visconde de Taunay, Gilberto Braga Joaquim Nabuco, entre outros. A proposta reinante no discurso

---

<sup>117</sup> Ibid., p.58.

<sup>118</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús In: Escrita de si, escrita da história: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 309- 330.

memorialista é a manutenção do passado pelo combate à voragem do tempo que tudo destrói, decorrendo disso uma preocupação com o registro verdadeiro do passado, com um tipo de olhar sobre o passado que se agarra a um conhecimento empírico. Nessa medida, a escrita memorialística nasce de uma necessidade de preservar a experiência passada e de produzir referenciais que abarquem as novas, já que nela se estende um fio que liga, através da experiência do olhar sobre o espaço, presente e passado.<sup>119</sup>

As memórias de Dunshee de Abranches sobre o espaço que se entende como sertão do Maranhão apontam intrigantes deslocamentos narrativos e hermenêuticos, uma vez que, no transcorrer do tecido da rememoração e na construção de seu relato é possível apreender variações temporais na relação entre passado e presente. Afinal, na passagem de tempo que separa sua viagem para o *sertão* do momento que registra suas memórias em relato escrito, toda uma máquina imagético-discursiva é acionada, sobretudo no que se refere à invenção desse espaço. Em virtude dessa dimensão temporal, torna-se apropriado argumentar que esse relato de memória, ao instituir o lugar do sertão como uma parte específica do Maranhão, sofreu múltiplas inflexões entre essas distintas temporalidades.

Ao tomar o sertão como fonte de inspiração simbólica, esse memorialista fala de uma representação espacial e cultural fortemente atravessada por ardilosos dispositivos de poder, sofrendo inúmeras (re)inscrições no tempo e no espaço e, de certo modo, ainda plangente de novas interpretações. Em face das constantes mudanças de sentido que esse termo congrega, aqui pretendo lançar o olhar sobre as costuras, as inversões, as adaptações feitas no tecido narrativo de *A Esfinge do Grajaú*, ao produzir diferentes olhares sobre essa espacialidade. Ou melhor, vale questionar quais agenciamentos ele opera, ao fundar esse recorte sócio-espacial? Quais os temas norteadores de seu processo narrativo? Com base em tais indagações, pretende-se desmontar o maquinário imagético-discursivo utilizado por esse letrado na constituição de um *Maranhão sertanejo*.

É como lugar/coisa que se revela na alteridade que o sertão maranhense é inscrito. Na posição vacilante de quem assume diferentes lugares simbólicos, diferentes sentidos tecidos no vai-e-vem da memória. Não é difícil perceber que o modo como ele olha esse território vai incorporando novos significados ao longo do percurso narrativo, à medida que dialoga com um arquivo de imagens e textos previamente criados, de sorte que se nota a

---

<sup>119</sup> BREFE, Ana Cláudia Fonseca. A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920). 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1993.

emergência de um lugar simbólico que oscila entre uma visão negativa e uma idealizada. Desse modo, ao embaralhar os referenciais postos, esse narrador se agarra a vetores de classificação nos quais a dicotomia sertão/litoral vai adquirindo fisionomia, uma vez urdida em enunciados que traduzem esse referente ora como uma imagem invertida e deformada do litoral, ora como o reduto de uma brasilidade perdida.

A imagem do sertão como “alteridade incômoda”<sup>120</sup> é colocada em relevo em várias passagens do texto, especialmente quando ele filtra os jogos de olhares emitidos por quem se situa do lado instituinte do sertão enquanto *outro*: “chegavam uns a afirmar que cometia uma loucura indo meter-me no meio de assassinos e ladrões”. Em outra passagem ele ressalta as falas, os gestos e as pausas de alguns de seus amigos, ao tomarem conhecimento de sua nomeação e de sua viagem para essa parte do Maranhão:

Antonio Lobo, sempre paradoxal, visitando com outros colegas, ainda mais aumentara as aflições de minha família. No meio da sala a gesticular desordenadamente [...] bradava enfaticamente: Eu lhes confesso não nasci para herói como quer ser aqui o nosso amigo. Só a ideia de atravessar a Baía de São Marcos em uma dessas caiporas flutuantes quais são os calhambeques da nossa navegação fluvial [...] restar-me-ia coragem para encarar no meio daquela cabralhada dos altos sertões as cataduras ferozes do Leão Leda e seu terrível Cascavel e do pavoroso Cristo Araujo Costa com as suas barbas de onça e o seu olhar de pantera? Não, meus amigos, bacamartes ou ser garroteado pelos vaqueiros do Grajaú!<sup>121</sup>

Esse fragmento sugere que a polaridade litoral/sertão figura sobre a faceta do par civilização/barbárie, o que converge para a produção de representações que de um lado configuram uma ordem social regida pelo medo e pela insegurança, e em oposição se projeta a cidade São Luís (e do Maranhão) como sociedade letrada, a que serve de sustentáculo o mito da Atenas Brasileira.<sup>122</sup> Essas representações ao emergirem em latência de sua narrativa confluem para a construção do sertão como inversão/deformação do litoral, seja sob o signo do atraso, do perigo e da barbárie. Aí também se conformam as bases de um discurso no qual o mundo rural e o urbano começavam a se diferenciar, reforçando a necessidade de se manter à distância esse “outro” prefigurado numa estranheza incômoda.

---

<sup>120</sup>SOARES, Valter Guimarães. Cartografia da Saudade. Eurico Alves e invenção da Bahia Sertaneja. Feira de Santana – BA: UEFS Editora, 2009, p.75.

<sup>121</sup>ABRANCHES, op. cit, p.62-63.

<sup>122</sup> Sobre o codinome que a cidade de São Luís recebeu no século XIX, em decorrência da produção literária de escritores consagrados ver Corrêa, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993, MARTINS, op. cit. e BORRALHO, José Henrique de Paula. A Atenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2009.

O encontro com uma ordem social que era inversa a sua (litorânea, letrada, civilizada) ilustra a manifestação de práticas culturais que condensavam a simbólica de um universo social visto como deslocado e distante da vida civilizada. Nessa perspectiva, sua narrativa tece o esboço de um lugar estigmatizado pelos liames das intrigas e dos mexericos, “embarcara em São Luis com o espírito prevenido contra os enredos e mexericos peculiares as populações do interior”; pela rusticidade dos sujeitos, “tinha mais o aspecto de um vaqueiro do que de um homem de letras como haviam me informado na capital” e dos costumes locais, “convidara-me a ceiar em pleno campo, a fim de saborearmos um berubu que mandara fazer para a família [...] uma comida deliciosa, mas preparada de modo selvagem”; e principalmente pela existência de códigos e atitudes sociais que revelavam a perversão dos valores morais, a exemplo de algumas mulheres que designadas *Evas*, dada a imagem de perdição e pecado, “nestes sertões, mais do que em qualquer outra parte, há uma casta de mulheres que se tornou a perdição dos magistrados e dos padres”.<sup>123</sup> Nos trechos citados Abranches faz vibrar um campo de práticas culturais que denotavam a existência de uma sociedade que por se construir distante dos centros de poder fulgurava recolhida em si mesma. Nesse sentido, sua fala a alicerça no limiar da civilização como deixava entrever ao descrever práticas e códigos vistos como relativamente frouxos, quando não degradantes.

Creio que ao converter suas memórias em narrativa, esse narrador dialoga com um arquivo de imagens e textos produzidos no transcórrer do tempo a respeito do sertão, pois, no esforço de dar visibilidade a si mesmo e ao território por onde transitava, desloca-se entre dois pólos de entendimento; o que vê o sertão como um lugar arraigado no passado, fora da história, e outro que o caracteriza como espaço do futuro. Nesse ínterim ele realiza uma criteriosa filtragem das memórias e do discurso oficial, tendo em vista que em 1940 (momento em que ele registra suas memórias) esse território se localizava em um patamar diferente daquele vivenciou no final do século XIX. Isso faz com Dunshee de Abranches atualize o debate da época ao se apropriar das matrizes de pensamento em voga na década de 1940 quando o referente espacial passa a ser examinado como lugar de reduto da nacionalidade brasileira.

A narrativa desse intelectual se encarrega da construção da travessia de um jovem viajante por um cenário agônico, vislumbrado em seus pormenores como constante novidade. Trata-se da narração de um deslocamento por entre as frinchas de um território que se revelava palco das tensões entre fronteiras culturais e práticas de poder. Isso me leva

---

<sup>123</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 75; 131-135, grifo do autor.

a crer que sua fala assume uma posição migrante, note-se o modo como seu discurso é entremeado por sua leitura de mundo e pelo campo de dizibilidades do “outro”. O que explica o fato de sua descrição desse espaço oscilar ora como ambiente de degenerescência moral e política ora como espaço que oculta o berço da nacionalidade brasileira.

No afã de lançar luz ao “enigma” que cobria essas “miseras paragens”, esse memorialista intervém na rede de poderes produtora de saberes sobre o sertão maranhense. De forma que confere visibilidade aos embates e aos contatos engendrados no curso de sua vivência com os moradores dos lugares que representam essa porção do Maranhão. Isso o leva a inventariar uma série de vozes e de gestos, que ao atuarem com referenciais que concebem esse corpo social através de uma visão essencialista concorrem para a produção de um espaço inscrito com base em uma ideia de diferença e de singularidade. Note-se os discursos atribuídos a figuras locais como o Isaac Martins, o juiz municipal de Barra do Corda ao dizer que “o sertão ainda é o Brasil, pois em cada um dos seus rincões, o sangue dos balaios deixou uma sementeira da liberdade”; Luís Leda, coronel do pastoreio ao desabafar que na capital “os políticos e os homens cultos ignoram o que somos verdadeiramente e, quanto vale a alma nobre dos sertões [...] constituída por uma raça de homens de honra e espírito forte, decididos e libertados de preconceitos vis”. Nessas duas falas, verifica-se uma necessidade de não esquecer, e por conta disso repetir e reafirmar o ressentimento pelo sentimento de desprezo que os poderes instituídos tiveram pela história e pela tradição dessa parte do Maranhão.<sup>124</sup>

Urdida na memória e nas experiências de um grupo social específico (fazendeiros de gado e comerciantes), seu texto desenha uma cartografia verbal através de discursos que tencionavam reverter significações negativas que maculavam a imagem desse território. Em outras palavras, seu relato erige um terreno fértil para lutas de representações, onde se colocavam em disputa os interesses de grupos sociais pelo domínio simbólico e político do território, bem como pela afirmação de uma identidade social. Como diz Roger Chartier, essas lutas simbólicas ao objetarem a ordenação do mundo social investem em “estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser percebido’ constitutivo de sua identidade”.<sup>125</sup> De maneira que nesses agenciamentos de olhares e dizeres sobre a realidade social, esses agentes sociais produzem

---

<sup>124</sup> Ibid., p. 125.

<sup>125</sup> CHARTIER, op. cit., 2002, p.73.

representações como o abandono, o isolamento e a violência para conferir sentido e significado para o chamado sertão maranhense.

Com efeito, essas representações se constituem vetores de direção que de tanto serem mobilizados se configuravam em fios que teciam a trama de um espaço monocromático. Significa dizer que os discursos do abandono, do isolamento e da violência engendravam uma suposta homogeneidade cultural do território, aspecto que foi absorvido por uma historiografia que se pautou em uma noção de permanência histórica e de imutabilidade do tempo/espaço. Tais certezas favoreciam o diagrama de forças que atuava na conversão do lugar-sertão como alvo de estratégias de poder dos grupos com autoridade de nomear, de modo que se encontrava em disputa a defesa da preservação da territorialidade, da propriedade e da tradição.

É o que aponta o fragmento a seguir:

- Sim, meu caro Doutor, os nossos próprios conterrâneos e, com eles as figuras mais em evidência dos círculos políticos e sociais do Maranhão nos desconhecem. Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas; são animais menos tratáveis e mais ferozes do que os índios que vegetam mais ou menos domesticados por estas bandas. Ignoram inteiramente nossas origens e tradições. Estou mesmo certo que ao partir para assumir o seu cargo, não faltou quem lhe dissesse em São Luis que Barra do Corda foi uma povoação fundada por um troço de retirantes cearenses, fustigados de sua terra natal pela miséria e pela fome. Acrescentaram naturalmente que a Chapada e todos os povoados do alto sertão tiveram os seus bandeirantes, constituídos por assassinos e ladrões e bandidos de toda a sorte, fugidos das cadeias de Caxias e do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia.<sup>126</sup>

A fala acima é atribuída a um líder local, o major Luís Leda (membro da família Leda e Moreira) que esteve diretamente envolvida nos conflitos ocorridos em Grajaú. Na passagem do livro que Abranches intitulou de “No antro das feras”, é narrado o primeiro contato que esse memorialista teria tido a “facção” liberal, ao se hospedar, como rezava o costume local, em uma fazenda de propriedade dessa família durante a viagem de posse e reconhecimento da área sitiada. Aí ele deixa escapar a surpresa e o entusiasmo que sentiu pelo aguçado nível intelectual desse “caudilho”, “cuja brilhante inteligência e variada cultura literária não tardaria a admirar em alguns dias de proveitosa convivência,” no momento em que esse personagem tecia um painel dos principais episódios de violência que constituíram a história desse território. No trecho mais acima citado, nota-se a repetição de enunciados que classificam o sertão pelo discurso do esquecimento, no qual os signos do desprezo e da perseguição ecoam com certa regularidade. De tal forma que se projeta a imagem de um espaço social que em virtude do descaso dos grupos políticos da capital e da dura vivência

<sup>126</sup> ABRANCHES, op. cit., p.99.

nesse território foi fundado em códigos e leis próprias, como as que o levavam “a reagir de armas na mão para defender suas propriedades e suas próprias vidas”.<sup>127</sup>

Entretanto, importa ressaltar que os vários discursos sublinhados no texto de Dunshee de Abranches são alinhavados por fios de um ressentimento que os parecia congregar. A prevalência desse sentimento coletivo de mágoa se torna crucial para a produção de uma identidade, visto que tal sentido foi recorrentemente acionado para definir essa parte do Maranhão. Nessa medida, os grupos locais negociam com a categoria de vítimas da manipulação e do abuso dos grupos políticos da capital e, com isso inventam estratégias, demarcam espaços e fundam condicionantes históricas e culturais.

A apropriação social do discurso do abandono pelos grupos que detinham o controle dos bens simbólicos e econômicos esteve no centro dos jogos de poder pelo domínio da manipulação simbólica em torno da ideia de sertão. Como salienta Bourdieu, as construções identitárias são atravessadas por “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social”.<sup>128</sup> Nessa perspectiva, a busca pelo reconhecimento da identidade espacial passava pela negação de que esse território tivesse se constituído pelo somatório de “bárbaros aventureiros” (fruto da conquista bandeirante no século XVIII através do genocídio de grupos indígena) com os flagelados da seca (vindos de vários Estados do Nordeste durante o século XIX). Mas, seja como for, nas bases do mito da origem desse espaço e de sua gente, afirmava-se a forte participação de seus habitantes nos grandes eventos nacionais como na adesão do Maranhão à Independência do Brasil (1823) e na Balaiada (1838-1841). Isso reforçava a tradição de que o *sertão* teria sido formado por patriotas e rebeldes, “que derramaram sangue” pelas grandes causas nacionais; e por sujeitos que em meio à luta pela defesa da pátria e da liberdade foram “vítimas da ingratidão dos que se apossaram do poder na Corte e na Província” e se refugiaram no território de Pastos Bons.<sup>129</sup>

Marcos fundantes na memória oficial, os episódios de 1823 e de 1838-1841 são acontecimentos que adquiriram inteligibilidade e legitimidade nas narrativas que instituem essa espacialidade. Abranches reatualiza esses eventos, atribuindo dimensões históricas e culturais a uma tradição de luta entre os chamados sertanejos e cria uma cartografia simbólica que se inscreve com base na criteriosa seleção de eventos específicos, de ritos, de

---

<sup>127</sup> Ibid., p. 98.

<sup>128</sup> BOURDIEU, op.cit., p. 113.

<sup>129</sup> ABRANCHES, op.cit., p.100.

crenças, de atitudes sociais e códigos que revelam o modo como ele se apropriou de outras produções discursivas, a exemplo da fala de Carlota Carvalho.

Entretanto, ao enveredar nas tramas que compõem o universo das disputas pelo poder de construção e de legitimação da identidade regional e de sua inserção no mapa simbólico e geográfico do Maranhão, esse letrado acaba privilegiando um determinado grupo social, de tal maneira que enuncia que chega a aderir a “causa dos sertões”. Desse modo, seu discurso também (re)elabora o mapa de sentidos que os grupos em luta criavam ao tentarem definir novas sensibilidades e ao reclamarem por novas fronteiras. É o que aponta o capítulo intitulado “O grito dos sertões”:

Urgia estudar a alma revolucionária dos sertões. Na opinião nacional cristalizara-se um juízo profundamente errôneo e injusto sobre os seus habitantes, devido aos escarcéus escandalosos feitos nos jornais e na tribuna Parlamentar pelos exploradores políticos. Eram eles apontados a cada passo como formando hordas sanguissedentas de bandidos, ladrões e assassinos. [...] O que existia recalcado naqueles ínvios recôncavos era o amor exagerado à liberdade, o fanatismo cego pela terra natal. Filhos e netos de patriotas que se bateram pela Independência do Brasil e ali se refugiaram perseguidos a ferro e a fogo pelos governos imperiais [...] O sertanejo maranhense era um rebelde nato. Guardava no coração sempre vivido e pronto a explodir, o ódio contra o Poder Central.<sup>130</sup>

Entre o reconhecimento da nobreza do espaço e de seus habitantes e o desejo de propagá-la, Dunshee de Abranches faz de sua escritura um discurso que participa da construção da identidade espacial, no afã de colocar em xeque os dispositivos de poder que formalizam, que desqualificam, que criam saberes carregados de negatividade sobre essa parte do Maranhão. Pelo que deixa entrever sua escrita há uma preocupação em afirmar a latência de uma paixão pelos valores, pelas práticas e pelos eventos fundantes da história do “sertão e dos sertanejos”. Ao que parece esses aspectos vislumbram a produção simbólica do espaço como arquétipo da autenticidade nacional.

Tratava-se, deste modo, de combater as formas cristalizadas. O que o leva a investir na composição poética da figura do sertanejo como um sujeito “apegado visceralmente ao solo: sadio, ativo e trabalhador”, que “abominava o parasitismo burocrático”, que sonhava “eternamente com um Brasil maior”, que vivia a rebanhar o gado e a lavrar a terra e que em tudo era diferente dos tipos humanos que se fixavam na proximidade da costa, homens fatigados, melancólicos, doentios, desanimados e macilentos e que viviam “com olhos fitos em São Luis”. A analogia entre esses dois tipos sociais tinha como meta realçar a ideia de uma brasilidade escondida nos rincões do país, que, no caso do Maranhão, era flagrante até mesmo nos imponderáveis do cotidiano: “as próprias canções dos violeiros sertanejos nos

---

<sup>130</sup> Ibid., p. 153-154.

seus detalhes tinham sempre um fundo patriótico”.<sup>131</sup> Seu diálogo aponta a parte substantiva das narrativas fundadoras da nacionalidade brasileira, substancialmente as que traziam à baila o discurso que o sertão era reduto da verdadeira brasilidade, sendo, por sua vez, o lugar símbolo do homem nacional.

Mas é bom chamar atenção para o jogo de ambivalências presentes na instituição simbólica do sertão em *A Esfinge do Grajaú*, à medida que fulgura na sua escritura um oscilante campo de enfrentamentos entre uma visão positiva e outra negativa. Nesse sentido, seu discurso titubeia entre dois modos de ver e dizer o sertão, situando-se em um lugar fronteiriço. Ao destilar um olhar estrangeiro sobre esse espaço geográfico, ele se localiza em uma zona de fronteira que lhe permite mediar a relação campo/cidade, urbano/rural, moderno/arcaico e civilização/barbárie. Nessa zona, o sertão surge como espaço problema, cujos signos da violência se tornavam peças de montagem da engrenagem social que o fabrica, de sorte que se amalgama à imagem de um território que tinha a “alma nobre e simples da nacionalidade brasileira”, sendo ela formada por “rebeldes natos” que viviam esquecidos do poder central.<sup>132</sup>

Em uma mirada de mais de cinquenta anos que separa o registro de suas memórias da experiência vivida é válido ressaltar que esse memorialista incorporou o ideário presente nas décadas posteriores a 1888. Se tomarmos como base o debate sobre a sociedade brasileira entre as décadas de 1930 e 1940, poderemos notar que a emergência de um “Brasil novo” e de um “novo homem”, em que pese os discursos sobre a supervalorização dos valores nacionais e a higienização dos corpos que deram a tônica aos ideais de construção da identidade nacional. Assim, o sertão, como mistério a ser desvendado, desponta por extensão metonímica a imagem que utiliza para pensar a República brasileira e seus caminhos ao longo desse espaço/tempo.

Candice Vidal e Souza salienta que o sertão e a sociedade sertaneja serviram de matéria para um sem-número de apropriações empregadas para se opinar a respeito do Brasil, como sinaliza um conjunto consagrado de narrativas que abordam a temática dos sertões por meio de “mapeamentos feitos a distância”, sem pesquisa empírica ou sem se lançar “um olhar ativado” sobre o espaço.<sup>133</sup> Para ela, essa metáfora espacial serviu de referente para definir a nação e o povo brasileiro, de modo que a representação de um país

---

<sup>131</sup> Ibid., p.154-155.

<sup>132</sup> Ibid., p. 99-100.

<sup>133</sup> SOUSA, 1997, apud SOARES, V., op. cit, p.75.

partido geográfica e culturalmente entre duas realidades distantes (sertão e litoral) avigoraram os impasses em torno da unidade nacional

Ainda que Abranches se pronuncie a partir de um lugar de enunciação estabelecido “de fora” do espaço que perscruta, o desejo de dar visibilidade e o empenho em reterritorializá-lo são reveladores de um esforço em militar pela “causa sertaneja”, de instituir e divulgar um conhecimento sobre sua gente e sua história, de lhe imputar um espaço no mapa simbólico e político do Maranhão.

Com efeito, quando fala da separação exis(te)nte entre as áreas do Estado do Maranhão que permaneciam estranhas e distantes uma da outra – o sertão e o litoral – e de um duplo encontro – consigo mesmo e com a nação, ainda que opere com os signos de uma memória afetiva, que dá relevo a experiência-limite que o lançou na vastidão desse território a cata de vestígios e de verdades – recriados no espaço da memória, como uma jornada de contato com a “realidade sofrida dos sertões” e de sua formação intelectual e política Dunshee de Abranches mobiliza um arquivo de lembranças, de personagens, de paisagens, de sensações e de histórias que urdidas num espaço de mais de cinco décadas, criam uma poética do lugar e de si mesmo.

Em *A Esfinge do Grajaú*, a galeria de personagens evocados de suas reminiscências (coronéis do pastoreio, magistrados, vaqueiros, homens encolerizados, jagunços, matadores de aluguel, comerciantes, “caudilhos letrados”, mulheres de má fama, moças casadoiras, garimpeiros, pajens, fofoqueiros, amazonas, padres, homens com patentes da Guarda Nacional, liberais, conservadores, etc.) carrega as ambivalências que constituem sua concepção de sertão. Essa galeria atesta o fato de esses atores sociais se encontrarem difusamente imersos e deslocados no regime de poder que reproduz uma ordem social distante dos alcances do aparelho de captura do Estado.

Dois personagens são bastante emblemáticos para compreendermos a definição de sertão como um jogo de forças contrárias: Leão Leda e Araújo Costa. Figuras-chave na representação do mundo do sertão, esses dois chefes locais engendram as bases de um discurso sobre o território no qual se revela uma ordem social intrinsecamente em duelo com as forças do bem e do mal.

Leão Leda, membro do Partido Liberal e de uma das famílias que concorriam pelo poder político, aparece nas descrições desse memorialista como um sujeito “ruivo, risonho, de olhos aquilinos”, que “irradiava do seu semblante franco e jovial uma irresistível simpatia” e cuja “fama de valente guerrilheiro, [...] atraíra toda a admiração de uns e o terror

de muitos,” sintetizando a imagem do herói sertanejo. Já seu opositor, Araújo Costa, membro do Partido Conservador, alcunhado no livro de “o Cristo do Grajaú”, configura-se na imagem do anti-herói do sertão, papel que aparece escamoteado por meio dos traços de sua personalidade e de sua descrição física: “rosto embaciado como que revestido de uma camada de estanho, olhar torvo e inexpressivo, barba grisalha e rala, mesmo quando procurava sorrir a sua fisionomia tinha algo de duro e mau”.<sup>134</sup> Ambos simbolizavam o embate pelo monopólio do poder político nesse espaço durante o Império, dando as bases de uma luta que se estendeu até as primeiras décadas da República, através de disputas por prestígio e mando que eclodiram em desordem e tensões.<sup>135</sup> Esses dois personagens são figuras-chave na representação cultural do sertão. Tendo suas existências fundadas no cotidiano local, eles são a expressão de um corpo social que, diante do descaso e da opressão da elite regional, fazia dos rifles e bacamartes sua linguagem. Com suas insígnias de guerra e discórdia, Leão Leda e Araújo Costa revelam as contradições de uma sociedade regida pelo signo do medo e da beligerância, no qual os homens constantemente se entregavam aos riscos da guerra, como indica o discurso de Leão Leda: “o destino me pós à frente da defesa da causa do sertão, e por ele tenho de vencer ou morrer”.<sup>136</sup>

Abranches não disfarça a forte simpatia que teve pelos liberais, revelando inclusive a existência de um pacto travado entre ele e a família Leda: “O entendimento que, naquela tarde, realizara com os irmãos Lêda, chefes do Partido Liberal, sendo o primeiro passo de um pacto de vida e de morte entre nós”.<sup>137</sup> Em decorrência desse pacto de honra, Abranches passa a ver as fissuras e inflexões da sociedade sertaneja como consequência da falta de entendimento político, social, econômico e cultural entre duas áreas do Maranhão, as quais permaneciam estranhas e distantes. Mas é na fronteira entre dois mundos, entre dois sistemas culturais - litoral/sertão, capital/interior, urbano/rural, letrado/iletrado – que ele se constrói, ocupando uma posição transitiva, em que atua como elo que interligaria o mundo sertanejo com o litorâneo. E faz isso, agenciando uma série de antagonismos, associações, códigos que, em muitos aspectos empregam o arsenal de sentidos e significados presentes no arquivo de imagens e discursos sobre a categoria sertão.

Ao se deslocar pelas intrigas políticas que gravitavam em torno das disputas por áreas de influência entre liberais e conservadores, ele delineia dois polos de um espaço em

<sup>134</sup> ABRANCHES, op.cit., p. 102, 105 e 128.

<sup>135</sup> CABRAL, op. cit., p. 182.

<sup>136</sup> ABRANCHES, op. cit., p.105.

<sup>137</sup> Ibid., p.144.

guerra permanente. Localiza, de um lado da trincheira, um espaço social em que o apego aos valores cívicos e morais se destaca em nome do amor e do respeito à instituição familiar, da memória, da tradição e do território. É o que transmite, ao confessar sua simpatia pela facção dos Lêda e Moreira: “afirmei a Luís e Leão Leda que, no íntimo, estava e procuraria estar sempre ao seu lado porque representavam a parte sã da sociedade sertaneja”, ademais, estes se resumiam numa “família honrada e culta, incapaz de praticar as ações abomináveis que eram atribuídas a seus chefes”.<sup>138</sup>

Já do outro lado, isso adquire outros matizes, quando se refere ao grupo conservador, que tinha na pessoa do “famigerado Judas dos *bem-te-vis*”<sup>139</sup> o símbolo da traição aos ideais patrióticos do homem do sertão. Desse lado, fazia-se mais substancial a ideia de uma sociedade imersa no obscurantismo, no atraso, na ignorância, na qual imperava a insanidade, a rapinagem, o mando, o descumprimento e os desvirtuamentos da moral e do civismo. Ora, ao forjar um universo social constituído pela perversão dos costumes e pelo crime, ele recupera imagens que acentuavam um estado de inércia e de resistência a mudança caracterizando o conservadorismo das estruturas reinantes de poder do período. De maneira que, ao produzir novas representações do espaço, Abranches capta o sertão na perspectiva do fogo cruzado, inventando um espaço que nasce tanto em meio à luta do homem contra a natureza quanto do homem contra os poderes que os oprimiam.

Viajante por territórios alheios, ele filtra o espaço em disputa e remonta as peças do quebra-cabeça que é o sertão, cuja polaridade entre uma parte sã e uma doente serve de metáfora para se pensar a própria identidade nacional. Tomando a paisagem sertaneja como espaço metafórico para refletir sobre os rumos do país, ele abre a perspectiva de olhar para “dentro” dos lugares de conflito onde estão abrigados seus distintos significados. Ao assinalar esse espaço de “dentro”, ele lança luz sobre uma configuração social bipartida por forças antagônicas, em constante tensão, seja pelo ângulo litoral/sertão, seja pela imagem de Grajaú como cidade sitiada por práticas de poder, seja pelo confronto entre uma má e uma boa sociedade.

No entanto, é a condição fronteira que produz contornos fugidios à sua ideia de sertão, ao dialogar com um espaço cujos resquícios do passado conviviam com as transformações produzidas pela modernidade. Assim, o tema da incorporação dos sertões

---

<sup>138</sup> Ibid., p. 140-141.

<sup>139</sup> Um dentre os tantos apelido que recebeu o Coronel Francisco de Araújo Costa ao longo do texto de Dunshee de Abranches, este é justificado pelo fato de Araújo Costa ter abandonado o Partido Liberal (os Bem-te-vis) durante as lutas em torno da Balaiada, para se juntar ao Partido Conservador (Cabanos) (Ibid. p.116-117).

ganha força no seu discurso. Para isso, defendia propostas como a higienização social e a moralização pública. Dá a entender que, ao mesmo tempo em que o sertão escondia em suas profundezas o cerne da verdadeira nacionalidade, nele também se revelavam as próprias barreiras culturais e morais que impossibilitavam sua modernização.

Anos depois de ter percorrido os intrincados caminhos que compõem a geografia do sertão, Dunshee de Abranches rememora uma cena ocorrida no Rio de Janeiro (quando então exercia o mandato de Deputado Federal pelo Maranhão) na qual reencontra Moreira Alves e este lhe questiona sobre a tarefa que lhe incumbiu em 1888: “ilustre Édipo, até hoje está em falta comigo, pois não se desempenhou do compromisso solene [...] de decifrar o pavoroso enigma da Esfinge do Grajaú, com seu *Cristo* de bacamarte à cinta e o seu Leão de juba de cascavéis!”<sup>140</sup> Em torno desse encontro, inicia-se um caloroso debate com outros parlamentares sobre os destinos da República Brasileira, e nisso as distâncias entre os sertões do país e o litoral são colocados em pauta. E, na defesa do sertão, diz Abranches:

- É possível, meu colega, que a República que você e outros fizeram, deixando o povo bestializado, não se tornasse a dos seus sonhos de glória e poder. Mas não maldiga os Sertões. É neles que está à alma livre, a alma nobre e simples da nacionalidade brasileira. Esses sertões, que tanto ama e tanto o defende o nosso Rio Branco, poucos conhecem; são para muitos uma Esfinge; e, todavia, mais cedo ou mais tarde, há de desvendar-se o seu segredo; e, dele surgirá o espírito renovador, fazendo da nossa Pátria um Estado altivo, digno e uno, consciente da sua força e da sua alta destinação histórica no Continente Americano.<sup>141</sup>

A escrita do sertão de Dunshee de Abranches passa pelo reconhecimento de um enigma e da tentativa de decifrar as experiências de poder, urdidas na textura da vida social, de forma que ele lança as vistas sobre um espaço que, em meio aos embates e enfrentamentos, ia se configurando com sobressaltos de quem está sempre à revelia da explosão de novos conflitos. Ao dizer do sertão, de suas crenças, de seus costumes, de suas perdas e pelejas, sua fala oscila entre a existência de um território em crise nos valores, nas instituições e nas fronteiras, e na possibilidade de existência de um território que ainda revelaria sua verdadeira face.

---

<sup>140</sup> Ibid., p. 212.

<sup>141</sup> Ibid., p. 213-214.

### 3- Ser-Tão líquido: travessias e passagens pelo sertão do Maranhão no começo do século XX.

*“Passa-se com a alma algo semelhante ao que acontece a água: flui. Hoje está rio. Amanhã estará mar. A água toma a forma do recipiente.”*

(Jose Eduardo Agualusa, Um vendedor de passados)

*“GRIVO (de repente começando a falar depressa, comovido): Ele, o Velho, me perguntou: - “você viu e apreendeu como é tudo por lá?” – perguntou, com muita cordura. Eu disse: - “Nhor vi”. Ai, ele quis: “Como é a rede da moça – que moça noiva recebe, quando se casa?” E eu disse: - É uma rede grande, branca, com varandas de labirinto...” (pausa.)*

(Guimarães Rosa, No Urubuquaquá do Pinhém)

Grivo, o vaqueiro-poeta da novela *Cara de Bronze*, de Guimarães Rosa, ao ser escolhido por seu patrão, o enigmático e desterrado Cara de Bronze, para empreender uma viagem até os confins dos gerais, tinha a dupla missão de colher e transmitir a poesia que verte do “quem das coisas”.<sup>142</sup> Sujeito de sensibilidade “viva e apreensora” cabia-lhe complexa tarefa de “captar a poesia de paisagens e lugares” e buscar as “coisas que ninguém faz conta.” Ao transferir para Grivo o encargo de apreender e difundir o “quem das coisas”, Cara de Bronze lhe conferiu o poder de inventariar uma série de idéias-imagens, através do minucioso relato das “belezas e poesias de lá”, material que, ressignificado nas lentes pelas quais esse narrador (re)lia o passado, contribuía para a construção de diferentes temporalidades e de espaços fluidos. Por meio da escrita fragmentada de Guimarães Rosa, podemos deduzir que o relato desse “especialíssimo intermediário” parece ter engendrado em Cara de Bronze um efeito curativo e minimizador da culpa e da melancolia de uma vida construída sobre a suspeita de ter assassinado o próprio pai.<sup>143</sup>

A “estúrdia viagem” de Grivo à procura da poesia dos lugares e das paisagens, com o intuito de tecer uma rede narrativa que tivesse a função de traduzir a “viagem da viagem”, a fim de tentar recuperar o passado de seu patrão moribundo e solitário, impele-me a refletir sobre o processo de fabricação do conhecimento histórico. Para isso, considero válido estabelecer relações entre a metáfora da viagem, mais especificamente a travessia de um rio, com a escrita da história, uma vez que a atividade artesanal de construção do passado através da narrativa histórica, nessa busca peremptória de tentar restaurar o passado, mantém uma relação poética com o itinerário de um rio. Em ambos, camadas de silêncio se revelam,

<sup>142</sup> ROSA, Guimarães. *No Urubuquaquá no Pinhém*. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p. 108; 112; 134 e 135.

novos cenários se desenham, zonas de sombra se inscrevem com linhas que se dobram, desdobram e desmancham, configurando novos lugares, novos mapas, onde impera o devir que cerca o indizível “quem das coisas.”

Em uma era como a contemporânea, marcada pelo movimento de uma multidão de sujeitos em direção aos centros urbanos, remetendo a uma dupla experiência de ruína e de exílio, tema nevrálgico para uma larga produção cultural que vem sendo criada desde o século XX enquanto obra de refugiados, de emigrados, de homens em deslocamento; decidir-se pela imagem da viagem como ponto de partida para este trabalho, segue dois propósitos: tentar pensar nos modos de atuação de diferentes atores sociais, ao significarem e praticarem os espaços em que vivem, à medida que os espaços os afetam e são por eles afetados. E ao mesmo tempo, refletir sobre a “experiência do fora”, das fronteiras, das margens, em uma tentativa de situar a narrativa histórica no que Guimarães Rosa chamou de *terceira margem*, referindo-se a um tipo de olhar atento para os *entre-lugares* fronteiriços, no qual polos diferenciados se intercambiam, espaços demarcados se desfazem, novas conexões e distintas temporalidades se elaboram. Nessa medida, a *terceira margem* conduz à perspectiva de construção de linhas interpretativas que confirmam sentidos a territórios híbridos e disjuntivos como a referência espacial sertão.<sup>144</sup>

Vale lembrar que embarcar numa viagem minimamente requer senso de direção, mesmo que o ato de trafegar por entre caminhos seja encoberto por uma sensação de abismo e um sentimento de perda, semelhante aos sentidos pelos que se deslocam por labirintos, cujos signos de orientação e perda atuam simultaneamente. Porém, adverte Walter Benjamim, que orientar-se não significa muito, mas se perder é que requer instrução, pois, em meio a essa experiência de perda, tornamo-nos construtores de novos percursos e atalhos.<sup>145</sup> Assim, o viajante que desliza à deriva em um barco deve estar atento para os signos que saltitam desse trajeto, tratando de apreender a poesia que vem dos lenços levantados nos portos; das lágrimas, dos abraços e dos suspiros, que assinalam os signos da despedida; do apito, que sinaliza o fim da espera e o início da partida; das vozes de alegria e tristeza que embalam a viagem; do trânsito sutil de cores e de sombras que atravessam a paisagem; dos cheiros que se misturam à fumaça do vapor; das reentrâncias que dão origem a outros braços de rios e riachos; dos fachos de luz que atravessam a vegetação como fogos-fátuos; dos cenários que desaparecem a cada dobra do tempo, deixando-nos a sensação de

---

<sup>144</sup> FANTINI, Marli. Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens. Cótia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: editora do SENAC São Paulo, 2003, p.153.

<sup>145</sup> BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas II: Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.73-75.

que tudo nos escapa; dos galhos de árvores que se dobram por cima do leito formando imensos túneis de sombra; dos desejos que movem o regresso e das esperanças que impulsionam as saídas.

Ao perscrutar o olhar de Guimarães Rosa sobre o sertão, em *Grande Sertão: veredas*, Willi Bolle vê nesta obra uma perspectiva de leitura do sertão como uma *estrada-texto*, na qual Riobaldo passa a percorrer esse *sertão-mundo* ora como caminhante que viaja por entre o intricado das veredas do sertão, deixando suas pegadas inscritas no chão, ora metamorfoseado num *narrador-rio*, deslizando sob “o sertão como um rio,” ao ponto dos ruídos de seu corpo se confundirem com os barulhos das águas.<sup>146</sup>

É bom mencionar que a força da expressão *estrada-texto*, de que Bolle se apropria para pensar a trajetória de Riobaldo, é extraída da imagem de pensamento *Porcelanas da China*, de Walter Benjamin<sup>147</sup>. Nesse texto, Benjamin estabelece um paralelo entre o ato de caminhar por uma estrada e o de sobrevoá-la em um aeroplano. Salienta Benjamin que o percurso feito por quem sobrevoa um cenário revela um ângulo limitado, pois o que se insinua de um aeroplano desvenda “apenas como a estrada se insinua através da paisagem”, enquanto aquele que anda desenha trincheiras com suas pegadas e “experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região, que para o que voa, é apenas uma planície desenrolada, faz surgir, a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas [...]” Segundo esse autor, há uma semelhança entre os movimentos por uma paisagem e a elaboração textual, em relação ao texto lido e o transcrito, uma vez que o copiadador recebe e segue um comando, enquanto o leitor “obedece ao movimento de seu eu no livre reino do devaneio”.<sup>148</sup>

Desse modo, o texto que sigo esboçando pretende perscrutar as contingências da travessia e dos trajetos delineados em torno dos caminhos aquáticos e dos modos de apropriação desses espaços por seus usuários. No ensejo de refletir sobre práticas sociais e culturais que se enlaçam com as práticas de espaço, almejo atentar para as múltiplas possibilidades de leitura do território compreendido como o sertão do Maranhão. Instituído nas frentes de combate e de embate pelo poder de elaboração de fronteiras e de identidades espaciais; e nas práticas de homens, mulheres e crianças que seguiram desenhando trilhas, rotas e veredas pelo interior do Maranhão, esse território deve ser examinado como um imenso campo de forças. Tendo em vista que a imagem espacial sertão constitui-se através

<sup>146</sup> BOLLE, op. cit., p.76-78.

<sup>147</sup> BENJAMIM, op. cit., p.15 e16.

<sup>148</sup> Ibid.

de um inquietante movimento de definição e de redefinição em zona intersticial, em espaço que está sempre lá, escapando por entre os dedos, assumindo a forma de vetores móveis; das margens e dos leitos das inúmeras artérias fluviais que serpenteiam por esse cenário, um sem número de imagens flutua, entrelaçando caminhos e caminhanças em um jogo labiríntico de múltiplas entradas e saídas. Com efeito, um dos objetivos aqui propostos é tentar apreender como se constituem espaços e territorialidades, no acúmulo das práticas sociais e culturais, do mesmo modo como nos diversos sentidos que lhes são dados.

Inscrito e circunscrito por passos delinquentes que formam trilhas e lugares, esfazendo fronteiras fixas e reinventando sub-repticiamente a trama do cotidiano com fios invisíveis, o lugar-sertão ora se configura como palco para uma variedade de práticas culturais, ora assume a forma de personagem central na composição de uma geografia imaginada, saturada de histórias, de lendas e de sentidos.

Neste capítulo, utilizo como *corpus documental*, predominantemente, os registros da imprensa produzidos e em circulação em algumas cidades ditas sertanejas, apesar de também fazer uso, em grau menor, de produções literárias e de outras fontes escritas (relatórios, historiografia oficial e memórias escritas). Com base nessa documentação, chamo atenção para as narrativas de espaço elaboradas nesses relatos (imprensa, literatura e história oficial), dando especial destaque aos relatos que fazem referência aos trajetos ou vias de penetração que levavam ou passavam pelo sul do Maranhão entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Ademais, aproveito para enfatizar o lugar social e cultural ocupado pelas rotas fluviais nas narrativas que fabricam o universo do sertão, uma vez que elas parecem ter sido representativas do modo como foi se delineando o mapa simbólico e geográfico do sertão, assim como, destaco as diversas formas de apropriação desses caminhos por meio das *maneiras de fazer* empregadas por seus praticantes. Parto do pressuposto de que os caminhos esboçados pelos rios e delineados pelas estradas abertas sertão adentro insurgem enquanto verdadeiros *caminhos vivos*,<sup>149</sup> em se tratando do movimento de sujeitos que se espalharam pela vastidão do sertão, abrindo estradas, subindo e descendo veredas por entre as serras, fazendo picadas na floresta, defrontando-se com grupos indígenas, deslizando por entre as águas dos rios a bordo de canoas, vapores e de pequenos batelões e/ou no dorso de animais.

---

<sup>149</sup> GUIMARÃES NETO, 2006, p. 99.

O fluxo de sujeitos pelo dito sertão maranhense redesenha infinitas cartografias através de suas práticas de espaço. Nessa perspectiva, o trabalho de Michael de Certeau se torna basilar, ao salientar que “o espaço é um lugar praticado”, fazendo-se no reticulado de práticas, astúcias, códigos e devires.<sup>150</sup> Atentar para o significado simbólico, geográfico, político e econômico que as estradas, principalmente as aquáticas, tiveram no processo de fabricação desse lugar simbólico, torna-se relevante, ao passo que as rotas de navegação apresentam-se como pontos fulcrais e estratégicos na emergência de novos cenários e de novas subjetividades. Seja por conduzirem passageiros para os mais variados destinos, por transportarem mercadorias para outras áreas, por impulsionarem a movimentação de artefatos culturais e políticos (livros, jornais e revistas), por se constituírem palco para lutas e dramas cotidianos.

### 3.1 – “Os caminhos que andam”

“Os rios (...) parece que nos apertam cada vez mais o coração à medida que nos embrenhamos pelas matas e pelas serras e nos aproximamos lentamente de suas cabeceiras,” escreve Dunshee de Abranches ao rememorar sua viagem pelo rio Mearim em 1888, com destino ao chamado sertão do Maranhão. Ao evocar os sons e ruídos “sempre melancólicos, dolentes e nostálgicos,” que os rios suscitavam, esse narrador opõe a *metáfora fluvial* às sensações que o mar alto, “com o seu horizonte infinito”, provocava nos viajantes, visto que, em oposição ao rio, o mar produzia uma experiência de desapego, na qual “não há mágoas e pesares que resistam”.<sup>151</sup> O tom desse relato, chamando atenção para o universo que poderia ser visto como sombrio que revestia as viagens fluviais, ocultava o medo de uma entrega, em se tratando da primeira vez que esse narrador penetrava nos caminhos que o levariam até terras alheias. A experiência-limite que o lançou em um espaço de difícil acesso, tido como hostil e atravessado por lendas, guardava consigo algo de novo, já que o próximo instante, nessa viagem de busca pelas profundezas da Nação, instaurava o desconhecido.

Como visto anteriormente, o jogo de associação e de dissociação de ideias sobre essa parte do Maranhão presente no relato de Abranches oferece um rico quadro de imagens e discursos que, ao mesmo tempo, cristalizavam e volatizavam seu entendimento a respeito desse recorte espacial. De modo que o sertão emerge como um espaço costurado, a partir de

---

<sup>150</sup> DE CERTEAU, op. cit., p. 202.

<sup>151</sup> ABRANCHES, op.cit., p.64.

um feixe de imagens e discursos. Ora, aqui vale observar a forma como Dunshee de Abranches fabulou a viagem que o conduziu pela primeira vez até a cidade de Barra do Corda para assumir o cargo de Procurador Municipal.

Sabendo o leitor que as viagens do olho pela paisagem movem o tempo, aproximando e distanciando imagens que se insinuam por entre os rasgos isolados de memória, como relampejos que se soltam e teimam em tentar emoldurar a vida; e que as viagens nos induzem a um estágio de suspensão da vida, pois, em meio às intermitências do tempo, os itinerários acabam nos conduzindo para dentro de nós mesmos; são os fantasmas das palavras, dos silêncios e dos gestos taciturnos e desconsolados de familiares e amigos que assessoraram Abranches na viagem em direção ao “seio da selva maranhense”. Como ele mesmo deixou entrever em um trecho de seu relato, ao afirmar que logo, nos primeiros movimentos do vapor lhe envolveu “subitamente a alma uma saudade imensa” de seus entes queridos.<sup>152</sup>

Ao singrar pelo rio Mearim a bordo do vapor Gonçalves Dias, esse memorialista intercalou sua narrativa com as descrições da paisagem, emergindo uma teia de signos de medo e de perigo envoltos na criação de cenários atravessados por lugares vistos como decadentes, “[...] passávamos sem parar por pequenas povoações e extintos roçados”, pela miséria de alguns agrupamentos humanos espalhados em volta dos rios, “habitantes, acorados nas margens para nos ver, nos davam logo a impressão da mais completa miséria física”, por trechos no trajeto que remetiam a um perigo iminente, “toda a preocupação entre os viajantes se concentrava na Lagem Grande, escolho perigoso do rio, tornando-se mesmo intransponível para os barcos de fundo prato, como o nosso”.<sup>153</sup>

Da viagem pelos rios Mearim e Grajaú, prenhe de signos de medo e de perigo, seu relato passava para a descrição do estágio seguinte da incursão pelo *sertão*: o trajeto por via terrestre. O fim do itinerário pelos rios se deu com sua chegada na cidade de Pedreiras (um dos portais de entrada para essa porção do Maranhão no ano de 1888), onde passou a trilhar uma “tortuosa picada” atravessada por matas espinhosas e morros pedregosos, até a cidade de Barra do Corda.<sup>154</sup> No decorrer de todo o percurso terrestre, Abranches mencionava os perigos do trajeto e as dificuldades de acesso em decorrência de uma ambiente selvagem e agressivo. Para ele, a aspereza do lugar suscitava a necessidade de escolta e da perícia de sujeitos que detinham a habilidade nas travessias por esse território. Daí ele próprio ter se

---

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid., p. 65.

<sup>154</sup> Ibid., p. 65-66.

vestido com a dureza da indumentária dos chamados sertanejos (de gibão, perneiras e chapéu de couro) e ter montado animais emprestados por um fazendeiro que lhe deu abrigo e provisões para cinco dias de viagem. Em sua fala, o universo arcaico do sertão adquire força simbólica através do inventário de imagens, sons, cores e vozes que concorrem para a produção de sentidos e interpretações sobre esse espaço social:

Duas vezes antes do pôr-do-sol, tínhamos de arrancar debaixo de grandes árvores ou nos bebedouros para fazer fogo e aquecer a comida. Prático de estrada, o meu pajem calculava as léguas de um pouso a outro para pernoitarmos; mas acabei preferindo dormir ao ar livre, pois as choças dos habitantes do caminho eram imundas. Estes infelizes representavam em geral o tipo tradicional dos vadios das baixadas contidas entre os cursos dos grandes rios. Roídos pelas verminoses, intoxicados pela malária, não conheciam o trabalho: viviam do que a natureza dos terrenos espontaneamente lhes fornecia, ou dos que os viandantes lhes distribuía. Esses quadros sucessivos de miséria física e moral muito me impressionaram, mas eram fartamente compensados pela beleza constante das paisagens e pelas lendas que ia colhendo passa a passo nas narrativas singelas do meu guia.<sup>155</sup>

Desse roteiro no qual se mistura uma pluralidade de signos, as paisagens que se iluminam aos olhos desse caminhante são constantemente ressignificadas no transcorrer de sua narrativa, ora revelando a imagem de um território “selvagem”, atrasado e ignorado pelos moradores do litoral, ora desvelando um cenário que ocultava o berço do verdadeiro patriotismo. Esses agenciamentos promovem um duplo movimento de inscrição do lugar-sertão, que entremeia a ideia de um universo forjado na relação entre a miséria e a lenda, e a de um espaço visto como arauto de uma nacionalidade e da renovação, entendimento que esse narrador atribuiu à convivência com os moradores desse território e ao conhecimento que passou a ter de suas histórias e de suas lutas.

Entretanto, vale aqui sublinhar neste primeiro momento, o trajeto que Abranches percorreu em 1888 – de São Luís navegou pelo rio Mearim até Pedreiras, depois seguiu por via terrestre até Barra do Corda, e daí até Grajaú. Tratando-se de um dos itinerários mais utilizados pelos que se interpunham na passagem pelo instituído sertão partindo da capital do Maranhão, de meados do século XIX até as décadas iniciais do século XX, o olhar atento de Dunshee de Abranches acena para a possibilidade de refletir sobre os modos de inscrição e de esquadramento dessa espacialidade, bem como de uma rede de práticas culturais e hábitos sociais. O que nos incita a examinar o papel e o feitio que os trajetos tiveram na confecção do mapa dessa configuração espacial, uma vez que esse território foi fruto das apropriações de diferentes agentes sociais que através de suas práticas atuaram na produção de conceitos, sensibilidades, significados e entendimentos sobre o mundo do sertão.

---

<sup>155</sup> Ibid., p.70.

É adequado reiterar que os trajetos devem ser lidos como *espaço de enunciação*, em uma perspectiva que visa estilhaar imagens naturalizadas, visando uma perspectiva de análise que mire o rastreamento de indícios e a decifração de signos, estabelecendo conexões que auxiliem na leitura desses espaços praticados. Além disso, as possibilidades de leitura dessas práticas implicam a articulação de uma extensa rede de discursos e representações que contribuem para a produção de imagens e dizeres sobre o sertão maranhense. As relações sociais estabelecidas nos caminhos, nas rotas e nas trilhas abertas nessa parte do Estado do Maranhão projetam um cenário perpassado por espaços de experiência, de expectativa, de desejo, de afetividade, de luta e de tragédias, visto que o espaço se faz das ações, das trajetórias e dos deslocamentos.

Diante da amplidão do recorte espacial e do direcionamento que as fontes proporcionam, neste capítulo focalizei algumas cidades que ladeiam as rotas fluviais como: Carolina, Grajaú, Barra do Corda, Picos (atualmente Colinas) e Santo Antonio de Balsas (atualmente Balsas), tendo em vista que nos inúmeros relatos colhidos no decorrer dessa pesquisa os rios surgem como personagens-chaves nas narrativas que as constroem.

Referência nuclear nas narrativas aqui enfeixadas, o tema da navegação fluvial insurge como ato-chave para o alargamento econômico, cultural e político dessa espacialidade. Ao ser amplamente mobilizado pelos grupos com autoridade de nomeação, a questão da navegação atingiu considerável projeção no cenário político estadual, visto que os obstáculos à navegação regular eram apontados como responsáveis pelo atraso em que vivia essa parte do Maranhão. Para isso foram consideradas como determinantes as constantes saídas de pessoas e de produtos para os Estados vizinhos. Em torno disso, uma criteriosa lista de exigências para a melhoria das vias fluviais passou a ser mobilizada nas páginas dos jornais como: pedidos de auxílio financeiro, de incentivo à exploração de áreas que ofereciam condições de navegabilidade, da diminuição dos impostos sobre a navegação, da desobstrução e da drenagem dos rios.

No afã de reunir, de articular e de atualizar um emaranhado de discursos e de imagens produtoras de modos de entendimento sobre o dito sertão, a memória oficial insere a história desse território numa dimensão continuísta, no qual fulguram representações que fazem vibrar um mundo social isolado e distante do ângulo de observação e de atuação dos centros irradiadores de poder e de cultura. De tal maneira que os regimes de enunciação alicerçados no binômio abandono/ isolamento teimavam em se reproduzir penetrando nas relações sociais e nas práticas culturais que aí se desenvolveram.

Ao folhear as páginas dos jornais em circulação nas décadas iniciais do século XX, é possível flagrar um jogo de olhares que ao perscrutarem os principais dilemas desse espaço simbólico investiam na movimentação de discursos que se ancoravam nos vetores isolamento e abandono. Note-se a prevalência de uma rede de saberes encarregada de nomear, de classificar e de formalizar esse recorte espacial, culminando no agenciamento de campanhas e de projetos, que tinham como intento integrá-lo, saná-lo, diagnosticá-lo e modernizá-lo. Mas devo assinalar que os relatos escritos tecem uma sociedade esquadrihada no rastro do gado e no entorno das estradas fluviais e neles a distância geográfica e a deficiência nos meios de comunicação surgem como limites para o progresso desse território.

Assim, as dificuldades de transporte e de comunicação foram assumindo o primeiro plano das preocupações e dos desafios de uma sociedade tão ciosa do poder de se fazer ouvida. É o que vislumbrava o editorial do jornal *O Tocantins*, no ano de 1916:

É sempre bom de vez em quando, trazer a baila o janeirozo assunto do abandono em que se encontram os sertões do norte do país, por parte dos poderes constituídos.

Esse desespero injustificável a todo o tempo caracteriza-se pelo descaramento que, a hora presente ainda empolga a obra a cada momento mais inadiável, urgente mesmo, de ligação dos sertões remotos as metrópoles dos Estados. Certo é que nesse intuito já se deram passos, mas, por desdita não frutificaram de maneira à bem servir os dilatados sertões, aparelhando-os a entrarem a fase de progresso [...] Entregues a si mesmos, como concorrem os sertões de arcas publicas?<sup>156</sup>

Atormentados com o continuísmo temporal que legava ao campo do esquecimento a zona pecuária, os grupos investidos de autoridade tomavam a fala do abandono como argumento para a falta de iniciativa por parte dos poderes constituídos. E, nesse sentido, encontravam sustentação aos seus discursos através de uma série de projetos, que criados ou idealizados durante o Império, ainda não haviam sido concluídos, de forma que a inércia do poder público alicerçava a imagem de uma sociedade “entregue a si mesma”. Daí serem muito difundidas nas narrativas da imprensa, principalmente quando se tratava das matérias de opinião e dos editoriais, algumas expressões carregadas de densidade dramática para designar os chamados sertões do Maranhão como: “envolto em todo esquecimento”, “paragens abandonadas”, “terra desditosa”, “caixão de pancadas”, e “terra infeliz”, o que por sua vez reforçava o discurso sobre o abandono e o isolamento desse território.

Com efeito, esses regimes de enunciados engendravam práticas envoltas numa ideia de abandono reinante, nas quais se urdiam ressentimentos profundos que os construam

<sup>156</sup> O Tocantins, 01/03/1916, Ano IV, n° 70, p.01.

enquanto vítimas das elites litorâneas. Plasmando um cenário cujos signos do abandono e do isolamento desenhavam um diagrama de forças, através do qual os regimes de poder que agiam na construção da identidade espacial se encontravam em disputa. Dessa forma, as vezes que logravam fugir do esquecimento traçavam uma cartografia simbólica desse espaço por onde cintilavam falas de desolação e de mágoa.

Sequiosos de medidas que concorressem para a modernização desse referente espacial, um vórtice avassalador de discursos e práticas se conjugavam em torno da superação das dificuldades de transporte e de comunicação, notando-se na linha de frente das intervenções: a implementação da navegação a vapor, a construção de estradas de ferro e a implantação de linhas telegráficas.

Colocavam-se no centro das preocupações dos grupos políticos e letrados, os anseios por uma rede de fios, de trilhos e de vapores que abririam passagem na vegetação e interligariam os pontos mais remotos desse território. Em torno desses interesses, aglutinou-se um campo de lutas e de enfrentamentos que utilizou o espaço dos jornais produzidos e em circulação pelo interior como catalisadores para uma competição acirrada entre as vilas mais prósperas, em nome do desejo por essas maravilhas mecânicas. Mas, como procuro demonstrar, é, sobretudo, no tocante à navegação a vapor que se observava um trânsito maior de imagens, já que as narrativas confluem para a edificação de um lugar de relevo para os rios que cortam essa espacialidade, à medida que eles surgem como elos de formação do espaço urbano e como símbolo da riqueza da paisagem na imagética dessa espacialidade.

Em *Caminhos do gado. Conquista e ocupação do sul do Maranhão* (1992) da historiadora Socorro Cabral, os caminhos aquáticos ganham importância econômica e social. Nesse livro, as rotas de navegação são apontadas como decisivas para o apogeu e o declínio de algumas cidades. Tal fato permeia o avanço da pecuária no sul do Estado, em meados do século XIX, pois, segundo essa autora, o avanço pastoril teria impulsionado a criação de novas vias de acesso pelo território. Ao analisar a composição do traçado urbano, Socorro Cabral acentua a importância dos itinerários, afirmando que “a riqueza que flutuava nas correntezas perenes, unindo povos e integrando terras”, nasceu e desapareceu a bordo e à beira dos rios.<sup>157</sup> Nessa perspectiva, traça um mapa das principais rotas fluviais do transcorrer da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

---

<sup>157</sup> CABRAL, op. cit., p. 166.

No século XIX, Cabral aponta duas rotas: a rota pelo rio Tocantins, que apesar de ser considerada uma das mais perigosas e difíceis, em consequência dos longos trechos encachoeirados, foi à responsável pelo enriquecimento de Carolina (situada à margem esquerda desse rio), pois através do Tocantins essa cidade usufruiu de uma intensa troca simbólica e comercial com Belém, com o sul do Pará e com a zona do Araguaia<sup>158</sup>. E a rota pelo Mearim-Grajaú, que criada por volta da segunda metade desse século, teria favorecido o estreitamento dos vínculos dessa faixa do Maranhão com São Luís, além de engendrar o crescimento econômico de Grajaú e Barra do Corda. Socorro Cabral reitera que apesar deste trajeto ter se conservado navegável no decurso das duas décadas iniciais do século XX, os constantes problemas na manutenção da navegação regular (incentivos fiscais, limpeza e drenagem dos rios), especialmente no período da estiagem, foram determinantes para sua derrocada.<sup>159</sup>

Quanto às rotas inauguradas no século XX, a autora destaca a via pelo rio Balsas e pelo Parnaíba, a partir da década de 1910. O sucesso desse caminho aquático teria sido decorrência da viabilização do trânsito regular de embarcações a vapor durante a estação das secas, proporcionando um acentuado deslocamento migratório de sujeitos para a vila de Santo Antonio de Balsas e um intenso comércio de produtos com a zona piauiense e o norte goiano, ao ponto dessa cidade se configurar como o novo destino para os que queriam auferir vantagens comerciais em torno desse itinerário.<sup>160</sup>

Malgrado as longas distâncias, as dificuldades de transporte e de comunicação, a emergência de novas rotas fluviais surgiram como ponto fulcral, posto que fomentavam um crescente comércio nos lugares favorecidos. Assim, Carolina, Grajaú, Barra do Corda e Santo Antonio de Balsas, devido ao movimento de barcos a vapor em épocas distintas, despontaram e disputaram os postos de empórios mercantis dessa espacialidade. Fixadas no percurso da economia pastoril, essas vilas se consagraram em rotas de abastecimento de

---

<sup>158</sup> O rio Tocantins era navegável até cidade de Porto Franco no Maranhão e daí em diante é seguido por trechos de cachoeiras sendo feita a travessia em pequenas canoas ou com o auxílio do transporte em animais, por via terrestre até superar o trecho das corredeiras. Eurico Teles de Macedo, engenheiro que esteve no Maranhão no começo do século XX para trabalhar na construção da Estada de Ferro São Luís-Caxias, salienta que a descida do rio Tocantins, na parte conhecida como Itaboca ou “Inferno”, era um dos trechos mais perigosos, de modo que alguns “passageiros descem no barranco a montante e em carros de boi, a cavalo ou a pé e vão reencontrar as montarias mais abaixo já livres do perigo”, quanto os que se arriscavam nessa travessia enfatiza: “[...]alguns que querem enfrentar o perigo, e ao chegar abaixo, já longe de todos os perigos, encontram-se ensanguentados e, não raro, perturbados das faculdades mentais, tal o inferno que tem ocasião de assistir em tão curto espaço de tempo”, ver MACEDO, Eurico Teles de. O Maranhão e suas riquezas. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 167.

<sup>159</sup> CABRAL, op. cit., p.165-166.

<sup>160</sup> Ibid., p.161-165.

mercadorias em parte considerável do interior do Brasil, tendo o sal como elemento-chave nas negociações.

Tratando-se de um item indispensável ao consumo e, especialmente, na produção pastoril, seja na alimentação do gado, seja no beneficiamento do couro, o sal era um produto escasso e oneroso, haja vista as inúmeras barreiras geográficas e políticas enfrentadas pelos que partiam em busca do mercado salino do interior em direção ao litoral. Dessa forma, as cidades servidas da navegação fluvial tinham maior facilidade em adquirir esse produto e com isso podiam negociá-lo pelo dito sertão maranhense e pelos Estados fronteiriços.

A passagem do engenheiro José Palhano de Jesus pelo sul do Maranhão, em 1910, a fim de fazer o levantamento da viabilidade de construção da Estrada de Ferro Tocantina<sup>161</sup>, resultou num relatório das condições físicas, sociais e econômicas das cidades que possivelmente seriam contempladas com a via férrea. Nesse documento, podem se observar informações relativas ao tráfego de caravanas de tropeiros que cruzavam essas cidadezinhas riscando diferentes mapas das rotas comerciais em torno do sal. Palhano dá um destaque especial para Grajaú, lugar no qual os mercadores ambulantes tiveram um trânsito mais acentuado, pois aí eles iam se abastecer de artigos para depois seguir em destino a outros pontos do interior do país: “desde as margens do Araguaia; a comarca de Boa Vista (atualmente Tocantinópolis - TO) quase que faz exclusivamente o intercâmbio de seus produtos em Grajaú, que mantém relações comerciais com Pedro Afonso, no Alto Tocantins, Santa Maria do Araguaia, S. Vicente, S. José dos Martírios, etc”<sup>162</sup>.

Em uma matéria do jornal *O Norte*, pode-se verificar o intenso fluxo de sujeitos que convergiram para essas cidades em busca do sal.

Todos os anos, na estação seca, descem dos sertões longínquos as localidades comerciais, que mais facilmente podem importar dos portos marítimos essa substância de extraordinária criação do gado vacum e cavalariço, numerosas tropas carregadas de peles de boi, de penas de ema, de reservas diversas, de borracha de

---

<sup>161</sup> De acordo com a historiadora Socorro Cabral o primeiro projeto da Tocantina surgiu em 1873 durante o governo de Gomes de Castro, entretanto essa medida não passou do levantamento do primeiro traçado. Em 1910 houve outra campanha pela construção dessa linha que se acreditava “ser a chave para efetiva integração do sertão ao mercado de São Luís”, nesse período foi desenhado a planta da estrada que partiria da cidade de Coroatá, ao invés de Barra do Corda como previa o projeto de 1873. Malgrado as expectativas em torno desse empreendimento, em 1921 a Tocantina foi aprovada pelo Governo Federal, de modo que se iniciaram as construções dessa estrada até que foram paralisados após serem “construídos apenas 40quilômetros dos 584 planejados para toda sua extensão” (CABRAL, op. cit., p. 173-173). As esperas, as reviravoltas e as batalhas em torno dessa ferrovia foram fartamente explorados por políticos e pela imprensa local, tendo em vista que ela era apontada como saída para inibir o comércio dessa parte do Maranhão com os centros de fora e como caminho para a integração territorial.

<sup>162</sup> JEZUS. J. Palhano. Defeza da fiscalização da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias. Maranhão: Pacotilha, 1911, p. 20.

mangabeira gêneros que, em permuta com o sal e outras mercadorias, dão nesse período do ano desusado animações às cidades e vilas do sertão, servidas pela navegação mais ou menos regular. [...] Vem de longes terras onde deixam suas manadas de gado, balindo a porteira do curral, olhos ávidos na espreita da ração quotidiana; vem em procura do sal que torna sadio o gado, proporciona a engorda e o reúne quase que diariamente, nos coches que os fazendeiros com essa substância polvilham e elem saboreia no passar e repassar da língua áspera desalterando a sede e tonificando os pulmões.<sup>163</sup>

As caravanas de tropeiros e mascates desciam do norte de Goiás, do vale tocantino e do sul do Pará, agitando as veredas abertas na mata, sobretudo nas estações secas, para negociar seus artigos em troca do sal, e ao mesmo tempo se munir de outros produtos comercializados nessas zonas. No relato do jornal, verifica-se a existência de uma rede mercantil na qual os grupos sociais se deslocavam por meio das estradas fluviais. Ao praticarem um tipo de troca comercial sazonal, flagra-se o movimento de atores sociais (comerciantes, fazendeiros e tropeiros), em geral habitantes das áreas não providas de vias de navegação, em direção aos centros comerciais situados no entorno das rotas ribeirinhas, após uma longa espera pelo período da estiagem para se lançarem pelas estradas atrás de provisões. Além disso, indica as maneiras que esses caminantes se apropriavam desses percursos e dos núcleos urbanos existentes no decurso desses trajetos. Enfatiza as *maneiras de fazer* dos grupos que negociavam nas áreas ribeirinhas, fazendo da estação chuvosa um período profícuo para a dinamização das relações comerciais com São Luís, pois as cheias dos rios facilitavam o tráfego de embarcações e com isso favoreciam o armazenamento de produtos a serem negociados na estação seca. É o caso das mercadorias comercializadas em Grajaú e Barra do Corda, que em função do trabalho realizado pelos tropeiros, aos rasgarem veredas por dentro da mata, chegavam às zonas mais distantes dos sertões.<sup>164</sup>

Para Carlota Carvalho, os inúmeros rios navegáveis até o *sertão*, sobretudo os genuinamente maranhenses, a exemplo do Itapecuru, Mearim e Grajaú, tiveram uma função decisiva na distribuição de artigos e de sujeitos para os pontos mais recônditos, quer por meio de pequenas embarcações (canoas e balsas de buritis), quer por meio de barcos a vapor que permitiram a ampliação do volume de mercadorias. O certo é que os vários portos intercalados nas margens desses rios se espalhavam em uma multiplicidade de trilhas, por entre a mata e/ou os pequenos braços de rios e riachos que talhavam o território iam delineando a silhueta do mapa das transações mercantis nesse território. No dizer dessa autora, o *sertão* se abastecia de forma penosa, “por carregamentos em cavalos e burros, que

<sup>163</sup> O Norte, 10/07/1909, Ano XXI, p.01, n° 854.

<sup>164</sup> COELHO NETO, E., op. cit., p.186.

levam as distâncias cuja viagem é realizada em dois meses, tirando e botando em cima duas vezes por dia!”<sup>165</sup>.

Nas narrativas jornalísticas e literárias, os mercadores itinerantes figuram como ícones rurais, revelando um modo de entendimento do cotidiano do sertão constituído por uma ideia de isolamento físico e social, o que explica a existência errante do tropeiro, sempre empenhado em vencer longas jornadas montado no lombo de animais. Como diz Astolfo Serra, ao fazer referência às viagens realizadas por esses agentes sociais: “Num burro o homem do sertão é capaz de varar o mundo. Não há distância que o faça recuar. Não se apressa porque sabe que chegará um dia. Isso é o quanto basta.”<sup>166</sup>

A historiadora Regina B. Guimarães Neto chama atenção para o modo de vida dos “tropeiros dos sertões”, em circulação pelo centro do país no início do século XX. Para ela, esse personagem, mesmo enfrentando constantes riscos, seja através dos obstáculos naturais, seja pelo confronto com grupos indígenas, foram fundamentais no abastecimento das áreas de garimpo do Mato Grosso, pois “eram os que apanhavam as mercadorias e as levavam para revender onde as embarcações e as estradas precárias não conseguiam alcançar”.<sup>167</sup>

Logo, costurando de uma ponta a outra a vastidão desse território que corresponde ao centro do país, os tropeiros exerceram uma troca simbólica que mediava distintas territorialidades, culturas e tradições. Configurando-se em elo de transmissão entre os diferentes mundos, o tropeiro agia como agente fronteiriço, ao realizar uma tarefa de fins mercantis, sempre carregados de batelões abarrotados de artigos diversos, desde os gêneros ditos de primeira necessidade (o sal, o açúcar e o café) aos de luxo (vestimentas, tecidos, utensílios domésticos, etc.); e simbólica, resguardando o convívio de alteridades, uma vez que era o intercessor dos códigos culturais dos lugares por onde transitava.

Ademais, esses personagens emergem nos relatos colhidos como figuras quase lendárias nesse mundo social. Trata-se de pensá-los como sujeitos que por lidarem com situações-limite encenavam histórias de bravura e de habilidade, em que pese serem denominados de “práticos de estrada”, já que eram representantes das formas de conhecimento pautados na existência, sobressaindo-se a habilidade de identificar os melhores trajetos e atalhos. Essas imagens alicerçam a ideia de uma sabedoria proveniente da experiência de uma vida errante, dedicada às longas e solitárias travessias pelas estradas e veredas *sertão* adentro.

---

<sup>165</sup> CARVALHO, op.cit., p. 156.

<sup>166</sup> SERRA, Astolfo. A Balaiada. 2ª ed. São Luís: Instituto GEIA, 2008, p.46.

<sup>167</sup> GUIMARÃES NETO, 2006, op. cit., p.114.

Em linhas gerais, o comércio efetivado pelos mercadores itinerantes seguia o percurso do sal. Por conseguinte, o surgimento de novos caminhos para a navegação era acompanhado do aumento do trânsito de sujeitos em busca dos melhores preços e das novas praças. Como exemplifica o caso da vila de Santo Antônio de Balsas, que através da navegação por barcos a vapor pelo rio Balsas na década de 1910, presenciou o surgimento de um novo cenário urbano, representado pela instalação de um crescente número de casas comerciais, pensões, casas de aluguel de lanchas, entre outros. É o que se observa nesse anúncio:

**ATENÇÃO! GRANDE SUCESSO!**

Benefício aos comércios do alto sertão do Maranhão, norte de Goiás e sul do Pará! Sal em sacos grandes a 9\$000. Já não há necessidade dos bons sertanejos empreenderem-se uma jornada penosa, difícil e longa por ásperos caminhos, para em localidades longínquas se proverem da preciosa substancia marinha, o sal. PESSOA & FERRAZ acabam de destruir tais dificuldades fundando em Santo Antonio de Balsas um estabelecimento comercial com deposito de sal, querosene, café, louça, ferragem e outros artigos. Dispõem de uma possante lancha a vapor e bem construída e grandes barcas para navegação do rio Balsas a fim de que nunca falte o sal. Mantém também bom sortimento de fazendas quer nacionais quer estrangeiras, domésticos bens, miudezas etc. Vende pelos mais módicos preços e compra todos os gêneros de exportação.

Sal de 40 kg a 18\$000; carga de sal de 36kg -16\$000.

Compra-se couros sem refugo.

Ver para crer!<sup>168</sup>

Nas seções de anúncios dos jornais flagra-se o surgimento de um reticulado de estabelecimentos que gravitaram em torno do mercado em expansão. O aparecimento de casas comerciais, como a descrita no anúncio, se multiplicou nesses periódicos e, em geral, o destaque recaía sobre a compra/venda/ de sal, daí a decorrência de propagandas visando atrair negociantes e acirrar a concorrência com outras localidades. Para isso, era válido o apelo em torno dos menores preços, do sortimento e da compra e da venda, segundo o anunciante da casa PESSOA & FERRAZ, além desses quesitos, ainda, colocava-se em relevo a importância desse tipo de estabelecimento para o estreitamento das distâncias. Note-se nesse anúncio a consagração de um tempo de ruptura com os “ásperos caminhos”, as “jornadas penosas”, por conta da navegação pelo rio Balsas, que aparece por meio de “possante lancha a vapor” e “grandes barcas”, favorecendo não só a parte do Maranhão, mas também o norte de Goiás e o sul do Pará.

Nesse sentido, vai se configurando uma rede urbana instalada na silhueta ou na proximidade com rios, como mostra o mapa abaixo:

---

<sup>168</sup> O Tocantins 01/02/1915, Ano V, n° 32, p.03 grifo do autor.

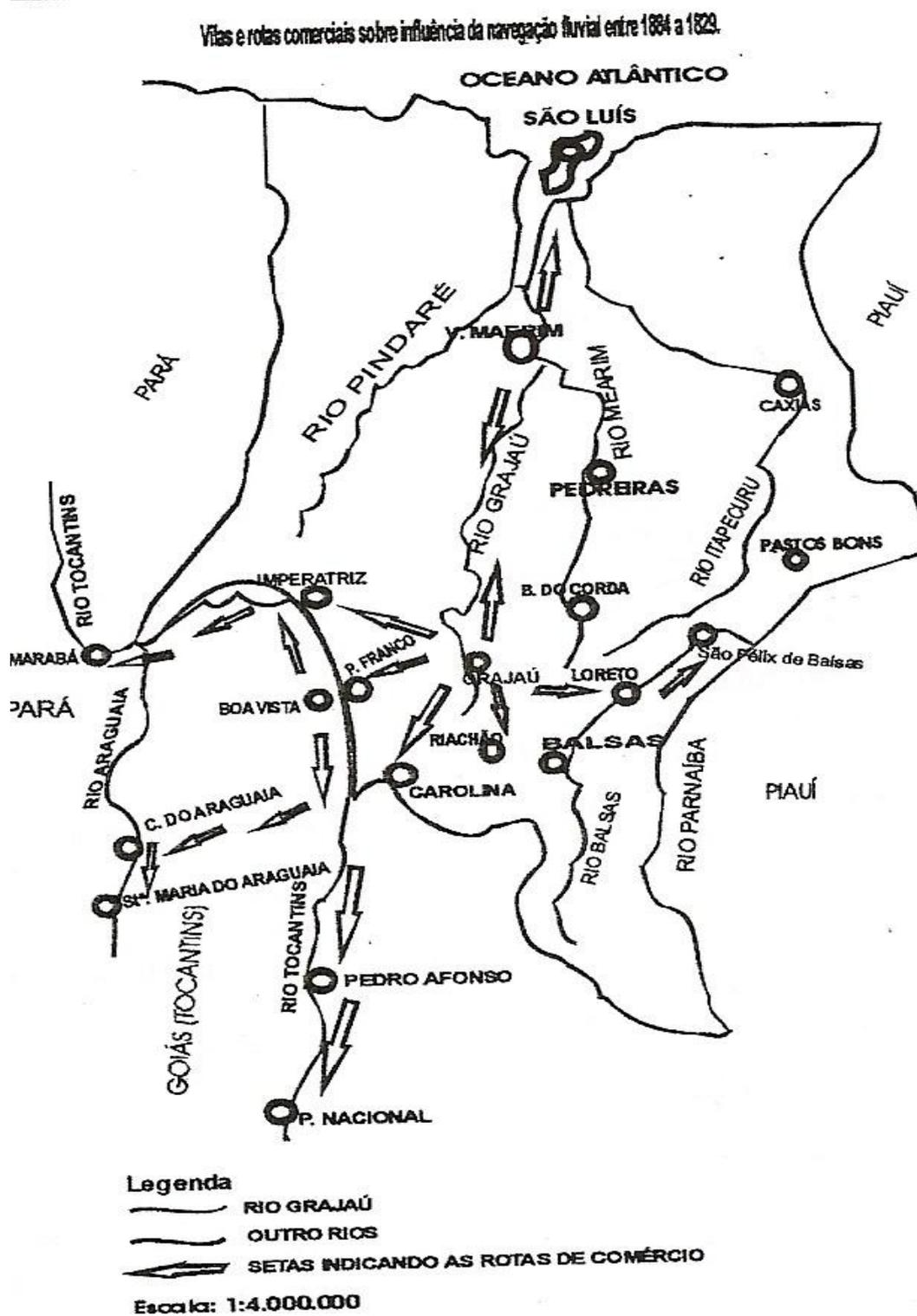


Figura 02. Vilas e rotas sob a influência da navegação fluvial entre 1884-1929<sup>169</sup>

<sup>169</sup> PEREIRA, Elivaldo Conceição Pereira. Vapores e canoas sobem e descem nas águas do rio Grajaú: Integração comercial e política entre São Luís e o centro-sul maranhense (1884-1929). São Luís, 2007. Departamento de História da UEMA. Monografia de graduação.

No entanto, parece oportuno mencionar que, contíguo à navegação fluvial, a abertura de estradas terrestres também foi significativa para a penetração pelo chamado sertão. Socorro Cabral elenca alguns dos caminhos mais significativos para o esquadramento desse espaço: a estrada aberta ainda na colônia, no sentido Pastos Bons - Caxias<sup>170</sup>, que se integrava ao Piauí e dava passagem para Bahia, Pernambuco e Goiás e igualmente servia de escoamento para a boiada até os centros açucareiros; os trajetos iniciados no Império que seguiam dois eixos: as feiras de gado próximas ao litoral do Maranhão (a exemplo de Pombinhas e Itapecuru-Mirim) e a estrada Pará, construída em virtude da rede mercantil entre Pará e Maranhão (que ligava Santa Tereza de Imperatriz ao povoado Capim), no qual se encontrava um porto por onde se chegava a Belém num curto espaço de tempo.<sup>171</sup>

Embora não se possa determinar com rigor as estradas que cortavam o território sertanejo, cabe dizer que as muitas trilhas, veredas e picadas abertas pelas boiadas, pelos tropeiros e pela iniciativa privada teciam e redimensionavam uma teia de itinerários que alinhavavam o mapa desse território. E que, apesar da viabilidade promovida pela navegação, os núcleos urbanos nascidos no contorno das estradas fluviais funcionavam como pontos de entrada para sujeitos que em longas marchas a pé ou em montarias rasgavam as trilhas abertas na mata até alcançarem as inúmeras fazendas, povoados e arraiais que pontilhavam essa parte do Maranhão.

A despeito dessas trilhas, é bastante comum nos registros da imprensa matérias que mencionem a necessidade da abertura de novos caminhos, principalmente por iniciativas particulares, insurgindo uma rede de poderes que alicerçavam práticas como: a cooperação mútua, as parcerias e os mutirões. A parceira sobressaía-se nos jornais, sobretudo entre proprietários rurais e comerciantes, que tinham interesses políticos e econômicos nas áreas envolvidas. O tipo mais comum de parceria dava-se entre os grupos sociais com maior poder aquisitivo, que forneciam uma cota em dinheiro e os grupos destituídos de bens econômicos, que contribuía com a força física. Mas não posso deixar de mencionar o lado conflitivo dessas negociações, visto que esse modelo de interação social presente nos relatos dos jornais parece eclipsar um conjunto de códigos culturais, no qual se encontravam inseridas as sociedades rurais. Em se tratando das relações de poder dos micropotenciados locais no

---

<sup>170</sup> Para uma melhor compreensão dos itinerários que constituíam essa parte do Maranhão durante a as primeiras décadas do século XIX ver Ribeiro, op. cit.

<sup>171</sup> CABRAL, op. cit., p.169-171.

controle do aparato ideológico e econômico, ao imporem um regime de medo e de coação sobre os setores sociais desprovidos de meios econômicos.

Assim, a fundação de novos caminhos terrestres surgia alicerçada num jogo de forças que abrangia distintos setores sociais, como se verifica em um episódio publicado na *Gazeta de Picos*:

O Sr. Coronel Manoel José de Macedo, importante negociante da nossa praça, no louvável intuito de estender o nosso comércio aos numerosos habitantes da mata do Japão e outros municípios visinhos do município da Barra do Corda empreendeu a tarefa de abrir uma boa estrada desta cidade [Picos] para aqueles lugares, para cujo fim, recorrendo aos seus colegas e outras pessoas particulares, foi por muitos atendido, concorrendo cada um com uma cota compatível com suas forças.<sup>172</sup>

Com base no discurso da imprensa, podemos examinar o lado tenso dessas ações. O empreendimento em questão é descrito como fruto da iniciativa do coronel Manoel José de Macedo, que, diga-se de passagem, foi proprietário dessa folha. Envolvido em frequentes disputas pelo controle e apropriação dos espaços da cidade de Picos<sup>173</sup>, esse coronel empregava o poder de mobilização da opinião pública para estimular comportamentos e atitudes políticas, de maneira que a prática de abrir trilhas nesse território, do mesmo modo que denotava as estratégias dos grupos na reconfiguração espacial, sinalizava formas de expressão política que associavam medidas como as que aparecem no relato do jornal a um discurso do progresso do território. Isso é a atuação dos grupos políticos que miravam incitar o comércio através da abertura ou da manutenção de estradas encobria um campo de batalha pelo controle das fronteiras e das cidades, como indicava o restante da matéria: “é realmente um grande elemento para o progresso do nosso comércio e ao mesmo tempo um benefício para os habitantes daquela zona [...]”<sup>174</sup>

<sup>172</sup> *Gazeta de Picos*, 26/11/1904, Ano II, nº 53, p.02.

<sup>173</sup> Banhada pelo rio Itapecuru Picos (hoje Colinas) foi uma cidade que atingiu alguma proeminência política e econômica ainda no século XIX em virtude da grande lavoura do algodão. Gonçalo Moreira Leite um fazendeiro dessa localidade assim a descreveu em suas memórias: “Antigo povoado de N. S. da Consolação, mais tarde Vila de Picos. Se não me falha a memória foi na década de 1940 que seu nome sofreu alteração para COLINAS, em virtude de a cidade de Picos, no Estado do Piauí ser mais antiga. É uma pequena cidade situada à margem direita do rio Itapecuru, pouco abaixo da foz do rio Alpercatas este afluente daquele. Limita-se com os municípios de São Domingos, Caxias, Buriti Bravo, Passagem Franca, Pastos Bons e Mirador. Pequena população, vive da lavoura, regular pecuária e comércio de cereais, algodão e em maior escala de amêndoas de babaçu. A única via de comunicação existente era a fluvial, pelo rio Itapecuru. Mais tarde, pela Estrada de Ferro S. Luis- Teresina, até Caxias”, ver OLIVEIRA, Antonio Augusto Pires. *O Capitão da Serra Negra. Relato de Gonçalo Moreira Leite*. São Paulo: Martins, 1998, p.41, grifo do autor.

<sup>174</sup> *Ibid.*

### 3.2 – No entorno dos espelhos d’água: cidades e práticas culturais

“Núcleos de civilização”<sup>175</sup> nos confins do *sertão*, as cidades até aqui citadas figuram na memória oficial como centros irradiadores desse universo simbólico. Tratava-se de localidades que funcionavam como sedes administrativas, religiosas e políticas; como lugares de produção e de circulação de jornais e revistas; como zonas portuárias; como pontos de passagem, de onde e para onde se deslocava uma variedade de atores sociais, normalmente vindos das mais diferentes partes do Nordeste, em direção aos centros seringueiros do sul do Pará e da Amazônia, e das áreas de garimpo do Mato Grosso e do Goiás. De forma que o convívio entre distintas culturas converteu essas configurações espaciais em zonas fronteiriças, de chegada e de saída de pessoas, de batelões, de produtos e de ideias.

A fluidez desses espaços pode ser notada no modo como se estabeleceu o feitiço do traçado urbano, que em linhas gerais era moldado seguindo a extensão dos portos. Conforme Raimundo Lopes aponta a existência de três modelos de habitação: os sítios ribeirinhos (composto da casa de vivenda e da granja) que funcionavam como “pontos de comunicação comercial para a vida rural”; as fazendas pastoris, espalhadas ao longo do território, geralmente na proximidade de áreas alagadiças; e os sítios agrícolas. De acordo com esse autor, por mais que houvesse uma grande distribuição populacional pelos “centros” espalhados pelo sertão, foi, sobretudo, no entorno das vias fluviais onde se concentrou a maior parte dos agrupamentos humanos.<sup>176</sup> Isso me faz crer que, em face do convívio interativo dos núcleos urbanos com outros territórios, culturas e saberes, os lugares situados nas margens dos rios gravitaram em torno de um espaço em constante dispersão, em conformidade com as trocas cotidianas, as contradições e os enfrentamentos.

No texto de Carlota Carvalho observa-se a mobilidade de sujeitos na vila de Grajaú, em 1910:

Andando, o viajante chega à borda da depressão e tem à vista um panorama encantador.

Nas ruas, vê o movimento humano desdobrando-se em aplicações de atividade: pessoas tratando negócios e conduzindo tropas de burros e cavalos com cargas que chegam e que saem para os sertões do Maranhão, Goiás, e Sul do Pará, os quais abastecem de mercadorias esse empório.

Edificada nas duas margens do pequeno rio, a cidade dilata suas ruas pelas escarpas depois de ter ocupado extensões ribeirinhas e de ter coberto de vistosos edifícios a cumiada plana da colina, parte conhecida por “cidade alta”, local

<sup>175</sup> GUIMARÃES NETO, 2006, op. cit., p.21.

<sup>176</sup> LOPES, op. cit., p. 163-164.

pitresco e belo, habitação predileta de famílias aristocráticas, bairro saudável cujo fornecimento de água é servido de muares e jumentos.<sup>177</sup>

O relato sugere que a configuração do cenário urbano foi sendo forjado em meio à circulação de sujeitos (negociantes, tropeiros e forasteiros), contradizendo em parte as representações que identificavam essas vilas pelo vetor isolamento/abandono. Dessa forma, a referência espacial sertão ao ser delineado por linhas que representavam o emaranhado das experiências sociais, constitui-se como resultado das zonas de contato, de convivência e de combates instituídos sob o ponto de vista relacional entre pessoas e lugares. Ademais, o relato esboça a fisionomia de uma cidade cujas práticas itinerantes engendravam uma feição particular ao lugar, salientando o fato de Grajaú insurgir pelo signo da distinção em relação às demais vilas sertaneja, sendo ela tecida em meio ao tráfego de sujeitos e produtos, lhe rendendo, devido à dinâmica comercial, a alcunha de “São Paulo do Norte”.<sup>178</sup>

Em correspondência à fluidez dessas cidades, cabe argumentar que os espaços à beira-rio atuavam como representantes das relações movediças e plurais que exprimiam sentidos e significações ao dito sertão do Maranhão. Como exemplo, cito os inúmeros portos que pontilhavam a silhueta dos caminhos fluviais como espaços que agenciavam uma posição transitiva a essas configurações urbanas. Constituindo-se em posicionamentos ambíguos, os portos indicavam uma perspectiva fronteiriça. De um lado balizavam diferentes vetores de direção (entradas saídas) e de outro demarcavam a interioridade e a exterioridade desses lugares (fora e dentro). Em face do fluxo de pessoas, de histórias e de visões de mundo os portos apresentam-se como espaços porosos, intermediando a relação entre o “de fora” e o local, o que por sua vez os convertiam em lugares por excelência para o comércio simbólico e para os conflitos.

Se considerarmos o lado intersticial e o fato de engendrarem práticas de sociabilidade e de confronto, as margens dos rios se tornavam alvos constantes dos mecanismos de controle social. Numa nota publicada em *O Norte* com o título “Meninos insubordinados,” clamava-se pela intervenção da polícia, no sentido de tomar providências contra um grupo de meninos que faziam uso de pontos na margem do rio Corda, a fim de proferirem xingamentos, afrontando a moralidade pública: “agrupam-se esses meninos nos becos e margens do rio Corda, a título de tomarem banhos e colherem águas em vasilhas, e

---

<sup>177</sup> CARVALHO, op. cit., p.76-78.

<sup>178</sup> Ibid., p.100.

ali ficam com a maior sem-vergonhice, impedindo as famílias de se banharem”.<sup>179</sup> Em outro jornal, o alvo das redes de vigilância se direcionava ao banho de “dois marmanjos”, flagrados, segundo a *Gazeta de Picos*, várias vezes “banhando-se completamente nus.” Intitulada de “Escândalo”, a ação desses agentes sociais é retratada como “a maior falta de decoro e de respeito à lei”.<sup>180</sup>

Os dois exemplos recortados são indicadores das práticas cotidianas dos usuários desses espaços e de como eles passavam a existir na forma de lugares de interdição, de poder e de vigilância por parte dos poderes constituídos. Sob a égide do discurso civilizador, o tom dos enunciados, chamando atenção para o controle do ato de “insubordinação” dos meninos, faz-nos atentar para a existência de um diagrama de forças, em que pese às tentativas do aparelho de Estado de capturar e expurgar os elementos vistos como indesejáveis ao convívio social. A ponto de determinados grupos sociais passarem a ter olhos e ouvidos atentos a todo tipo de infração que comprometesse o pretense foro de civilidade desses lugares. Bem como sinalizam, as variadas maneiras criadas pelos agentes sociais, ainda que de modo silencioso, para burlarem os mecanismos de controle, já que em um mundo social cujas instituições responsáveis pelo controle e a disciplinarização dos corpos, encontravam-se agenciadas por grupos políticos locais que detinham o monopólio da força, as tentativas de adestramento social seguiam regras constantemente reelaboradas e marcadas pelo uso da violência física e simbólica.

Desse modo, as margens dos rios compunham uma cenografia de diferentes texturas, onde uma polissêmica teia de práticas sociais se alicerçava frente ao intercâmbio de culturas. Regina Beatriz Guimarães Neto, ao analisar os hábitos e costumes das cidades que situadas à beira do rio Araguaia adquiriam maneiras de viver integradas aos “espaços de fora”,<sup>181</sup> tece um universo simbólico cujos rios e suas margens surgem das construções do olhar e do dizer humano na forma de lugares de espera, de fabulações, de mistérios, de brincadeiras, de fuxicos e de intrigas. Da mesma forma que os relatos apreendidos dos jornais e das fontes literárias encenam formas de representação do chamado sertão nas quais a vida cotidiana desenrolava-se integrada aos rios, produzindo-se diferentes lugares simbólicos forjados na adequação aos “espaços de fora” e confluindo para o desdobramento de ações e de táticas encenadas nas margens dos rios, como os banhos, as lavagens de roupa, as brincadeiras e a fabulação de lendas.

---

<sup>179</sup> O Norte, 18/04/1914, Ano XXVI, p.02.

<sup>180</sup> *Gazeta de Picos*, 10/02/12, Ano XV, nº 351, p. 01.

<sup>181</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2006, p. 108-109.

A despeito da produção mítica e fabular dos espaços ribeirinhos, as narrativas literárias, ao fazerem uso de uma linguagem poética, emitem signos que têm o efeito de transformar a natureza dos espaços, através da imaginação criadora do prosador, em um universo fantástico. Na coletânea de contos *Sertão* (1917) de Henrique M. Coelho Neto<sup>182</sup>, o sertão maranhense é pintado como um mundo entrecortado por credices rurais, de modo que esse literato projeta a paisagem de seu nascimento, tendo nascido e vivido até os sete anos de idade em Caxias (cidade que pela prosperidade econômica foi alcunhada de “Princesa do sertão”). No conto *A praga*, ele desenha a trajetória de Úrsula, uma personagem infame que habitava a margem de um rio. Apelidada de Caapora pelos moradores do povoado em que vivia, ela era uma velha feiticeira que vivia em um cenário atravessado pelos signos do infortúnio e do medo: “a sua oca, quase uma furna, cavada na barreira a margem do rio, era o terror de todos; à noite ninguém se aventurava a descer a rampa com receio de um encontro com a bruxa”<sup>183</sup>.

Ser de errâncias e de maldições, Caapora é descrita como uma personagem maldita, que “costumava vaguar à noite, mais o cão, através dos campos adormecidos, com o cachimbo enterrado na boca sem dentes, como o gênio da lenda indígena,” além de ser resguardada por fabulações espalhadas por “todo o sertão”, de forma que sobre ela corriam diferentes “versões trágicas”, a exemplo da seguinte:

Afirmavam que, pelas noites escuras, a hora satânica do Currupira, Úrsula tomava o caminho do Areal, campo árido onde se enterrava, pra profanar as covas roubando os ossos das crianças mortas sem batismo. Guardava-os e, na hora média da noite, cabalística de agosto, quando os ventos de S. Bartolomeu varrem serras e vales, queimava-os para fazer com as cinzas brancas o segredo terrível dos seus

---

<sup>182</sup>Ao publicar em 1917 a coletânea de contos intitulada *Sertão*, Henrique Maximiliano Coelho Neto já era bastante conhecido na cena literária. Embora seja maranhense de nascimento foi no Rio de Janeiro que ele adquiriu projeção nacional, consagrando-se tanto na literatura quanto na política. Segundo Leonardo Affonso de Miranda Pereira, a produção desse romancista não atingiu um lugar de destaque na história da literatura brasileira, sobretudo em decorrência de uma negativa receptividade sua obra por parte de alguns grupos de literatos das décadas iniciais do século XX, sendo bastante comentadas as críticas de escritores como Erico Veríssimo e Lima Barreto. O fato é que se alicerçou “a imagem de um esteta artificial e vazio, distante da realidade social do período”, entretanto salienta esse autor que a prosa de Coelho Neto (sobretudo a parte das crônicas) foi incorporando uma relação de interlocução com o meio e com os temas que estavam em voga nesse período da história do país, a exemplo da temática nacional que mobilizou parcela significativa da intelectualidade brasileira. Nesse sentido, no decorrer do tempo vai se notar na sua forma literária uma preocupação maior com a realidade social, “que juntava a necessidade de incorporar tradições e costumes dos grupos iletrados à imagem da nação com a tentativa de rebuscá-las a partir dos princípios elevados do de civilização que defendia”, ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Neto e o público das ruas. In: CHALHOB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.) Histórias em cousas miúdas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 200-230. Em *Sertão* ainda que seja marcante o rebuscamento da escrita já se observa uma necessidade de afirmar a relação do homem com a natureza, valores e práticas mais ligadas à tradição popular. Daí os contos reunidos nessa coletânea serem um misto de credices populares, de erotismo e de dramas psicológicos

<sup>183</sup>COELHO NETO, Henrique. M. Sertão. Porto: Imprensa Moderna, 1917, p. 23.

filtros. Havia quem jurasse que o cão pelado que a seguia sempre era o diabo. Era ele que lhe ensinava a sinistra magia, velando com ela até a hora do canto do galo quando se recolhiam aos mesmos panos, juntos como dois amantes[...]<sup>184</sup>

Sujeito das margens e das direções incertas, Caapora arrastava um glossário de lendas e de mitos, de maneira que seu corpo surge inscrito por signos reveladores de uma linguagem de poder, assinalando um sistema de crenças no qual os corpos individuais são convertidos em corpos sociais. O que justifica o fato das práticas itinerantes, em que pese à atuação dos errantes e andarilhos na produção dos espaços, serem associadas aos personagens malditos e loucos. Há na escriturística de Coelho Neto um forte apelo simbólico, sobretudo por revelar instantâneos de um mundo rural que deixava entrever um leque de experiências sociais agenciadoras de dizibilidades sobre o sertão como misto da relação do homem com a natureza. Neste sentido, sua narrativa deve ser analisada por seu prisma espacializante ou, segundo Michael de Certeau como uma “prática inventora de espaços”,<sup>185</sup> tendo em vista operar clivagens, criar personagens e selecionar eventos atuantes na composição de um corpo do sertão.

Assim, as significações produzidas pelas narrativas literárias e da imprensa à medida que tencionam propagar e a atualizar formas de entendimento do sertão, nos impelem a um movimento de incursão pelo cotidiano das cidades, em busca dos acontecimentos microscópicos, em geral comprimidos nas páginas dos periódicos locais, que imprimem uma prática criadora dos espaços. Esses eventos nos permitem pensar na existência de um reticulado de práticas sociais que englobam a natureza movediça dos lugares e dos sujeitos, como as que elegem os indivíduos associados à itinerância, migrantes, viajantes, ciganos, negociantes, profissionais ambulantes, etc.

No universo cultural das cidades focalizadas nos documentos que até aqui mais chamaram minha atenção, destaco a acentuada circulação de uma multiplicidade de profissionais itinerantes que ao se deslocarem pelos espaços rurais produziam um feixe de agenciamentos e formavam um caleidoscópio de sensações, de desejos e de esperas. As itinerâncias de vila em vila de artistas mambembes, companhias teatrais e circenses, médicos, dentistas, fotógrafos e do cinematógrafo, ainda que em menor número, levavam um “ruído de novidade”, ao mundo afastado dessas cidades mais ao sul do Estado do Maranhão, promovendo dias de alegria e diversão aos grupos sociais, principalmente, daqueles que detinham poder político e econômico.

---

<sup>184</sup> Ibid., p.26.

<sup>185</sup> DE CERTEAU, op. cit.

Inscritos no âmbito dos bens simbólicos, a presença desses profissionais nas cidades e arrabaldes acompanhava um calendário de comemorações cívicas, religiosas e profanas dando início ao tempo das festividades, no qual o tempo do trabalho, marcado pela dura vivência das fazendas e das lavouras, encontrava-se suspenso.

Por duas vezes já, depois de sua chegada, o capitão Noca Moreira exibiu ao público fitas de seu acreditado cinematografo. No sertão, onde a deficiência de transporte não permite trazer grandes aparelhos deste gênero de diversão, o do capitão satisfaz perfeitamente a curiosidade publica, tendo já se exibido na capital do Pará, em Caxias, em Teresina e em outras importantes localidades dos estados do Pará, Maranhão e Piauí.<sup>186</sup>

Perante o trânsito de sensações e de sujeitos, talvez seja o universo da infância o que mais evoque a produção de sentidos como os que aparecem intercalados nos vários episódios narrados em *Cazuza* (1938), romance infanto-juvenil de Viriato Corrêa publicado em 1938<sup>187</sup>. Nesse livro, esse escritor pinta uma profusão de imagens que se configuravam nas memórias de seu personagem central, Cazuza, de modo que esse romance tem a intenção de relatar as peripécias desse garoto que no final do século XIX vivia em um povoado afastado das áreas mais dinâmicas do Maranhão, conforme examinaremos mais adiante.

Ao recorta e montar as múltiplas experiências dessa criança, maturadas na vivência de adulto, Viriato Corrêa junta cacos de reminiscências e segue recompondo o espaço da infância com suas brincadeiras, artimanhas e, com isso, recria o cotidiano desse pedacinho do país, fazendo surgir “a vida na roça” com suas práticas e sujeitos característicos.

<sup>186</sup> O Norte, 01/01/1910, Ano XXII, nº 880, p.02.

<sup>187</sup> O intelectual maranhense Viriato Corrêa (1884-1967), destacou-se como jornalista, político, romancista, teatrólogo e autor de livros de história e de literatura infanto-juvenil. *Cazuza*, juntamente com *Contos da História do Brasil* (1921) e *História do Brasil para Criança* (1934) *A descoberta do Brasil* (1939), entre outros, são livros direcionados ao público infanto-juvenil, nos quais se uma intenção pedagógica voltada para a formação cívica da criança. Publicado em 1938, *Cazuza* representa um tipo de literatura “engajada” ao projeto político de construção do “cidadão brasileiro” e do Estado Nacional que serviu de base ideológica para o Estado Novo. De acordo com Ângela de Castro Gomes, “no Brasil, escrever para crianças, desde o início da República, além de lucrativo, passou a ter certa aura de “arte engajada”, senão em projetos específicos, como os de antes e de depois da Era Vargas, certamente nos de uma política cultural que não era só de governos, mas também da própria intelectualidade, ainda que não de formada articulada ou programada”, ver GOMES, Ângela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. Revista da USP, São Paulo, n. 59, p. 116-133, setembro/novembro 2003, p. 122. Isso quer dizer que nesse espaço de tempo a escrita de textos infantis e de livros escolares ocupou lugar de relevo nas preocupações da intelectualidade brasileira, tendo em vista que um modelo de educação que enaltecia o sentimento de pertencimento a pátria e a valorização da natureza foram temas de extrema importância no transcorrer da fase republicana, ver FERNANDES, José Ricardo Oriá. E de pequenino que se torce o pepino! Os livros de leitura na formação da infância brasileira nas primeiras décadas da República (1900-1921). Cadernos ASLEGIS, n.37, p. 135- 147, maio/agosto, 2009.

Pelo olhar aguçado e curioso de Cazuza, vemos surgir instantâneos que revelam a passagem de uma diversidade de personagens anônimos pelo vilarejo em que vivia, sapateiros, pregoeiros, profissionais liberais e até mesmo do circo:

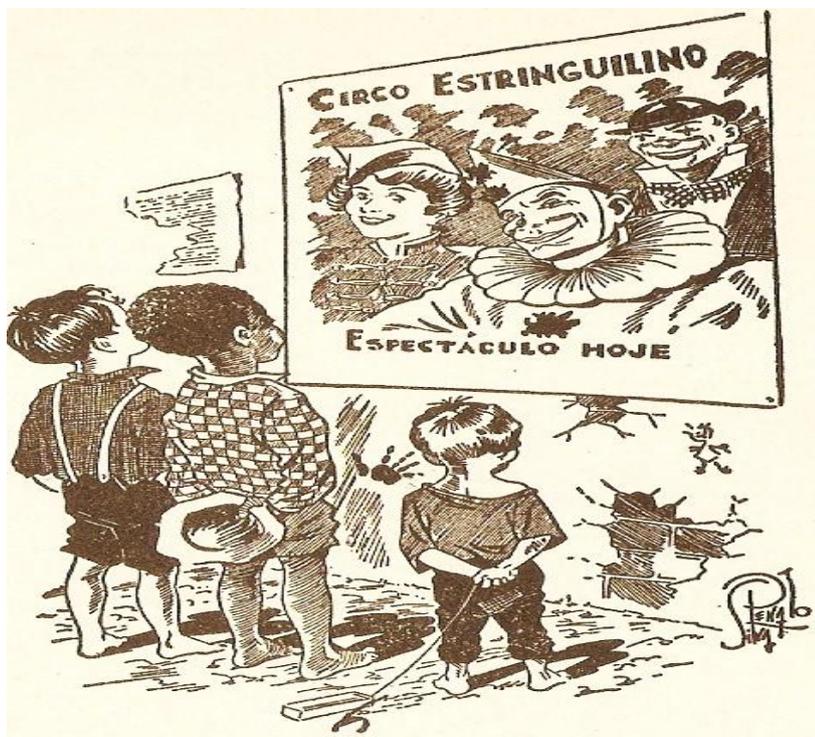


Figura 03. Detalhe do capítulo “O circo de Cavalinhos”.<sup>188</sup>

Cazuza relembra que antes que o circo armasse suas tendas e iniciasse as apresentações circenses, as crianças viviam um tempo de suspensão, de sonho e de espera para conhecer as histórias, as brincadeiras e os personagens (palhaços, “equilibristas na corda bamba”, “macacos vestidos de gente”, “homem, que fumava cachimbo e andava de velocípede”, “jovem que, em pé, num cavalo em disparada passava por dentro de um arco de facas”, dançarinas vestidas de lantejoula) que emergiam com a chegada do circo. E as notícias que chegavam dos rios pelos vareiros aceleravam os sonhos:

Um dia o Antonico entrou na escola com uma novidade estonteadora: ia chegar o circo de cavalinhos

- Quem lhe disse? Perguntei

- O Biné.

- Não será mentira dele?

- Eu pensei que fosse, mas corri a beira do rio, e me certifiquei da verdade. Foram os vareiros de um bote, chegado de Caxias que trouxeram a notícia.

[...] A idéia de que tínhamos de circo era do maravilhoso, recebida através das informações de companheiros mais velhos.

<sup>188</sup> CORRÊA, Viriato. Cazuza. São Paulo: Editora Nacional, 1975, p. 89.

A notícia deixou-nos o dia inteiro no ar. Não prestamos atenção nenhuma às aulas.<sup>189</sup>

Magnetizado pelas cantigas dos palhaços que cantarolavam pelas ruas: “Hoje tem espetáculo? Tem sim senhor!” o menino Cazuzza desenha um cenário no qual esses profissionais estabeleciam quebras no cotidiano da escola e na vida familiar e alteravam a relação tempo/espço, permitindo a criação de novos espaços e de novas temporalidades.

Em outra passagem desse romance, é a chegada de um médico que modificava a rotina dos habitantes: “Logo que o vaporzinho encostou, soube-se, na povoação, que havia um médico a bordo [...] A notícia de que estava em minha casa um médico, espalhou-se pelo povoado. Começou a chegar gente. Quem tinha seu doente trazia-o para ser examinado”.<sup>190</sup> O afluir de pessoas para a casa de Cazuzza acompanhava o ritmo dos boatos e das redes de informações que se espalhavam nos arrabaldes a partir das margens dos rios pelos passageiros, vendedores ambulantes, etc.

Tais relatos são significativos, pois fazem referência à existência de uma rede de trocas e de comunicações criada no entorno dos rios, que mediada pelas ações de vareiros, de pescadores, de banhistas, de passageiros, de lavadeiras de roupas e de mercadores, conseguiam promover a difusão das notícias e dos mexericos. Nessa teia de intercâmbios, que também colocava em circulação uma extensa polifonia de vozes responsável pela construção de pontes e intercâmbios entre distintas culturas e subjetividades, a chegada de forasteiros e os acontecimentos ocorridos em outros arredores se espalhavam com extrema rapidez, sendo acompanhados com relativa curiosidade.

Os profissionais itinerantes ao marcarem sua presença nesses territórios instauravam uma quebra na vida cotidiana fazendo se dissipar a produção de boatos que, em geral procuravam perscrutar e inquirir os atos e os gestos desses personagens nômades. As narrativas da imprensa e da literatura ao lançarem luz sobre essas práticas ambulatoriais, em especial de atores sociais que exerciam ofícios raros nas áreas que se situavam mais distantes das capitais dos Estados no começo do século XX, como médicos, dentistas, fotógrafos e farmacêuticos, acenavam para o fato de que a proliferação de vozes que tinham como objetivo informar e investigar a chegada desses estrangeiros também era um reflexo da carência que se tinha do serviço que prestavam e da própria rapidez da permanência desses sujeitos nos núcleos que visitavam.

---

<sup>189</sup> Ibid., p. 88.

<sup>190</sup> Ibid., p. 66.

### 3.3 Rios e vapores tecem a imagética do sertão

Na recorrente busca de enunciados, de sentidos e de sensibilidades para a produção desse recorte espacial, as narrativas aqui analisadas criam paisagens e itinerários nos quais os rios estabelecem curvaturas e operam clivagens em sua cartografia. No repertório das narrativas cotidianas registradas na imprensa e em algumas obras literárias, esses espaços líquidos insurgem como monumentos. Tendo em vista que se constituíram em verdadeiras fronteiras líquidas e móveis, que deslocavam com o vai e vem de suas águas sujeitos e espaços, os rios atuam em um campo simbólico como lugar de “quintessência do sertão”, plasmando o mapa dessa espacialidade em esferas cambiantes e numa polissêmica rede de interesses e de experiências.

De tal maneira que cintilam representações que projetam um território minado por todos os lados, por entre as chapadas e as serras, na extensão dos campos e dos cerrados e nas relações sociais. Nesse sentido, essas representações deixam emergir um sertão-líquido, afastando-se de modos de entendimento e de formações discursivas que associam o termo sertão a uma região árida, como se observa nos discursos que gestam o sertão (e o próprio Nordeste) como uma paisagem gretada pelo sol. Sob essa perspectiva, o sertão maranhense parece ser maquinado como um espaço que é regido e plasmado pela fluidez dos territórios líquidos.

Como já foi dito anteriormente, a ideia de sertão aqui empregada se ancora na articulação de um reticulado de interesses que circulam e se cruzam em sua construção, assim como em práticas que visavam fazer reconhecer formas de identidade social. Nesses termos, ele é pensado como produto das várias nomeações, divisões e classificações que lhe imputaram sentidos através de uma multiplicidade de práticas discursivas e representacionais.

Dessa forma, o sertão representa um imenso campo semântico suscetível às clivagens, reelaborações e ressignificações, visto que se configura em espaço aberto, que não cessa de adquirir contornos e de sofrer investidas de controle, de demarcação e de sedimentação, mas que ao mesmo tempo não pára de produzir suas linhas de fuga. O que lança a possibilidade de compor sua cartografia na esteira das análises de Deleuze e Guattari, no que diz respeito ao conceito de mapa rizomático<sup>191</sup>. A estrutura rizomática

---

<sup>191</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v.01. São Paulo: Editora 34, 1995.

concebida por esses autores é feita de linhas, de segmentaridade, de desterritorialização, que não cessam de se relacionar, de sofrer mutações, de se intercambiarem, de se interpenetrarem, adquirindo o formato de um mapa que “deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”.<sup>192</sup>

Antes convém esclarecer que uma variedade de relatos que atribuem posição de destaque aos rios que integram essa parte do Estado do Maranhão, como se observa no mapa abaixo, seja na representação simbólica do lugar-sertão, seja na análise de leituras de mundo que conferem sentido e interpretação ao signo sertão, seja como mitos fundantes nas histórias das cidades<sup>193</sup>. Entende-se que os relatos são espaços de enunciação que sofrem a influência dos lugares nos quais são produzidos e que engendram novas referências espaciais.

---

<sup>192</sup> Ibid., p.33-47.

<sup>193</sup> Os rios pertencentes ao Maranhão, principalmente o Itapecuru tiveram papel essencial para o desenvolvimento da grande lavoura de algodão (entre os séculos XVIII e XIX), pois permitiram o transporte desse produto do interior para a capital e além disso, as margens dos rios eram terras favoráveis para o plantio do algodão. De acordo com Mesquita, as plantações de algodão seguiram o curso dos rios e não se distanciaram de suas margens, tanto que as vilas que se formaram no impulso desse produto se situam à beira desses caminhos naturais como: Rosário, Itapecuru, Caxias, Codó, etc. Ver Mesquita op. cit, p. 82-85.

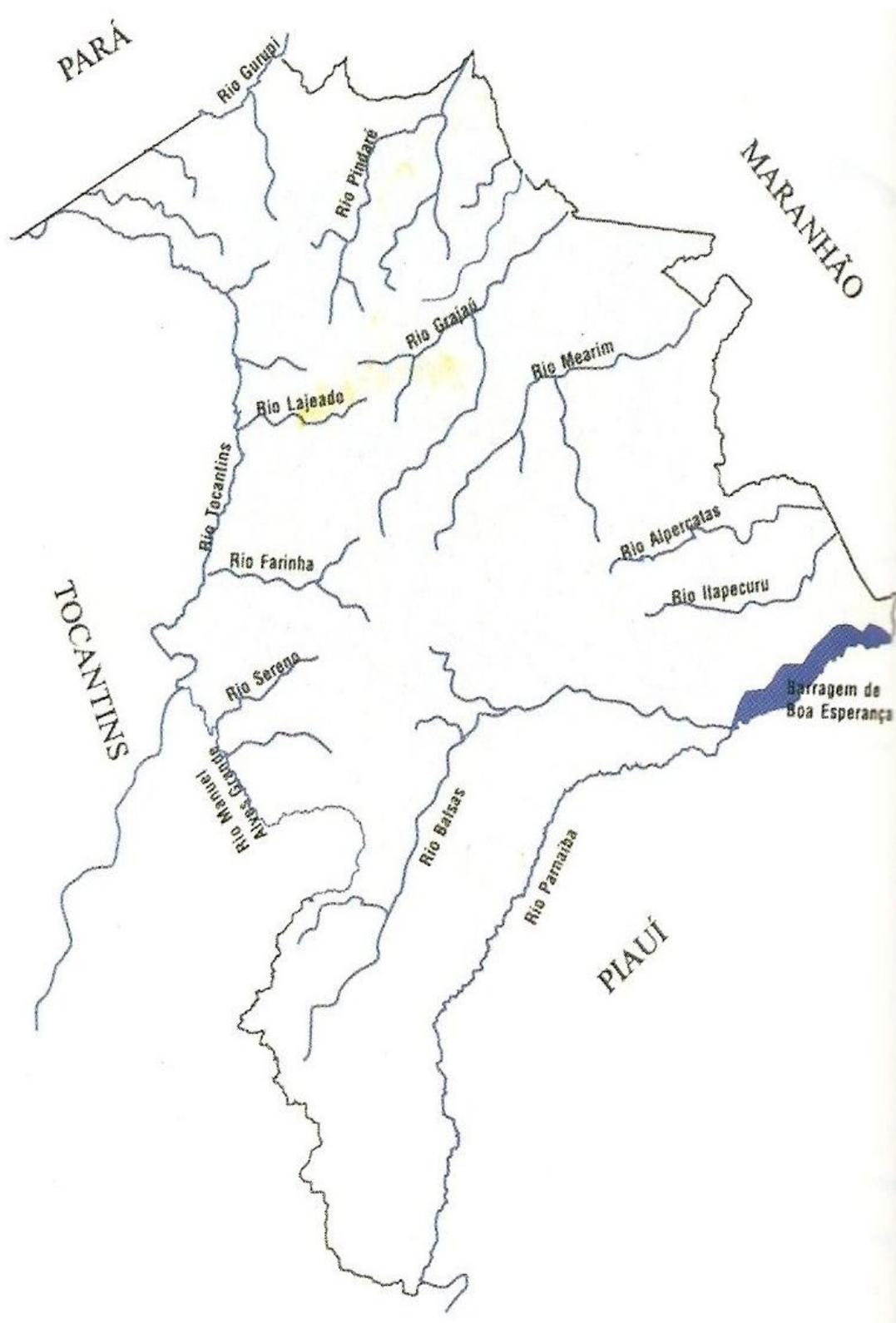


Figura 04. Mapa hidrográfico<sup>194</sup>

<sup>194</sup> FERREIRA, op. cit., p.48.

No tocante à supervalorização dessa hidrografia, as narrativas jornalísticas, literárias e memorialísticas engendram a construção de um corpo social pautado em hábitos sociais e códigos culturais que se integram ao mundo da natureza. Nessa medida, a relação homem/rio fulgura em diversos escritos, como no relato de memória de Gonçalo Moreira Lima, reunido no livro *O Capitão da Serra Negra*<sup>195</sup>. Ainda que o recorte temporal demarcado nessa obra ultrapasse os limites definidos nesta pesquisa, uma cena merece ser destacada pela força que a imagem dos rios ressurgem nas reminiscências desse coronel.

Detinha meus olhos e pensamentos nos rios, montanhas, cocais e todas as grandezas maranhenses. Assim aprendi que o oceano Atlântico banha o Maranhão ao norte, o rio Gurupi limitando o Pará, o rio Parnaíba confinando com o Piauí, ao oeste o Goiás.

Nós, [...] temos um grande amor pelos nossos rios. Nascemos, vivemos e morremos convivendo com eles. Antigamente as estradas de chão batido eram escassas. Pelos rios viajamos dias e noites até chegarmos ao destino pretendido. Certa vez gastei de São Luis á Picos exatamente 14 dias navegando, subindo o rio Itapecuru, apreciando seus povoados marginais [...]<sup>196</sup>

Ao juntar os estilhaços de tempo e tentar recompor sua vivência marcada pelo rigor da vida estudantil, passada numa escola de Teresina (Piauí), esse narrador põe em cena uma aula na qual teria tido contato com a Geografia do Maranhão por meio do conhecimento científico presente nos livros e nos atlas utilizados como recurso didático. Em um breve instante, ele se transporta para a dura e rica existência nos *sertões*, especificamente em Picos, para onde retornou anos depois, após terem sido frustradas as expectativas de prosseguir seus estudos em Teresina. No percurso da memória, à medida que segue aglutinando diferentes temporalidades e espacialidades, ele vai desfiando uma rede de signos que fazem dos rios referências nucleares no cotidiano dos moradores dessa parte do Maranhão. Da junção da aprendizagem escolar (adquirida nos manuais de Geografia e de História) com um tipo de conhecimento que vertia da experiência com os rios, “nascemos, vivemos e morremos convivendo com eles”, esse personagem esboça uma cartografia subjetiva desse território. Com base em sua vivência, Gonçalo cria uma geografia afetiva, familiar e amorosa, pautada na lenta decifração dos signos que saltitam do tempo perdido

---

<sup>195</sup> Nesse livro foram reunidos relatos de memória a fim de compor uma espécie de biografia de Gonçalo Moreira Leite, um importante coronel da cidade de Picos (Colinas) que era proprietário da Fazenda Serra Negra. Publicado em 1982, esse relato foi escrito por seu genro a partir de entrevistas quando “Sr. Sales”, como era conhecido, tinha 82 anos. Através de suas memórias se configuram interessantes instantâneos sobre o mundo nas fazendas e o cotidiano de algumas cidades que fazem parte dessa porção do Maranhão mais próxima do Piauí, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.23.

nas longas travessias pelo rio Mearim. De forma que por trás da voz desse narrador, a metáfora fluvial se desvela como território líquido, que vai atravessando “os babaçuais formando um rico vale”, contornando os vários povoados sertanejos, favorecendo a potencialidade econômica dessa zona, já que o leito desse rio abrigava “inúmeras embarcações carregadas de gente e de progresso”.<sup>197</sup>

O caráter sublime que recobria o lugar ocupado pelos rios que cortam o Estado do Maranhão surge na interligação dos muitos fios que conectavam sujeitos e paisagem, favorecendo a existência de um princípio reverencial que tacitamente lhe atribuía um valor essencialista. Isso significa dizer que se institui uma topografia afetiva do sertão, que se faz atuante no cotidiano, na poética do espaço, nas produções do olhar humano. O poema de um morador publicado no *Jornal do Comércio* nos faz perceber a função dos rios, tanto como personagens quanto como palcos:

Aqui, na margem deste grande rio,  
Onde vivo feliz e satisfeito,  
Passo o Inverno, o Verão, o Outono, o Estio,  
Gozando a paz de um verdadeiro eleito.

Juiz e poeta – sob um docel macio -  
Fiz de plumas e rendas o meu leito;  
Poeta – ouço do vento o cicío  
Juiz aplico as regras do Direito

E o Parnaíba é um verdadeiro amigo,  
É um conselheiro e mestre carinhoso,  
Que vive sempre a conversar comigo...

O rio que hoje, em dia, eu amo tanto,  
Espero que em teu seio majestoso,  
Quando eu chorar, receberás meu pranto...!<sup>198</sup>

O poema intitulado “Parnaíba” se torna emblemático ao revelar um modelo de sensibilidade que dotado de imaginação poética convertia o Parnaíba em território das lembranças, estabelecendo uma inversão na geografia física por uma geografia imaginada. Nessa alteração, identifica-se um *tropos* narrativo como a prosopopéia que atribui características de seres animados a seres inanimados. Assim, o rio emerge como um ser que escuta, que fala e que consola a existência desse poeta, pois o espaço é modificado e apropriado pelas práticas desse usuário. Sua fala é composta de múltiplas temporalidades que entrelaçam e sobrepõem sentimentos, esperas e sensações.

---

<sup>197</sup> Ibid., p.23.

<sup>198</sup> *Jornal do Comércio*, 28/09/1911, Ano VI, nº 38, p.02.

Os relatos da imprensa e as narrativas literárias são ricos na produção de espaços. Neles, os espaços assumem contornos fugidios. Basta mirar as cenas produzidas pelo efeito do apito dos vapores que singravam pelo curso dos rios que se vê surgir uma pluralidade de práticas culturais como as que proliferavam nos lugares à beira rio. Se retornarmos ao romance de Viriato Corrêa, verificaremos uma rede de códigos, comportamentos e controles que efetuam pela narrativa a existência desses espaços. O menino Cazuzza se deixava capturar e seduzir quando ouvia o apito dos vapores: “quando ao longe ouvíamos a zoadá dos vapores, corríamos para a margem do rio, não para ouvir as novidades, mas para ver o comandante [...] puxar a corda que fazia soar o apito”.<sup>199</sup>

Em um trecho do livro, Viriato Corrêa narra como a irrupção do *gaiola* modificava o cenário e o cotidiano dos lugares por onde passava:

Era a alegria dos lugarejos matutos.

Ao ouvi-lo apitar ao longe, os povoados ribeirinhos ferviam festivamente. Assanhavam-se as crianças, agitavam-se os homens, as matutinhas vestiam o melhor vestido e corriam todos para a ribanceira do rio. E ele encostava fumegando, resfolgando, carregado de fardos e de gente.

Os passageiros saltavam, espalhavam-se pelas ruas e caminhos, diziam graçolas, contavam petas, compravam frutas e pássaros e davam por algum tempo, àqueles ermos, a nota de ruído e novidade. Mas o “gaiola” era, ao mesmo tempo, o grande perigo dos povoados. Atordoava, envenenava e enlouquecia aquelas almas simples.<sup>200</sup>

Alegria, tristeza, loucura, perigo e novidade: faziam parte de uma confusa lista de esperas e de sensações que exprimiam aqueles que se estabeleciam na ribanceira do rio Itapecuru. Dotado de aguçada sensibilidade, Cazuzza habitava um povoado à beira desse rio, que funcionava, ao mesmo tempo, como porto e como lugar de pouso/passagem para os recém-chegados que vinham ou seguiam para diferentes destinos. Como os demais moradores de seu vilarejo, Cazuzza também vivia a sonhar com a capital, pois para ele, “Tudo o que o mundo tinha de esplandecente e grandioso,” vinha de São Luís, lugar que, através de seus olhos, se convertia “no céu”.<sup>201</sup>

Em *Cazuzza*, a presença dos vapores na vida desses personagens produz instantâneos reveladores da inserção do moderno nesse espaço social. Para isso, afluíam às descrições que reforçavam a fisionomia confusa, contraditória, volátil e sedutora desses mecanismos modernos. Assim, as múltiplas facetas do “moderno” são traçadas pelo signo da ambiguidade: de um lado pelo modo como os ribeirinhos se dirigiam para as margens do rio

---

<sup>199</sup> CORREA, op. cit., p. 130.

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> Ibid.

Itapecuru, a fim de conhecer as novidades, as coisas bonitas, as histórias, os passageiros que procediam da cidade e, com isso, se deixavam seduzir pelos signos do novo. E, de outro modo, porque o *gaiola* também revelava uma face sombria que perturbava suas mentes, suas vidas e seus costumes, uma vez que o contato desses sujeitos de “alma simples” com essas embarcações ativava um sem fim de estímulos. E um universo de possibilidades pareciam se abrir, alargando seus horizontes de expectativa.

Diante do que foi relatado por esse literato é bom levarmos em consideração que os pontos de embarque e de desembarque figuravam como lugares fronteirços. De fato, esses pontos parecem ser responsáveis pela emergência de zonas de contato e de trocas alicerçadas no intercâmbio com os “de fora”. Ora, os personagens de *Cazuza* estão imersos em uma zona intersticial, já que estavam, ao mesmo tempo, separados e presos à relação entre o mundo rural e o urbano.

Com efeito, a narrativa de Viriato Corrêa arquiteta lugares no entorno do rio Itapecuru e, ainda, transforma o próprio rio numa imensa zona de passagem e de mediação dos elementos extrínsecos com os intrínsecos. Daí, o *gaiola* personificar o trânsito de culturas, de ideias e de diálogos, já que ele era o portador de signos, nos quais as fronteiras entre o falso e o verdadeiro se encontravam riscadas, provocando nas vidas e nos costumes locais uma reconfiguração dos sentidos: “ficava todo mundo de boca aberta, ouvindo as coisas que a gente de bordo contava da capital, ficavam as roceirinhas de água na boca, a sonhar com os gozos que os lugarejos não tem”. No olhar de Cazuza, esse pequeno vapor se transformava em um “ser extraordinário e maravilhoso, que pensava e agia como se tivesse vida própria.”<sup>202</sup> Embutido nesse arquétipo de correspondência infantil insinua-se de seu escrito um espaço social entrecortado pelo silvo do vapores. Em tal territorialidade, o mundo da infância com suas brincadeiras e fabulações se moldavam a uma atmosfera mágica, onde experiência visual e sonora se embaralhavam, vislumbrando a face fantasmagórica das invenções modernas.

Os relatos de jornais também compõem uma cenografia onde a chegada dos vapores parecia impor rupturas nos modos de habitar o mundo e de reinventar o tempo. De sorte que é sob o apito do vapor que algumas narrativas organizam espaços e tecem distintas marcas temporais, como se nota em uma matéria publicada no *Correio de Picos*, em 1911:

É ainda sob a agradável impressão do apito sonoro do Joaquim Cruz que traçamos estas linhas.

---

<sup>202</sup> Ibid.

Já é a segunda vez que o vapor no mais agudo período da estiagem vai até o porto de Santo Antonio de Balsas, sem que em seu trajeto tenha encontrado o mais pequenino obstáculo [...] Esta, portanto, decidida a navegação de nosso rio, o maior rio maranhense, quer em profundidade quer em volume d'águas, e o que mais ingrato desprezo de nossos governos passados, fazia permanecer num esquecimento de coisa imprestável. [...] o apito dos vapores tem despertado em suas rudes choupanas o sertanejo ignorante e descuidado que quando nisso falava, duvidava como se fosse uma coisa humanamente impossível [...] <sup>203</sup>

A ênfase no apito do *Joaquim Cruz* inaugura a primeira travessia pelo rio Balsas em um barco a vapor. Em torno desse som, delineiam-se diferentes camadas de tempo, já que é o sonoro apito dessa embarcação que vai despertar o acobrunhado ribeirinho, que sentado à margem da história olhava para o futuro com descrença e acorrido à margem do rio enchia-se de espanto. Entre a descrença e o espanto, opera-se simultaneamente um duplo movimento de quebra no tempo e no espaço. De acordo com o relato do Correio de Picos, esse barco, engenhosamente construído nos estaleiros de Liverpool, ao irromper em Santo Antonio de Balsas, em 1911, trazia consigo um tempo de mudanças balizadas pelos signos do progresso.

Primeiro porque a presença dos vapores parecia arrefecer e diminuir a dependência por embarcações mais artesanais, como as canoas movidas à vara, as *ubás* (utilizadas pelos índios) e as balsas feitas de talos de buritis (que devido ao seu forte trânsito o rio foi batizado de Balsas), ainda que elas ainda fossem utilizadas pelos que não podiam arcar com essas viagens feitas nos vapores. Segundo porque a navegação a vapor parecia ser crucial para o surgimento de novos espaços e novas territorialidades, pois o surgimento dessa nova rota comercial pelo rio Balsas (que se diferenciou das demais por ser possível navegar durante a fase de estiagem), transfigurou a modesta e acanhada vila de Santo Antonio de Balsas em lugar de trânsito e de chegada para muitos que se deslocaram para essa parte do Maranhão.

A empresa piauiense Oliveira, Pearce & Cia, pertencente a Pedro Tomás de Oliveira e Thomas Willian Pearce, em parceria com o Estado do Maranhão, ao iniciar o processo de desobstrução do rio Balsas, através da retirada de tocos de madeira e galhos que obstruíam o canal, tornou possível a navegação regular de barcos de grande calado na estação das secas, tendo como meta inicial realizar um total de doze viagens anuais entre os rios Balsas e Parnaíba. Esse acontecimento foi assinalado pela memória oficial, como o responsável pela abertura do comércio dessa parte território, já que redimensionou o fluxo

---

<sup>203</sup> Correio de Picos, 09/09/1911, Ano II, nº51, p.01.

de mercadorias e de atores sociais para áreas antes não exploradas pelas vias fluviais. Além de ter promovido a aproximação de sujeitos aos lugares antes isolados, impulsionando deslocamentos migratórios vindos de várias áreas do Nordeste como: Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba e de cidades maranhenses. Isso leva a crer que esses fatores teriam em pouco tempo incitado o crescimento populacional e econômico de Santo Antonio de Balsas, transformando-o num grande empório do sal no começo do século XX.<sup>204</sup>

Se relembarmos a travessia de Dunshee de Abranches pelo Mearim, em 1888, com a que iniciei esse capítulo, podemos vislumbrar o momento no qual entre o embaralhar do tempo e das sensações esse narrador opta por descrever com riqueza de detalhes o interior da embarcação que o conduziu na sua viagem:

As despedidas foram rápidas; e, minuto após, achava-me a bordo do Gonçalves Dias em que deveria fazer a primeira etapa da viagem, até Pedreiras, no Mearim. Recomendado do gerente da empresa, Joaquim Coelho Fragoso, coração boníssimo e franco, fui logo alojado no camarote do comandante, o único existente no vapor, pois nessas embarcações, não havia compartimentos com leitos. No convés da popa, à meia nau, apenas existiam duas divisões, uma destinada às senhoras e a outra aos homens, de modo que, à noite, os passageiros muniam-se de suas redes para armá-las em zigue-zague nos varões dessas toscas camarinhas. E assim, também numa completa promiscuidade, faziam as refeições e suportavam as horas cálidas do dia durante a morosa e acidentada subida dos rios. Alguns mesmos preferiam tomar passagens nas duas ou três alvarengas destinadas à carga e conduzidas a reboque por esses lendários vaporezinhos. Com as suas coberturas de palha e afastadas das máquinas, eram menos sujeitas aos rigores da canícula e tinham fama de fornecer ótimo passadio aos seus ousados frequentadores.<sup>205</sup>

Os “lendários vaporezinhos” que aparecem nesse relato, e os demais analisados até agora, subiam e desciam pelos rios apinhados de gente e carregados de produtos diversos, interligando sujeitos e lugares e traçando pontos na imensidão desse território. Em algumas fotografias captadas por Gaudêncio Cunha<sup>206</sup>, no decorrer da expedição que fez pelo interior do Maranhão e do Piauí entre 1901 e 1902, algumas embarcações são personagens centrais.

<sup>204</sup> COELHO NETO, E., op. cit., p. 123.

<sup>205</sup> ABRANCHES, op. cit., p.64-66.

<sup>206</sup> Gaudêncio Cunha se fixou em São Luís no final do século XIX, a frente da *Photografia União* (mais tarde nomeada de Gaudêncio R. Cunha & Cia) deixando importantes registros iconográficos para a história do Maranhão. A viagem que empreendeu no começo do século XX teve como objetivo a busca por novos mercados após a crise econômica vivenciada no Maranhão pós Abolição, tendo percorrido várias localidades do interior do Maranhão e do Piauí durante um período de seis a oito meses, Gaudêncio Cunha deixou relevante contribuição sobre a paisagem urbana do Maranhão. As imagens do interior do Maranhão juntamente com a arquitetura e mobiliário da capital do Estado, foram reunidas no álbum o *Maranhão de 1908*. De acordo com Moraes, esse álbum foi organizado por encomenda para representar o Maranhão na Exposição de 1908, o que teria rendido prêmio e medalha de ouro a Gaudêncio Cunha (CUNHA, Gaudêncio. Maranhão de 1908: álbum fotográfico. São Luís: Edições AML, 2008, p. 08-09).



Figura 05. Tipo de vapores da Navegação Fluvial <sup>207</sup>

Esta fotografia, (que acompanha o caderno iconográfico anexado a segunda edição de *A Esfinge do Grajáú*) parece registrar uma pequena parada ao longo das demoradas e fatigantes viagens por esse território mais ao sul do Maranhão. <sup>208</sup> Como são escassas as informações que aparecem nas legendas dessas fotos, não se consegue identificar o rio sob o qual descansava essa pequena superfície móvel. Em face das canoas ancoradas à beira rio, a corda presa ao barco, supostamente amarrada a algum galho de árvore, do pedaço de tábua que liga barco e terra firme, simbolizando uma ponte, pode-se arriscar que a objetiva desse fotógrafo capturou o tempo do descanso, que podia significar o momento das refeições, dos banhos, da caça e da pesca, dos incidentes provocados pelas dificuldades na navegação, etc. Todavia, o que é mais intrigante nessa imagem é que nesse que podia ser um instante de lazer ou de sufoco, a câmera de Gaudêncio Cunha vai desviar seu foco dos homens e mulheres anônimos que se posicionavam em poses imponentes a fim de serem capturados por suas lentes, e coloca no primeiro plano do enquadramento a própria embarcação.

<sup>207</sup> CUNHA, op. cit., p.98.

<sup>208</sup> Em 1884 foi criada a Companhia Fluvial Maranhense com o objetivo de possibilitar a navegação a vapor pela rede hidrográfica do Maranhão, a partir desse acordo o rio Grajáú passou a ser incluído na rota da navegação a vapor. Mas em 1894 esse tipo de serviço foi suspenso após findar o contrato assinado por dez anos. Em 1905, outro acordo é firmado quebrando o monopólio com a companhia Fluvial Maranhense e Vapor do Maranhão.

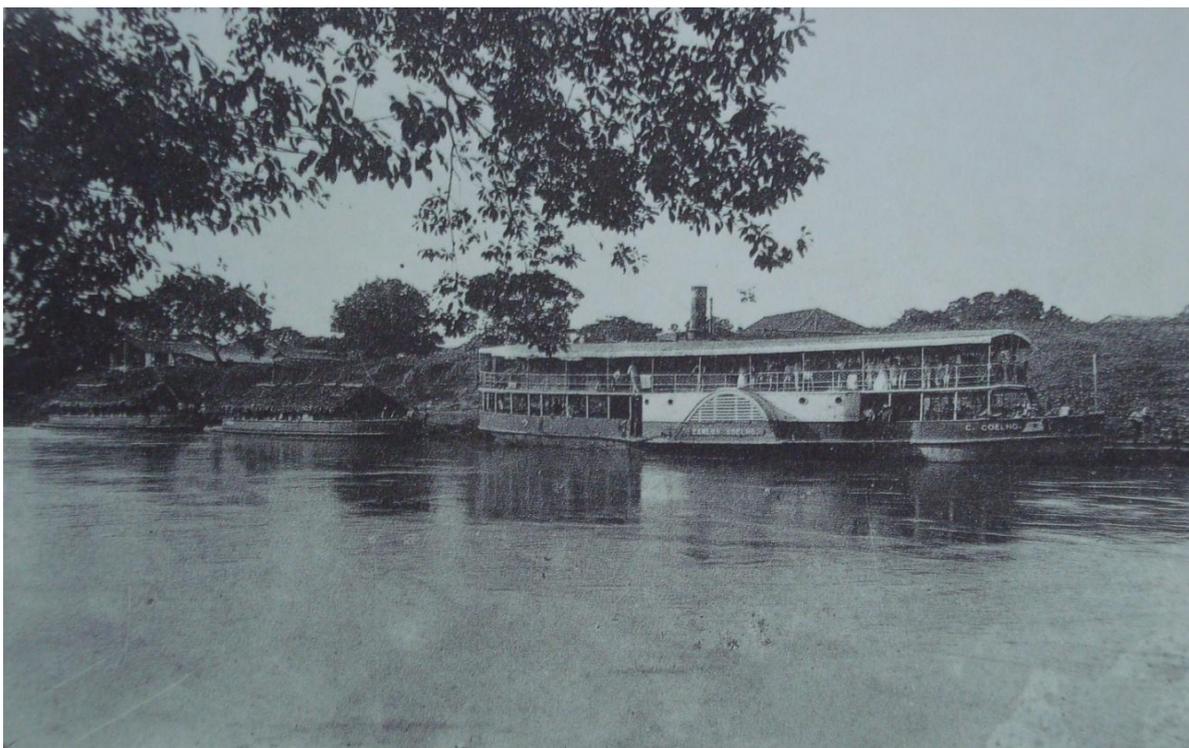


Figura 06. Porto de Caxias<sup>209</sup>

Nessa outra representação iconográfica (que parece retratar a mesma embarcação de ângulo e de lugar diferentes), é possível identificar o rio Itapecuru já que a fotografia é o registro de uma parada no porto da cidade de Caxias. Aí, a imponência da paisagem natural concorre com a imponência do vapor, no qual se lê o nome Carlos Coelho, que por sua vez contrasta com as duas rústicas embarcações situadas no lado esquerdo da imagem. Comprimidas no canto, os batelões que são rebocados pela primeira embarcação serviam para o transporte de mercadorias já que os vapores suportavam uma quantidade relativamente pequena de carga. É válido dizer que nessas duas fotografias de Gaudêncio Cunha, os vapores assumem papel de destaque enquanto os sujeitos que se espremiavam no convés do vapor a fim de figurarem como personagens nesses registros são figurantes sem rosto e sem história.

Ainda assim, é preciso considerar que nesses *espaços flutuantes*, homens, mulheres e crianças compartilhavam experiências e inscreviam suas trajetórias ziguezagueantes, em espaços, que não escapavam à demarcação dos dispositivos de vigilância, que tanto delimitavam os compartimentos por sexo e por condição econômica quanto determinavam

---

<sup>209</sup> CUNHA, op. cit., p.82.

os limites entre o permitido e o proibido. Entretanto, as redes armadas à revelia entrelaçavam suas histórias, fazendo desses lugares fronteiriços um local de intercâmbios e de encontros. No vai e vem de barcos e de pessoas pelas trilhas aquáticas, novos espaços de poder eram definidos, reordenando lugares, redesenhando novos traçados e ressignificando seus hábitos sociais. Lugares heterotópicos – conseguem justapor em “um só lugar, vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” – os barcos, conforme nomeia Michael Foucault, são “heterotopias por excelência;” já que representam um modelo de posicionamento que ocupa um “lugar sem lugar” e “que vive por si mesmo”.<sup>210</sup> A natureza passageira e relacional desses espaços, esboçados por essas superfícies móveis, leva-nos a lançar o olhar para o caráter fugidio das histórias que se cruzavam, dos encontros que eram continuamente (des)feitos e refeitos, das experiências transitórias que se embaralhavam aos revezes dos caminhos.

### **3.4 - Indo... Vindo... Regressando... Seguindo rumo ao sertão: trajetórias, devires e encon(fron)tros.**

Nos espaços dos jornais dedicados à produção de notícias sobre as idas e vindas de pessoas, intitulados de: “Hospedes e viajantes”, “Itinerantes”, “Chegadas e saídas”, “Viajantes”; observa-se uma multiplicidade de narrativas atravessadas pelos signos de saudade, de gratidão, de despedida e de condolência. Em se tratando da presença e da passagem de sujeitos pelas cidades, esses relatos deixam entrever um intenso trânsito de atores sociais para distintos e distantes lugares: “vindo da capital...”, “seguindo para a vila de Pedro Affonso no Goiás...”, “indo para Marabá...”, “chegando de Porto Nacional...”, “vindo de Teresina...”, “de volta do Alto Araguaia, pela via Pará...”, “regressando de Caxias...”

Distintas cartas e notas publicadas nesses periódicos davam a tônica do trânsito de sujeitos: “Olympio Costa Leite e sua esposa, seguindo para a vila de Santo Antonio de Balsas despedem-se por este meio de todas as pessoas de sua amizade por não poderem

---

<sup>210</sup> Foucault ao analisar os “espaços de fora,” referindo-se aos “espaços no qual vivemos” que “nos arranca de nós mesmos,” nos oferece a possibilidade de pensar o espaço na sua heterogeneidade, através de seus distintos posicionamentos. Situa sua análise nos tipos de posicionamentos que se interrelacionam, que estão em “relação com todos os outros posicionamentos”, ao ponto de se neutralizarem como as *utopias* e as *heterotopias*. As *utopias* são posicionamentos “sem lugar real” apesar de manter com o espaço real uma relação de analogia. As *heterotopias*, ao contrário das *utopias* localizam-se no mundo real, como “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam localizáveis” (FOUCAULT, Michael. “Outros espaços”. In: Ditos e escritos V. III: Estética: literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 414-415.

fazer-los pessoalmente devido a presteza na viagem”;<sup>211</sup> De volta para do Alto-Araguaia, via Pará chegou a esta localidade o próspero comerciante Sr. Capitão Pessoa a quem apresentamos boa vinda”; “Os senhores Amaro Sá e Napoleão Carneiro de Magalhães, seguindo para Pedro Afonso, Goiás, a tratar de prometedoras explorações comerciais vieram nos trazer suas despedidas”; “foi nosso hóspede o Sr. Cap. Antonio de Souza nosso assinante e lavrador em Mangabeiras desse termo”.<sup>212</sup> Guardadas as variadas motivações nesses deslocamentos, trajetórias individuais e coletivas se cruzavam, visto que iam se estabelecendo ou se fixando em vários pontos de pouso espalhados nesse território, tanto na perspectiva de quem trafegava pelas estradas terrestres quanto dos que singravam pela rica hidrografia dessa parte do Maranhão. É o que se nota na história que segue:

De regresso de Conceição do Araguaia chegou a esta vila o nosso amigo capitão José Barbosa em companhia de seus dignos filhos (...), os quais embarcados de Santo Antonio para aqui, estando o rio excessivamente cheio, ao chegarem no porto denominado Caxiense, já quase pela meia noite no dia 25 para 26 do mês findo, a balsa foi de encontro a um pau que a fez submergir, escapando milagrosamente os dignos viajantes, da morte agarrados aos buritis da balsa que ficou inteiramente sem governo com o lado de cima para baixo, mas a providencia divina os levou assim nesse estado critico ao porto das Pedras e os salvou o canoeiro d’aquela Porto, Claro Martins que os trouxe até aqui. A balsa com quase todo o carregamento da bagagem e alguns gêneros desapareceu na veloz corrente d’água, causando enorme prejuízo.<sup>213</sup>

Regressar, partir, chegar e seguir: são vetores de direção que não estão livres dos percalços, dos dramas e das tragédias que assinalavam os destinos de quem se decidia pela mudança de lugar e de história. As longas travessias pelos rios fizeram das embarcações moradias provisórias, nas quais um grande contingente de pessoas trafegava cotidianamente, dando forma a um mundo social onde nada estava fixo, nem sujeitos, nem práticas e nem discursos.

Em face desses itinerários, encontros nasceram de tragédias, como o da família vinda de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, com o canoeiro que a salvou do naufrágio. O que faz emergir uma série de obstáculos, de intempéries e de acidentes, enfrentados por muitos sujeitos anônimos que se deslocavam de um ponto a outro dessa imensa cartografia. Assim, os traços de trajetórias submersas nas correntezas das águas parecem ter selado o destino de uma pluralidade de atores sociais que ao tentarem fugir de uma história de exploração e de pobreza partiram em busca de outras formas de habitar o mundo.

<sup>211</sup> O Tocantins 01/11/1914, Ano III, p.03.

<sup>212</sup> Correio de Picos, 15/11/1910, Ano I, p.02; 23/03/1911, Ano II, p.02.

<sup>213</sup> Gazeta de Picos, 21/01/1911, Ano VII, n° 26, p.02.

É o caso de Elvídio Barros, que ao singrar com destino a Marabá (Pará), após uma visita feita a sua família que vivia em Grajaú, enfrentou um grande obstáculo ao chegar às margens do rio Tocantins, especificamente no porto da vila de Imperatriz, um dos lugares de acesso para o sudoeste do Pará. Precisando unicamente atravessar um pequeno trecho que fazia fronteira entre os dois Estados para completar sua viagem de regresso a Marabá, esse jovem “se dirigiu com outros companheiros a margem oposta desse rio, onde embarcou em um batelão que o devia conduzir aquela vila”. No entanto, a força expressiva do torvelinho das águas do Tocantins fez o barco submergir. Segundo o relato do jornal, a história de Elvídio se resumia a um lance de coragem e de inexperiência, pois ele resolveu aventurar-se na viagem pelo rio, ao contrário dos outros “móveis navegantes” que observaram o perigo da travessia. Por conta desse ato de imprudência, esse sujeito foi tragado pela agitação das águas, que “envolveu o frágil barco sem mastro e virou-o”, e sem a destreza dos remadores que conseguiram se salvar do naufrágio, Elvídio e um amigo desaparecem nas águas do Tocantins.<sup>214</sup>

As duas travessias narradas anteriormente trazem indícios de histórias e de espaços tangenciados por experiências<sup>215</sup> de tentativa e de erro, além de desenharem um universo de possibilidades inauguradas no começo do século XX, em torno dos centros aglutinadores da borracha e do caucho no sul e no sudoeste do Pará. Destacando-se o surgimento e a expansão da cidade de Marabá em meio aos deslocamentos de atores sociais que foram atrás do enriquecimento rápido. Após a descoberta do caucho nas áreas do Xingu e do Tocantins, Marabá projeta-se no cotidiano dos habitantes das áreas focalizadas neste estudo, como um lugar de oportunidades e, na mesma proporção, como um espaço terrificante. Sob essa cidade chegou-se a se fabular a imagem de um território permeado pelo maravilhoso, como traduzia o mito do “Eldorado de Itacaiúna”, que fazia referência a grande quantidade de

<sup>214</sup> O Norte, 26/07/1910, Ano XXII, p.02.

<sup>215</sup> Convém esclarecer que utilizo a categoria experiência em concordância com as análises de Reinhart Koselleck, ao afirmar que os conceitos de espaço de experiência e de horizonte de expectativa são constitutivos da história e de seu conhecimento através do enlace entre passado e futuro, pois “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem”. Para Koselleck, a experiência representa o *passado atual*, “no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” enquanto a expectativa é projetada sobre um *futuro-presente*, “voltado para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto.” Embora, reforça esse autor, os dois termos não podem ser reduzidos a uma simples oposição, visto que eles seguem formas de ser diferentes, de tal modo que a expectativa não pode ser deduzida inteiramente das experiências. Porque enquanto a expectativa (experiência futura) decompõe uma pluralidade de momentos temporais, a experiência (passada), não podendo ser cronologicamente medida, saltita por cima dos tempos. Como diz esse autor, na tensão existente entre essas duas categorias surge o tempo histórico, ver KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-314.

árvores encontrada nas margens do rio Itacaiúna (tributário do rio Tocantins) responsáveis pela produção do caucho.

Carlota Carvalho ao arquitetar o cenário mítico que se forjou acerca da exploração do caucho no Pará, diz que o Itacaiúna era um rio “sombrio, misterioso e caudaloso” que desafiava “a audácia de quem ousasse devassar seus segredos.”<sup>216</sup> Na trama das origens das “riquezas fantásticas” de Marabá, essa sertanista aponta o pioneirismo dos maranhenses, Hermínio e Antonio Pimentel, como um marco fundante da história dessa cidade. Para essa autora, esses dois irmãos após retornarem de uma feira de gado no Pará e seguindo destino a Riachão no sul do Maranhão, de passagem pelo burgo de Itapepocu, ainda no Pará, souberam dos boatos da existência de campos propícios para a criação de gado entre o Tocantins e o Xingu, o que os levou a organizar uma expedição com o fim de localizar esses campos. Foi a partir dessa primeira viagem que mais tarde eles iriam descobrir uma vasta plantação de uma árvore chamada *Castilhoa* que produzia um líquido que ao coagular se convertia em uma goma identificada como caúcho.

Em torno desse episódio, Carlota Carvalho tece um universo fabular que interligava a trama dos acontecimentos à presença do incrível. Seu relato atribui lugar de herói aos dois maranhenses, o que ela justifica pelo espírito de aventura e pela superioridade intelectual desses sujeitos: “literariamente melhor preparados que todos do burgo, possuindo uma cultura intelectual louvável, principalmente Hermínio, os dois irmãos quiseram ser os Pinzóns e os Colombos desse ignoto”.<sup>217</sup> A aventura pelas matas do Xingu, que passaram por inúmeras interrupções devido a falta de víveres (sal e farinha) e de auxílio humano, tinha como objetivo inicial encontrar campos para a prática pastoril. Essa história é narrada pelo signo do fantástico, já que foi um sonho de Antonio Pimentel (“o Colombo dessa aventura”), “sonhou vendo uma oca (casa) de selvagem à beira de um riacho cristalino, que regava campos tão bonitos como o de Riachão e Carolina”, que os orientou até o local desejado, pois após mais alguns dias de caminhada o presságio se materializou quando encontraram o lugar esperado:

De cima de uma serra viram dilatar-se, a pequena distância da serra, a imensidade de um campo de feição igual aos do sertão do Maranhão.  
Desceram e caminharam em rumo certo.  
Tendo andado uma hora, encontraram dentro da mata uma picada feita por homens que não possuíam instrumentos de ferro.

<sup>216</sup> CARVALHO, op. cit., p.174-177.

<sup>217</sup> Ibid., p. 114.

Seguiram pela picada e às 6 horas da tarde chegaram a um riacho na beira do qual havia uma oca tal qual sonhara Antônio Pimentel. Aí começa o campo.<sup>218</sup>

No decorrer desse relato a autora descreve que a “missão histórica dos dois irmãos” não findou com a descoberta dessa paisagem, mas ao longo dessa exaustiva viagem eles ainda encontraram uma ampla plantação de *Castilhoa*. A façanha desses viajantes engendra uma teia de acontecimentos que ao se alinhavarem compõem uma história de descaso pelo governo do Pará que, segundo Carlota Carvalho, lançou no esquecimento o valor e a saga desses “audazes aventureiros”. Acredita que diante do fato deles não serem figuras importantes, que não tinham os títulos de “doutores e barões” não tiveram o merecido reconhecimento histórico, de modo que permaneceram pobres e no anonimato; “ainda vivem. São naturais da vila de Riachão [...] e residem na vila de São Vicente de Araguaia no Goiás [hoje no Estado do Tocantins] , pobres e esquecidos”<sup>219</sup>. Na produção desse relato Carlota Carvalho articula figuras narrativas associadas à presença do incrível (viagens fantásticas, sonhos premonitórios e presságios, sinais aziagos, riachos cristalinos, árvores que vertem leite e riqueza fácil), em que pese o emprego da violência pelos pioneiros, esboçando a criação de um universo mítico de heróis, de desbravadores, de homens que romperam distâncias e intempéries, pois nas filtragens realizadas pela história oficial torna-se latente a construção de uma sociedade inserida num conjunto de regras e leis de sobrevivência, que parecem fazer parte de uma rede social deslocada do controle e da disciplina do estado.

Ao incluir esse recorte espacial no seu estudo sobre a história e a geografia do que ela nomeia de sertão maranhense, Carlota Carvalho insere Marabá através das narrativas que a criaram, em sua topografia do sertão, dando a entender que esse espaço se constrói em meio aos inúmeros cruzamentos e diferentes contatos. Isso a faz inventar um mosaico de imagens que criam um “território ativo”,<sup>220</sup> constituído através das práticas sociais de sujeitos como os que se encontraram nessa parte do Brasil vindo de diversas partes do Maranhão, do Ceará, do Goiás, do Piauí e de tantos outros lugares. Homens e mulheres que saíam de uma vida de resignação e mutismo para reencontrar e reinventar suas próprias travessias, muitos desses provavelmente desceram o rio Tocantins até chegar em Marabá, à espera de um proeminente e acelerado acúmulo de riquezas.

---

<sup>218</sup> Ibid., p. 175.

<sup>219</sup> Ibid., p. 179, grifei.

<sup>220</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2008, p. 151.

É necessário frisar que a elaboração mítica dessa opulência do sudoeste do Pará engendrou um grande fluxo migratório de atores sociais: “a fama dessa riqueza atraiu quantidade inumerável de gente de todas as partes do Brasil”, pessoas vindas “da Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Goiás correram chusmas para a extração do caucho”, que foram logo tratando de fixar residência. Somando-se ao tráfego de sujeitos, um crescente fluxo de mercadorias: “desde o Piauí, todo o sertão exportou víveres [...] para a fantástica e maravilhosa Marabá, surgida de repente como obra de magia na foz do escuro rio Itacaiúna”<sup>221</sup>. De acordo com Velho, Marabá foi se enchendo de “uma população estável, flutuante e aventureira” e extremamente perpassada “pelo signo da turbulência”.<sup>222</sup>

Sobre essa imagem da turbulência, os jornais locais frisavam com certa regularidade as constantes desordens e tiroteios nesse espaço. Por exemplo, o tiroteio ocorrido em 1904, entre alguns homens de Marabá e o maranhense Celso Bandeira. A notícia extraída da *Folha do Pará* e publicada em *O Norte* descrevia o contra-ataque desse grupo de homens ao tentarem expulsar Celso Bandeira e seu bando após serem vítimas de uma série de desmandos e da prática de crimes:

Celso Bandeira, natural e residente na vila de Imperatriz Estado do Maranhão, a frente de um grupo sedicioso, composto na sua maioria de criminosos foragidos da cadeia de Grajáú levava a violência e o terror ao pequeno e populoso núcleo que faz parte da geografia do nosso Estado [...] Indignados com o procedimento dos desordeiros a população masculina do Marabá [...] resolveu em massa dar caça aos bandidos fazendo-os retirar a força do arraial [...] Aqueles que haviam entrincheirado a casa de moradia de Celso, dentro mesmo do arraial ali receberam o ataque que foi a bala. Travou-se um tiroteio renhidíssimo ao qual coube a melhor partilha aos atacantes que eram em número superior.<sup>223</sup>

Esse texto, além de produzir visibilidades sobre o universo da violência nas áreas de extração da borracha, aponta os constantes choques entre várias territorialidades que conviviam e/ou disputavam interesses nessa zona. Os conflitos envolvendo maranhenses eram constantes, tanto pela proximidade geográfica (entre Maranhão e Pará) quanto pelo elevado número de maranhenses que desceram o rio Tocantins e foram se instalando nas margens do Itacaiúna ao longo dos primeiros decênios do século XX (e principalmente, na segunda metade desse século). Entretanto, é preciso lembrar que várias localidades alcançaram certo crescimento econômico e populacional ao gravitarem em torno das

<sup>221</sup> CARVALHO, op. cit, p.167.

<sup>222</sup> VELHO, 1972 apud SILVA, Idelma Santiago da. Migração e cultura no sudeste do Pará (1968-1988). Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2006; p.31.

<sup>223</sup> O Norte, 25/02/1905, Ano VII, nº 633, p.02.

riquezas extraídas de Marabá, como é o caso de Santa Tereza da Imperatriz<sup>224</sup> no Maranhão, que se constituiu num portal de entrada para essa cidade.

Nesse âmbito, essa área fronteiriça se constituiu e plasmou um espaço permeado por personagens flutuantes (seringueiros, caucheiros, tropeiros, garimpeiros, comerciantes, etc.) que se dirigiam para os centros caucheiros.<sup>225</sup> A importação de gêneros, sobretudo de alimentos, foi tão intensa que se delineou uma fase na qual a agricultura de subsistência praticamente foi abandonada em detrimento da exploração do caucho, já que parte considerável dos sujeitos se embrenhou nas matas na extração desse produto.

Em uma carta publicada em *O Norte* de 1905, João Bento, um comerciante que residia em Imperatriz, relatava o estado de penúria dessa vila: “O comércio aqui arrefeceu completamente. Não há dinheiro, e os cereais escasseiam e sobem de preço. Há grande falta de carne nos mercados, e a pobreza sem recursos abandona a vila em busca de lugares mais abastecidos”.<sup>226</sup>

As missivas de João Bento que foram publicadas em *O Norte* eram destinadas a Frederico Figueira (redator-chefe desse jornal), elas delineiam um rico painel do cotidiano dos maranhenses que no início do século XX se direcionaram para os conglomerados urbanos formados em torno do *boom* da borracha e do caucho no Pará. Na carta mencionada anteriormente, João Bento, que era também um dos correspondentes desse mesmo jornal na zona tocantina, descrevia um espaço que ainda não estava preparado para receber o homem:

Quanto sacrifício sem compensação alguma! E o homem ávido de fabulosos interesses, na ganância de um tesouro, esquece os rigores da sorte, passa na barraca do companheiro moribundo, sem recursos quase sem vida e interna-se garboso na espessa mata em busca da árvore do caucho que lhe fornece o almejado lucro e lhe sacrifica a vida. Eu, porém, incompatível com esta insalubre zona, cumpro somente o dever de esforçar-me para a conclusão de meus negócios, atento ao adiantado estado de minha saúde, já bastante abalada.<sup>227</sup>

Seu relato fala da dura labuta dos que se aventuraram nessa terra e também reitera o estado de desânimo e de tristeza que se abateu sobre ele, em se tratando da tragédia que teria ocorrido meses antes dessa primeira missiva: o falecimento de uma de suas filhas em

---

<sup>224</sup> Atualmente essa cidade é denominada de Imperatriz. Tratando-se de sua relação fronteiriça com o Pará através do rio Tocantins, essa cidade pertenceu anteriormente ao Pará, sendo depois reconhecida como parte do Maranhão. Em *O Sertão* de Carlota Carvalho lhe reservou duras críticas, ao tecê-la pela “sua fisionomia triste, sorumbática, mau grado e amabilidade dos habitantes, em geral corteses, prestimosos hospitaleiros, bons amigos, embora sempre doentes porque a sezão é endêmica e as hipertrofias de fígado e baço sequências inevitáveis”, ademais complementa: “diremos que bom só tem o homem que a habita” (CARVALHO, op. cit., p. 164-165).

<sup>225</sup> SILVA, op.cit., p. 29-37.

<sup>226</sup> *O Norte*, 23/10/1905, Ano XVII, nº 667, p.01.

<sup>227</sup> *Ibid.*

Marabá. A morte foi o tema de outra carta destinada ao “parente e amigo” Frederico, que por sua vez a publicou na primeira página desse periódico:

Meu caro Frederico

Há muito que não te escrevo, que não te dou notícias desta zona. Hoje, porem, deliberando fazê-lo, treme-me a mão, tange de dor e de angústia meu triste coração. Não há compensação, a opressão e a dor que me afligem, não há, portanto consolação para mim [...]

É assim meu caro amigo, que sob a mais dolorosa impressão, venho trazer-te nestas singelas linhas, orvalhadas de sentido pranto, a infausta notícia do falecimento da minha idolatrada filha, minha inesquecível Sinhá, a imagem predileta do meu coração, arrebatada pela horripilante parca no dia 31 de janeiro findo no ingrato e insalubre Marabá, onde infelizmente ela com seu esposo se achavam atualmente.

Quando informado de seu mau estado de saúde, parti pressurosamente para transportá-la daquele infecto lugar a esta vila [Imperatriz]; mas foi de balde o meu esforço; chegando lá não encontrei minha querida filha; já não pude confortá-la com a minha presença, dar-lhe o ultimo adeus; abençoá-la; cingi-la [...]<sup>228</sup>

Mas antes de procurarmos interpretar o teor dessa missiva, convém fazer uma ressalva. Trata-se da necessidade de discorrer sobre a importância que a escrita epistolar teve para as sociedades rurais, visto que em um território no qual as notícias eram repassadas de forma turva e com demora, esse modelo de escrita teve valor de relevo. Além da função de comunicar, de denunciar e de agradecer, as cartas transmitiam uma lista de impressões, de esperas, de desejos, de amargura, de ressentimentos, etc, tanto dos que se deslocavam para outras paragens quanto dos que permaneciam fixados em suas territorialidades. De maneira lapidar, Ângela de Castro Gomes procura definir a escrita epistolar como uma “estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indícios da(s) cultura(s) de uma época e de certa configuração das relações espaciais.”<sup>229</sup> Consequentemente, as cartas, além de permitirem o estreitamento das distâncias e dos laços, elas encetavam um conjunto de praticas que exprimiam vínculos afetivos, profissionais e sociais, etc.

Nesse sentido, as cartas de João para Frederico recriam um mundo pautado nas histórias da fé na providência divina e nas experiências intercambiadas pelo pesar e pelo penar. A carta que citei antes que revela modos de existências pautados no recomeço como a de Sinhá, filha de João Bento, uma jovem de 19 anos, que em busca das riquezas do “Eldorado de Itacaiúna” migrou com o marido para Marabá. A história de Sinhá se conectava a tantas outras histórias que foram perpassadas por casos de doença e de luto.

<sup>228</sup> O Norte 11/03/1905, Ano XVII n° 635, p.01.

<sup>229</sup> GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.21.

João Bento, ao viajar até Marabá para reencontrar sua filha, pinta o cotidiano dos que viviam sob o signo da opulência e da insalubridade, descrevendo um território no qual “nem se quer existe o simples modelo de cemitério” e, diante de tanto descaso, o corpo de sua filha, “achava-se sepultado em uma mata selvagem, sem o menor cultivo humano”. Tendo-lhe sido negado o direito de culto aos mortos, esse narrador encenou em tom de lamúria os ritos que marcam a cerimônia do adeus: “visitei seu tumulo, enviei-lhe uma prece, sentindo uma profunda dor na alma por tanto desprezo aos corpos humanos”.<sup>230</sup>

Tais relatos deixam entrever que as histórias de naufrágios, de mortes e de doenças eram frutos de uma lista de riscos e imprevistos que convergiam para uma multiplicidade de dramas e tragédias insurgidas das condições de vida de agentes sociais que viviam sob nuvens de ilusão e de desespero. Desse modo, eles também constroem um espaço atravessado por práticas cotidianas que agregam aos itinerários novos significados e novos sentidos.

Uma cartografia das práticas sociais e culturais desses sujeitos que ora singraram pelos rios ora se embrenharam nas matas em direção as frentes de extração da borracha no sul do Pará, representa uma importante página da história dos deslocamentos humanos pelo território brasileiro. Ainda que não seja esse o propósito basilar deste estudo, as frequentes migrações de nordestinos para o Pará, no início do século XX, são fundamentais para que se problematizem atitudes, estratégias políticas, discursos identitários que têm o poder de instituir e organizar esse território. Nesses termos, os registros da imprensa, as produções literárias e as demais fontes escritas, oferecem pequenos indícios de percursos, das longas e fatigantes travessias pelo *sertão*, dos códigos reguladores de condutas, de leituras de mundo, das configurações de poder e dominação; que situados em um contexto mais macro desse lugar simbólico engendram modos e práticas culturais reveladores de uma categoria espacial associada à itinerância e à fluidez identitária.

Raimundo Lopes, apesar de afirmar que a “região sertaneja” apresentava “zonas divergentes” no tocante aos seus aspectos fisiográficos, lança mão de conceitos que homogeneizavam o par *sertão /sertanejo* como o de primitivismo e de nomadismo. Afirmava que o lado rude e nômade da vida pastoril somava-se ao intenso estado de abandono desse território<sup>231</sup>, e via nesses dois fatores os pontos que potencializaram o

<sup>230</sup> O Norte, 11/03/1905, ano XVII, nº 635, p.01.

<sup>231</sup> Raimundo Lopes ao falar da “zona sertaneja” enfatiza o predomínio dos latifúndios pastoris, as constantes migrações, o forte patriarcalismo que se expressava “pelo ódio visceral de famílias”. Seu sertão é entrecortado pelos conflitos familiares e pelo que ele vê como excesso de individualismo dos moradores dessa parte do

movimento migratório para o “sul-amazônico” no começo do século XX. Lopes deixa entrever que o constante trânsito desses grupos justificou os campos de batalhas que se converteram as localidades situadas na divisa do Maranhão com o Pará, fazendo dessa parte do Estado um “foco de perturbações intensas”. Além disso, diz que a exploração da borracha em justaposição com a vida nas fazendas de gado serviu para acentuar, ainda mais, esse caráter errante: “contribuiu para associar, no nomadismo pastoril do vaqueiro, o nomadismo ainda mais radical do batedor de rios amazônico”.<sup>232</sup>

Com efeito, o movimento frequente pelas fronteiras vizinhas foi injetando falas, imagens, cores que conflagraram conflitos, enfrentamentos e lutas minúsculas encenadas nesse território, práticas que serão analisadas no capítulo seguinte. Todavia, é bom lembrar que a rede discursiva produtora de dizibilidades e de visibilidades sobre essa porção do Maranhão mobilizou imagens e representações que se conjugaram na criação de vetores como abandono e isolamento. As constantes repetições nas narrativas sobre o estado de abandono e de isolamento que viviam, configuraram sentidos e significados que assumiram efeito de verdade. De modo que esse binômio vai se aliar a outro vetor, o da violência. Afinal, a violência vai ser enunciada de diferentes maneiras, mas ora ela vai emergir como consequência ora como causa dessas duas produções discursivas que nomeiam esse espaço. Assim, isolamento/abandono/violência são enunciados que dirigem, criam, classificam, induzem a produção de subjetividades e de lugares sociais que pareciam viver à revelia da ordem instituída.

Uma cena exemplar aparece na fala de um personagem anônimo, que através de alguns artigos publicados na *Gazeta de Picos*, em 1905, sob o título “Panfletos” fazia um balanço das querelas políticas que há muitos anos pareciam macular a história de Picos, sobretudo em virtude de tantos assassinatos, perseguições que essa cidade foi palco. Sublinho um fragmento que a meu ver merece ser citado, por ilustrar como os itinerários fluviais também se converteram em campos de batalha:

O barco deslizava mansamente sobre as águas do majestoso Itapecuru, quando pelas três horas da tarde, mais ou menos, ao chegar ao lugar Porto Alegre, que dista desta cidade (Picos) uns doze quilômetros, estrugiram de dentro da solidão dos cocais tiros de carabinas e rifles, que atingiram o referido barco, vitimando

---

Maranhão, o que nutria “as epopéias sangrentas de bandidos famosos que de tempo em tempo aparecem ao lado dos tiranetes locais”. Em contrapartida via o natural de São Luís como um sujeito avesso à violência, em oposição ao sertanejo que era por natureza rude. Para ele aridez do clima e das pessoas, o drama das dificuldades de comunicação e o isolamento desse território, contribuíam para a formação de um homem telúrico (LOPES, op.cit., p. 174).

<sup>232</sup> Ibid., p. 175-176.

dois vareiros, uma velha e ferindo gravemente o referido padre e seu sobrinho, o Capitão João Nunes Mourão.<sup>233</sup>

Essa imagem nos faz perceber como a violência física e simbólica pode ser considerada um elemento que ordenava e constituía esse mundo social. De forma que os registros da imprensa deixam entrever que os espaços à beira rio também se transformavam em palco das lutas cotidianas. O episódio citado pelo narrador dos “Panfletos” descreve o modo como foi assassinado o Padre João Mourão, uma figura importante nessa localidade, e como uma simples viagem de ida ao médico se configurou em um cenário de guerra. Esse acontecimento aparece como fagulha para a explosão de uma série de conflitos que tinham raízes em eventos ocorridos em 1898 e que se estenderam até o início do século XX. No relato, a aliança entre poder e crime sustenta as disputas entre dois chefes locais, que tinham como veículo de difusão do conflito, os jornais *A Gazeta de Picos* e o *Correio de Picos*. Mas o que importa assinalar é a cenografia que compõe a teatralização do enredo: à margem do rio Itapecuru, um pequeno ponto de pouso no meio da viagem, o barco conduzido passageiros, a emboscada armada por trás dos cocais e a solidão. Signos como esses emergem dos muitos relatos dos jornais que fazem surgir cenários onde os caminhos, as estradas e as pequenas trilhas na mata se conectam a acontecimentos que remetem a prática da violência.

É pelo crime que muitas trajetórias deixavam suas inscrições pelos caminhos fluviais, como a história relatada em uma reportagem da *Gazeta de Picos* de junho de 1913. Segundo o jornal, Pedro Cardoso era um pequeno sitiante que residia no povoado Paraíso, situado a margem direita do rio Corrente, e como estava de mudança para Passagem Franca, um centro mais adiantado, incumbiu um sobrinho de ir procurar um cavalo que estava solto no pasto. Narra o articulista que o fato do garoto, que não se sabe o nome, não retornar com a encomenda deixou Pedro com raiva, a ponto de “amolar um facão” e sair a sua procura, e ao localizar e ver que ele estava dormindo na beira do rio, o “assassinou barbaramente”:

Verificando que o rapaz ainda dormia, cauteloso se aproxima e de um só golpe certo decepa a cabeça e um braço do inditoso sobrinho.

Consumado o hediondo crime, arrastou a vítima até outro ponto a margem do referido rio. Amarrando o corpo com cipós, mergulhou-o, indo deixá-lo no fundo, preso em raízes. Logo que chegou a casa muito exaltado, muito apressado pôs cargas á cima e fez viagem, rumo da vila da Passagem Franca.<sup>234</sup>

<sup>233</sup> *Gazeta de Picos*, 22/04/1911, nº 323, Ano VIII, p. 01.

<sup>234</sup> *Id.* 26/03/1913, Ano IX, nº 91, p.01.

Nesse relato, o corpo supliciado simboliza tanto a ferocidade do crime quanto as partes de um ritual de execução que toma uma dimensão espetacular quando os moradores de “Paraíso” localizam os retalhos do corpo do garoto nas margens do rio Corrente. De modo que a narrativa da imprensa constrói um território que é simbolicamente marcado pela conexão entre rio, vingança pessoal e crime.

Os textos que tecem as experiências dos sujeitos como forma de inscrições do espaço se aglutinam a uma imagem bastante difundida para representar o lugar sertão, a de que o isolamento e a desertificação das paragens erigiam espaços que serviam de couro aos bandidos e aos proscritos. Dessa forma, a solidão das estradas terrestres e aquáticas são imagens acionadas em histórias contatadas que exibem as cores que trazem os episódios de violência. Nos registros da imprensa, a baixa densidade populacional das áreas urbanas e arrabaldes aparecem como traço marcante na conversão das estradas em lugar por excelência para constantes emboscadas e tocaias armadas a mando dos chefes locais e/ou por interesses distintos.

Na emboscada armada contra o Padre João Mourão, mencionada anteriormente, e em tantas outras armadilhas narradas pela imprensa são os itinerários, as veredas, as encruzilhadas, as brechas, os córregos, as vazantes, os rios e suas curvas que adornam o tecido sob o qual se representa um mundo social que tinha como linguagem a arma.

Algumas paisagens narrativas produzem tipos de representações que conjugavam o silêncio dos itinerários, a solidão dos sujeitos em suas caminhadas com os tiros que remetem a histórias de traição e vingança. É o caso de Elpídio Lyra que aparece como vítima da traição de seu pagem, conforme se nota no texto abaixo:

Andando em compra da borracha mangabeira, passou nesta cidade já nos últimos dias de junho, o Sr Elpidio de Lyra Barros vindo da vila de São João dos Patos, trazendo um Sr. João como companheiro de viagem.

Depois de curta demora aqui, abalou-se por inteiro do município de Mirador, a procura do gênero de sua especulação.

Viajava já naquela comarca, quando nos descampados cálidos, desertos e silenciosos dos chapadões encostando ao lugar Formiga, é traído miseravelmente pela bruteza feroz do infame companheiro, caindo varado a balas do rifle com que por garantia de ambos, confiadamente armara o desgraçado e cruel assassino.<sup>235</sup>

Nas estradas fluviais também se enlaçavam histórias pautadas pelo conflito, como se constata em uma carta publicada no *Correio de Picos*, em 1910:

Em junho do corrente ano, Manoel Lyra, ia para Colônia em uma balsa, levando os seguintes vareiros: João de tal, morador no lugar Terra Dura, Simplício de tal e Doroteu Rodrigues, moradores no lugar Cocal Grande. Foi vítima de facadas este

<sup>235</sup>Correio de Picos, 04/07/1911, ano II, nº 44 p.03.

último que depois de morto, foi lançado nas águas do Parnaíba, abaixo da cachoeira denominada Várzea da Cruz distante de Colônia, uma légua. No dia seguinte, o cadáver do inditoso Doroteu, que ia boiando nas águas, foi pego e sepultado por algumas pessoas no lugar Caraíbas, termo de S. Francisco. [...] João e Simplício, dizem saber o autor de tão bárbaro assassinato e as autoridades cruzam os braços [...] por serem parentes de Manoel Lyra e este achar-se envolvido neste drama sanguinário.<sup>236</sup>

Nos regimes de enunciação nos quais práticas de crime como emboscadas, vinganças pessoais e traições assumem lugar de relevo, a violência parece surgir como vetor constitutivo das relações sociais. E as histórias de violência física marcadas pela existência de um código no qual valores como honra e hombridade são bastante mobilizados tingem os limites e as linhas que traçam os lugares que compõem o mapa desse território. De forma que as imagens das frentes de batalha formadas nesses cenários de desolação e de dispersão, aglutinam-se às histórias das cidades, às trajetórias humanas e a memória coletiva. Nesse sentido, as narrativas dos jornais deixam entrever que as armadilhas nas matas e nos rios são estratégias de luta que indicam a existência de sujeitos e de lugares sociais que são regidos e submetidos a códigos marcados pelo signo da violência e do crime.

---

<sup>236</sup>Correio de Picos, 14/09/1910, Ano I, nº 08, p. 03.

#### 4- Ser-Tão à revelia: paisagens de guerra e personagens de carne e sangue por entre os interstícios dos *sertões* do Maranhão.

*O sertão está movimentante todo-tempo – salvo que o senhor não vê; é que nem braço de balança, para enormes efeitos de leves pesos...*

(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Chico Lyrio, “um homem pacato de bons costumes” que vivia com sua esposa (Rosinha) e seus seis filhos, no povoado Pau D’água, sobrevivia com uma quantia de dois mil réis por dia com a qual garantia o sustento da família. Levando uma vida harmoniosa, esse personagem vê sua convivência diária se alterar com a chegada da sogra, uma viúva solitária que é acolhida na casa do genro a fim de auxiliar na criação dos netos. Porém, transcorrido um mês de convívio, a harmonia do casal passa a ser abalada após a sogra vir paulatinamente incrustando na filha uma série de desconfianças sobre a fidelidade de Chico. Tal dúvida teria pairado sobre a viúva logo que constatou que seu genro “despendia com a despesa do casal mil e quinhentos réis, não se sabendo o fim que dava aos quinhentos reis restantes.” Porém, como diz Deleuze analisando a obra de Marcel Proust, “o ciúme vai mais longe na apreensão e interpretação dos signos”,<sup>237</sup> de imediato o desaparecimento do dinheiro foi associado com a existência de amantes, e desse indício de traição à premeditação da vingança foi um pulo: “tanto bastou para combinarem um crime; a velha arma-se com o revólver do defunto e a Rosinha com o punhal [...] Às 7 horas da noite, quando Chico entrava em sua casa [...] recebeu em pleno peito uma punhalada e um tiro nos quadris, caindo instantaneamente”.<sup>238</sup>

Amor, ciúme, traição e vingança são figuras narrativas que povoam os relatos das histórias que terminam em crimes passionais, mas na passagem acima publicada no *Jornal do Comércio* em outubro de 1912, sob o título “Crime premeditado” a matéria tinha outro teor. Tratava-se do anúncio de uma casa comercial da cidade de Caxias como fica sinalizado no desfecho da narração:

[...] as duas mulheres horrorizadas e cercadas das seis crianças, que clamavam, arrependeram-se e atiraram-se chorosas sobre o corpo do infeliz. Este com voz possante gritou: - Alto! Eu as perdôo porque nada sofri! Com o dinheiro que supuseram eu esbanjar, comprei essas fazendas que me serviram de couraça, e, despindo-se, mostrou lindos cortes de fantasias finíssimas, fitas, rendas, bordados, caxemiras, jóias, morim, meias, chapéus especiais, gravatas e diversos artigos para

<sup>237</sup> DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>238</sup> *Jornal do Comércio*, 30/10/1912, Ano VII, nº 302, p.03.

senhoras e cavalheiros comprados na conhecida e barateira casas de modas do Pedro Mattos, a rua 1º de agosto esquina da matriz. Aproveitem o BOM, ESPECIAL e BARATO se querem a moda e elegância.<sup>239</sup>

Essa narrativa saturada de sinais e de significados oferece um rico panorama do modo como a violência física e simbólica foi interiorizada nas práticas culturais que instituem a metáfora espacial sertão. Nesse relato, esboça-se a experiência de viver em um universo social cuja violência emerge de forma naturalizada nas relações sociais, de tal maneira que se constitui em agenciamento narrativo nas propagandas, nas notícias e nos editoriais dos jornais em circulação.

Parto do pressuposto de que, dos muitos fios que urdem a trama do chamado sertão do Maranhão, o discurso sobre a violência está presente nos textos que o organizam, o classificam, o atravessam e o nomeiam. Forjando-se um espaço intercambiado por experiências de luta e pela disseminação espacial e temporal da representação da violência. Tomo como base as narrativas de jornais em circulação por algumas cidades que cortam esse território, pois até onde pude verificar as matérias desses periódicos revelam o modo como a violência se imprime nesse corpo social, através de um elaborado campo discursivo que reforça a representação de um espaço forjado à revelia dos poderes constituídos e pautado em um conjunto de códigos e leis movidos pelo costume.

De tal modo que ao ler as práticas culturais que delineiam esse espaço vejo surgirem cidades sitiadas por grupos armados; cidades perpassadas por tiroteios no meio da noite; grupos armados invadindo propriedades privadas; combinações explosivas de festa, cachaça e faca; invasões e fugas de cadeias públicas; mortes anunciadas; técnicas de tortura empregadas pela polícia; passageiros da agonia encobertos com a máscara de facínoras célebres; longas marchas abrigadas pelo silêncio da noite, escondendo as fugas dos cenários e das imagens da guerra; personagens que esboçavam em lances variados suas trajetórias de bravura; e pequenas fagulhas sempre prontas para explodir em conflitos.

O inventário de pequenas histórias e personagens que utilizo para falar dos discursos e representações que plasmam essa espacialidade segue um *continuum* narrativo: são sujeitos e práticas que se confundem narrativamente com o espaço. E levando-se em conta que as narrativas “têm o valor de sintaxe espacial”, as práticas e representações culturais que fulguram nos relatos têm o poder de criar, reinventar, reconfigurar, provocar mudanças de direções e de temporalidades que estabelecem especificidades sobre os

---

<sup>239</sup> Jornal do Comércio, 30/10/1912, Ano VII, nº 302, p.03.

espaços. Como salienta Michel de Certeau, os relatos realizam “um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares”, além de exercerem o papel de organizadores dos “jogos das relações mutáveis que uns mantêm com os outros”.<sup>240</sup>

Nessa perspectiva, os relatos jornalísticos, oficiais e literários autorizam atos fundantes, organizam fronteiras, efetuam operações de demarcação e instituem referências espaciais nas quais impera uma multidão de personagens e experiências que fizeram da violência um sistema discursivo capaz de compor a imagética desse território. Dito isso, o objetivo aqui é pensar nas linhas que alinhavam modos de entendimento sobre a parte sul do Estado do Maranhão, através do discurso da violência. Pauto-me, sobretudo, nas narrativas jornalísticas de periódicos produzidos em Picos, Carolina, Caxias e Barra do Corda, num marco temporal que se estende, aproximadamente, entre 1900 e 1920. A partir dessas fontes históricas, pretendo me deter na multiplicidade de signos estampados nas matérias jornalísticas, a fim de atentar para os intrincados jogos de poderes envolvidos na elaboração dessas imagens, uma vez que os efeitos de verdade produzidos pelo discurso da imprensa agem como espaços de autoridade que concorrem para a demarcação dessa espacialidade.

Com efeito, há também o interesse de perceber o modo como nesse tecido narrativo as práticas ditas violentas se exercem sobre os corpos e os gestos, produzindo uma cartografia em retalhos na qual se instituem e se deslocam lugares e sujeitos, pois por meio dos registros da imprensa se pode refletir sobre os espaços e territorialidades que se formam como resultados das práticas sociais e culturais. Lembrando que o conceito de cartografia é aqui entendido como algo que está em movimento, sempre em constituição, conforme sinaliza Deleuze, para quem “numa cartografia pode-se apenas marcar caminhos e movimentos com coeficientes de sorte e perigo”.<sup>241</sup>

Das narrativas selecionadas, destaco, sobretudo, os inúmeros casos de violência física e simbólica estampados nas matérias dos jornais em circulação. De forma que a violência aparece como vetor de análise para pensar como se instituem dizibilidades e visibilidades sobre o espaço-sertão. As narrativas jornalísticas apontam deslocamentos

---

<sup>240</sup> Para Michael de Certeau o “lugar” fixa, definindo-se como uma “configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”, sob o qual reina a lei do “próprio” e da ordem. Já o “espaço” deve ser analisado pela sua condição de movimento, nele estão presentes “vetores de direção, quantidades de velocidades e a variável tempo”, pois o espaço deve ser entendido como “um cruzamento de móveis”. De Certeau aponta que “ver” simboliza “um conhecimento da ordem dos lugares”, o “ir” se constitui numa ação espacializante (DE CERTEAU, op. cit., p. 201-203).

<sup>241</sup> DELEUZE, Giles. Conversações, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 48.

significativos na produção da imagem de atos de violência, instituindo um campo marcado por tensões, por zonas de conflito e atravessado por lutas miúdas dissolvidas no cotidiano das cidades.

Entretanto, antes de enveredarmos pela trama das narrativas jornalísticas, é necessário problematizar o *corpus* documental aqui arrolado. Nesse sentido, há que se perscrutar o lugar de produção dos jornais e o modo como se estabeleceram algumas iniciativas da imprensa em algumas cidades localizadas nessa parte do Maranhão.

Como dizem Ana Maria Martins e Tânia de Luca a primeira República (1889-1930) lançou as bases de formação de uma imprensa profissionalizada no Brasil. O periodismo que se estabeleceu com a fase republicana, tendo o Rio de Janeiro como modelo, vem fincar os moldes de um jornalismo “vibrante, eufórico e decisivo nos destinos do país”, assim como fez emergir a figura do jornalista profissional, na sua grande maioria literatos que fizeram desse ofício um veículo de difusão de ideias e meio de sobrevivência. Para essas autoras, a conjuntura da época marcada pelo apogeu do café, pela nova ordem republicana, pela remodelação das cidades, pelos novos meios de comunicação e pelos aperfeiçoamentos tipográficos favoreceu o fortalecimento da produção e consumo de impressos no país, ainda que nesse período “a compra da imprensa pelo governo” fosse um traço marcante.<sup>242</sup>

No caso do Maranhão, conforme assinala Manoel Barros Martins o intervalo de tempo que vai de 1890 a 1930 foi marcado por um “apreciável dinamismo da imprensa regional”, no tocante à elevada publicação de jornais e revistas por todo o Estado. A efervescente produção dessa fase teria contribuído tanto para a emergência de um crescente mercado editorial durante a Primeira República – em que pese o surgimento de um elevado número de jornais e revistas – quanto para a afirmação de um espaço de poder por uma elite letrada que passou a assumir a alcunha de “novos atenienses”<sup>243</sup>. Como diz Martins, apesar da maioria dessas iniciativas terem sido de curtíssima duração, não se deve deixar de mencionar que “a penetração de cada um desses periódicos em amplas faixas da população

---

<sup>242</sup> MARTINS, Ana Maria; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 35-51.

<sup>243</sup> A denominação de “Novos Atenienses” foi autoproclamada por um grupo de intelectuais que dominaram o cenário sócio-cultural do Estado do Maranhão entre os anos noventa do século XIX até os anos trinta do século XX. Duas temáticas foram marcantes na produção cultural desse grupo: o discurso sobre a decadência econômica (associado a “decadência da grande lavoura”) do Maranhão e o mito da Atenas Brasileira. A fim de superar o que eles entendiam como período de letargia na cultura local, esses letrados empreenderam um reticulado de ações como a criação de instituições e a organização e realização de eventos. Como aponta Manoel Barros Martins, a categoria Maranhão foi tema principal nas reflexões dessa elite letrada revelando “a necessidade inadiável que ela tinha de produzir mecanismos eficientes na tarefa a que se incumbia de reinserir o Maranhão nos escaninhos do concerto identitário nacional” (MARTINS, *op.cit.*, p.23).

das cidades onde eram editados, comportaram-se como importantes veículos de comunicação.”<sup>244</sup>

A história da imprensa no interior do Maranhão é um tema difícil de ser abordado pela insuficiência de pesquisas e pelas próprias limitações das fontes, tendo em vista as precárias conservações de alguns desses impressos nos arquivos do Estado e da grande maioria deles encontrar-se incompleta; aspectos que dificultam um acompanhamento mais minucioso dessas produções. Além disso, em meio à longevidade e qualidade técnica de alguns negócios tipográficos e editoriais de São Luís é importante não descartar a elevada contribuição dos pequenos editores espalhados pelo interior do Maranhão, pois, de acordo com Martins, esses “projetos editoriais mais modestos introduziram no mercado de bens culturais uma boa parcela das obras de autores consagrados ou desconhecidos nacionalmente”.<sup>245</sup>

Consequentemente seria de grande valia para a historiografia do Maranhão estudos que examinassem as iniciativas empreendidas pelo interior, sobretudo aquelas que se mantiveram sob investimento privado, ou melhor, sem o apoio dos grandes empreendimentos tipográficos do Estado.<sup>246</sup> Nessa perspectiva, procuro fazer um breve esboço de alguns jornais em circulação pelas cidades citadas nessa pesquisa (Carolina, Barra do Corda, Caxias e Picos). Mas aproveito para reforçar que uma análise mais pormenorizada da produção desses impressos foge aos objetivos deste trabalho, principalmente pela relativa escassez de dados sobre o mercado editorial nas áreas mais distantes de São Luís.

No afã de retratar o mundo social das cidades ditas sertanejas e as visões de mundo de uma elite letrada, o periodismo funcionou como um espaço de defesa dos interesses de grupos de proprietários rurais. São o caso de alguns jornais que elenquei no transcorrer desse estudo, a exemplo do: *O Norte* de Barra do Corda, *O Tocantins* de Carolina, *A Gazeta de Picos* e *O Correio de Picos* da cidade de Picos, e o *Jornal do Comércio* de Caxias.

Produzidos ou em circulação entre as duas primeiras décadas do século XX, esses periódicos emergiram como vitrine para um reticulado de práticas e discursos que tiveram

---

<sup>244</sup>MARTINS, op. cit., p. 166-171.

<sup>245</sup>Ibid., p. 171.

<sup>246</sup>Os empreendimentos que tiveram maior longevidade nesse período foram os que se mantiveram com o auxílio do poder público, a exemplo da “Imprensa Oficial” que foi criada em 1905. Essa instituição veio garantir a publicidade e a periodicidade regular às produções de um grande número de atores locais, dando oportunidade aos letrados com dificuldades financeiras, o que possibilitou uma divisão dentro do próprio grupo: “os autores consagrados regionalmente, tinham, pois, a disposição um leque mais regionalmente abrangente de oportunidades para a publicação e para a publicidade de suas obras, especialmente se bem relacionados ou integrados politicamente a situação política do momento” (Ibid., p.170-172).

como tema nuclear o projeto de constituição e afirmação da identidade espacial do chamado sertão maranhense. Ao atentarmos para a linha editorial desses jornais, nota-se a constituição de uma rede de interesses voltada para as causas dos fazendeiros (gado e algodão), comerciantes e políticos, o que justificava a expressiva produção de artigos em prol da modernização do território (criação de estradas, desobstrução de rios e implantação de redes telegráficas) e das questões partidárias; de listas das entradas e saídas, de preços (gado, sal e borracha) e de fretes, etc. Ademais, uma pluralidade de assuntos figurava como sendo notícias nesses relatos, como extratos de jornais, anúncios, decretos, reflexões, relatórios oficiais, variedades, leis e decretos, folhetins, poesias e crônicas, etc.

Fundado em novembro de 1888 por iniciativa do Juiz Municipal de Barra do Corda, Isaac Martins, *O Norte* foi um jornal de grande expressão no interior do Estado. Embora, não se saiba ao certo quanto tempo durou, ele pode ser considerado, dentre os jornais aqui listados, o de maior longevidade e circulação nessa parte do Maranhão. Segundo a historiadora Socorro Cabral, esse periódico juntamente com os clubes republicanos, foi um dos principais veículos de propagação do novo regime, tanto que ele se autoproclamava “Órgão dos ideais republicanos.” De publicação semanal na cidade de Barra do Corda, *O Norte* possuía sua própria tipografia, o que garantiu a emergência de outros periódicos nessa cidade, a exemplo do jornal *Os Simples* fundado em 1914.<sup>247</sup>

Após a direção de Isaac Martins, essa folha teve Frederico Figueira como redator, João Bento Moreira Ferraz e Melchiades Moreira Ferraz como colaboradores, além de outros membros espalhados por várias cidades do Maranhão, Pará e Piauí.

Com periodicidade semanal e trazendo o subtítulo de “Jornal do comércio, lavoura e indústria” foi criado em 1903 em Picos, *A Gazeta de Picos*, que pertencia a uma associação de fazendeiros como: Major Benedito Candido de Lemos, Capitão João Candido Fernandes Lima e, do gerente, Antonio Fernandes Lima. Apesar de riquíssimo o material produzido pela *A Gazeta*, as constantes interrupções na publicação dificultam uma análise mais detalhada, aspecto que segundo seus redatores se justificava pelas dificuldades no conserto do maquinário tipográfico, seja pela inadimplência dos assinantes, seja pelos problemas nos meios de transporte que retardava a aquisição de papel e tinta.

*O Jornal do Comércio* começou a circular em 1905, em Caxias, uma das mais importantes cidades do interior do Maranhão, sendo inclusive uma das rotas principais de

---

<sup>247</sup> Carlota Carvalho (op. cit., p. 150-151) elenca uma série de iniciativas meteóricas em Grajáú como: *A Palavra*, *o Telescópio*, *O Grajáú*, *Eco do Sertão*, *A Sentinela*, *A Folha* e *O Tempo*.

ligação da capital com o chamado sertão do Maranhão. A proeminência de Caxias facilitava a emergência de jornais, visto que aí se localizava um mercado editorial relevante com vários jornais e revistas em circulação. A respeito desse jornal, sabe-se que João de Deus Teixeira exerceu a função de proprietário e redator até 1909, sendo substituído por Joaquim Teixeira Junior nos anos seguintes; e que o cargo de gerente foi ocupado por Tibério Miranda.

*O Correio de Picos*, também da cidade de Picos, passou a ser publicado em 1910 sob direção e propriedade de Macedo Filho. De forte oposição *A Gazeta de Picos*, essa folha teve como um de seus traços mais marcantes o acentuado tom de humor e sarcasmo com que abordava as notícias divulgadas na *A Gazeta*. Nos artigos e na seção livre “Tribuna do povo”, vários personagens da cidade utilizavam as páginas do jornal para fazer denúncias, reclames e chistes de situações e de personagens do cotidiano local por meio da divulgação de cartas, decretos, telegramas e inquéritos policiais.

*O Tocantins* criado em Carolina no ano de 1912, publicava-se quinzenalmente e se autodenominava “Órgão de interesses gerais, literário e noticioso.” Tinha como diretores e proprietários, José Queiroz e Elpidio Pereira e como gerente Ovídio Coelho, todos importantes proprietários rurais e comerciantes de Carolina. Apesar das grandes lacunas, dos períodos incompletos e dos grandes intervalos sem publicação, arrolei exemplares dessa folha pelos quais pude localizar exemplares que iam até a década de 1930.

Antes de atentar para o conteúdo das matérias vinculadas nesses jornais, cabe examinar o suporte no qual as notícias encontravam-se dispostas, pois, como diz Chartier, “qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo depende da forma pelas quais ele chega até seu leitor.”<sup>248</sup> Assim, as intervenções técnicas (gráficos, redatores e editores) contribuem na forma como o texto é recepcionado, sinalizando uma combinação de infinitas práticas de leitura, tendo em vista que as condições técnicas de produção, os métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelo periódico influem na construção de sentidos.

Em linhas gerais, os idealizadores e proprietários desses jornais argumentavam que a existência de um periodismo regular e de qualidade encontrava sérios obstáculos nas imensas barreiras geográficas/culturais e nos deficientes meio de comunicação e de transporte da época. Ademais, esses fatores contribuía para o encarecimento da matéria-

---

<sup>248</sup>CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. A nova História Cultural. São Paulo: Martins fontes, 2001, p.220.

prima necessária na produção dos impressos, gerando entraves na periodicidade e na circulação. Os percalços ao desenvolvimento da imprensa nessas cidades foram frequentemente veiculados nas matérias desses jornais, revelando a produção de discursos que se aportavam na sensação de isolamento e de abandono sentida pelos habitantes desses lugares. Note-se o editorial de *O Tocantins*, na edição comemorativa de seu terceiro aniversário:

Modesto humilde como lhe convém, ignorado de muitos e esquecido da maioria, passa-se hoje o terceiro aniversário do Tocantins.

[...] três anos de imprensa num sertão longínquo e abandonado como este, em que as vias de comunicação e os meios de transporte são ainda os mesmo de um século atrás: o burro cargueiro e a ubá do caboclo.

Um jornal, no sertão, jamais foi um meio de vida e sim um posto de sacrifício de muitas responsabilidades e de muita abnegação.<sup>249</sup>

Embora seja notório que essas folhas enfrentavam grandes dificuldades durante suas publicações, para isso basta observar a forma como as notícias eram divulgadas: a produção em formato pequeno, a disposição das notícias em quatro páginas, a distribuição textual em várias colunas, a impressão em letras miúdas, a ausência de ilustrações e a irregularidade da circulação<sup>250</sup>; o discurso que evidenciava a questão do isolamento como justificativa também se constituía numa estratégia de enaltecer os envolvidos nesses projetos (proprietários, redatores e políticos que agiam através de financiamentos), arquitetando a figura do pioneiro e do herói. Pois se deve levar em consideração que esses órgãos eram espaço de promoção para muitas figuras das localidades e que muitos possuíam ou estavam por trás de grupos que detinham considerável poder econômico e prestígio político.

Nesses suportes, as matérias eram classificadas de acordo com a linha editorial de seus idealizadores e editores. No caso de *O Norte*, na primeira página vinha impresso o editorial e as notícias de repercussão nacional. Por pretender ser o porta-voz da causa republicana nesse território, ele dava grande vazão à publicação de matérias extraídas de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, cujo tema da incipiente República ganhava grande visibilidade. Já *O Tocantins* exibia na primeira página matérias de conhecimento geral; na segunda, matérias com temas referentes à “região”, bem como poemas; e nas últimas dava grande projeção aos anunciantes e às seções pagas. Por atender os interesses da então florescente zona tocantina, *O Tocantins* tornou-se veículo importante na transmissão das experiências de atores sociais que habitavam nos núcleos urbanos e nas áreas

<sup>249</sup> *O Tocantins*, 01/03/1915, Ano III, p.02.

<sup>250</sup> Com exceção do *Jornal do Comércio de Caxias*, que era impresso em maior formato e melhor impressão, os demais jornais aqui citados exibiam pobres diagramações e qualidades gráficas.

circunvizinhas situadas a margem do Tocantins, espaço que se estabeleceu como ponto de transitoriedade para os Estados do Pará, Mato Grosso e da Amazônia.

Em empreendimentos ainda mais modestos como *O Correio de Picos*, o interesse pela conjuntura política e econômica do país cedia espaço aos episódios do cotidiano, às intrigas políticas, assumindo um estilo mais polêmico, no qual a irreverência e o tom panfletário se faziam notar no modo como se montavam as notícias: os títulos sempre chamativos tomavam grandes espaços do papel, enquanto as matérias se exprimiam em letras minúsculas e numa pobre resolução gráfica; a ausência de editorial que exprimisse o ponto de vista do redator era substituída pela colagem de notícias sobre o cotidiano das cidades; por vezes mais de uma página desse jornal era dedicada à publicação de cartas e peças em tom de pilhéria envolvendo autoridades públicas.

Através dos indícios deixados nos expedientes dos jornais é possível considerar aspectos que remetem ao financiamento desses jornais: o custo por assinantes e pela publicação de anúncios. O custo anual de *O Tocantins* correspondia ao valor de 8 mil réis por assinatura, o mesmo valor era cobrado pelo *O Jornal do Comércio*. Ademais, as constantes queixas sobre a inadimplência dos assinantes era algo recorrente, de forma que alguns gerentes publicavam listas de nomes de assinantes que estavam em dias com suas assinaturas e daqueles que estavam inadimplentes, como mostra a coluna “Passando a limpo”: “chamamos a atenção dos assinantes indiferentes, lembrando-lhes que “O Tocantins” como as demais folhas noticiosas despendem não pouco dinheiro para a manutenção de um serviço telegráfico especial”.<sup>251</sup>

Em jornais como *O Norte*, os assinantes possuíam um abatimento de 10% nas publicações, mas existiam alguns critérios que objetivavam manter a idoneidade do jornal como os que exigiam uma “linguagem decente” e “devidamente legalizada”, de modo que as cartas e publicações particulares tinham que vir com a assinatura e além disso, devia haver reconhecimento por parte de “notário público”, ou seja, não eram permitidos pseudônimos nem nomes de pessoas desconhecidas na comunidade. Com essas regras, a equipe desse jornal visava garantir sua função social, qual seja o respeito e o cumprimento das leis da imprensa, dentre as quais a imparcialidade e a isenção diante do teor dos textos publicados.

A publicação de artigos e de cartas e o pagamento de anúncios revelam um campo de atuação voltado para os interesses dos que assinavam ou compravam essas folhas.

---

<sup>251</sup> O Tocantins, 01/02/1917, Ano V, p.02.

Anúncios que iam dos grandes produtos comercializados pelo interior do país daquela época como Bromil, Depurativo Lira, Saúde da mulher, Leucorina João Victal, Eupetol Carvalho, Elixir Nogueira e Sonat Placa até o anúncio de pequenas casas comerciais, de pensões, de alugueis de embarcações, de cursos, de animais desaparecidos e de serviços prestados eram estampados nas últimas páginas dos jornais em letras chamativas e, em alguns casos, exibiam ilustrações.

Após firmarem contrato com o jornal, os patrocinadores garantiam uma publicidade quinzenal ou semanal (dependendo do órgão) em parte específica do suporte. Em alguns casos, além da página dedicada aos anunciantes, alguns contratos permitiam o direito de publicar pequenas chamadas divulgando os produtos no corpo do jornal. Vale lembrar que as matérias não vinham com ilustrações, salvo raríssimas exceções, como *O Norte e O Tocantins*, este último que veio utilizar esse recurso gráfico somente na década de 1920 e o *Jornal do Comercio* que trazia fotografias com certa frequência.

Outro ponto que merece ser destacado é quanto à existência de uma comunidade de leitores desses periódicos. Afinal, quem eram os consumidores desses jornais nas cidades espalhadas nesse território no começo do século XX, levando-se em conta os elevados índices de analfabetismo pelo país, quiçá pelo Maranhão? Conforme menciona Luca e Martins, o analfabetismo no Brasil desenhou-se como um forte entrave para o desenvolvimento de uma imprensa especializada durante a chamada Primeira República, de modo que a erradicação do analfabetismo foi uma das prioridades no regime que se instaurava, disseminando-se uma variedade de propostas educativas focadas na alfabetização dos cidadãos.<sup>252</sup> No tocante à imprensa, essas autoras indicam que o apelo às ilustrações (litografias, caricaturas, soluções fotográficas) se tornou um caminho mais eficaz e mais lucrativo que as letras, abrindo-se um grande mercado no país para ilustradores e gráficos.

Mesmo que sejam escassas as informações necessárias para a análise de quem lia esses jornais, as pistas deixadas nesses impressos configuram a existência de uma teia de leitores e colaboradores espalhados por distintas localidades do Maranhão e de outros Estados: no Piauí (Colônia, Floriano, Teresina) no Pará (Marabá, Couto de Magalhães) e no Goiás (Conceição do Araguaia, Boa Vista, Pedro Afonso, Porto Nacional); mas também assinalam a ausência de público com cultura intelectual suficiente para apreciar essas publicações, de tal maneira que a formação de um público leitor surge como preocupação recorrente entre os editores desses jornais. Carlota Carvalho, ao descrever a cena cultural de

---

<sup>252</sup>MARTINS; LUCA, op. cit, p. 46-47.

algumas cidades, via na ausência de leitores um impedimento para o fortalecimento da imprensa, “a escassez de leitores é obstáculo insuperável à vida jornalística”, e principalmente a falta de leitores cultos: “porém, coisa pior: a falta absoluta de educação cívica, impossível onde os espíritos não são esclarecidos pela difusão, do conhecimento histórico, filosófico e científico que os façam aptos para discernir conscientemente”.<sup>253</sup>

As iniciativas de constituir uma imprensa nesses lugares produzem novas representações sobre a vida nas cidades, onde se forjam imagens que convergem para a emergência de um cenário cultural dinâmico, através da criação de grêmios literários, gabinetes de leitura, saraus de poesia, exibição de filmes, apresentações de peças teatrais e aulas de música. A divulgação desses espaços pareciam querer contribuir para a formação de uma comunidade de leitores cultos que soubessem apreciar temas sobre economia, literatura e política. A falta desse público letrado é mencionada em várias matérias e crônicas, como na secção intitulada *A Semana* que era publicada no *Jornal do Comércio*:

Um artigo de interesse geral, sobre a lavoura, sobre a nossa indústria, sobre o comércio, nem ao menos merece a honra de ser lido quanto menos apreciado. O leitor ávido de escândalos procura a matéria que lhe agrada pela epigrafe, e se nada disputa a sua curiosidade atira para um lado o jornal e diz:  
- Não traz nada, está insípido.<sup>254</sup>

Se a ausência de leitores ocupava boa parte das atenções e das preocupações dos idealizadores desses jornais, é notório que esses se encarregavam de preencher essa lacuna ao noticiarem a existência de leitores em outras localidades, especialmente jornalistas. Estabelecendo-se a representação de um intercâmbio cultural com diferentes leitores e colaboradores localizados em partes distintas do país, já que se informava a correspondência com jornais e revistas de diferentes Estados (Ceará, Bahia, Pará, Goiás e Pernambuco); que se noticiava os livros que eram enviados para a sede dos jornais e estavam à disposição do público leitor; e que se publicava as congratulações sobre a atuação desses periódicos em áreas tão distantes dos centros de poder. O interesse na divulgação das assinaturas mantidas pelos jornais (material esse colocado a disposição do público) denotava a necessidade de se criar a ideia de uma efervescência cultural nos núcleos urbano e a imagem de uma dinâmica teia de leitores espalhados em diferentes pontos do país. Em uma nota, *O Norte*, parabenizava a chegada do *O Tocantins* em 1913:

Tocantins é o nome de um jornalzinho, de interesses sertanejos literários e noticiosos, que na operosa cidade de Carolina se litografa sob a competente

<sup>253</sup> CARVALHO, op. cit., p. 151.

<sup>254</sup> *Jornal do Comércio* 15/10/1908, Ano III, p.01.

direção de José Queiroz. Sendo litográfico, demonstra a paciência, zelo e esforço com que seu editor lhe faz a tiragem.  
 [...] por essa forma editando com sacrifício e esforço, representa um *tentâmen* para essa tendência natural que os povos cultos tem pela imprensa. Aplaudindo esse esforço e agradecendo a visita do bem escrito jornalzinho sertanejo, fazemos votos para que dentro em breve a sua tiragem seja feita em magnífico prelo moderno.<sup>255</sup>

A tendência a representar as cidades como lugares entregues ao mexerico e a boataria era bem característico nos textos dos cronistas. Ao exporem as fissuras e os dilemas vivenciados em uma sociedade ainda marcadamente rural que se deparava com a emergência de um discurso civilizador que procurava conter a existência de antigas práticas sociais, os cronistas elaboravam um registro múltiplo do cotidiano das cidades. Logo, as práticas de sociabilidade que faziam do boato o melhor veículo de propagação de notícias imperava como um problema na constituição de um perfil ideal de leitor. Sob o pseudônimo de Fidiê, o cronista do *Jornal do Comércio*, produz uma das facetas desse tipo leitor: “Às vezes tenho vontade de rabiscar para os jornais desta velha e adiantada cidade, mas o desanimo se apodera logo do meu ânimo só em pensar que o que agrada ao paladar de muita gente é o corte no pêlo do próximo ou intrigazinha de politicagem.”<sup>256</sup> A partir do século XX, respeitar “a verdade dos fatos” se constituiu em um dos mais valorosos princípios da imprensa no país, tendo em vista que os informes telegráficos vieram facilitar e agilizar a divulgação das notícias e assegurar a legitimidade das matérias.<sup>257</sup> No entanto, em meio a tantos limites impostos à existência da imprensa nos rincões do país, o boato parecia ser o mais rápido veículo de difusão de notícias, tanto que a própria imprensa vai se alimentar deles, especialmente nas cidades cujas redes telegráficas inexisiam ou eram deficientes. As informações chegavam, em grande medida transmitidas oralmente, daí a importância dos barqueiros, vareiros e tropeiros que cruzavam de uma ponta a outra a vastidão desse espaço, levando mercadorias, sujeitos, notícias e correspondências.

Em decorrência dos problemas na implantação de um sistema telegráfico e da operacionalização desse serviço, as cartas foram veículos de informação substancial para a manutenção do periodismo nessas paragens, pois através da correspondência de moradores e colaboradores se garantia a pauta dos jornais em circulação. A escrita epistolar teve grande relevo na produção das notícias publicadas nesses jornais, pois giravam em torno dos mais variados interesses: despedidas, agradecimento, congratulações, intrigas, notícia e viagens. Entretanto, importa assinalar que as linhas postais também não proporcionavam um serviço

<sup>255</sup> O Norte, 26/04/1913, Ano XXV, p.03, grifo do autor.

<sup>256</sup> Jornal do Comercio, 15/07/1910.

<sup>257</sup> LUCA; MARTINS, op. cit., p. 138.

de qualidade, o que tornava constante as queixas e reclamações pelo atraso e violação das correspondências e, sobretudo, a suspensão do serviço postal. É nesse sentido que as cartas entregues pelas mãos de portadores não ligados aos correios, forasteiros de passagem pelas vilas e povoados oferecessem um serviço mais eficiente.

Em se tratando da escrita epistolar, a correspondência dos leitores e assinantes é bastante enriquecedora aos interesses desta pesquisa, pois através das cartas podem se apreender pistas e signos que revelam atitudes, práticas e interesses do público leitor (assuntos ligados à política e à economia: questões partidárias, preço do gado, dos fretes, do sal e do caucho etc.). Ademais, elas pintam cenas do cotidiano, sobretudo das intrigas, disputas e protestos, deixando notar as “formas de ver e sentir”, as tensões cotidianas e as redes de solidariedade que se alinhavavam nesse território.

Com efeito, ao lançar mão dos registros da imprensa, instantâneos de modos de vida rural cintilam em meio aos regimes de enunciados que propõem instituir sistemas de normatividades e regras de civilidade. De maneira que os textos jornalísticos fazem surgir uma paisagem entrecortada por figuras narrativas que ressaltam campos de significados mediatizados por teias de sociabilidades que se apresentam como ícones rurais: “magotes de cães bravos e vagabundos” em trânsito pelas ruas das cidades;<sup>258</sup> histórias de “fuga, sedução e desonra” passadas nos fundos dos quintais;<sup>259</sup> a dura lida nas fazendas de gado e nas lavouras de algodão; os eventos festivos ocorridos nas cidades; as malhadas de boi que seguiam rumo às feiras de gado; as matolagens<sup>260</sup> compartilhadas no universo das fazendas; o tempo das festas marcado por grupos de homens, mulheres e crianças em direção aos festejos e desobrigas; as emboscadas armadas no intrincado das estradas e caminhos; as histórias de perseguição e de expulsão de sujeitos; os desaparecimentos e roubos de animais; os conflitos que envolviam partilhas de gado e linhas de roça; a presença de animais soltos no perímetro urbano; as frequentes intrigas entre vizinhos; as pelejas que tinham o álcool como combustível; as provocações que terminavam em confrontos armados; os doentes que definhavam em redes seguidos de cortejos de pessoas; as caravanas de ciganos que espalhavam o pânico nas cidadzinhas, etc.

---

<sup>258</sup> Correio de Picos, 27/09/10, Ano I, p.01.

<sup>259</sup> Id. 13/12/1910, Ano I, p.03

<sup>260</sup> Matolagens era uma prática que consistia na distribuição da carne do boi (a carne ficava exposta no sol até seca) entre vizinhos da mesma comunidade, representado um modelo de sociabilidade em torno da matança do gado.

As paisagens discursivas que se insinuam dos relatos da imprensa deixam entrever como nos níveis mais moleculares da sociedade os mecanismos de poder atuam regendo os comportamentos, dirigindo os gestos e sujeitando os corpos. O interesse então se volta para o “como”, para a forma como o espaço surge nesse diagrama de forças. É bom esclarecer que o modo como analiso as relações de força que operam na construção desse território, não está reduzido a questão da violência, pois como diz Deleuze, elas “constituem ações sobre ações, ou seja, atos, tais como incitar, induzir, ‘desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável’ ”.<sup>261</sup>

Dito isso, importa examinar como os corpos sociais (território, cidades e sertão) e individuais (sertanejo, cigano, migrante, forasteiro e criminoso) são constituídos pelos dispositivos complexos de saber e poder. Considerando-se que o corpo é a matéria-prima do social, um feixe de significados nele se inscreve, o que por sua vez faz com que tenha sua própria cartografia. De forma que o pensamento de Foucault se torna significativo quando afirma que não se pode falar em exercício de poder “sem certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele”.<sup>262</sup>

As narrativas jornalísticas ao colocarem em cena diferentes representações sobre a violência oferecem modos de entendimento, criam espaços, produzem efeitos de verdade que agem na forma como se instituiu culturalmente o chamado sertão maranhense. Nos vários relatos aqui analisados, o discurso sobre a violência estabelece, na mesma proporção, um *continuum* narrativo e um elemento de ruptura. A meu ver, essas narrativas produziram um tipo de visibilidade sobre essa espacialidade no qual a violência emerge como vetor constituinte de ações humanas, de figuras sociais, de leituras de mundo e da realidade social. Nos relatos dos jornais se flagra uma disposição espacial e temporal da violência e à medida que foram constantemente repetidos no campo narrativo passaram a ser dados como verdade. Por conseguinte, deve-se projetar o olhar para a forma como se teceram as teias de enunciados e as práticas sociais atuantes na construção desse espaço.

A violência aqui é entendida menos que um dado do real, do que um agenciamento narrativo, ou seja, ela implica um tipo de classificação utilizado pela imprensa para caracterizar determinadas práticas e atitudes sociais, culturais e políticas. Assim, meu

---

<sup>261</sup> DELEUZE, op. cit., 1990, p.120.

<sup>262</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 28-29.

interesse está voltado para “arte da narração”, percebendo o relato não como expressão de uma prática, mas como algo *que a faz*, como uma *arte de dizer*.<sup>263</sup>

A prática textual que configura o discurso sobre a violência compõe um *corpus* social regido por valores locais, ao passo que se vê surgir uma sociedade imersa em uma lei do lugar, que gere os comportamentos e autoriza os gestos; insinuando-se espaços nos quais se desvela o predomínio do medo e da arbitrariedade dos poderes constituídos; cintilando signos que emitem uma violência naturalizada nas relações sociais, com suas regras, leis e códigos, expressando a exigência de uma conduta violenta naturalmente aceita.

Ao julgar as narrativas da imprensa como formas de representação da ação humana no tempo, visto que congregam “os acontecimentos dispersos e vários tipos de ações, planejadas e inesperadas, dando a eles significados precisos, ainda que polissêmicos”,<sup>264</sup> Paul Ricoeur nos leva a atentar para a dimensão temporal dos relatos, pois, para ele, a nossa capacidade de compreender uma história está carregada de implicações temporais: “vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite muda [...]”.<sup>265</sup> Afirma ainda que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.<sup>266</sup> Com base nessas reflexões, torna-se imperativo apreender como as representações da violência são articuladas temporalmente nos jornais, especialmente quando se trata de descrever os espaços das cidades em suas lutas cotidianas.

#### 4.1 - Paisagens onde o rifle é a suprema lei

Os registros da imprensa, ao desenharem o traçado urbano dessa parte do Maranhão, forjam referências espaciais móveis, em cuja textualidade coexiste e se confrontam usos e estilos diferentes. Neles, as cidades surgem como operações enunciativas, como produções de olhares (arquitetônico, jornalístico, literário, médico etc.), como lugar de embate entre a ordem instituída e as táticas de seus usuários. Levando-se em conta que a

---

<sup>263</sup> DE CERTEAU, op.cit., p.156.

<sup>264</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2008, p. 160.

<sup>265</sup> RICOUER, Paul. Tempo e narrativa. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1994, tomo I, p.12-15.

<sup>266</sup> Ibid., p.15.

narração “é um ato de dizer” e que ela “cria um espaço de ficção”,<sup>267</sup> os relatos (escritos e orais) não fixam lugares, mas os recriam culturalmente.

Então, vale assinalar que a narrativa do jornal veicula imagens que alteram, que rasuram e que inventam trajetórias e espacialidades. De tal maneira que as configurações urbanas delineadas nesta análise surgem ficcionalizadas como as cidades de Calvino<sup>268</sup>, à proporção que são práticas textuais, produções discursivas que instituem dizeres e saberes e que produzem realidade, da mesma forma que das cidades planejadas pelo olhar da técnica, surgem cidades metaforizadas pelas “maneiras de fazer” de seus praticantes.

Com efeito, as cidadezinhas e vilas que compõem o traçado urbano do espaço que me proponho examinar devem ser lidas como fruto dos discursos e das práticas sociais, já que ao me debruçar sobre uma perspectiva de análise mais molecular do território definido como o sertão maranhense, procuro observar nesse primeiro momento como a imprensa produziu visibilidades e dizibilidades sobre essas configurações urbanas. Nesse sentido, procuro me deter nos enfrentamentos, nos afrontamentos e nas tensões que fazem com que essas cidades surjam como palco de embate. Entretanto, pensar nas relações sociais aqui enlaçadas enseja que se considerem as práticas de espaços, pois elas mudam o texto da cidade, imprimem novos desenhos, novos usos e diferentes sentidos. Como diz Michael de Certeau, das ações dos praticantes formam-se “histórias múltiplas, sem autor nem espectador, formados em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaço.”<sup>269</sup>

É importante trazer à baila que as matérias de jornais são engendradas num campo de poder que hierarquiza e seleciona determinadas matérias, sinalizando para ângulos de observação variados. Em um universo simbólico marcado por tensões e conflitos, é válido pensar no papel que a imprensa tinha nesse território, logo nos cabe jogar com os lances que envolvem o espaço das práticas textuais, tentando perceber como os mesmos constroem representações acerca da violência em determinadas configurações urbanas.

Nas narrativas jornalísticas agenciam-se imagens que concorrem para a criação de um tipo de figuração, no qual as cidades surgem como lugares conflitivos, lugares de mediação e como espaços em disputa. Em face dessa relação tensa, alguns núcleos urbanos

---

<sup>267</sup> DE CERTEAU, op. cit., p. 153-154.

<sup>268</sup> Ítalo Calvino em *Cidades Invisíveis* tece uma geografia fantástica por onde salta uma pluralidade de cidades enlaçadas em uma trama de mistério, de magia e de carga poética. Diomira, Zora, Tamara, entre outras, são lugares que se interconectam, que se evadem, que nascem com a experiência e que explodem em latência sob o signo do desejo, da memória, etc, ver CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>269</sup> DE CERTEAU, op. cit., p. 171.

aparecem imersos em ondas de violências produzindo-se um léxico de subjetivações que os definem como “teatro de sangue”, “desditosa terra”, etc. Como é o caso de Mirador, que segundo o relato de um morador encontrava-se em “estado anárquico e semi bárbaro”, pois “de há muito que o crime campeia de colo erguido e impávido nesta infeliz comarca”.<sup>270</sup> Mirador<sup>271</sup> surge recorrentemente no discurso da imprensa imersa em uma temporalidade pautada na prática da violência física e simbólica, seja como forma de resolução das tensões e dos enfrentamentos, seja como forma de dominação do mando pessoal, de tal maneira que as dobras das narrativas estruturam o tempo em uma espécie de continuísmo histórico, o que leva a produção de um espaço ancorado em um passado inquebrantável de práticas criminosas.

É bom ressaltar que para além da temporalidade das histórias relatadas nas matérias, os jornais, como veículo midiático, apresentam distintas temporalidades: a periodicidade (diário, semanal e quinzenal), o tempo do fechamento das matérias, o tempo do acontecimento (ontem, hoje etc.), o tempo do fazer da edição, o tempo da circulação, o tempo de contar, etc, sendo que, neste último exemplo, conectam-se um tempo linear (da objetividade, da noção de fato e de acontecimentos) e um tempo cíclico (tempo do calendário, das festividades etc.).<sup>272</sup>

Para além dessas temporalidades, uma pluralidade de experiências temporais são presentificadas nos relatos da imprensa escrita. No caso dos impressos aqui referenciados, os discursos e representações sobre a violência nesse território ao serem narrativamente gestados no relato da imprensa deixam marcas e impressões que atuam na composição de um mapa onde os espaços vistos como violentos estão em constante movimentação. Em muitos casos, as matérias dos jornais projetam algumas cidades como lugares situados em uma esfera de crise e de caos reinante. É o que faz alusão a fala de um articulista ao discorrer acerca de um assassinato que teria ocorrido no povoado Unha de Gato, pertencente à Comarca de Barra do Corda: “o que sinceramente lamentamos é a perda desse belo nome que a Barra do Corda gozava de comarca essencialmente ordeira e pacífica”. Sua fala é significativa, pois indica um tipo de posicionamento que via na prática da violência uma forma de ruptura com o passado, que surge romantizado e disperso em uma temporalidade perdida. Enquanto o presente impera pelo caos em contraposição a vida ordeira de um tempo

---

<sup>270</sup> Gazeta de Picos, 07/09/1912, Ano IX, nº 375, p.02.

<sup>271</sup> Essa cidade se formou em torno do antigo Arraial de Príncipe Regente que na primeira metade do século XIX constituiu-se em um dos pontos mais avançados da lavoura algodoeira nas margens do rio Itapecuru.

<sup>272</sup> POMIAN, Krysztof. L'Ordre du temps. Paris: Gallimard, 1984.

que não se consegue identificar, “a própria cidade há sido ultimamente, teatro de crimes emocionantes e que destoam completamente dos hábitos pacíficos que o passado legou a seus habitantes”.<sup>273</sup>

Pode-se presumir que o discurso produzido pela imprensa faz uma atualização da violência a cada novo crime praticado nos espaços das cidades. Assim, presente/passado coabitam no tempo do contar, ao se enlaçarem através do discurso da violência. Daí ser bastante vociferado que o passado era mais tranquilo, como se o presente vivenciasse uma fase de desequilíbrio e de desajuste que comprometia a moral e a paz do tempo decorrido. Nesses termos, o presente se convertia em tempo de crise, sempre embebido em crimes trágicos, situado em zonas de medo e de terror.

Um artigo extraído da *Pacotilha*, e publicado na primeira página de *O Norte* no ano de 1910, desenhava uma geografia imaginada do nomeado sertão do Maranhão em que a manifestação da violência estabelecia a divergência entre passado e presente. O eixo central de tal texto foram três homicídios sucedidos na vila de Imperatriz: o da proprietária de uma fazenda, de seu neto e de um vaqueiro. O autor desse artigo, João Luso, ao pautar-se nesses três assassinatos, que, segundo ele, estavam vinculados a antigas rixas entre famílias, e em um discurso proferido pelo jornalista e político Frederico Figueira em São Luís, no qual descrevia e teorizava sobre “as belezas do sertão”, traçava uma linha de argumento em que a violência aparecia como o elemento que fazia trepidar as relações entre o *sertão* do passado e o do presente.

Para ele, o passado fulgurava adormecido no tempo, envolto no barulho “ruidoso de suas quedas d’águas” e no “brado murmurar de suas florestas gigantescas”, pois sob esse espaço idílico “onde o homem só a tendia as solicitações do bem” e cujos corpos se moviam cadenciados pelas árvores seculares, confrontava-se um duplo: um *sertão* “tétrico, sombrio e detestável”, por onde se infiltravam “a ideia de insegurança, o temor dos perigos, o receio latente dos crimes”.<sup>274</sup> Queria dizer com isso que a existência de uma economia de violência mantida pelo estado de abandono e de isolamento em que diziam viver os habitantes desse território, plasmava os modos de agir no mundo:

Aquela gente tem vivido como se para ela ainda não houvesse organização social, pois atrás de cada porta esta o bacamarte sempre carregado, o tira dúvida, ora a serviço de todos os rancores imagináveis de todos os desregramentos e ambições, ora a serviço da segurança de cada um.

---

<sup>273</sup> O Norte, 09/06/1906, Ano XVIII, nº 697, p.02.

<sup>274</sup> Id. 01/10/1910, Ano XXII, nº 918, p.01.

Os lugarejos em que a população é mais densa têm os respectivos chefes, espécie de baronetes feudais, a cujo aceno tudo ali se agita, cujas vontades lhe sucumbindo as mais simples aspirações. Os homens vivem ao ar livre, mas sentem sobre os ombros o peso de uma tutela. Cada chefe tem seus apaniguados, os seus preferidos facínoras sempre prontos a cumprir qualquer ordem, por mais absurdas que sejam.<sup>275</sup>

O presente codificado na narrativa de Luso Torres emerge envolto no que ele define como “ondas de violência”, ao fazer referência as linhas de força entre grupos rivais que recorrentemente estouravam em longos confrontos no começo do século XX. Sua fala procurava afirmar seu lugar de observador estranho á “desordem”, o que o faz se apropriar de um discurso difundido na imprensa da capital que via essa porção do Maranhão sob o signo da violência e da barbárie. Para ele, a fala de um morador desse território em carta dirigida ao governador do Estado, ao afirmar que “o rifle é a suprema lei desses lugares”, confirmava o estado de “selvageria” em que viviam. Com isso, reiterava que diante de “tantos crimes covardes” a imagem de um lugar de “paz e delícia”- ficara no passado, o que se via era outro sertão, de “ódios torpes e vinganças pequenas, cuja distancia e isolamento protegia os criminosos” e a justiça era “a coisa mais caricata”.<sup>276</sup> Tal discurso é significativo no sentido de estabelecer limites imaginários que dividem presente e passado.

Isso significa dizer que a feitura narrativa dos relatos da imprensa produz deslocamentos espaciais da violência, de maneira que algumas áreas surgem mapeadas simbolicamente por representações que erigem a ideia de uma violência difusa e iminente. Nesse âmbito, erguem-se discursividades que edificavam o cenário das cidades sitiadas, por onde convergem representações que as inscrevem como espaços nos quais vigoravam o regime do medo e da violência.

Ao percorrer as páginas dos jornais aqui citados, dois eventos que envolviam cidades sitiadas por bandos armados sob o comando de coronéis locais em disputa pelo território, me chamaram atenção: o de Boa Vista, em 1908 e de Pedro Afonso, em 1915, ambas pertencentes ao Estado de Goiás. Mesmo que não se incluam no recorte espacial delimitado por esta pesquisa, essas duas configurações urbanas são aqui examinadas por se situarem em uma dimensão fronteira. Contornadas pelo rio Tocantins, Boa Vista e Pedro Afonso eram entrepostos comerciais, lugares de pouso e de passagem para sedentários e nômades que se deslocavam ou viviam em uma faixa localizada entre o rio Araguaia e a área tocantina. Por conseguinte, elas agiam como zonas de mediação entre os dois territórios, o

---

<sup>275</sup> Ibid.

<sup>276</sup> Ibid.

que as tornavam espaços propícios para uma pluralidade de encontros e de enfrentamentos. Afinal, através dessa condição de fronteira elas produziam uma rede de trocas, de contatos e de confrontos que nos permitem ressignificar os discursos de instituições e agentes que atuam na demarcação e fixação dos limites territoriais.

Dito isso, essas cidades são dadas a ler pelo ponto de vista relacional, ou seja, como espaços que nascem das relações sociais e, nesse caso em especial, que emitem signos que nos permitem vislumbrar a porosidade e a fluidez das fronteiras que criam o recorte espacial sertão. Ademais, meu interesse se volta para a construção narrativa, ou melhor, para a forma como os relatos dos jornais tramam essas cidades, ao lhe conferirem o lugar de perigo e de tumulto, de maneira que tento apreender como no campo narrativo essas classificações exprimem distintas marcas temporais.

Pois bem, situadas na divisa com o Maranhão - Boa Vista faz fronteira com Porto Franco do lado do Maranhão; Pedro Afonso<sup>277</sup> localiza-se nas proximidades de Carolina também no Maranhão e de Porto Nacional (GO) (veja a figura 02, p. 101) – essas cidades emergiram nas matérias dos jornais como palco aglutinador de encarniçadas batalhas no começo do século XX. As publicações da imprensa assinalam que os conflitos ocorridos nessas localidades estavam diretamente ligados às antigas rixas políticas e questões partidárias que marcaram a história de Grajáú no final do século XIX, em que pesem às disputas entre famílias e as contendas entre liberais e conservadores etc. As matérias dos jornais deixam entrever que as pulsações de guerra entre grupos rivais foram reascendidas com o regime republicano, e se materializaram em lutas por uma diversidade de localidades situadas na fronteira com a parte sul do Estado.

De acordo com a historiografia, o caso dessas cidades soma-se ao de tantas outras espalhadas pelo interior do Brasil que nos dois primeiros decênios do século XX, surgem sobre o fogo cruzado dos coronéis em disputa pelo controle político e econômico das localidades. Regina Beatriz Guimarães Neto salienta que a imagem das cidades sitiadas foi um traço marcante nesse período, a exemplo das cidades baianas que sitiadas “por forças repressivas, constituídas de jagunços e soldados, comandados pelos governos estaduais, aliados a esse ou aquele coronel”<sup>278</sup> assistiram a expulsão de famílias inteiras de suas terras, o que fortaleceu os deslocamentos rumo às zonas diamantíferas no Mato Grosso.

---

<sup>277</sup> Pedro Afonso vivenciou certo crescimento comercial nas décadas iniciais do século XX, em decorrência de uma posição geográfica privilegiada: localiza-se no ponto de junção do Rio Sono, que faz ligação com a Bahia; com o rio Tocantins, que faz ligação com o Pará.

<sup>278</sup> GUIMARÃES NETO, op.cit., 2006, p. 94.

Em 16 de maio de 1908, *O Norte* noticiou pela primeira vez o cerco à Boa Vista, apresentando como estopim, para esse conflito entre grupos rivais que já durava anos, a prisão de Tito Brito, um dos líderes da oposição ao partido governista recém-eleito nessa localidade. O acontecimento denominado pela imprensa de “a revolução de Boa Vista” chegou a ser notícia em jornais do Piauí, Pará e Rio de Janeiro e em várias folhas do Maranhão. Configurando-se como um conflito de fronteira, entre os Estados do Goiás e do Maranhão, esse evento foi descrito pelo *Correio de Manhã* do Rio de Janeiro como um “ato de selvageria que depõem tristemente contra a civilização do Brasil”.<sup>279</sup> Segundo o articulista de *O Norte*, a invasão a mão armada teve como objetivo a retirada de Tito Bastos da cadeia e a retomada do poder político na localidade, tendo como desdobramento uma batalha entre grupos de goianos e de maranhenses que se entrincheiraram e se enfrentaram em vilas e povoados vizinhos por um período de mais de cinco meses.

Boa Vista localizava-se em ponto estratégico do rio Tocantins, tornando-se por excelência um local de forte intercâmbio econômico, cultural e político com as cidades da zona tocantina, sendo beneficiada por uma rede telegráfica e uma agência dos correios, essa cidade chegou a ocupar o posto de sede de comarca. Carlota Carvalho informa que Boa Vista foi marcadamente ocupada por maranhenses, tendo se constituído em centro religioso e educacional, e em lugar onde foram acentuadas as “insurreições por motivo de fé religiosa”.<sup>280</sup> Todavia as fontes levantadas apontam para a produção de outra imagem dessa cidade, a que a associa com a violência dos grupos armados. Ademais, esse local é igualmente lembrado pela historiografia oficial por ter recebido uma leva de refugiados maranhenses que escaparam das perseguições partidárias entre o fim do século XIX e o início do século XX, o que a construiu como um alvo de ataque para os grupos que disputavam o mando político nessas cidades.<sup>281</sup>

Dentre as múltiplas representações que afluem das matérias dos jornais, o forte trânsito de pessoas para os lugares vizinhos e o cenário de ruína e de abandono a que foram convertidas essas espacialidades, configuraram-se em símbolos dos constantes confrontos que ao desmontarem as territorialidades fixas estabeleciam formas diversas de habitar o mundo. Em face dos episódios de 1908 e de 1915, delineou-se uma teia de práticas e signos que instituem o lugar das cidades sitiadas e o tempo da guerra como: a invasão pelos bandos

<sup>279</sup> *O Norte*, 12/09/1908, Ano XX, nº 811, p.01.

<sup>280</sup> CARVALHO, op. cit., p.86-89.

<sup>281</sup> Segundo o discurso oficial Leão Leda e membros da sua família se refugiaram na cidade de Boa Vista no final do século XIX. Após os inúmeros confrontos ocorridos após o episódio de 1908, ele foi assassinado em 1909 depois de longo tiroteio com os grupos de oposição em Conceição do Araguaia.

armados, a estridência das balas, papéis queimados e espalhados pelas ruas das cidades, casas incendiadas, a interrupção dos meios de comunicação, o saque e a depredação de propriedades, os duelos entre os grupos rivais, os habitantes se empurrando em fuga, o silêncio das ruas, etc.

O evento de 1908, por exemplo, vai ser alinhavado pelo discurso da imprensa através de falas e de cenas que concorriam para a instituição de Boa Vista como lugar da violência. Contudo, se considerarmos que as notícias produzidas pelos jornais eram escritas pelo signo do boato, e que durante a sedição ocorria a suspensão dos meios de comunicação e de transporte, a construção dos cenários de guerra revela *as maneiras* pelas quais diferentes agentes se apropriavam dos espaços no *ato de contar* a experiência vivida. Assim, surgem falas que desenham imagens desse combate pela belicosidade dos grupos em duelo, “travam-se um forte tiroteio do qual resultou muitas mortes, ferimentos e prisioneiros”;<sup>282</sup> pelo medo da perda de quem ficou “uns tem ali parentes próximos, outros amigos dedicados, irmãos pelo mesmo sangue, pelos laços da mesma pátria”;<sup>283</sup> pela falta de notícia, “por onde transitam as comunicações do Maranhão com Boa Vista estão ocupados pelos revoltosos, impedindo a entrada de socorro matéria e viveres para os sitiados”;<sup>284</sup> pela perda da liberdade e da propriedade, “a vida, a honra, a propriedade tudo ali é violado, de dentro da cidade não se tem notícias”;<sup>285</sup> pela condição dos refugiados “chegam alarmados os habitantes que se veem violentados de sua liberdade e nos seus direitos de propriedade”.<sup>286</sup> Esses discursos, ao serem publicadas semanalmente a cada nova edição desse jornal, atualizavam os acontecimentos trazendo as imagens da guerra para o presente do cotidiano, reavivando as lembranças, os medos e as esperas.

Desse modo, a transmissão do desenrolar dos fatos, ao se fazer de boca em boca ou através de cartas de moradores que conseguiam quebrar o cerco, vai fornecer nuances e lances variados ao conflito, de forma que recorrentemente *O Norte* divulgava matérias para desmentir boatos e tentar minimizar o caos estabelecido, como se observa nesse fragmento: “os boatos acerca dos lamentáveis acontecimentos de Boa Vista, às vezes chegam carregados de sinistras cores em outros modificados por conjecturas de uma intervenção benéfica para a paz”, e reitera, “as notícias chegam aqui sob prismas diferentes, de acordo com a impressão ou sentimentos de quem as transmitem baseados em informações a que a

<sup>282</sup> O Norte, 16/05/1908, Ano XX, nº 796, p.01.

<sup>283</sup> Ibid.

<sup>284</sup> Id. 23/05/1908, Ano XX, nº 797, p.01.

<sup>285</sup> Id. 30/05/1908, Ano XX, nº 798, p.01

<sup>286</sup> Id. 06/06/1908, Ano XX, nº 799, p.01

emoção empresta cores que nem sempre são as da verdade em sua pureza”.<sup>287</sup> E nesse movimento de reatualização do passado pelo presente da narrativa do jornal, a transmissão oral com suas variadas marcas temporais engendrava nuances diferentes ao evento.

Sem “a pureza da verdade”, o colorido das lutas e o exagero dos números conferiram carga dramática aos relatos do confronto, o que por sua vez parecia fortalecer o medo da conflagração e do tumulto nas áreas circunvizinhas, contribuindo para que se exigisse a intervenção do Estado do Maranhão:

[...] esses acontecimentos estão afetando seriamente o sossego da comarca de nosso estado, separados do Goiás apenas pelo rio Tocantins e onde a influencia das dissensões chega a alarmando os habitantes e violentando-os na sua liberdade e nos seus direitos a propriedade.

Tais fatos chegaram ao conhecimento do governo do nosso Estado, e segundo consta, providencia foram tomadas por este para manter a neutralidade da nossa fronteira. Fazemos sinceros votos para que essas providências sejam as mais acertadas, operando de modo a restabelecer a confiança e a paz que vai desaparecendo dos lugares mais próximos do teatro da luta e nos quais não são pequenos os desatinos.<sup>288</sup>

A necessidade de mitigar o medo e de conter os riscos de sedição fez com que se criassem estratégias de defesa do outro lado das fronteiras, o que colaborou para que se acentuassem os apelos em torno da intervenção dos Estados do Maranhão e de Goiás. Mas o fato é que as imagens das cidades sitiadas colocavam em cena uma série de agenciamentos nos quais a presença de uma ameaça e a inserção do pânico nas relações sociais acionava uma rede de interesses: dos poderes públicos, dos habitantes das localidades, de políticos, dos refugiados etc.

“[...] apertada pelo círculo de ferro, quer pelo lado goiano, quer pela fronteira maranhense, onde revoltosos segundo se afirma, operavam livremente, apontando carabinas aos que tentasse fugir a invasão devastadora,”<sup>289</sup> essa cena divulgada no editorial do *O Norte* de 20 de junho erigia a imagem de Boa Vista sitiada. Essa imagem, juntamente com a das famílias e das autoridades públicas em fuga, do isolamento geográfico da cidade, da ausência de meios de comunicação e de transporte, criam uma cartografia da violência que não se restringe ao espaço em sítio, mas se esparge na imagética do território, conformando as ações, os gestos e as leituras de mundo.

O fato é que nos relatos da imprensa as cidades vão se fazendo texto, através de uma multiplicidade de pequenas histórias e de uma pluralidade de fios que se emaranham para dar sentido ao vivido. No caso de Pedro Afonso, a investida de bandos armados a

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> Ibid.

<sup>289</sup> *O Norte*, 20/06/1908, Ano XX, nº 801, p.01.

cidade em 1915 parece ter tido menor repercussão que o episódio anterior, talvez pelo fato dessa luta ter tido uma duração pequena e pelo conflito ter ocorrido numa dimensão mais localizada. Porém, os dois acontecimentos apresentam características comuns: constituíram-se em questão fronteira entre Maranhão e Goiás, representaram disputas políticas que tinham raízes nos conflitos ocorridos em Grajáú em períodos anteriores, produziram semelhante carga simbólica e tiveram o rio Tocantins como cenário.

As cartas, os protestos e os depoimentos de refugiados e de personagens que participaram direta e indiretamente desse confronto armado atualizavam a história do sítio a Pedro Afonso pelas páginas de *O Tocantins*. De tal modo que a produção do acontecimento se organiza em face do cruzamento de uma pluralidade de relatos que recriaram itinerários, selecionaram falas e gestuais de homens e de mulheres que através de suas práticas de espaço reconfiguram o mapa do território pelas imagens dos pesadelos vividos. É o que enuncia a carta de um morador de Carolina, que juntamente com um grupo de pessoas partiu dessa cidade com destino a Couto de Magalhães no Pará, quando foi surpreendido pelo ataque de “cabras armados” ao passar por Pedro Afonso: “No lugar Buriti, 12 léguas distante de Pedro Afonso foi o primeiro grupo inesperadamente atacado por 19 homens armados a rifles,” e logo depois, “o pessoal do segundo grupo de viajantes era todo aprisionado a exceção das famílias que foram deixadas no mesmo local, eram homens conduzidos a Pedro Afonso aonde chegaram no dia 19 a meia noite”.<sup>290</sup>

Com base nesse relato, nota-se que as trilhas que ligavam as cidades situadas no Maranhão às áreas do Araguaia, a exemplo de Couto de Magalhães, delinearam-se como trincheiras de guerra durante a sedição de Pedro Afonso. Mas antes cabe observar que, Couto de Magalhães (PA) e Conceição do Araguaia (GO), ambas localizadas às margens do Araguaia, tornaram-se rotas obrigatórias para os que se deslocavam em busca das áreas de exploração da borracha no Pará e dos garimpos de diamantes no Estado do Mato Grosso, vindos do Maranhão e de outras localidades do Nordeste, a tal ponto que essas cidades se converteram em centros comerciais de “distribuição de gêneros considerados de primeira necessidade” e em pontos aglutinadores de diferentes correntes migratórias.<sup>291</sup> Isso parece confirmar que a luta armada nessas cidades situadas nos caminhos em direção aos grandes centros comerciais tenha potencializado o aumento das rotas migratórias para os núcleos de

---

<sup>290</sup> O Tocantins, 01/05/1915, Ano III, nº50, p.02.

<sup>291</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2006, p. 93.

exploração da borracha e dos diamantes no Pará e no Mato Grosso no começo do século XX.

As cartas e depoimentos dos moradores do médio Tocantins desenhavam com nuances de mistério, silêncios e pontos obscuros uma pluralidade de experiências temporais: o tempo da morte, o tempo do confronto, o tempo da retirada, o tempo das fugas, etc. Além disso, tecem o acontecido através das linhas de tempo, não estabelecendo pontos fixos, dialogando com o futuro, o que fez com esses relatos recriassem culturalmente o vivido. O tempo da retirada ou da fuga foi uma das experiências temporais mais mobilizadas pela imprensa, como se nota no caso das famílias que expulsas ou que fugiam da zona de conflito foram se estabelecer em Carolina: “a esta cidade [Carolina] tem afluído crescente numero de retirante que vindos uns de Pedro Afonso e outros das adjacências”,<sup>292</sup> “dizem que a Carolina tem afluído já algumas famílias que se achavam expatriadas nos matos”.<sup>293</sup> Esses relatos trazem imagens que reforçam o medo da disseminação da luta armada pelas áreas vizinhas, através da descrição da chegada de grandes levadas de refugiados em Carolina:

[...] prontamente colocados na fronteira sul maranhense com o norte - goiano, sem telegrafo e meios fáceis de comunicação com a nossa capital, Carolina sente-se fraca quiçá desamparada, contra possíveis eventualidades futuras destas rebeliões, que como a de Pedro Afonso, ora ameaça a integridade dos municípios vizinhos e a tranquilidade das famílias sertanejas.<sup>294</sup>

Nesse fragmento, move-se e embaralha-se a fronteira entre passado, presente e futuro, por meio da figuração dos que chegavam portando os estigmas da guerra e reavivavam no presente da cidade e de seus habitantes os temores, a intranquilidade e, sobretudo, projetavam para o futuro o medo da dissipação da paz.

O tempo de contar das narrativas reiterava as imagens da truculência dos “jagunços”, descrevendo recorrentemente os atos de violência praticados pelos bandos armados e a dilapidação do patrimônio das famílias: “foram conduzidos a margem oposta do rio Tocantins, os presos Hildebrando Maranhão, seu sobrinho José Américo e Martiniano Cunha, os quais foram ali friamente assassinados a tiros de rifles. Decepadas as orelhas foram os dois cadáveres atirados no leito do rio”; “os vencidos mais abastados da margem em pontos estratégicos do Tocantins, tiveram seus bens confiscados e as propriedades reduzidas às cinzas”.<sup>295</sup> Aí, o rio Tocantins arquitetava-se simbolicamente como paisagem de guerra, seja por demarcar as barricadas das batalhas, seja como cenografia para as

<sup>292</sup> O Tocantins, 01/07/1915, Ano III, nº59, p.02, grifei.

<sup>293</sup> Id. 26/07/1915, Ano III, nº 61, p.02.

<sup>294</sup> O Tocantins, 01/07/1915, Ano III, nº 59, p.02.

<sup>295</sup> Id. 15/07/15, Ano III, nº 60, p.02.

atrocidades dos bandos, que atiravam os corpos mutilados em suas águas. Colocava-se, dessa maneira, como lugar onde as inscrições e as habilidades bélicas dos grupos armados representavam os mecanismos de poder que tinham como efeito legitimar o latifúndio dos coronéis locais; e também como via de transmissão das cenas da guerra, como relatava um fragmento de uma matéria ao procurar desmentir boatos sobre o aguçamento da luta: “pelos portos desta cidade ainda não desceu nenhum cadáver boiando na corrente do Tocantins”.<sup>296</sup>

No âmbito da guerra, as cidades fronteiriças com o norte do Goiás viviam sob o signo do medo: da conflagração do conflito, dos refugiados, dos foragidos. Daí a necessidade de se formarem milícias armadas em pontos estratégicos da fronteira a fim de manter a ordem, de se intervir nos espaços, o que convergia para que as cidades vizinhas a Pedro Afonso se configurassem em arenas de batalha e em cenários de ruína. Isso nos faz atentar para a intersticialidade das fronteiras desse território mais ao sul do Maranhão com o norte de Goiás, por onde a permeabilidade dos espaços não se encerrava pelos limites demarcados, pois em se tratando de um campo no qual colidiam distintas forças sociais a cartografia desse território delineava-se de forma fluida e conflitiva. De tal modo que as constantes disputas políticas, as histórias de trajetórias em fuga e as subjetividades construídas passavam a agregar múltiplos significados aos espaços através das narrativas dos jornais.

#### **4.2- Heróis dos rifles e dos punhais**

Sob o signo do vazio, o lugar-sertão emergiu em uma variada produção textual como espaço propício para o asilo de bandidos, a ponto das vastas paisagens vistas como desérticas esconderem o medo do perigo: do “outro”, do forasteiro, dos índios, do sobrenatural, do inimigo. Escrevendo em 1819, o major Francisco de Paula Ribeiro, ao palmilhar uma tortuosa rede de caminhos e trilhas que compunham o antigo território de Pastos Bons, chamava atenção para o livre trânsito de “vadios e criminosos” que foragidos das capitâneas vizinhas se homiziavam nessa parte do Maranhão. Reitera Francisco de Paula Ribeiro que esses sujeitos ao praticarem crimes de morte em suas antigas territorialidades foram aos poucos sendo incorporados como segurança privada das elites locais. Para esse militar, a vasta extensão do território e a imensa abertura das fronteiras contribuíram para a

---

<sup>296</sup> O Tocantins, 15/06/1915, Ano III, nº 54, p.01.

formação de uma área que se fez à revelia da justiça e de uma “administração civil policiada ou militar”.<sup>297</sup>

Trata-se, então, de pensar como é que a partir do discurso do isolamento e do abandono, a violência se configurou em forma de entendimento sobre o chamado sertão do Maranhão. Para isso, foram conjugadas múltiplas representações da violência que passaram a conferir sentido e significado a essa espacialidade. Tomando como gancho o texto de Francisco de Paula Ribeiro, ao fazer alusão aos “vadios e criminosos” que circulavam pelo *sertão*, vale aqui observar como esses sujeitos que viviam a serviço dos mandões locais foram alicerçados e produzidos pelo relato da imprensa.

Cabra, jagunço, cangaceiro, capanga, facínora, matador de aluguel, famigerado, alugado e pistoleiro, essas figuras narrativas emergem nos relatos dos jornais como denominações para tipos alegóricos de sujeitos presentes nesse espaço social. É bom salientar que essas nomeações sofreram constantes variações no tempo e no espaço, confundindo-se e aglutinando-se em um único tipo social: do sujeito que praticava crimes em troca de dinheiro ou de benefícios.

Dentre os muitos estudos sobre a violência e o crime no Brasil, parte considerável da historiografia se voltou para análise do banditismo nas sociedades rurais, nos quais a atuação dos braços armados foram peças-chave na manutenção do poder político e econômico de grupos sociais em partes distintas do país. Mas no que tange a nomeação dada a esses agentes, as análises em muito divergem. Maria Isaura de Queiroz, ao refletir sobre o conceito de “jagunço” o define como um personagem típico do Nordeste brasileiro, que serviu de instrumento para a dominação das grandes parentelas espalhadas pelo Nordeste. Para ela, o “jagunço” ou “capanga” atuava dentro de uma estrutura social e política de mando, diferenciando-se da figura do bandido e do cangaceiro “que desprezavam e afrontavam a lei”. Para essa autora, *Os Sertões* de Euclides da Cunha inscreveu o significado da palavra jagunço como sinônimo para os valentões que guerreavam em torno de uma causa religiosa. Todavia, com o passar do tempo o termo “jagunço” foi se afirmando no cenário nacional, para representar um tipo de “profissional” mercenário que agia na defesa de um chefe.<sup>298</sup>

No entender de Willi Bolle, sobre o romance *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, a instituição da jagunçagem – e aí o termo jagunço surge em associação à

<sup>297</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 127-128.

<sup>298</sup> QUEIRÓZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa e Ômega, 1965, p. 220-227.

figura do capanga ou do pistoleiro, personagens que formaram exércitos particulares no interior do país – é crucial para o entendimento do fenômeno do crime e da violência na sociedade brasileira.<sup>299</sup> Para Bolle, Guimarães Rosa brinca com o conceito de jagunçagem tecendo fortes críticas sobre a forma como a intelectualidade se apropriou, reformulou e deformou o conceito de jagunço. Em sua análise o “sistema da jagunçagem” apresenta-se como um fenômeno que não pode ser localizado unicamente nas áreas do Nordeste, mas representa a estrutura social do Brasil, à medida que se situa na esfera da lei e do crime e nos seus contínuos diálogos, ou seja, a instituição da jagunçagem vive “no limiar entre a lei e a legalidade, onde a transgressão é a regra e a guerra é permanente”.<sup>300</sup>

O que importa assinalar é que no embaralhamento dessas inúmeras denominações e, para além delas, abre-se lugar para a figura do bandido, do monstruoso, do demoníaco, simbolizando a força desses ícones rurais na configuração da metáfora espacial sertão. As astúcias e artimanhas desses “heróis dos rifles e do punhal” fulguram nas narrativas que tecem essa espacialidade através da beleza do desarranjo, ao inscreverem com suas façanhas de guerra uma poética do medo.

As matérias jornalísticas, ao atribuírem sentido às ações desses personagens, desenhavam suas trajetórias pelo signo da beligerância e do nomadismo. Sob essa perspectiva, meu interesse se volta para o modo como esses agentes sociais são enunciados e capturados pelo discurso da imprensa. Mas antes vale um breve retorno à leitura de *A Esfinge do Grajáú*, de Dunshee de Abranches, ao momento que esse memorialista narra uma vistoria que fez na cadeia pública de Grajáú e se defronta com “o famigerado criminoso Paraíba do Norte”, encontrado por vaqueiros escondido nas matas dos arredores dessa cidade, diz Abranches: “De braços amarrados atrás das costas e trazendo peias para lhe tolherem os movimentos, mesmo assim dançava no meio dos seus condutores ameaçando liquidá-los um a um logo que fosse libertado”.<sup>301</sup>

O relato é emblemático porque além de tecer um cenário desolado pelos combates e enfrentamentos que constituíram a história dessa configuração urbana na segunda metade do século XIX, faz vibrar a figura de Paraíba do Norte, personagem que gravita nas histórias do Grajáú como autor de quatorze mortes em um único combate. A passagem desse sujeito de destreza nos pés e rigidez no corpo pelas memórias de Dunshee de Abranches soma-se à trajetória de uma lista de sujeitos que com o bailado dos pés e a agilidade das mãos cintilam

---

<sup>299</sup> BOLLE, op. cit., p.91-98.

<sup>300</sup> Ibid., p. 138.

<sup>301</sup> ABRANCHES, op. cit., p.109.

nas narrativas que contam a história desse território. Em outra passagem de *A Esfinge*, esse memorialista descreve a figura do “jagunço” Cascavel: “Negro retinto de olhos esbugalhados e rubros, alto, magro, guinguento e mal encarado”, personagem consagrado por suas histórias de crime através de suas façanhas no “combate da Serra da Cinta”<sup>302</sup>, no qual lutou do lado do líder liberal Leão Leda. Cascavel se inscreve como um “facínora célebre”, juntamente com Aroeira, conforme relata esse narrador:

Ambos me assombraram pela naturalidade com que descreveram as suas bárbaras façanhas. Disseram-me que por mais de um mês, ficaram os cadáveres insepultos naquelas serranias devido aos receios de parte a parte de um novo ataque de surpresa. Foi só então que sua patroazinha, ali presente, [filha de Leão Leda] organizara uma tropilha de camaradas, indo à frente sepultar em pessoa os companheiros e inimigos.<sup>303</sup>

Em 1905, Cascavel volta a ser notícia, dessa vez no jornal *O Norte*, ao ser apontado como suspeito do assassinato de João Tavares Bastos, residente no povoado Papagaio nos arredores da cidade de Mirador. Os motivos que teriam conduzido ao crime não são citados pelo jornal, mas as suspeitas desse homicídio recaíam sobre “o famigerado” Cascavel, que teria recebido ordens de uma autoridade policial para perpetrar o crime,<sup>304</sup> ainda que no decorrer das investigações acompanhadas pela imprensa não tenham encontrado provas contra esses suspeitos. As matérias chamavam atenção das autoridades públicas, principalmente pela inércia da polícia que parecia “querer ocultar a imensa responsabilidade que pesa sobre quem a praticou”.<sup>305</sup> A geografia do crime indicava que João Tavares teria sido vítima de uma emboscada: “foi encontrado morto em uma estrada deserta [...] com um tiro nas costas, cujo projétil penetrara os pulmões”.<sup>306</sup>

Os relatos jornalísticos e de memória a que fiz alusão se ocupam em criar um campo de significação, no qual Cascavel é codificado como bandido, à medida que corporifica um lugar do crime e do maldito através de narrativas que de tanto se repetirem se legitimam pela própria narração. As peripécias de Cascavel parecem ter corrido o *sertão* desde as últimas décadas do século XIX, e nos relatos que dizem de sua história sua crueldade se equipara à frieza de suas palavras pelo tom de normalidade com que

---

<sup>302</sup>Esse episódio representou uma das ramificações das disputas entre liberais e conservadores que desencabou em luta armada entre o chefe local Francisco Serqueira e a família do baiano Antonio Alves Ferreira que se fixou na Serra da Cinta em 1890. Segundo o relato de Parsondas de Carvalho o “combate da Sinta” teve início após o assassinato de um dos filhos Antonio Alves Ferreira a mando do “famigerado Serqueira”, seguindo-se de forte luta armada de onde Francisco Serqueira foi assassinado juntamente com seus subordinados e familiares (DINO, op. cit., p.166-169).

<sup>303</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 132, grifei.

<sup>304</sup> O Norte 21/01/1905, Ano XVII, nº 628.

<sup>305</sup> Id. 07/01/1905, Ano XVII, nº 626.

<sup>306</sup> Ibid.

interiorizou a violência de seus atos: “rindo gostosamente, concluíram que o mais engraçado fora que, nas mesmas valas, tiveram de ser enterrados também os animais que morreram na peleja”.<sup>307</sup>

Nesse tecido narrativo que compõe o entendimento sobre o sertão, esses personagens de guerra se inscrevem na imagética do território como fruto de um espaço social, em que o mando político e a manutenção do poder econômico estavam assegurados pelas engrenagens dominantes da violência. Afinal, eles se configuraram em peças integrantes do sistema coronelista, no qual a decadência econômica do patriarcado rural teria feito com que os chefes locais disputassem a posse de benesses no poder público, a fim de assegurar o domínio político e a manutenção dos vínculos de dependência.<sup>308</sup> De maneira que a “aliança entre poder e crime” representou uma das principais facetas do sistema vigente, como deixa entrever as práticas de utilização de exércitos particulares para assegurar as fraudes eleitorais.

O certo é que nos jornais são produzidas representações que personificam a imagem desses agentes em criminosos que se deslocam em um espaço cuja ausência de autoridades e de contingentes policiais, a ineficiência da justiça e o isolamento geográfico garantem suas sobrevivências. Nas narrativas que se seguem, mesclam-se falas que acionam e reforçam representações bastante mobilizadas para designar a atuação desses agentes como: o monopólio da violência pelo grande proprietário de terra, a proteção dada ao criminoso e a valentia e a astúcia do “jagunço”.

Essas imagens aparecem correntemente em quase todos os relatos que pude extrair dos jornais, como vislumbra a história de Nicolau de Brito, autor de inúmeros assassinatos em várias partes desse território. O sertanista Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota Carvalho, na obra intitulada *O Grajáú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX*, publicado em 1902 pelo *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro e concomitantemente em *A Pacotilha* de São Luís, faz um inventários dos crimes ocorridos em Grajáú no final do século XIX, como ele mesmo informa: “tão frequentes se tornaram as questões no Grajáú e tal aspecto apresentava que deixavam formar-se a ideia contestadora dessa localidade estar quase em estado de selvageria”.<sup>309</sup> Parsondas de Carvalho inclui

<sup>307</sup> ABRANCHES, op. cit., p.132.

<sup>308</sup> ALBUQUERQUE Jr, 1999, op. cit., p.128-129.

<sup>309</sup> A narrativa episódica e factual de Parsondas de Carvalho desvela o universo dos crimes e das redes de interesses entre os grupos políticos na cidade de Grajáú nos fins do século XIX. Defensor da causa liderada por Leão Leda, Parsondas vai tecer os acontecimento ocorridos no início da República pelo prisma das perseguições políticas a família Leda e Moreira.

Nicolau no *hall* dos assassinos que “mancharam a imagem do sertão”, descreve-o através dos inúmeros combates e enfrentamentos travados em Grajáú como personificação do mal. Em seu texto, o lado demoníaco e monstruoso de Nicolau aparece ressaltado até nos traços físicos:

Nicolau é alvo, desbotado, ou mais verdadeiramente, um alvo amarelento, como a cor da cera branca, estatura mediana, magro, cabelos corredios, dentes finos, olhos amarelados.

Tem uma comprida verruga dentro do nariz, cuja ponta fica de fora.

A presença desse corpo dentro da venta produz, quando respira; um silvo parecido com o da cascavel.

Não é feio, é sinistro.<sup>310</sup>

Figura temível e lendária nas narrativas que escrevem a história dessa espacialidade nomeada sertão do Maranhão, Nicolau surge como um desertor do exército (oficial do 5º Batalhão de Infantaria com guarnição na cidade de Caxias)<sup>311</sup>, que a partir da última década do século XIX passou a atender a interesses de particulares, especialmente nas querelas de grupos locais. Segundo o relato de Parsondas de Carvalho, esse personagem, apesar de ter desertado, foi nomeado Capitão da Força Estadual do Exército em 1894 e juntamente com a patente teria recebido 600 mil reis para assassinar o líder liberal Leão Leda. Nesse posto de combate, Nicolau teria lutado ao longo de vários episódios contra a família Leda e Moreira, aspecto que o relato de Parsondas acentua pela truculência de seus atos: “sua perversidade tem sido aproveitada em porção de assassinatos, rodeados de circunstâncias infames como a traição ou notáveis por crueldades pouco vulgares”.<sup>312</sup> Dessa forma, o discurso da imprensa se incumbiu de cartografar seus gestos e modos: “seu gênio propenso ao crime e a sua natureza fria e habituada ao assassinio interesseiro”; “é criminoso nato, obedece ao instinto sem consultar a razão”; “é frio... assistindo com a maior impossibilidade a imolação das vítimas inocentes”; e “arma fatídica que talhou as regiões outrora felizes dos nossos sertões”.<sup>313</sup> Essas falas são significativas por trazerem indícios que remetem à influência que os discursos cientificistas do final do século XIX e início do século XX tiveram na composição da figura do criminoso.

<sup>310</sup> DINO, op. cit., p. 190.

<sup>311</sup> De acordo com a historiadora Regina Faria, durante o Império o Exército teve grande peso no policiamento do interior do Maranhão (correspondendo a 79% da força armada aí existente), destacando-se a atuação do 5º Batalhão de Infantaria. Todavia, afirma que “o efetivo, tanto do batalhão quanto das companhias, variava bastante devido às baixas, deserções, dificuldades de recrutamento ou pelo envio de tropas para outras províncias”, ver FARIA, Regina H. Martins. Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII-XIX). Tese (doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 120-125.

<sup>312</sup> DINO, op. cit., p.189.

<sup>313</sup> O Norte, 22/02/1908, Ano XX, nº 784, p.01.

Lilia Schwarcz (1993) lança luz sobre o emaranhado de ideias que importadas dos Estados Unidos e da Europa adentraram o Brasil nesse período, sobretudo modelos evolucionistas e social-darwinistas. Conforme Schwarcz, o ideário científico da época foi paulatinamente incorporado e adaptado pela intelectualidade brasileira no esforço de forjar um novo projeto político para o país. Ao tornar-se um imenso laboratório, o Brasil, o povo e os problemas enfrentados pela nação passaram a ser inventariados, perscrutados e diagnosticados, por variadas áreas de saber (médicas, antropológicas, jurídicas, históricas, etc), e dentre essas especialidades as Faculdades de Direito (São Paulo e Recife) e, sobretudo, de Medicina da Bahia foram instituições que lançaram luz sobre o problema da criminalidade no país. Essa última, ao ser influenciada pelos estudos de Frenologia e Antropométrica (que se baseavam na análise do tipo físico e da raça para explicar a criminalidade), desenvolveu o campo da Medicina Legal, que inseriu um ângulo diferente de observação da criminalidade, ao deslocar o olhar da doença e do fenômeno da criminalidade, para a figura do criminoso. Nesse sentido, traçar o perfil do criminoso, através do estudo de sua mente e da análise de seus traços físicos passou a se constituir em provas científicas na comprovação do estado de degeneração social e mental do criminoso.<sup>314</sup>

Ao apropriar-se do corpo do “criminoso”, a imprensa vai se nutrir do debate da época, ao qualificá-lo como um louco, um doente, um ser instintivo, um sujeito sem sentimentos e distante da moral e da razão. No caso de Nicolau, as narrativas jornalísticas depositam sobre seu corpo signos de poder, inscrições de morte e de medo que convergem para a produção de uma existência pautada no crime.

Em dezembro de 1907, seu nome retorna ao registro da imprensa após ser preso em Carolina, quando se dirigia para Boa Vista no Goiás para “assistir as eleições”. Em carta publicada em *O Norte*, Pedro Sarmiento Paiva, morador da cidade de Carolina, narra como ocorreu sua captura ao afirmar ter executado a prisão de Nicolau, “sem autorização das autoridades, mas baseada na lei”, alega que a realizou em legítima defesa, uma vez que se anunciava pela cidade “que eu tinha de morrer naqueles dias”, e “visto que tinha de matar ou morrer resolvi então com meu filho Ozório e um rapaz meu empregado prendermos o célebre Nicolau como desertor e entregá-lo as autoridades”.<sup>315</sup> Essa carta tinha como objetivo desmentir a participação de Aroeira (“facínora” anteriormente citado por Dunshee de Abranches) na operação de caça a Nicolau, de acordo como havia sido publicado nesse

---

<sup>314</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 189-218.

<sup>315</sup>*O Norte*, 21/12/1907, Ano XIX, nº 775, p.01.

mesmo periódico. O fato é que em torno dessa captura emerge uma intensa polêmica no jornal sobre a legalidade dessa medida:

[...] há na cidade de Carolina sentimentos opostos quanto à prisão de Nicolau: - uns, a aplaudem; outros a condenam.

Todos esses sentimentos, porém envolvem nas mesmas responsabilidades morais governo, governistas e governados.

Se as mãos do governo ele foi à arma fatídica que talhou as regiões outrora felizes dos nossos sertões, implantando nelas o terror e a morte e deixando o lar vazio de proteção que a esposa e carinhosos filhos davam ao laborioso e honrado sertanejo; ele serviu também no dia em que se lhe esqueceram as recompensas da ignomia missão de joguete a interesses opostos. Esta é a verdade que o dever nos leva a proclamar.<sup>316</sup>

O relato revela uma faceta marcante do funcionamento dos mecanismos de poder nas sociedades rurais durante a Primeira República, em que a esfera pública e privada se confundia, a corrupção eleitoral era marcante e os pactos entre senhores locais e homens armados eram comuns a fim de manter a legitimidade política. Além disso, deixa entrever as estratégias de negociação utilizadas por esses “homens de armas” ao agirem sobre as várias faces do aparelho de Estado, denotando o aspecto móvel de suas trajetórias ao transitarem entre os dois polos do sistema vigente (oposição ou situação).

Sob essa matriz interpretativa, outras histórias são encenadas nos jornais que ressaltavam a existência desse pacto entre “pistoleiros” e proprietários rurais. Em 1912, o *Correio de Picos* publicou uma série de reportagens noticiando a tentativa de assassinato de uma mulher de nome Lourencinha, classificada como prostituta e amante de um rival político de um importante coronel da cidade de Picos, Godofredo Carneiro, que era acusado de ser o mandante do crime. De oposição ao mando político desse coronel, essa folha não poupava espaços nas suas colunas para evidenciar o caráter pérfido e corrupto desse político. No caso de Lourencinha, as matérias acentuavam com o colorido das notícias policiais o lado “infame” “cruel”, “horripilante” e “selvagem”, do acordo firmado entre Godofredo e o “facínora” de nome José Bigodão, que consistia no assassinato de Lourencinha e na mutilação de uma de suas orelhas como prova substancial do crime.

Os comentários que desvendam e esmiunçam a temerária e condenada ferocidade, relatam que a José Bigodão, o coronel Godofredo peitara assim: “Nas suas mãos está a sua felicidade. Tenho diversos burros, escolherá o melhor, lhe forneço um rifle e lhe dou quatrocentos mil reis para tirar uma orelha de Lourencinha. Sigo para os Campos, quando voltar quero encontrar a orelha, deixo gente em casa fazendo as minhas vezes”.<sup>317</sup>

<sup>316</sup> O Norte, 22/02/1908, Ano XX, nº 784, p.02, grifei.

<sup>317</sup> Correio de Picos, 13/06/1912, Ano II, nº 65, p.02.

No entanto, o plano é frustrado com a prisão de Bigodão, no caminho que ligava a vila de Mirador à Barra do Corda, trajeto escolhido para ser palco do crime: “Bigodão alcançando Lourencinha que seguia acompanhada por três homens, tentou, mesmo assim, levar a efeito a desgraçada incumbência, ao que se opuseram os destemidos condutores, oferecendo decidida e corajosa resistência que se ultimou com a prisão do valente capanga”.<sup>318</sup> Com base nesse acontecimento, as matérias inscrevem um campo de significação que seguem dois direcionamentos: de um lado, emerge a figura do “facínora” como peça-chave na resolução de conflitos; e de outro, revelam-se representações que edificam um modelo de ordem social no qual as autoridades judiciais e os agentes de polícia atuavam na preservação desse pacto: “posto em liberdade por meio de *habeas corpus* devido à intervenção de terceiros, chegou Bigodão a pé tendo palmilhado trinta e tantas léguas”.<sup>319</sup>

É significativo reforçar que as práticas de crimes perpetrados por capatazes a mando dos chefes locais, se constituíram no interior das sociedades rurais em uma tentativa forçada de manutenção da hierarquia social e da hegemonia territorial e político-econômica de determinados grupos sociais, que em função disso se muniram de exércitos particulares que travavam lutas em defesa da tradição, da família e da propriedade.<sup>320</sup> Logo, num espaço onde coabitavam distintas marcas da lei do lugar, as escrituras (jornalísticas, literárias e oficiais) trazem imagens saturadas de carga simbólica. No relato da imprensa múltiplos olhares sobre o social se instituem como o ato de cortar a orelha das vítimas fulgurava como um gesto que anunciava um espaço de poder; como as inscrições sobre o corpo do “outro”, perpassadas por códigos que classificavam e distinguiam bandidos e vítimas.

As peripécias dos personagens aqui analisados, Cascavel, Nicolau e Bigodão, à medida que são transformadas em textos pelos relatos da memória e da imprensa operam na criação do passado, conferem significado aos espaços e produzem efeitos de verdade e realidade. Como diz Regina B. Guimarães Neto, as narrativas por se tratarem de “obra de imaginação criativa” devem ser analisadas “segundo as representações do passado que efetuam, trazendo as marcas das experiências temporais, que assinalam o desenvolvimento das ações no tempo histórico”.<sup>321</sup> Nesse sentido, as narrativas, ao descreverem e ao demarcarem os espaços e as ações cotidianas, intervêm na construção desse território.

---

<sup>318</sup> Ibid.

<sup>319</sup> Ibid.

<sup>320</sup> FANTINI, op. cit., p.81.

<sup>321</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2008, p. 159.

Assim sendo, através das matérias que noticiavam a prisão de Nicolau são tecidas representações que nos permitem incursionar pelas ruas e becos de Carolina, em um momento em que a apreensão coletiva parecia anunciar tempos difíceis. Em uma reportagem publicada em *O Norte*, o teor da matéria tinha como propósito esclarecer uma série de boatos que se formaram, sobre o assassinato de três homens no subúrbio dessa cidade. Causa: eram suspeitos de tentar promover a fuga do “famigerado” Nicolau da cadeia pública. Esses forasteiros, ao adentrarem o espaço urbano, passaram a ser minuciosamente perscrutados por um jogo de olhares, que lhes apreendia os gestos e os signos. Entrincheirados nos arredores de Carolina por autoridades policiais e por moradores, dentre eles Pedro Sarmiento, que executou a prisão de Nicolau, esses visitantes produziram um ato suspeito com as mãos: “no momento em que um dos comparsas de Cornélio procurava fazer chegar o cartucho a agulha do rifle, a arma disparou casualmente”. Após o gesto fundador, das mãos sobre as armas e o tiro em sinal de guerra, desenvolveram-se cenas que portam forte carga simbólica. Cornélio, depois de morto foi arrastado pelas ruas da cidade, como descrevia o relato de uma testemunha: “três policiais pegaram um nos cabelos e dois outros em cada uma das pernas do cadáver de Cornélio, e o iam arrastando pelas ruas da cidade em rumo do cemitério (...) onde foi com os seus dois companheiros enterrados em uma só sepultura”.<sup>322</sup>

Nas ruas da cidade riscam-se linhas que se firmam como as tábuas da lei do lugar, projetando uma ordem que se instituiu pela lei do costume. Sob esse prisma, a punição assume uma dimensão exemplar aos que transgridem as regras estabelecidas; e a exibição do espetáculo do suplício apresenta-se de forma arquetípica de conduta, de modo que o corpo do “outro” se inscreve como signo de punição e de exemplo. Pois, num universo social onde a fronteira entre o que é lícito e ilícito é permeável, as redes sociais aparecem deslocadas do controle do Estado, sujeitas a leis escritas e constantemente ressignificadas nos costumes e naturalizadas no universo das cidades.<sup>323</sup>

Mas quem era Cornélio e os outros dois anônimos? No jornal, pairam dúvidas e divergências: para uns, ele era “um homem bom”, vindo de Boa Vista no Goiás para resolver uma altercação com Pedro Sarmiento, depois que este mandou prender dois de seus empregados que vieram até Carolina vender animais. Para outros, Cornélio era o praticante de diversos crimes em sua comarca e “afiançavam que os seus antecedentes [...] eram

---

<sup>322</sup>O Norte, 22/02/1908, Ano XX, nº 784, p.01.

<sup>323</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2006, p.143.

desfavoráveis a moralidades de sua conduta”.<sup>324</sup> As falas colhidas no jornal apontavam diversos direcionamentos: trazem implícito o diálogo entre lei e crime e vislumbram a possibilidade de se atentar para a produção de um esquema maniqueísta que constrói o par bandido e herói, o bem e o mal.

Essas figuras narrativas que povoam os jornais “assinalam no mapa as operações históricas de que resultam”, sendo, por conseguinte, fruto de um campo discursivo construído para desautorizar e temer os gestos do outro. Os “bandidos” envolvidos nas práticas ligadas à estrutura de poder coronelística sofriam investimentos diferentes do “bandido” comum, sob eles reinava a condição do perigo inerente, da alta periculosidade, da camuflagem. Bigodão com sua prática solitária se insere e sobrevive nesse sistema de poder misturado ao entrançado dos caminhos, pronto para surpreender seus alvos em meio às estradas desertas. Para isso ele conserva seu anonimato, utilizando nomes diferentes nos lugares por onde anda: “o mal encarado sequaz que daquela cidade partira armado de rifle e montado numa burra de seu patrão, quando passou no Mirador dissera se chamar Francisco e em outro povoado apresentou o nome de Raimundo”.<sup>325</sup> Ao cortarem as trilhas e caminhos com suas histórias de crime, esses agentes sociais avançam como os cavalos de um jogo de xadrez, zigzagueando em seus movimentos em forma de “L” sobre o tabuleiro e revelando um intenso potencial de movimento.

Outra carta publicada em *O Norte* pintava cenas de desolação no palco que era o povoado São Raimundo das Mangabeiras, pertencente à comarca de Grajáú. A missiva relatava o forte tiroteio ocorrido nas ruas do povoado após a chegada “de três cangaceiros e criminosos” vindos do Araguaia com a intenção de assassinar o indivíduo Joaquim André.<sup>326</sup> Diz o relato que Joaquim André ao saber por boatos das intenções dos forasteiros reuniu um grupo de amigos e parentes em sua defesa. Desse encontro entre vilões e mocinhos desenhasse um cenário que em muitos aspectos remete ao modelo dos filmes de *western*: o duelo entre vilões e heróis, a violência grupal, a paisagem desértica, as populações em fuga e as perseguições pela cidade.<sup>327</sup>

[...] dentro das ruas do povoado, deu-se escarnecido encontro, ao romper do fogo entre os contendores que, pelo espaço de uma hora abrigados, uns nas paredes exteriores da igreja, e os outros na esquina de uma casa vizinha, sustentaram forte tiroteio de rifles.” “quando caiu morto Gregório e saíram baleados os seus

<sup>324</sup> *O Norte*, 22/02/1908, Ano XX, Nº 784, p.01.

<sup>325</sup> *Correio de Picos*, 21/08/1912, Ano II, p.01.

<sup>326</sup> *O Norte* 08/08/14, Ano XXVI, nº 1115, p.03.

<sup>327</sup> XAVIER, Ismail. *Sertão mar. Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p.122.

companheiros Amâncio e José, já então inferiores em número e que combatiam em campo. O pânico estabeleceu-se imediatamente na população de S. Raimundo, saindo muitas famílias para fora do povoado.<sup>328</sup>

Em tais significações a topografia do lugar se inverte através das práticas de seus moradores. Assim, as paredes das igrejas e das casas se convertem em barricadas de guerra. Ademais, as ações desses praticantes demarcam um cenário no qual atuam distintas forças, estabelecendo um tipo de figuração em que as cidades que pontilham o mapa dessa parte do Maranhão insurgem como pontos sitiados pelo medo. O fato é que esses acontecimentos oferecem indícios relevantes para se traçar uma cartografia das práticas e dos espaços inscritos nos relatos dos jornais. Em torno dos episódios aqui alinhavados fios de narrativas se cruzam, edificando a imagem do lugar do bandido/herói, de uma sociedade regida pela ordem do costume, de espaços de conflito onde os estratagemas da guerra estão em constante negociação e de cidades assaltadas pelo pânico.

No entanto, a intervenção nos espaços urbanos e a maior fiscalização das fronteiras colocavam-se como um imperativo no discurso da imprensa, principalmente no início do século XX, momento no qual os jornais emergem como veículo de difusão dos modos de atuação dos grupos sociais diante da ordem urbana. A criação de dispositivos destinados a conter os corpos a fim de preservar a ordem social, o estriamento dos espaços e dos sujeitos, culminava com o estabelecimento de mecanismos de exclusão social. Ora, tratando-se de um lugar simbólico enlaçado em uma trama complexa de redes de poder, o território se constituía em campo de tensão. De tal forma que outras representações começavam a ser forjadas como as que qualificavam e desqualificavam os sujeitos não fixados, a exemplo dos ciganos, migrantes, forasteiros, que eram vistos como: perigosos, violentos, desordeiros, e malfeitores. Em virtude disso, implica considerar como se dava a produção dessa alteridade, ou melhor, como os “de fora” do território foram sendo incorporados ao discurso da violência, bem como se estabeleceram práticas e comportamentos sociais que expressavam o temor diante do “outro”.

---

<sup>328</sup>O Norte, 08/08/14, Ano XXVI, nº 1115, p.03.

### 4.3- Os que são estranhos

Imersos numa trama de mistério, a presença do povo cigano na cultura brasileira ainda representa uma lacuna na historiografia. Originários da Índia, os grupos conhecidos como ciganos se dispersaram pela Península Ibérica, sobretudo pela Espanha, chegando ao Brasil por volta do século XVI após serem degredados de Portugal por não terem se ajustado a vida na corte.<sup>329</sup> Ao longo dos séculos subsequentes eles foram se espalhando pelo país, arrastando consigo uma lista de estereótipos, de estranhamentos e de suspeitas.

Sujeitos das margens e dos grandes deslocamentos, os ciganos têm suas trajetórias associadas a um reticulado de práticas como: o nomadismo, o costume de andar em grupos, as vestimentas coloridas, a prática de uma língua desconhecida (o romani) e a arte de roubar e de praticar a magia. Em se tratando da presença cigana no Estado do Maranhão, torna-se bastante reticente apontar direcionamentos nesse sentido, tendo em vista a ausência de estudos que tragam abordagens sobre a atuação desses povos nesse território. Porém, sabe-se que os ciganos aí chegaram por volta do século XVI, principalmente os representantes da etnia canon ou kalé<sup>330</sup>, uma das mais presentes no Brasil. Sabe-se que o Maranhão foi considerado um destino plausível para os grupos degredados da metrópole, em virtude da baixa densidade populacional, de modo que os ciganos chegaram e passaram a disputar espaço com as populações gentias.<sup>331</sup> Conforme dados apontados pela UNESCO, no Brasil, até a década de 1990, verificou-se uma maior concentração de ciganos, entre nômades e sedentários, no Goiás, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e nos Estados do Nordeste.<sup>332</sup>

Frederico Pernambucano de Mello, ao sustentar a ideia de que o isolamento do sertão foi um sustentáculo para a manutenção de “formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e aqui mescladas ao padrão nativo”, arquiteta um espaço social estático no tempo, informando que antes das chegadas das estradas de ferro em Pernambuco, os ciganos “eram

---

<sup>329</sup> COSTA, Elisa Maria Lopes. Ciganos em terras brasileiras. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p. 14-19, novembro de 2006, p.16-19.

<sup>330</sup> São quatro as principais etnias identificadas como ciganas na Europa: os rom, os sinti, os manuche e os calom ou kalé, ver ARAÚJO, Samuel, FARIA, Antonio Guerreiro de. Lundu à cigana? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p. 26-28, novembro de 2006.

<sup>331</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. Fazer o quê? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p.20-21, novembro de 2006, p.21.

<sup>332</sup> MEDEIROS, Eliane Borges. Entre a exuberância e o mistério: um olhar videográfico sobre a exuberância da mulher cigana. Dissertação (Mestrado em Multimeios). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 1995, p.25.

quase os únicos novidadeiros daquelas paragens”.<sup>333</sup> Essa pequena menção aos ciganos faz vislumbrar como foi significativa a passagem desses grupos sociais pelos chamados sertões do país.

Por serem desvinculados da fixidez dos territórios, esses atores sociais exibiam inscrições em seus corpos que revelavam o olhar meticuloso das redes de poder que ao tentarem lhes impor captura, lhes imprimiam uma série de classificações que iam desde o roubo de crianças até os crimes de sangue. Se tomarmos o nomadismo como condição que induz à desorientação e ao medo, caberia pensar nos ciganos como agentes que, por estarem em constantes deslocamentos, embaralhavam e dificultavam as técnicas de controle sob suas movimentações nessa espacialidade.

Em uma das mais belas representações literárias sobre a presença dos ciganos no universo simbólico das Américas, Gabriel Garcia Marquez, ao projetar o universo fabuloso de Macondo em *Cem anos de solidão*, esboça com imaginação poética a passagem de caravanas de ciganos pelos cem anos que recobrem o tempo de sua narrativa. A cidade que brota do ímpeto de povoadores como José Arcadio Buendía é intercalada pela figura marcante do cigano Melquíades e suas peripécias alquímicas a fim de revelar as maravilhas e segredos do mundo. Mas é como praticante de um não-lugar que esse personagem e sua trupe de ciganos surgem no relato de Marquez. Ao transportarem segredos em meio a tantas engenhocas, sortilégios e conhecimentos alquímicos, esses personagens insólitos oscilam entre o fascínio, que guarda o que é visto como sobrenatural, cujo desvelamento implica uma leitura atenta da atemporalidade de seus relatos de viagens e do acúmulo de experiências de quem conhece “o outro lado das coisas”;<sup>334</sup> e o temor, já que se tornam alvos de um jogo de olhares perscrutadores que os rotulam e os vinculam ao infortúnio.

Da associação com o maravilhoso, com o infortúnio, com o sobrenatural, com a feitiçaria, com a sedução e com a rapinagem adiciona-se o fato desses sujeitos se situarem de “fora” das fronteiras culturais, olfativas, sonoras e linguísticas que caracterizam os lugares sociais por onde transitam. Essa poética migrante encobre a matéria verbal que produz sentido sobre a trajetória desses atores sociais, de modo que ao percorrermos os jornais em circulação pelas cidades situadas mais ao sul do Maranhão no começo do século XX, nota-se a emergência de leituras do social responsáveis pela apreensão de práticas discursivas que chamavam atenção para o desconforto e o espanto que esses indivíduos provocavam nos

---

<sup>333</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol. Violência e banditismo social no Nordeste do Brasil* São Paulo: A Girafa Editora, 2005, p. 49-48.

<sup>334</sup> MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p.12.

espaços por onde se deslocavam. Em face da ideia de infortúnio iminente que esses personagens geravam, a violência fulgura como vetor de análise possível, já que as matérias jornalísticas instituem um discurso sobre a violência que gravitava em torno da associação com o fluxo de sujeitos que circulavam pelo território como: andarilhos, forasteiros, migrantes e ciganos.

Ao folhear esses periódicos, é recorrente apontar os “sujeitos de fora” como instauradores de desordem e de conflitos. As práticas de poder que transparecem nesses registros estabelecem limites e regras, como as que exigem um controle social dos elementos indesejáveis, ideia constantemente associada ao “outro”, “ao estranho”, ao “forasteiro”. Nessas práticas escriturísticas, os ciganos são descritos como uma “horda de bandidos que infesta o sertão,” roubando famílias, através de seus feitiços, invadindo e saqueando propriedades privadas e, principalmente, como mestres na arte de roubar crianças.

Precedentes das Guianas chegaram a Belém do Pará em abril findo, um bando numeroso de ciganos cuja presença da polícia se pôs em guarda. Chegando ao conhecimento da polícia diversos roubos, por eles praticados esta procurou descobrir-lhes o covil indo encontrá-los na travessa da Curuca.

Segundo vimos do nosso digno colega *O Maranhão* que pede providências sobre o caso, esses ciganos, em numero de sessenta, expulsos do Amazonas e Pará, haviam chegado à capital do Estado. Uma das especialidades desses bandidos está em subtrair crianças dos lares, tendo sido em alguns lugares do Pará tomado do seu poder pela polícia, diversos dessas crianças por eles roubadas.<sup>335</sup>

A tentativa de controle esboçada pela narrativa jornalística sugere a constituição de um campo de forças preocupado na criação de um olhar que catalisasse e disseminasse uma política de contenção e de prevenção da ameaça externa, forjando-se uma correlação da produção da violência com os de “fora.” Conforme Deleuze e Guattari, o estado sempre existiu numa relação com o fora e não pode ser pensável independentemente dessa relação. O aparelho de Estado tem como alguns de seus objetivos fixar e distribuir os sujeitos em “um espaço fechado,” a fim de controlá-los.<sup>336</sup> Seguindo essa linha teórica pode-se observar como as narrativas da imprensa lançavam esses sujeitos no anonimato, para as margens, não revelando seus nomes, apresentando-os a partir de um lugar de enunciação que tenta capturá-los, rastreá-los e os uniformizar em categorias como “hordas”, “bandos”, “camisas vermelhas,” etc. Dotados de grande potencial de velocidade e de interação, esses grupos, por mais que chegassem a ser localizados pelas redes sociais de vigilância, não eram

<sup>335</sup> Gazeta de Picos 09/1905, Ano III, p. 01.

<sup>336</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v.05. São Paulo: Editora 34, 1997.

delimitados, pois driblavam as tentativas de demarcação. Situados num *espaço liso*, não seguiam pontos fixos, pelo contrário, eles se territorializavam nos entre-lugares

Uma contribuição valiosa nesse sentido é a suscitada pelo pensamento de Deleuze e Guattari ao estabelecerem a diferenciação entre o migrante e o nômade. Para eles, o migrante é aquele que engendra um tipo de deslocamento que vai de um lugar a outro, ainda que o lugar seja incerto, seu objetivo é sempre a territorialização; já o nômade ao habitar um *espaço liso* “marcado apenas por traços que se apagam e deslocam com o trajeto, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial”, de forma que ao criar um trajeto num espaço aberto ele se territorializa na sua própria desterritorialização. Desse modo, o nômade seria aquele que consegue viver em rizoma produzindo linhas de fuga.<sup>337</sup>

Dados a ler por esse intenso potencial de movimento os ciganos, podem ser analisados como nômades que viviam nos interstícios dos códigos que desmanchavam e deslocavam.<sup>338</sup> Note-se que essa existência nômade se expressa nos modos como eles praticavam os espaços, adaptando as condições de sobrevivência à fluidez de suas trajetórias ao viverem em tendas improvisadas e acampamentos montados pelos subúrbios das localidades por onde estavam de passagem, o que revelava formas provisórias de vida e de apropriação dos espaços.

As publicações da imprensa constantemente expressavam a preocupação com esses indivíduos que fugiam ao controle social. De modo que, no intuito de compartilhar a experiência do temor, propagavam-se representações que os associavam a seres sobrenaturais, perigosos e desordeiros, que instauravam o terror ao passarem pelas cidades em caravanas vestidos de modo particular, lendo a *buena-dicha*<sup>339</sup>, sendo rotulados como praticantes de sortilégios, criminosos, ladrões que invadiam e que saqueavam propriedades privadas e, principalmente, como ladrões de crianças, era o que vislumbrava o fragmento da matéria a seguir: “Na ultima estadia dos ciganos em Picos, crianças desapareceram, furtadas e levadas por essa gente perigosa, que as induzirá mais tarde na pratica de todos os crimes, em que são de uma perícia inexcelável”.<sup>340</sup>

A maneira como se interiorizou o medo e a insegurança provocada pela chegada desses transeuntes nos vilarejos e cidades pode ser vislumbrado na produção de estratégias e de ações voltadas para o enfrentamento da ameaça. Delineando-se um campo agitado e

<sup>337</sup> Ibid., p.53-58.

<sup>338</sup> DE CERTEAU, op. cit., p. 216.

<sup>339</sup> Esta expressão tem como significado “boa sorte” e representa o ritual cigano que corresponde ao canto, à quiromancia e ao jogo de cartas.

<sup>340</sup> Gazeta de Picos, 04/08/1912, Ano IX, nº372, p.01.

tenso, que justificava a forte reprimenda que sofriam dos aparelhos de captura do Estado, especialmente da polícia:

No dia 14 do corrente chegando ao subúrbio desta cidade um grande grupo de ciganos, dois chefes destes entraram e dirigiram-se ao delegado de Polícia Snr. Alferes José Ribeiro de Sampaio solicitando deste permissão para com seis companheiros aqui demorarem alguns dias.

A zelosa autoridade, porém sabendo quanto é perniciosa tal hospedagem recusou-lhes terminantemente o pedido, intimando-os a se retirarem imediatamente. Como constasse que os ditos ciganos estavam dispostos a não obedecerem à dita intimação, na manhã seguinte o delegado mandou verificar por um sargento que indo ao lugar ontem tinham eles se arranchado, felizmente já não os encontrou. Assim deviam proceder as autoridades das demais localidades.<sup>341</sup>

Recebidos com suspeita, esses “estranhos” agitavam a monotonia do cotidiano das vilas, encetando um pânico generalizado no qual os estilos de vida, os gestos, os sons e os passos eram minuciosamente analisados. Sob essas estadias indesejadas estabeleciam-se um clima de suspeita e de insegurança, em que pese o assomo com que o relato da chegada desses viajantes era narrado. Daí a mobilização de redes de vigilâncias com os rifles em punho no intuito de promoverem a neutralização dos suspeitos e o controle dos espaços.

Exemplar, nesse sentido, é uma matéria sobre o possível ataque de um “bando de ciganos” à fazenda Campo Alegre, situada nas redondezas da vila de Imperatriz: “Até esta cidade [Barra do Corda] veio o capitão Bernardinho de Souza Milhomem pedir providências contra a repetição do ataque que foi vítima por parte de uma horda de bandidos que infesta o sertão”.<sup>342</sup> Nesse relato, desenha-se um cenário de pânico entre as cercanias e entre os moradores, exigindo ações de defesa que pudessem ser dirigidas a esses grupos, “os moradores defenderam-se corajosamente, repelindo os depois de demorado tiroteio”.<sup>343</sup> A virulência do confronto que deixou um saldo de dois mortos e alguns feridos incitava o anseio por operações policiais que visassem à expulsão desses sujeitos.

O caso da fazenda Campo Alegre ganhou grande espaço na imprensa, talvez pelo fato de o episódio ter envolvido uma família de força política e econômica nesse território. De sorte que a imprensa se ocupou de criar a imagem de uma violência gratuita e espontânea: “um numeroso bando daqueles salteadores, ao chegar naquela fazenda pediu hospedagem, cuja recusa exasperou-os promovendo ameaças e insultos”.<sup>344</sup> Nessa perspectiva, os “ciganos” emergem como representantes de um mal que “infesta os sertões”

<sup>341</sup> Gazeta de Picos, 08/12/1909, Ano VI, nº 275, p.01.

<sup>342</sup> Id. 28/10/1911, Ano VIII, nº344, p.02, grifei.

<sup>343</sup> Ibid.

<sup>344</sup> Ibid.

e ameaça a “vida e a propriedade” e a integridade, constituindo-se em textos desautorizados, sem direitos às benesses da dita hospitalidade sertaneja.<sup>345</sup>

É importante destacar que, as inscrições textuais que esses indivíduos traziam em seus corpos constituíam-se em fabricações do poder, articuladas através de distintos campos de saber, médico, jurídico, sagrado e popular, que tornavam corriqueiras as expressões, “arruaceiros e criminosos”, “desordeiros” e “malfeitores” para designá-los. Tratando-se de denominação generalizante, o termo “cigano” carregava um sentido pejorativo, que se confundia com a de forasteiro, criminoso, vagabundo e migrante. Nesse campo discursivo, tendia-se a homogeneizar as experiências nômade em uma só categoria, a de ciganos, de maneira que migrantes, viajantes e andarilhos, aparecem frequentemente confundidos com os ciganos, como sinaliza o texto abaixo:

De certos dias a esta cidade, um bando de indivíduos vagabundos, perniciosos e celerados, vive a alarmar os habitantes deste município [*Picos*] [...] praticando toda sorte de absurdos, saqueando roubando com ameaças de morte [...] essa horda de miseráveis salteadores andam todos bem armados de rifles e pistolas. Acodem pelo nome de “ciganos”.

Sabemos, no entanto que são esses bandidos, quase todos naturais do Ceará, contra os quais se torna preciso um movimento reacionário a fim de trazê-los a severa punição com que a lei os espera.<sup>346</sup>

O relato deixa entrever que o termo “cigano” era empregado para nomear os agentes sociais tidos como indesejáveis, em geral, os forasteiros, de outros estados ou até mesmo de outras cidades do Maranhão. Ao vencerem os limites que separavam as fronteiras culturais, sociais e políticas, esses grupos teciam suas histórias sob o peso do *não-lugar*, da mesma forma como se desenhou a silhueta de homens e mulheres mutilados pela perda e a dor “de algo deixado para trás”,<sup>347</sup> lançando-se em comitiva e/ou solitários pela vastidão das estradas e dos lugares que pontilham o interior do país. Sob o signo do anonimato, do nomadismo e do perigo, eles driblavam os limites demarcados pelas redes de poder e reconfiguravam os espaços por onde circulavam.

Associar errância com perigo parece ser algo recorrente no discurso da imprensa. Para isso é preciso que se observe a forma como se configurou a cartografia desse espaço social: de um lado, a parte sul do Maranhão faz fronteira com o Piauí, tendo como limite o rio Parnaíba, que simbolizava o fim da seca, um alento para as inúmeras famílias que fugiam de uma vida de miséria e desesperança; e de outro, delimitado pelo rio Tocantins que representava a entrada para a Amazônia, um tempo de recomeço para as famílias que

<sup>345</sup> Ibid.

<sup>346</sup> Gazeta de Picos, 28.10. 1911, Ano VIII, nº344, p.02, grifei.

<sup>347</sup> SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46.

seguiram em busca das áreas aglutinadoras do *boom* da borracha no sul e sudoeste do Pará e das zonas diamantíferas no Mato Grosso. Entre o fim e o começo, esboça-se um território que se constituiu em uma larga faixa de passagem de um ponto a outro do país para uma leva de correntes migratórias.

Destarte, o espaço chamado sertão ao se delinear nesse lugar de passagem, vai se configurando em lugar agonístico, em que a figura do “outro” passa a compor um quadro de desconforto e de temor. Como sinaliza Deleuze e Guattari, uma das funções do Estado é estriar os espaços, visto que “para qualquer Estado não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um ‘exterior’, sobre o conjunto de fluxos que atravessam o ecúmeno.”<sup>348</sup> Por conseguinte, nesse palco, a figura do “outro” funda um lugar de intransigência por onde o menor sinal de desvio é recepcionado com extrema hostilidade. Como dizia o proprietário da fazenda Campo Alegre: “Não são somente ciganos os que infestam os sertões maranhenses são uma horda de ladrões assassinos e bandidos de diversos Estados que sob aquele nome roubam a propriedade de populações indefesas”,<sup>349</sup> desenhando um cenário em que o anonimato, a ausência de moradia fixa, os deslocamentos de grupos e as diferentes formas de apropriação dos espaços das cidades corroboravam um tipo de olhar que associava errância a perigo.

Michael Foucault, ao elaborar a noção de bio-poder para pensar nas tecnologias de poder que a partir do século XVIII passaram a agir sobre a vida, através da mobilização de “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações”, arquiteta um modelo de sociedade na qual a norma passou a atuar diretamente na classificação e adestramento dos corpos.<sup>350</sup> O exercício do bio-poder nas sociedades ocidentais me auxilia no estabelecimento de conexões com um feixe de práticas classificatórias e discriminatórias que operam no interior das organizações sociais, especialmente do recorte espacial aqui analisado, a fim de definir o “outro”, o estrangeiro, o cigano, etc. Colocando-se em apreciação as noções de perigo, de ameaça e de degeneração que esses sujeitos trazem inscritos, pode se verificar a forma como os dispositivos de poder engendram efeitos de verdade que legitimam essas práticas de rejeição e expulsão desses indivíduos. Como argumenta Foucault, “múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social” e “elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se,

---

<sup>348</sup> DELEUZE; GUATTARI, op. cit., 1997, p. 59.

<sup>349</sup> O Norte, 23/09/1905, Ano XXVII, nº 663, p.02.

<sup>350</sup> FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p.145-164.

nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro”.<sup>351</sup>

É nesse sentido que os grupos designados como “ciganos”, ao serem produzidos pelo discurso da imprensa através de representações como violentos, ladrões, trapaceiros, feiticeiros passam a ser encarados como caso de polícia, estando sujeitos a todo tipo de intervenção social. Tratava-se, desse modo, de refrear as ameaças, nem que para isso se reagisse com as armas em riste, como se nota na fala de uma autoridade policial sobre o ataque a um grupo de “ciganos”: “antes que cheguem as necessárias providencias por parte do governo do Estado [...] é preciso que declaremos aos interessados que lhes assiste o direito de reagir, mesmo pelas armas contra semelhante cáfila de patifes”.<sup>352</sup>

Entretanto, no âmbito das formas de sujeição a que estavam submetidos os agentes sociais vistos como “indesejáveis”, as técnicas e os procedimentos de poder estendiam-se em direção ao controle dos fluxos de sujeitos em movimento pelo território. É bom lembrar que nesses “núcleos sertanejos” circulava o comércio de ideias/mercadorias, assim como se estabeleciam relações sociais de sujeitos em constante trânsito nas fronteiras com os Estados vizinhos, logo na tentativa de esquadramento dos espaços o choque com as subjetividades não fixas apresentava-se como empecilho ao ordenamento social.

Tornam-se bastante recorrentes representações nas quais a manifestação da violência era dirigida aos forasteiros, responsabilizando-os pelos crimes ou pelo aumento na criminalidade em algumas cidades. Ora, nessas significações narrativas a violência se configura em algo externo, permitindo que me aproprie das palavras de Nobeit Elias, para quem os *outsiders* são vistos pelos estabelecidos como “indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.”<sup>353</sup>

<sup>351</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 28.

<sup>352</sup> O Norte, 28/10/11, Ano XXIII, p.03.

<sup>353</sup> Em *Os Estabelecidos e os outsiders* (2000), Nobeit Elias faz um estudo etnográfico de uma comunidade inglesa próxima a Leicester, ficticiamente denominada de Winston Parva, no fim da década de 1950. Ao atentar para a divisão existente entre grupos de estabelecidos e os forasteiros (*outsiders*), Elias reflete sobre a dinâmica das relações de poder que perpassam as formas como os grupos de indivíduos fixados na comunidade se viam como “superiores” diante dos novos residentes, vistos como sujos e “desordeiros que desrespeitam as leis e as normas”. Como diz esse autor, “os grupos estabelecidos cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo” (ELIAS, 2000, p.19). Por não terem coesão interna e serem desconhecidos tanto dos grupos com maior poder quanto entre si os novos residentes não conseguiam revidar e acabavam sentindo o “efeito paralisante” das estigmatizações. Ademais, os membros dos grupos de residência antiga para se manterem dentro desse “grupo superior” tinham que se submeter às regras específicas, “através da sujeição de conduta a padrões específicos de controle dos afetos”. Nesse caso, o contato com os *outsiders* era visto como “desonra”, o que diminuía a importância de quem praticava dentro do grupo estabelecido (Ibid., p. 26-27).

Em uma reportagem de *O Norte*, o aumento da criminalidade em Caxias no ano de 1909 recaía sobre o “aglomerado de gente da pior espécie que, atraída pela esperança de colocação nos trabalhos da Estrada de Ferro, ou pela emigração de vagabundos e desordeiros que dos outros estados afluem para estes trabalhos”.<sup>354</sup> Instituído-se um tipo de discurso que via o estranho como naturalmente violento. O fluxo de pessoas em direção a Caxias, o segundo maior centro urbano do Estado, em busca de trabalho na construção da linha férrea São Luís à Caxias<sup>355</sup> acentuava ainda mais a produção de alteridades, tendo em vista a correlação do “outro” com o crime. Isso se nota no decorrer da matéria quando esses trabalhadores são designados como “um verdadeiro perigo para a segurança pública” e para o esgarçamento do tecido urbano, estando diretamente relacionados com “desenvolvimento assustador que o crime esta adquirindo na operosa cidade de Caxias e seus arredores”, pois “num de seus números, apresenta uma estatística de assassinatos e ferimentos cometidos em uma semana bastante pavorosa”.<sup>356</sup> Daí a necessidade de que se reprima, de que se fiscalize também a figura do migrante, como alerta uma nota publicada nesse mesmo jornal:

A polícia local tem estado em louvável atividade nestes últimos tempos. Não tem sido pequeno o número de prisões correccionais efetuadas em indivíduos arrepiantes e vagabundos, classe que vai proliferando entre nós, devido não só a migração de outras localidades maranhenses como, principalmente, a de outros Estados vizinhos.<sup>357</sup>

Nesse fragmento do relato do jornal constrói-se a cenografia de um espaço em que a chegada de homens e mulheres fustigados pelas secas, especialmente a de 1915, apresentava-se como ameaça, visto que a proliferação de sujeitos sem identidade fixa, sem trabalho e sem destino certo se colocava como problema para os poderes constituídos e para os grupos sociais. Várias matérias problematizavam a imagem dos flagelados que transitavam pelas cidades, situando-se de um lado uma minoria que ainda detinha certo

<sup>354</sup> *O Norte*, 18/12/1909, Ano XXI, nº 875, p.02.

<sup>355</sup> De acordo com o engenheiro Eurico Teles de Macedo que chegou em 1906 para trabalhar na construção dessa via férrea, o objetivo maior de sua construção era escoar as mercadorias produzidas nos Estados do Maranhão e Piauí, sobretudo em virtudes das difíceis condições de navegação no rio Itapecuru até o porto de Caxias. Diz ele, que em 1905 uma equipe de engenheiros foi enviada para os trabalhos de reconhecimento da zona onde se assentariam os trilhos (de Rosário até Caxias), contudo a história dessa ferrovia foi cercada de imensas reviravoltas: em 1910, a firma Proença Encheveria & Cia foi contratada para dar início a empreitada, sendo suspensa nesse mesmo ano pelo Governo Federal em virtude das condições do solo e das limitações do trajeto. Escolhido novo traçado, dessa vez na zona marginal do rio Itapecuru, e iniciados novos estudos e investimentos, a obra foi suspensa em 1914 em virtude da I Guerra e em 1917 por falta de trilhos; a partir da década de 1920 a estrada foi posta em funcionamento, primeiro da cidade de Rosário à Caxias e mais tarde da capital à Caxias, depois da edificação da ponte sobre o estreito dos mosquitos (1923) que liga a ilha de São Luís ao continente (MACÊDO, op. cit., p. 111-118).

<sup>356</sup> *O Norte*, 18/12/1909, Ano XXI, nº 875, p.02.

<sup>357</sup> Id. 01/09/17, Ano XXIX, p.02.

poder econômico, que tratava logo de se fixar, comprando terrenos e construindo moradias; e de outro, uma maioria pobre que se disseminava pelas ruas das cidades vivendo à custa de esmolas. Era, sobretudo, sobre essa população pobre que as tentativas de regulação do comportamento social pareciam se voltar.

Conforme pude verificar ao longo desta pesquisa, a área sul do Maranhão foi rota de passagem para os grupos que vinham dos Estados do Nordeste, sendo que muitos ficaram pelo caminho e foram se reterritorializando em algumas cidades. Daí ter sido forte a presença de homens, mulheres e crianças vindos do Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraíba na constituição de alguns núcleos urbanos. Mas o fato é que essa população flutuante vai emergir como fonte de insegurança aos sedentarizados, de maneira que as autoridades policiais vão ser comumente acionadas no sentido de conter o fluxo e a circulação desses agentes sociais. Pois, ao assumir esse lugar do perigo, o migrante passa a ser correlacionado com o discurso da desordem, não sendo rara sua associação com o jogo, a criminalidade, a prostituição e a bebedeira. Como se observa, em uma matéria no qual o alvo de denúncia era a desordem promovida por dois forasteiros do Araguaia em um prostíbulo nas redondezas de Barra do Corda:

[...] após um samba num subúrbio próximo, onde as libações ocorreram repetidas, encontraram-se nesse trecho de rua dois mestiços precedentes do Araguaia com dois soldados da polícia. Daqueles o conhecido pelo nome de Serra Negra, agrediria com um facão, de que estava armado a um dos soldados, por ter, segundo dizia, dado em sua amasia, de cuja casa estavam muito próximos.

O soldado Cambraia para quem era dirigida as cutiladas de Serra Negra, procurava defender-se com um frágil cacete que tinha a mão, em quanto o companheiro, também desarmado procurava na escuridão da noite um pedaço de pau qualquer com que ajudasse na defesa do agredido.

Nesta tétrica meia noite uma bruma espessa fechara a lua das estrelas: profunda escuridão dominava a terra. No maior acesso da luta, o companheiro Serra Negra de nome Felipe, voltava armado de rifle e colocara-se a pequena distância. Nesse momento vem chegando Tertuliano, descuidadamente dedilhando nas cordas de uma viola, a indagar do que se passava. A sua aproximação que o som da viola mais destacava, Felipe cuja perversidade mais se acentua por ser estranho aos antecedentes que motivaram a luta entre Serra Negra e Cambraia, desfecha um tiro de rifle em Tertuliano, que o mata instantaneamente. Feito isto, foge apressadamente sendo seguido por Serra Negra que deixara bastante ferido o soldado Cambraia, com quem brigava.<sup>358</sup>

A estratégia narrativa do jornal, ao projetar uma cenografia em que cintilam signos como a escuridão da noite, a lua e as estrelas, a bruma espessa e fechada, o som da viola, a mulher amada, as libações, os forasteiros e as armas formavam um quadro dramático e trazia um duplo interesse: o primeiro, no que toca a recepção das matérias pelo público leitor, uma

<sup>358</sup> O Norte, 04/4/1908, Ano XX, p. 02.

vez que os relatos dos enfrentamentos e combates travados no interior dessa sociedade ao adquirirem um tom de dramatização faziam das notícias algo mais atrativo ao público. Já o segundo, encontra-se no modo como essa narrativa cria espaços, demarca zonas específicas das cidades onde as motivações que induziam à prática da violência pareciam ser inerentes, de maneira que a manifestação da violência parece interligada às partes periféricas das cidades (arrabaldes, periferia, zonas de mata etc.). Nesse relato, torna-se substantiva a produção de representações que oferecem sentido aos signos indicadores de práticas que fogem ao modelo racional de civilização: a boemia, as “libações”, os “sambas”, ou, com os signos que instituem “o outro” como o anonimato, a desordem e a “perversidade”. De modo que essas narrativas da imprensa reconfiguram os espaços das cidades, produzindo ambientes e personagens favoráveis para o exercício da violência.

Se lançarmos o olhar para o fluxo desses acontecimentos recortados pelos registros da imprensa, podemos localizar indícios das condições de vida tanto dos sujeitos que se fixavam nessas cidades e iam se apropriado dos códigos vigentes, quanto dos que por não se fixarem inscreviam trajetórias ziguezagueantes, imprimindo novos contornos aos lugares, estabelecendo diferentes formas de contato e produzindo novas experiências. Nessa relação entre os de “fora” e os de “dentro” vão se insinuar um reticulado de regras e de leis de sobrevivência reveladoras de um lugar simbólico que, ao que parece, projetava-se à revelia do controle e da disciplina do Estado.

Ao colocarem em xeque os referenciais da ordem urbana, os *outsiders* tornavam-se alvo de uma rede de relações que operavam reforçando as práticas de disciplinarização e de intervenção nos espaços. Tomando forma no discurso da imprensa uma necessidade difusa de temer, de classificar, de conter e de expulsar o que se anunciava como estranho, arquitetando-se paisagens em que a presença do “outro” cria um clima de desconfiança, cuja ameaça de invasão às propriedades e a gratuitidade da violência se espalhavam em ritmo galopante e assustador. Nos jornais, repetitivas queixas queriam evidenciar as condições insustentáveis de terror proporcionado pelas “hordas de desordeiros” que rotineiramente estavam de passagem pelas cidades, em um caso citado em *O Norte* pode se flagrar tal instantâneo:

Contínuas queixas chegam a esta cidade contra providências cometidas por certa ordem de desordeiros, especialmente da zona do Japão, onde os fatos se reproduzem de forma assustadora.

Não há tempo por aqui foi barbaramente espancado Silvano Teixeira, deixado morto na entrada entre poças do próprio sangue com a cabeça e um braço quebrados sem que as agressões tenham sofrido até hoje a mesma punição.

[...] entram em casas, espancam indefesos moradores ameaçam de mortes aos que protestam contra esses desatinos e assim vão adquirindo fama de valentes e criando o pânico nas circunscrições em que põem em ação suas façanhas. E o pior de tudo é que não temos presentemente nesta cidade policiais que tomem providências contra tais abusos, continuando os delinquentes a cometerem novas tropelias.<sup>359</sup>

Em face de tais ameaças à ordem e à vida, forjavam-se discursos nos quais o aumento da criminalidade em áreas específicas desse território era, em geral, associado a essa “invasão” de forasteiros de outros Estados ou outras cidades do Maranhão. E em casos de temor generalizado, como se nota no texto acima, tornava-se substancial para a dilatação do medo a falta de aparelhamento e de preparo da polícia. Nesse âmbito, a própria estrutura física das cadeias públicas, em regra pequenos casebres de palha, quando não moradias de membros da polícia, que serviam de abrigo para os presos, o que tornavam constantes as reclamações sobre as fugas dos presos, conformava a descrença nas “instituições de ordem”. Desse modo, a ubiquidade do medo convergia para a produção de um perigo aleatório e iminente que vinha de todos os lados, da escuridão, de outras cidades, das matas, dos anônimos; que se espreitava nos caminhos, nas margens dos rios, nos roçados; que ameaçava destruir os corpos, as territorialidades, as propriedades, a honra e a sobrevivência. O fato é que nessa tentativa simbólica de demarcar o perigo, a violência vinha como algo externo e difuso, de outra natureza e sempre mais veloz que a ordem.

Seguindo essa linha, da violência como algo externo e difuso, uma reportagem publicada no jornal *O Norte* em janeiro de 1906 sob o título “Fatalidade: Moisés Carneiro Varão assassinado por um louco” apontava uma dentre as várias representações mobilizadas para simbolizar a figura do errante e do “de fora”, a que o relacionava à figura do louco. Trata-se da história de Moisés, um comerciante de Barra do Corda que foi assassinado por um viajante que de passagem pela cidade foi hospedado em sua casa. Estampada na primeira página dessa folha, o “trágico desfecho” ocorrido nessa cidade mobilizou a imprensa pela “monstruosidade” do acontecimento, que, de acordo com o periódico, chamava atenção pela gratuidade do crime. Segundo o relato dessa folha, o viajante foi tendo alterações de comportamento ao longo da viagem, conforme informações colhidas no depoimento de seu acompanhante: “Victorio tomara em viagem uma chávena de café e apanhara em seguida uma chuva, queixando-se logo depois de uma forte dor de cabeça, desde quando esse companheiro foi reconhecendo nele fortes e evidentes sinais de perturbação das idéias”.<sup>360</sup>

<sup>359</sup> *O Norte*, 25/02/1905, Ano XVII, p.02.

<sup>360</sup> *Id.* 27/01/1906, nº 679, Ano XVIII, p.01.

Narra o jornal que diante desse evento, Moisés acolheu o “forasteiro” em sua residência, “ao ponto de fornecer-lhe muda de roupa e rede em substituição da que se molhara na viagem”, e em retribuição o visitante teria respondido com um “tiro na cabeça a queima roupa, cuja carga de bala e chumbo lhe empregou pouco acima do olho direito,” e ainda aplicou na sogra desse comerciante “uma pancada com o cabo da garrucha, deitando-a em terra com o cancro partido”.<sup>361</sup>

Ao longo desse relato segue-se um retalho de falas que descrevem o clima de suspeitas que se cercou da visita desse viajante: “a noite desse mesmo dia, circulou o boato de que o homem doente, armado de uma faca saíra do quarto e percorrera as ruas da cidade”; “Soube-se em seguida que o homem não havia saído, mas com uma faca achava-se no quarto, cujas portas mais tarde fechou”; “algumas pessoas mais curiosas, o observaram pela fresta de uma das portas e o viram de joelhos, na posição de quem ora, mas sempre com a faca empunhada”.<sup>362</sup> O teor dessas narrativas acena várias possibilidades de leitura: primeiro, aponta pistas sobre a forma como se produziam as notícias, tendo em vista o valor simbólico do boato na construção do acontecimento. Como dito anteriormente, em um espaço marcadamente rural, cujas dificuldades de transporte e de comunicação atravancavam o processo de produção e de circulação dos impressos, as notícias narradas de boca em boca chegavam com uma rapidez e com a textura que tem os fatos colhidos no frescor da hora. Assim, o boato surge como componente imprescindível nessas narrativas.

Segundo, ao sinalizar para a natureza dúbia dos “de fora”, a narrativa reforça tanto as práticas e discursos que condenam aqueles que circulam de um lugar para o outro, quanto ressalta a imagem de uma sociedade ordeira, hospitaleira e pacífica que se vê afrontada cotidianamente pela ameaça de um medo iminente da violência. Regina Beatriz Guimarães Neto, ao analisar as cidades surgidas em torno da exploração do diamante em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, salienta que nesse mundo social os indivíduos que levavam uma vida sem moradia fixa, “enquanto não se estabelecem, fixando-se e adotando os códigos sociais de uma vida sedentária, são vistos como figuras malditas ou como loucos maltrapilhos”.<sup>363</sup>

Isso nos permite pensar na composição de um diagrama de forças diligentemente voltado para captar e deter o que se insinuava como perigoso, mesmo que este se configure

---

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> Ibid.

<sup>363</sup> GUIMARÃES NETO, op. cit., 2006, p. 96.

em algo volátil. De tal monta que precisavam ser refreados por sistemas de normatividades e pelo reforço do aparato policial.

#### 4.4 Os que bebem, matam e torturam

Entretanto, para além das linhas que separavam sedentários e nômades, infinitas práticas sociais se estabeleciam no cotidiano das cidades. Tendo como referência a violência, elas emergem nos relatos da imprensa como possibilidades de leitura da metáfora espacial sertão. Tratando-se de dispositivos de poder que convertem os micro-acontecimentos em “negócios” ou crônicas do cotidiano,<sup>364</sup> os jornais faziam o papel de porta-voz do discurso civilizador, e para isso moviam intensos combates às práticas vistas como incivilizadas.

Se lançarmos o olhar para as matérias dos jornais que surgem no início do século XX, é possível observar como vai se delineando um discurso do progresso que almejava o estabelecimento de normatividades e de padrões de civilidade/urbanidade. Para isso, os estratagemas voltados para a superação de costumes vistos como atrasados fervilham como códigos normativos do ordenamento social, em que pese às redes de relações que operavam no combate de práticas ilícitas e que passavam a contestar a existência de um código moral intrínseco à ordem dos costumes e das leis não escritas dos lugares.

Dentre as inúmeras práticas ditas incivilizadas, o porte de armas e o consumo acentuado de álcool estiveram no centro das narrativas da imprensa, sendo duramente perscrutados e combatidos. Nas páginas dos jornais recorrentemente, as armas de fogo e as armas brancas eram citadas em associação com a cachaça, de forma que esses dois emblemas simbolizavam uma “retórica corporal” que atuava na produção de subjetividades (bêbado, vadio, criminoso) como plasmava um lugar da violência. *O Norte* reforçava essas representações, ao narrar o bate-boca entre dois sujeitos “alcoholizados e propensos a desordem”, no povoado Morro do Chapéu nas proximidades de Barra do Corda: “o primeiro queria forçar o outro ao jogo do cacete, o qual foi investido de facão em riste deu-lhe um golpe profundo na carótida, prostando-se morto”.<sup>365</sup> A gratuidade do crime se inscreve nesse discurso como algo proveniente da combinação explosiva entre a prática da bebedeira e do

---

<sup>364</sup> FOUCAULT, Michael. A vida dos homens infames. In: Ditos e escritos IV. III: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a, p.219.

<sup>365</sup> O Norte, 20/05/1910, Ano XXII, p.02.

uso de armas, já que se conjugavam na produção de falas que relacionavam essas práticas a uma torrente de ações violentas.

Personagem recorrente no cenário rural brasileiro, a cachaça foi um elemento chave nas histórias de valentia, de macheza, de honra e de vingança que moveram as trajetórias e experiências de um variado número de atores sociais pelo interior do país. Robert Lenine, ao analisar o universo cultural do dito sertão baiano no final do século XIX, argumenta que o álcool juntamente com o tabaco foi frequentemente comercializado nas feiras e nas casas comerciais espalhadas pelas cidades e pelos povoados, sobretudo pela facilidade de transporte e de comercialização desse tipo de mercadoria, e também pela larga produção caseira feita nos alambiques.<sup>366</sup>

Através da pinga, homens e mulheres que levavam uma vida de fastio e de pobreza bebiam a própria desgraça e frustração, deixando aflorar as tensões cotidianas e as redes de solidariedade, que com certa constância eclodiam em cenas de violência física. Assim, das narrativas da imprensa desprende-se um feixe de histórias cuja cachaça torna-se a força motriz e a matriz narrativa dos enredos.

As peripécias de um grupo de transeuntes que se dirigiam para “um samba” no interior da comarca de Barra do Corda, mais especificamente no povoado Ourives, serve de exemplo para o exposto acima. Segundo o jornal, essa alegre comitiva ia de vez em quando tomando “um trago da branca” para ir diminuindo a distância que os separava da festa, quando se desenrolou uma briga entre um casal, na qual Manoel Benedito agrediu sua esposa com bofetadas.<sup>367</sup> No ápice do conflito, o irmão da agredida, ao assistir à cena de violência contra a irmã, intervém na discussão e “desfecha um tiro de arma de fogo” em Manoel, “deitando-o sem vida no solo”.<sup>368</sup> Nesse relato embutido de carga dramática a fala do articulista do jornal agencia uma série de explicações para a manifestação da violência nesses episódios que vinham ocorrendo na comarca de Barra do Corda, segundo ele: “O móvel, como o de quase todos os outros fatos graves que se tem dado ultimamente em diverso tempos deste termo, foi a cachaça, foi a festa, a falta de ocupação”.<sup>369</sup> Tal narrativa, engendra discursos que demarcam “o interior da comarca” como perigoso, pois seria aí onde mais se verificava o acúmulo de práticas que colocavam em xeque o discurso da ordem. Ao estabelecer paralelo entre bebida, festa, vadiagem e violência, o relato deixa entrever um

---

<sup>366</sup> LENINE, Robert M. O sertão prometido: o massacre de Canudos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 149.

<sup>367</sup> O Norte, 26/01/1907, Ano XIX, nº 730, p.02.

<sup>368</sup> Ibid.

<sup>369</sup> Ibid.

reticulado de práticas, que correlacionados com a ideia de intranquilidade, de perturbação e de perigo conspiravam o corpo social. Isso pode ser especialmente constatado quando o articulista dessa folha associa essas práticas com os crescentes roubos de gado ocorridos nessas áreas: “si não trabalham, comem, bebem, vestem-se e pagodeiam sem terem rendas próprias, é porque de alguma parte lhes vem”.<sup>370</sup>

A matéria, ao codificar a figura do bêbado com designações como desordeiros, desocupados e violentos faz de tais praticantes alvos de suspeição por parte dos agentes de vigilância. E um dos mais fortes mecanismos de regulação do corpo social foram as campanhas mobilizadas pela imprensa. A produção de dizibilidades que agregavam o aumento da criminalidade com o consumo exagerado da pinga fortaleceu a emergência de discursos e de estratégias de poder voltadas para a repressão ao consumo do álcool. Em um editorial intitulado “Guerra ao álcool”, *O Tocantins* equiparava a figura do bêbado a de um doente, que precisava ser tratado, curado, e submetido à caridade humana, pois o objetivo era combater esse “vício que tanto avilta e degrada os que dele se deixam dominar”.<sup>371</sup>

Nessas campanhas educativas e proibitivas que preenchiam páginas inteiras dos jornais, a cachaça figurava como um dos “males do sertão”.<sup>372</sup> Daí a necessidade da criação de medidas que visassem combater os malefícios provocados pelo uso abusivo da cachaça, dentre as quais a degeneração física e moral, uma vez que se produziu um tipo de saber que defendia que o álcool, ao induzir a perda da razão, fazia do sujeito que o consumia um alvo fácil para a prática do mal. Se o bêbado era visto como um degenerado, conseqüentemente ele corrompia moralmente, fisicamente e socialmente o tecido social. Isso explicava a articulação de diferentes campos de saber (científico, médico, psiquiátrico, jurídico, etc.) que ao produzirem regimes de verdade sobre o bêbado, o doente e o criminoso asseguravam o exercício minucioso do poder, através de medidas que incidiam sobre essas práticas sociais visando à prevenção, o controle e a expulsão.

No entender de Michael Foucault, saber e poder coabitam de tal modo que um está intimamente ligado ao outro, não existindo relação de poder sem a imediata formação de um campo de saber. Nessa perspectiva, em torno dos regimes de enunciados que se voltam para a saúde do corpo individual e social, normalizando os comportamentos, reprimindo os desejos e nomeando os gestos; revelam-se infinitas estratégias de poder que operam na construção de corpos dóceis e produtivos. Sobre esse poder disciplinar que se exerce pela

---

<sup>370</sup> Ibid.

<sup>371</sup> O Tocantins, 01/03/1915, Ano IV, p.02.

<sup>372</sup> Ibid.

vigilância, garantindo a sujeição dos indivíduos, Foucault salienta que nele estão em jogo interesses econômicos e políticos, que permitem que essas técnicas de controle se tornem lucrativas e mantenham a dominação política e econômica.

Daí várias publicações da imprensa apontarem os grupos sociais pobres, sobretudo das áreas mais afastadas dos centros de poder como agentes que tinham maior propensão a comportamentos sociais que levavam à prática da violência: “a maior responsabilidade em tudo isso está no excesso com que as classes inferiores do interior dessa comarca se entrega ao alcoolismo, as orgias dos desocupados e das quais são habitantes comparsas pessoas ignorantes e de má índole”,<sup>373</sup> o que justificava a legitimação de ações autoritárias para combater tais costumes. As campanhas contra o álcool e a atuação dos agentes de poder, ao tentarem fiscalizar, conter e classificar essas práticas; revelavam modos de investimento político sobre o corpo, que ao construírem a figura do bêbado em associação à do vadio e do criminoso, tinham como intento manter a utilidade econômica e política dos trabalhadores no campo e nas fazendas de gado, bem como esquadriñar seus passos e se apropriar de seus movimentos para melhor utilizá-los.

Em tais narrativas, o álcool se fixa nas maneiras em que se forja a figura do criminoso, emergindo como elemento vital no encorajamento do crime. Em matéria publicada sob o título “Conflitos, ferimentos e mortes”, *O Norte* desenhava mais um cenário de violência acontecido em uma festa nos arredores da comarca de Barra do Corda: “dominados pelo álcool que fartamente correrá entre os convivas, durante a noite Clemente de tal travara-se de razões com Izidoro que reagira estabelecendo-se um sério conflito entre os dois que armados de faca e facão tornavam grave a situação”.<sup>374</sup> Nesse campo de lutas Izidoro é morto com “três mortais facadas e cutiladas” e outras pessoas saíram feridas.<sup>375</sup> De tanto se repetirem, as narrativas de crimes que tiveram como peça-chave a cachaça reorganizam simbolicamente o espaço das cidades, no caso de Barra do Corda, que aparece na maioria dos relatos aqui relacionados, essas narrativas organizam um espaço onde se impõem separações, se alicerçam distâncias, se hierarquizam os espaços e se agenciam práticas de exclusão.

Em conformidade com as campanhas contra o álcool, acionavam-se também mobilizações em prol do desarmamento das populações urbanas. O editorial da *Gazeta de Picos* de novembro de 1907 lançava as vistas sobre o uso de armas no espaço urbano:

---

<sup>373</sup> O Norte, 29/08/1908, Ano XX, nº811, p.03.

<sup>374</sup> Id. 15/10/1910, Ano XXII, nº 920, p.03.

<sup>375</sup> Ibid.

O nosso rústico sertanejo sentido o peso da arma na cinta instintivamente volta sua imaginação para fantasias criminosas. Depois, todo o homem mesmo os medrosos se sentiu apoiados nas armas, embaralha as fronteiras que separam o direito sagrado da legítima defesa ao da agressão inútil e brutal. É assim que vemos o nosso sertanejo com sua índole meiga e pacífica tirar a vida de quem o ofendeu ou supõe ter ofendido cômico que faz nisso um ato tão louvável como o de matar uma onça no caminho da sua roça.<sup>376</sup>

Esse fragmento indica a existência de uma conduta aceita ou de práticas naturalizadas nas relações existentes nesse mundo social, como o uso de armas na solução de conflitos. Segundo o discurso do jornal, o hábito de “andar sempre carregando armas” relacionava-se com “a origem, senão a causa permanente da maioria dos crimes cometidos no país”,<sup>377</sup> sendo fortes os apelos da imprensa em torno dos dispositivos disciplinares, como a exigência de mudanças no código penal e a imposição de penas rigorosas para quem fosse pego portando armas e dos mecanismos de vigilância a fim de fazer um controle detalhado de tal prática.

É o que revela uma nota publicada em *O Tocantins* sobre uso de armas no perímetro urbano da vila de Santo Antonio de Balsas: “fica proibido qualquer pessoa andar no perímetro dessa vila armado com armas de fogo, faca, facão, cacete ou qualquer outra arma proibida”, ou ainda “atirar-se a qualquer arma de fogo no perímetro da vila, assim como fazer chinfrins, batuques e qualquer algazarra que incomode o sossego público da localidade”.<sup>378</sup> A medida tomada pelo chefe de polícia visava ao combate de hábitos frequentes entre os moradores dessa cidade de carregar armas e empunhá-las ao menor sinal de afronta.

Segundo o relatório do engenheiro José Palhano de Jesus, de 1911, a importação de armas para essa parte do Maranhão constituiu-se item indispensável na lista de produtos adquiridos pela população. Diz ele: “há uma grande importação de rifles, arma que se encontra por toda parte no sertão”.<sup>379</sup> O estado de belicosidade em que viviam essas localidades atravessa as significações construídas pelas narrativas da imprensa, incorporando-se nas atividades festivas e lúdicas, como sinalizava uma matéria que condenava os costumes presentes nas comemorações do Sábado de Aleluia em Carolina: “Francamente e um índice de bons costumes. Pelo contrario, causa estranheza e vergonha o tiroteio de rifles e revolveres, desde alta madrugada até as sete da manhã, a titulo de “romper

<sup>376</sup> Gazeta de Picos, 16/11/1907, Ano IV, nº 181.

<sup>377</sup> Ibid.

<sup>378</sup> O Tocantins, 12/02/1915, Ano III, p.03.

<sup>379</sup> JEZUS, op. cit., 1911, p. 20.

da aurora”.<sup>380</sup> A malhação do Judas, ritual bastante popular no Nordeste brasileiro, encenado no Sábado de Aleluia do período pascoal, é descrito nessa reportagem como prática típica de “aldeias e lugares atrasados”, em virtude do risco que representava para os moradores de Carolina, onde se desenrolavam as cenas de faroeste em plena madrugada. Os casebres de palha repicados pelas balas dos rifles imprimiam o discurso da desordem numa sociedade que se queria civilizada, de sorte que a belicosidade de algumas cidades ao serem enunciadas como fontes de preocupação nos registros dos jornais, faziam circular produções discursivas no qual o espaço urbano tornava-se alvo dos aparelhos disciplinares tendo em vista a racionalidade técnica e o ordenamento social.

Em outra reportagem pedia-se o auxílio da Intendência Municipal sobre a mesma festividade. Dessa vez o cenário da brincadeira era Barra do Corda, e com o título “Um mau costume” *O Norte* descrevia em primeira página as “práticas turbulentas” que se deram na noite da Sexta-feira Santa: “São correrias desenfreadas pelas ruas da cidade, entradas violentas em domicílios, visando a subtração de ajudas; devassamento de plantações nos quintais, uma surriada infernal, cerrada fuzilaria a Winchester, pistolas e revolveres”.<sup>381</sup> A surriada das balas assume nessa narrativa um efeito visual e sonoro que remete à imagem dos territórios sem ordem e sem lei, de forma que a geografia da cidade é ressignificada a partir do tempo das balas, afetando os modos de interação social e instituindo-se espaços de poder nos quais a posse da arma surge como signo de personificação do valente, do macho, do bandido, etc.

O aspecto simbólico do uso das armas ao ser empregado como recurso retórico nessas narrativas tornava possível que insurgisse uma série de representações, como a que assegurava um modelo de conduta e de comportamento social mediado pela arma em punho, visto que há um olhar essencializado que correlaciona os moradores dessa espacialidade entendida como sertão a uma ideia de violência latente, entranhada na paisagem e nas pessoas que se situava na ordem da natureza.

Dessa maneira, conjugavam-se forças que tinham interesse em frear essas práticas culturais que tanto maculavam a imagem que se queria projetar das cidades que pontilhavam esse vasto território. De forma que, na tentativa de reestruturação do espaço urbano o discurso da imprensa propõe a intensificação do controle, para que tais práticas não transformassem personagens inocentes em vítimas e algozes desses costumes, como informa

---

<sup>380</sup> O Sertão, 15/04/1918.

<sup>381</sup> O Norte, 18/04/1914, Ano XXVI, nº 1100, p.02.

a matéria publicada na *Gazeta de Picos*, ao lamentar o acirramento “do tiro de armas de fogo dentro da cidade” não mais somente entre homens, mas também executado por crianças: “verdadeiras crianças que não tem consciência de seus atos, munidos de espingarda, andam pela cidade e seus subúrbios que são também frequentes as caças aos pobres passarinhos, pondo assim em grande risco as vidas dos transeuntes”.<sup>382</sup> Ao apelar para a preservação do lugar da infância, o discurso da imprensa sugere que se repense e se vigiem essas práticas que transformam crianças em personagens de risco para os referenciais da ordem urbana: “a qualquer momento pode se dar uma desgraça [...] pondo assim em grande risco as vidas dos transeuntes. Já temos exemplos de fatos lamentáveis, devidos a essa imprudência”.<sup>383</sup> Em 1913, essa mesma folha continuava a reclamar dos tiros pela cidade, ao ponto das estratégias de controle terem se expandido para apreensão de armas: “já é crescido o numero de facas de tamanhos e formas diversas e revolveres apreendidas em poucos dias”.<sup>384</sup>

Isso significa dizer que a referência espacial sertão insurge como campo de forças, zonas de conflitos, e neles atos corriqueiros e pequenas intrigas situavam-se no limiar de acontecimentos trágicos. As armas ao regerem os destinos narrados pela imprensa tornavam-se alvos tanto das estratégias de controle social dos espaços quanto dos lugares de sujeitos. Destarte, as paisagens que se colocavam em cena em alguns jornais eram de lugares sitiados pelo medo e pelo crime, no editorial do *Jornal do Comércio* intitulado “Para onde marchamos?”, o articulista retratava a cidade de Caxias por meio de imagens que traziam à tona um cenário conflagrado pela ausência do Estado, reiterando antigas representações que reforçavam o discurso sobre o estado de isolamento e abandono em que viviam os moradores dessa porção do Maranhão:

Estamos sem policiamento – por falta de soldados, ou por que os que têm não merecem esse qualificativo. O clamor é geral contra a insegurança em que vivemos. A policia se limita sempre a proceder corpo de delito e a fazer inquéritos. A sua alta missão preventiva está completamente esquecida. Daí o uso de armas proibidas que já tem foros de cidade, tal é o garbo com que se exibem as *afiadas* pajéhus, e os polidos SMITHS WEST e os modernos MAUSER.<sup>385</sup>

A passagem acima parece sinalizar a produção de um espaço social em que a falta de intervenção e de confiabilidade nos poderes constituídos permitia que se forjasse um território em que a violência precisava ser encenada continuamente, para firmar as leis dos lugares. Bem como põe em relevo a ineficácia do aparelho policial e da justiça na resolução

<sup>382</sup> *Gazeta de Picos*, 09/11/1907, Ano IV, nº180, p.01.

<sup>383</sup> *Ibid.*

<sup>384</sup> *Ibid.*, 16/07/1913, Ano VI, p.03.

<sup>385</sup> *Jornal do Comércio*, 15/09/1909, Ano VII, nº 142, p.01 grifo do autor.

dos conflitos: “os crimes se dão ao meio dia cada um mais hediondo, [...] mata-se por qualquer motivo, mas a legítima defesa é o manto esfarrapado com que todos se acobertam escondem para iludir a justiça”.<sup>386</sup> Nesse espaço de domínio dos pajéhus, dos Smiths West e dos Mauser, apreende-se um discurso sobre a violência que parecia sustentar a existência de redes sociais deslocadas do aparelho de Estado, no qual as armas se constituíam em emblemas de um código de honra e de leis próprias desse universo simbólico.

Desse modo, agenciam-se representações e discursos voltados para reprovação das práticas dos agentes de polícia e de justiça, deixando entrever os constantes choques e combates entre membros da sociedade civil e das forças policiais. Em uma série de troças publicadas no *Jornal do Comércio* sob o título “Galhofa”, o apedrejamento sofrido pelo Juiz Municipal de Caxias foi o tema de uma quadrinha:

O ‘Comércio’ é quem diz.  
Que um senhor escrivão.  
Apedrejou um juiz.  
Na Princesa do Sertão.  
Merece um conselho agora.  
O juiz apedrejado:  
‘Despache sem mais demora.  
Os autos que tem parado’.<sup>387</sup>

O texto aponta para a ineficácia e a inércia do sistema judiciário nessas áreas mais afastadas dos centros mais dinâmicos, que por não se fazer legitimar através do cumprimento da lei tornava-se alvo fácil das brincadeiras e dos rancores. Além disso, revela-se a descrença em um sistema que, ao invés de conter o aumento da violência, a incitava através de medidas que conjugavam os interesses dos grupos dominantes.

Mas, paralelamente à representação de um judiciário acéfalo, coabitava no discurso da imprensa a imagem de uma polícia desordeira, autoritária e arbitrária, sendo em muitos casos reduzida a uma peça da engrenagem social mantida pela força dos coronéis locais por meio dos seus mecanismos de dominação. Encontra-se aí um tipo de agenciamento da imprensa que via no fracasso permanente do aparato policial e jurídico o aumento considerável da violência nesse território, não só em decorrência da proliferação de ações individuais no sentido de resolver os conflitos por seus próprios meios, como da prática de atos de violência e arbitrariedades cometidos pela polícia como forma de controle social.

Porém, não é de se estranhar que se relacione a polícia com o uso da violência, já que em termos históricos, a ação violenta da polícia consagrou-se como norma institucional,

---

<sup>386</sup> Ibid.

<sup>387</sup> *Jornal do Commercio*, 30/11/1910, Ano VII, nº 52, p.01.

como diz Tereza Caldeira, encerrando-se o período escravista e iniciando-se a “ampliação legal da cidadania com a primeira constituição republicana, a ação violenta da polícia continuou a se interligar de maneiras complexas com o estado de direito e com padrões de dominação”.<sup>388</sup> Durante a chamada República Velha, as forças policiais estruturadas no interior dos Estados estavam diretamente controladas pelos coronéis, desempenhando papel central na repressão a oposição política e aos grupos sociais pobres<sup>389</sup>. De forma que os castigos físicos foram usualmente empregados por esses agentes, apesar de se terem sido criadas algumas tentativas de controle durante esse período.

Nos jornais são comuns as censuras contra os maus tratos e a truculência das forças policiais. Uma imagem bastante difundida é a dos métodos de tortura empregados, como o uso do tronco em algumas cadeias públicas. O tronco, que remetia ao período escravista, era aplicado como instrumento de punição em várias localidades, tornando-se personagem principal em uma variedade de artigos, autos, inquéritos e denúncias, publicados nos jornais. É sobre ele que falava o editorial do *Correio de Picos*, de 27 de outubro de 1910, ao mencionar a utilização desse instrumento no povoado Buriti Bravo pelo subdelegado de polícia para satisfazer interesses particulares e “vinganças pessoais”. O caso exposto no *Correio de Picos* contava a história de Francisco Jardim de Freitas, descrito como vítima dos desmandos desse subdelegado. Esse sujeito teria chegado a Buriti Bravo, “amarrado, algemado, tendo permanecido durante quatro dias no tronco”, e mesmo com “os pés metidos nas aberturas de madeira rude a vítima está com os braços atados por uma corda”.<sup>390</sup> Humilhante suplício teria se dado pelo fato de Francisco ter se negado a atender um pedido do chefe local. De acordo com o articulista desse periódico, o uso de “instrumento ignominioso e bárbaro”<sup>391</sup> como o tronco era o reflexo das inúmeras arbitrariedades cometidas por uma polícia que agia em conformidade com os mandos políticos.

Uma lista de castigos corporais (o tronco e o vira-mundo), de espancamentos, de coações, de roubos e de detenções ilegais foi amplamente denunciada pela imprensa local. A divulgação e a condenação dos abusos cometidos pela polícia traziam o ensejo de reverter e

---

<sup>388</sup> CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000, p. 136-138.

<sup>389</sup> Conforme Vitor Nunes Leal, a partir do Federalismo de 1891 as forças policiais ficaram a cargo de cada Estado, de modo que durante a República Velha “sobreviveu a polícia partidária que já vinha do Império utilizada como instrumento de ação política, servindo a partir daí as situações estaduais quando antes obedecia ao governo central”, ver LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p.198-2001.

<sup>390</sup> *Correio de Picos*, 27/09/1910 n° 10.

<sup>391</sup> *Ibid.*

de destituir a imagem de um território sem lei e sem ordem, a ponto dos artigos publicados nos periódicos em circulação afirmarem o controle personalista de alguns delegados e subdelegados, “pequenos ditadores”, que incitavam a violência em algumas áreas urbanas, ao invés de reprimi-la.

Um exemplo disso salta de um relato cujo eixo da narrativa era a prática de suborno cometida pelo subdelegado de Passagem Franca. Acusada de ter agredido uma ema, que esse agente da polícia criava como animal doméstico, Anna Pereira dos Santos foi coagida a entregar parte de seus bens sob a ameaça de ser detida. Para isso teve que entregar: “dois anelões e um par de rosetas arrancados dos dedos e das orelhas, um boi que foi logo carneado na feira da vila”; e ainda firmar “um documento da quantia de quarenta mil réis, ante o valor da ema, arbitrado na importância de cem mil réis”.<sup>392</sup> O caso da ema, como foi intitulado pelo *Correio de Picos*, aqui adquire uma conotação específica, pois, de um lado, produzia a representação de uma sociedade entregue “aos maus costumes” herdados das disputas partidárias, em que pese o gosto pelos “hábitos da violência” como forma de dominação; e de outro tal acontecimento se sobressai pelo absurdo e pela gratuidade com que a violência era utilizada, especialmente quando direcionada às populações pobres.

Nesse sentido, trata-se da constituição de um universo da violência no espaço das cidades distribuídas no território mais ao sul do Maranhão assegurado pelo poder de chefes locais que, ao deterem a máquina administrativa, o controle da justiça e dos bens econômicos, encenavam a retórica do poder de modo quase “absoluto”. Ecos desse tipo de imagem aparecem em grande parte das matérias, como a acima citada. Ao falar do mando político em Passagem Franca, o jornal delineava a situação política em que se encontrava imersa essa localidade: “governando a ferro e fogo, um povo inocente e trabalhador, pois o absolutismo é que ainda manda e desmanda, fazendo ali o que bem entende”.<sup>393</sup>

Caso semelhante é registrado nessa mesma folha. Trata-se da história de André, um empregado de uma fazenda que ao ficar encarregado de cuidar de uns animais durante a ausência de seu patrão, foi coagido por uma milícia de soldados a entregar os animais a mando do chefe local da localidade em que residia, o povoado Bacuri nas proximidades de Caxias. Negando-se a cumprir tão ordem, André foi “violentado e amarrado em sua própria casa”, teve os ínfimos pertences destruídos pela polícia, e seguidamente foi detido por doze dias na cadeia sem direito a alimentos. E para completar o castigo, informa o articulista do

---

<sup>392</sup> *Correio de Picos*, 03/01/1911, Ano II, nº 24.

<sup>393</sup> *Ibid.*

jornal, o jovem ainda teve “de coagido e humilhado ajoelhar-se aos pés do chefe político, temível e tirano”.<sup>394</sup>

Esses pedaços de histórias colhidos das páginas dos jornais são especialmente significativos por revelarem o encontro desses personagens anônimos com os regimes de poder, tratando-se, portanto, de pequenas trajetórias de homens e de mulheres que se conectavam por terem sido arrancados de suas vidas diárias quando confrontadas pelo poder. Tais indícios de existência se aproximam dos homens infames de quem fala Michael Foucault, em referência as “existências-relâmpagos”, “obscuras”, “sem glória” e “destinadas a passar sem deixar rastro”, que não sairiam da obscuridade se não fossem capturados pelo poder.<sup>395</sup> Para Foucault, é a partir do choque com o poder, que exige que esse homem comum se pronuncie, se mostre e se defenda das armadilhas impostas pelas redes de poder, que essas vidas se tornam texto, ainda que não passem de existências reduzidas ao que foi dito sobre elas, seja nas matérias dos jornais, seja nos arquivos da polícia, etc. Pois “não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não tem e nunca terão existência senão ao abrigo precário das palavras”.<sup>396</sup>

Mas importa sublinhar que o discurso produzido pela imprensa sofria diretamente a intervenção dos grupos políticos e dos proprietários de terra, de tal maneira que os artigos publicados não estavam isentos de interesses políticos e simbólicos. Pelo contrário, através da imprensa os assuntos partidários e os conflitos de interesse chegavam às camadas letradas da sociedade. A imprensa se constituiu em espaço para propaganda política, pois através dela os grupos sociais articulavam e disputavam modos de legitimidade, empenhando recursos poderosos na construção ou inversão de determinado chefe político, na confecção de perfis e na produção de estratégias. Todavia, o discurso da neutralidade dos jornais merece ser questionado, já que é com base nesses regimes de poder que a truculência da polícia e as práticas de crime cometidas por agentes privados, que trabalhavam na manutenção simbólica, política e econômica do domínio pessoal, ao se tornarem referenciais de uma ordem que se queria destituir ocultam um leque de estratégias dos grupos com o intuito de impor a dominação simbólica.

---

<sup>394</sup> Ibid., 02/09/1910, Ano I, nº07.

<sup>395</sup> FOUCAULT, op. cit., 2003a, p. 203-211.

<sup>396</sup> Ibid., p. 209.

Com efeito, nesses espaços de domínio dos senhores de terra e de gado que possuíam extensas propriedades agrícolas, as populações pobres ou ocupavam o lugar de servidão que lhe era imposto, vivendo como agregados nas fazendas e se submetendo a todo tipo de ordem e de desmandos ou se dispersavam pela imensidão do território brasileiro, daí parte relevante da historiografia ter ressaltado o nomadismo das populações pobres, sobretudo de nordestinos ao longo do século XX.

Assim, ao representar o universo da violência na parte sul do Maranhão, a fala da imprensa vai agenciar uma rede de discursos para explicar a existência de práticas vistas como violentas no interior desse tecido social: seja pelo discurso que essencializava essa prática através das relações sociais que se pautavam em “código de violência” naturalmente aceito; seja pelo discurso que construía a imagem da violência como uma ameaça externa que chega por meio dos forasteiros; seja pelo discurso que via a existência dessas práticas como reflexo do monopólio da violência pelos potentados locais.

O que quero frisar nos relatos aqui citados é que nesse terreno movediço que representa o chamado sertão maranhense, emaranham-se campos de batalha, onde a cada instante uma heterogeneidade conflitante de imagens, de enunciados, de lugares, de subjetividades foi instituída socialmente e historicamente, tanto pelo vetor bélico, certo nos tiros, quanto pelo vetor estético, certo nas palavras. Pois as narrativas dos jornais, da literatura e da memória oficial ao mobilizarem discursos e engendrarem representações sobre essa referência espacial, reorganizam o mundo social de maneira plural e singular. Afinal, em meio à solidão das trilhas, picadas e estradas abertas pelos territórios mais afastados do litoral do Maranhão, essa espacialidade foi se configurando numa cartografia nervosa, por onde vibraram histórias de combates, de encontros, de sofrimentos e de alegrias. Revelando-se pequenos instantâneos de tempo que ao romperem a silêncio dos caminhos e confundirem as fronteiras por onde transitavam nos possibilitam instituir diferentes paisagens e novas territorialidades.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em *Imagens de pensamento*, Walter Benjamin enuncia a metáfora de Paris como “um grande salão de biblioteca atravessado pelo Sena”.<sup>397</sup> Nessa imagem surge a figura do flâneur embevecido pelos espelhos d’água, o que endossa o pensamento de Giraudoux, de que “a maior sensação de liberdade humana é flunar ao longo do curso de um rio.” Utilizo essa imagem para refletir sobre a travessia que aqui se encerra por entre veredas e restingas, nas quais cintilam os espelhos d’água, ou melhor, os imensos labirintos de espelhos encobertos por camadas de silêncio. Nessa travessia, o caminhante, embevecido pelo reluzir das águas – que dão brilho e movimento ao chão por onde trafega, em um movimento de idas e vindas – trilha espaços que se reinventam o tempo todo.

Desse modo, a feitura labiríntica que constitui o espaço sertão enseja que se perscrutem atalhos, que se escavem pistas, que se decifrem armadilhas camufladas nos intervalos entre um espaço e outro, pois embrenhar-se nas profundezas de um território tão complexo como esse, requer que se abra fendas em um solo que se move como as águas de um rio.

Ao atentar para o campo imagético-discursivo que institui o lugar-sertão, pude observar a emergência de um espaço eivado de ambiguidades e urdido no universo das práticas culturais, políticas e sociais de sujeitos que, ao se apropriarem desse território, lhe impuseram uma feição própria. As narrativas aqui analisadas jornalísticas, literárias, e oficiais, esboçam uma cartografia em retalhos, na qual se encontra dispostas e dispersas uma diversidade de mapas (das afetividades, das configurações de poder, do espaço físico e do desejo). Esses mapas demarcam lugares de fala, leituras de mundo, mitos fundantes, espaços de experiência que valorizavam o significado das vias fluviais na configuração desse território: sertão maranhense. Tais aspectos que se tornam preciosos para a análise dos modos de produção e apropriação dos espaços a partir das práticas culturais.

Assim, dos múltiplos fios que urdem a trama que se configura o instituído sertão do Maranhão, torna-se flagrante uma situação social marcada pelo confronto e pela circulação de homens, de mulheres e de crianças, convertendo as cidades pontilhadas no mapa desse território em pontos fluidos e em lugares cheios de contrastes. Como o riacho “sem início nem

---

<sup>397</sup> BENJAMIM, op. cit., p. 195.

fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” criado por Deleuze e Guattari<sup>398</sup> a liquidez desse território encontra força no fluxo dos rios, uma vez que arrastam o que encontram pela frente, margens, embarcações, vegetações, produtos, idéias, destinos, sonhos, desejos, esperanças, afogados, sobreviventes, corpos perfurados por tiros de rifle e por facas, lendas, pequenos e grandes indícios de tempo e de espaço suspensos e/ou eclipsados pela força desses territórios líquidos.

O sertão se diz de tantas maneiras e se pratica de diferentes formas, que cabe retomar a imagem do mapa rizomático para refletirmos sobre essa cenografia móvel que representa o espaço instituído como sertão do Maranhão. Conforme Deleuze e Guattari, os rizomas são constituídos tanto por linhas de segmentaridade pelas quais ele é “estratificado, territorializado, organizado, significado [...]”<sup>399</sup> quanto por “linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”, produzindo suas linhas de fuga.<sup>400</sup> Dessa forma, como argumento desde o início deste trabalho o modo como entendo a metáfora sertão tentou se afastar de uma visão essencializada que procura explicar, dizer *o que é*, produzir totalidades, encontrar uma verdade absoluta, pelo contrário, o texto que se coloca em apreciação não quer capturar o objeto no contexto em que está inserido, mas quer estabelecer lacunas e abrir frinchas que permitam a construção de diferentes olhares e de leituras polissêmicas e que possibilitem o surgimento de encruzilhadas.

Em parte, o esforço desse escrito é elucidar como essa parte do Maranhão foi se constituindo em espaço de entroncamento para diferentes fluxos sociais, trajetórias e devires. Isso faz com que ele surja como vibrações nos quais reverberam as vozes e os silêncios de homens e mulheres inflamados pelo desejo, pela miséria, pela espera, pelo medo e pelos dispositivos de saber-poder. Portanto, é necessário que se olhe para essa espacialidade como *espaço do meio*, lugar de passagem, pois é “no meio da travessia” que as coisas adquirem velocidade. Para isso, torna-se nevrálgico deixar em aberto múltiplas entradas e muitas saídas, procurando não encerrar o objeto no discurso das origens e dos fins, pois mesmo que esse território seja atravessado e prefigurado por linhas de segmentaridade, sobre ele também incidem linhas de fuga que o faz ser constantemente refeito.

---

<sup>398</sup>DELEUZE; GUATTARI, op. cit., 1995, p.37.

<sup>399</sup> Ibid., p.31.

<sup>400</sup> Ibid., p.22-24.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRANCHES, Dunshee de. A esfinge do Grajaú. São Luís: ALUMAR, 1993.
- ABREU, Capistrano de. Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (Org.). Uma cartografia das margens. In: Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Nas fronteiras da discórdia: história, espaços e identidade regional. Recife: Bargaço, 2008.
- \_\_\_\_\_ A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN: Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_ História: a arte de inventar o passado. Bauru- SP: Ed. EDUSC, 2007.
- ALMEIDA & Angela Mendes de. (Org.) De sertões, desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p.145-151, 1995.
- AMARAL, José Ribeiro do. Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919,
- ARAÚJO, Samuel, FARIA, Antonio Guerreiro de. Lundu à cigana? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p. 26-28, novembro de 2006.
- ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões. Bauru- SP: EDUSC, 2000.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. A guerra dos *Bem-te-vis*. A Balaiada na memória oral. 2ed. São Luís: Edufma, 2008
- \_\_\_\_\_ Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-18827. In ISTVÁN, Jancsó (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas II: Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BLANCHOT, Maurice. A conversa infinita 2. A experiência limite I. São Paulo: Escuta, 2007.
- BOLLE, Willi. grandesertão.br: O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas cidades, Ed. 34, 2004.

BORGES, Eliane Medeiros. Entre a exuberância e o mistério: um olhar videográfico sobre a mulher cigana. 1995. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1995.

BORRALHO, José Henrique de Paula. A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 200.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920). 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1993.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado. Conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARNIELLI, Flávio Godoy. Gazeteiros e barristas. Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2007.

CARVALHO, Carlota. O Sertão. Subsídios para a história e geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.

CHALHOUB, Sidney; Apresentação. In: CHALHOB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa (Org.) Histórias em cousas miúdas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre as práticas e as representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_ Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas - SP (Mercado de Letras) Associação de Leitura do Brasil (ABL), 2003. – (Coleção Histórias da Leitura).

\_\_\_\_\_ A beira da falésia. A história entre certezas e incertezas. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_ Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn. A nova História Cultural. São Paulo: Martins fontes, 2001

\_\_\_\_\_ A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

COELHO NETO, Eloy. História do sul do Maranhão. Terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

COELHO NETO. H. Maximiliano. Sertão. Porto: Imprensa Moderna, 1917.

CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CORREA, Viriato. Cazuza. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

COSTA, Elisa Maria Lopes. Ciganos em terras brasileiras. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p. 14-19, novembro de 2006.

CUNHA, Gaudêncio. Maranhão de 1908: álbum fotográfico. São Luís: Edições AML, 2008.

DA SILVA. Idelma Santiago. Migração e cultura no sudeste do Pará; Marabá (1968-1988). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia- GO, 2006.

DE CERTEAU. Michael. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_ A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_ A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

\_\_\_\_\_ Conversações, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v.01. São Paulo: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_ Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, v.05. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Antonio. O sertão maranhense. Esboço geológico, physiographico e social. Maranhão Imprensa Oficial, 1922.

DINO, Sálvio. Parsondas de Carvalho. Um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz - MA: Ética, 2007.

ELIAS, Nobert. Estabelecidos e *outsiders*: sociologia das relações de poder numa pequena comunidade. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FANTINI, Marli. Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens. Cótia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: editora do SENAC São Paulo, 2003.

FARIA, Regina Helena Martins. Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII-XIX). Tese (doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

\_\_\_\_\_ Escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In. COSTA, Wagner Cabral (org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: Edufma, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. E de pequenino que se torce o pepino! Os livros de leitura na formação da infância brasileira nas primeiras décadas da República (1900-1921). Cadernos ASLEGIS, n.37, p. 135- 147, maio/agosto 2009.

FERREIRA, Antonio J. de Araújo. O Estado do Maranhão do Sul: velha idéia e realidade? In. Ciências Humanas em Revista. UFMA/Centro de Ciências Humanas. Núcleo de Humanidades, São Luís, 2006, v.4, n.2.

FERREIRA, Luis Alberto. Sertão e as idéias republicanas no Maranhão (1888-1889). In. COELHO; Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos e tal. Meandros da História: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UMAMAZ, 2005.

FERREIRA, Wilton Alves. Maranhão do Sul. O Estado da Integração Nacional. Imperatriz - MA: Ética, 2007

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979.

\_\_\_\_\_ Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_ História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_ Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos)

\_\_\_\_\_ A vida dos homens infames. In: Ditos e escritos IV. III: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

\_\_\_\_\_ A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 2003b.

\_\_\_\_\_ “Outros espaços”. In: Ditos e escritos V. III: Estética: literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons. A base geográfica e humana do Sul do Maranhão. Imperatriz- MA: Ética, 2007.

GINZBURG, Carlos. Raízes de um paradigma indiciário. In: Mito, emblemas, sinais. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_ As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. Revista da USP, São Paulo, n. 59, p. 116-133, setembro/novembro 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Fazer o quê? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 02, nº 14, p.20-21, novembro de 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaço e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

\_\_\_\_\_ Cidades da mineração. Memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2006.

\_\_\_\_\_ Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: In: CHALHOB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.) Histórias em cousas miúdas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói-RJ: EDUFF, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JEZUS. J. Palhano. Defeza da fiscalização da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias. Maranhão: Pacotilha, 1911.

\_\_\_\_\_ Relatório do reconhecimento da Estrada de Ferro Itapecuru ao Tocantins, apresentado ao engenheiro Antonio Lassance Cunha. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LENINE, Robert M. O sertão prometido: o massacre de Canudos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ -UCAM, 2003.
- LOPES, Raimundo. Uma região tropical. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- MACEDO, Eurico Teles de. O Maranhão e suas riquezas. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- MACEDO, Demosthènes. Relatório de Demosthènes Macedo, Secretário do Interior, ao Governador do Estado, Herculano Nina Parga, em 12 de janeiro de 1917. Maranhão: Imprensa Oficial, 1917.
- MACHADO, Marcelino. Pelo Maranhão. Typografia do Diário do Maranhão de S. Luiz, 1928.
- MACHADO, Roberto. Deleuze, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 2009.
- MARTINS, Ana Maria; LUCA, Tânia Regina de. Imprensa e cidade. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006
- \_\_\_\_\_ Francisco de Paula Ribeiro. Um pioneiro nos sertões de Pastos Bons. In. COELHO; Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos e tal. Meandros da História: trabalho e poder no Pará e no Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UMAMAZ, 2005.
- MARQUEZ, Gabriel Garcia. Cem anos de solidão. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- MEDEIROS, Eliane Borges. Entre a exuberância e o mistério: um olhar videográfico sobre a exuberância da mulher cigana. Dissertação (Mestrado em Multimeios). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- MELLO, Frederico Pernambucano. Guerreiros do sol. Violência e banditismo social no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- MESQUITA, Francisco de Assis Leal. Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão (1850-1890). São Luís: UFMA, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: Escrita de si, escrita da história: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MORAES, Maria Dionede de Carvalho. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 2000.

MURARI, Luciana. Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira. 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Augusto Pires. O Capitão da Serra Negra. Relato de Gonçalo Moreira Leite. São Paulo: Martins, 1998.

PAXECO, Fran. Geografia do Maranhão. São Luiz: Typografia Teixeira, 1923.

PEREIRA, Elivaldo Conceição Pereira. Vapores e canoas sobem e descem nas águas do rio Grajaú: Integração comercial e política entre São Luís e o centro-sul maranhense (1884-1929). São Luís, 2007. Departamento de História da UEMA. Monografia de graduação.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Neto e o público das ruas. In: CHALHOB, Sidney; NEVES, Margarida de Sousa; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.) Histórias em cousas miúdas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). Um historiador nas fronteiras. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

POMIAN, Krysstof. L'Ordre du temps. Paris: Gallimard, 1984.

QUEIRÓZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa e Ômega, 1965.

\_\_\_\_\_O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil: Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luis, 2007.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. O desacontecimento e as escrituras do eu: as coisas e as gentes. Recife-PE, 2008 (texto não publicado).

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses. São Paulo: Siciliano, 2002.

- RICOUER, Paul. Tempo e narrativa. Campinhas (SP): Papyrus Editora, 1994, tomo I.
- ROSA, Guimarães. Grande sertão: veredas. 12. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- \_\_\_\_\_. No Urubuquaquá no Pinhém. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. Sagarana. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. Primeiras estórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.
- SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 2003.
- SERRA, Astolfo. A Balaiada. 2ª ed. São Luís: Instituto Geia, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Idelma Santiago da. Migração e cultura no sudeste do Pará (1968-1988). Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2006.
- SOARES, Valter Guimarães. Cartografia da Saudade. Eurico Alves e invenção da Bahia Sertaneja. Feira de Santana – BA: UEFS Editora, 2009.
- SOARES, Flávio José Silva. No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da província do Maranhão. Tese (doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.
- XAVIER, Ismail. Sertão mar. Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

### Periódicos

- Correio de Picos, Picos, 1910-1913.
- Correio dos Sertões, Caxias, 1903-1904.
- Gazeta de Picos, Picos, 1903-1914.

Jornal do Comércio, Caxias, 1905-1923.

O Norte, Barra do Corda, 1900-1916.

O Tocantins, Carolina, 1914-1918; 1923-1930.

O Sertão, Grajáú, 1918.

Sites relacionados:

Disponível em: < <http://maranhaodosul.blogspot.com/> > Acesso em 20 de setembro de 2009.